



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**ORÇAMENTOS DA UNIÃO**  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO 2013**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  
RELACIONADAS NO ANEXO III DA  
LEI Nº 12.708, DE 17.08.2012 – LDO 2013.

**VOLUME I**

do inciso I ao inciso VII

Brasília, DF  
2012

# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

## MINISTRA DE ESTADO

*Miriam Aparecida Belchior*

## SECRETÁRIA-EXECUTIVA

*Eva Maria Cella Dal Chiavon*

## DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS

*Murilo Francisco Barella*

## SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

*Célia Corrêa*

## SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO

*Bruno César Grossi de Souza*

## SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO

*George Alberto de Aguiar Soares*

## SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL - ADJUNTO

*Eliomar Wesley Ayres da Fonseca Rios*

## DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DA ÁREA ECONÔMICA

*Marcos de Oliveira Ferreira*

## DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

*Felipe Daruich Neto*

## DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA

*José Roberto Paiva Fernandes Junior*

## DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS

*José Geraldo França Diniz*

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**  
(LEI Nº 12.708, DE 17.08.2012)

Art. 10. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional até quinze dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo III, com exceção dos incisos de que trata a alínea “r” do inciso I do § 1º do art. 112, que serão disponibilizados na internet até o dia 17 de setembro de 2012.

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO  
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

## ANEXO III

### RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2010 e 2011, a execução provável em 2012 e o programado para 2013, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na LRF, demonstrando a memória de cálculo;

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2010 e 2011, e a execução provável em 2012, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2013:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

3. Renda Mensal Vitalícia;

4. Seguro-Desemprego; e

5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários e não orçamentários, primários e financeiros;
2. valores realizados em 2010 e 2011;
3. valores estimados para 2012 e 2013, acompanhados de suas memórias de cálculo; e
4. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo;

#### VIII - demonstrativos:

a) das receitas de compensações, por item de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e respectivos valores, arrecadadas nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, este mês a mês, até junho; e

b) dos efeitos, por região, decorrente de isenções e de quaisquer outros benefícios tributários, indicando, por tributo e por modalidade de benefício contido na legislação do tributo, a perda de receita que lhes possa ser atribuída, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando-se, separadamente, os valores referentes à renúncia fiscal do Regime Geral de Previdência Social;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta Orçamentária de 2013, explicitando a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por imposto e contribuição;

XI - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da LRF, incluindo o efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, destacando-se os seguintes agregados:

#### a) Receitas Primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, com os exercícios de 2011 a 2013 apresentados mês a mês, destacando para 2013 os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. Concessões e Permissões, por serviços outorgados, apresentados mês a mês;

3. Compensações Financeiras;

4. Receitas Próprias, por órgão; e

5. Demais Receitas Primárias; e

#### b) Receitas Financeiras:

1. Operações de Crédito;

2. Receitas Próprias (fonte 80), por órgão; e

3. Demais Receitas Financeiras;

XII - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder e pelo MPU, bem como o consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, contendo dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, número de beneficiários, custo médio e valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, especificando o número e a data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

- a) assistência médica e odontológica;
- b) auxílio-alimentação/refeição; e
- c) assistência pré-escolar;

XIII - plano de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, contendo os valores realizados nos exercícios de 2010 e 2011, a execução provável para 2012 e as estimativas para 2013, consolidadas e discriminadas por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fontes de recursos, evidenciando, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, deverão ser apresentados demonstrando os saldos anteriores, as concessões no período, os recebimentos no período com a discriminação das amortizações e encargos e os saldos atuais;

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, os recursos próprios, os recursos do Tesouro Nacional e os recursos de outras fontes; e

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos levará em conta a classificação atualmente adotada pelo BNDES;

XIV - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais foram ou serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, informando para cada entidade:

a) os valores totais transferidos ou a transferir por exercício;

b) a categoria de programação, detalhada por elemento de despesa, à qual serão apropriadas as referidas transferências em cada exercício;

c) a prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do art. 26 da LRF; e

d) a finalidade e a motivação do ato, bem como a importância para o setor público de tal alocação, quando a transferência não for amparada em lei específica;

XV - relação das dotações do exercício de 2013, detalhadas por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não-incluídas no inciso XIV deste Anexo, especificando os motivos da não-identificação prévia e a necessidade da transferência;

XVI - contratações de pessoal por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2012 e com previsão de gastos para 2013, informando, relativamente a cada órgão:

a) Organismo Internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do art. 5º, § 1º, desta Lei, que irá atender às despesas em 2013;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R\$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XVII - estoque e arrecadação da Dívida Ativa da União, no exercício de 2011, e as estimativas para os exercícios de 2012 e 2013, segregando-se por item de receita e identificando-se, separadamente, as informações do Regime Geral de Previdência Social;

XVIII - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2010 e 2011, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2012 e a estimada para 2013, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XIX - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em 1 (um) ponto percentual e em R\$ 1,00 (um real);

XX - dotações de 2013, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride, conforme o disposto nas Leis Complementares nºs 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112, de 19 de setembro de 2001, e 113, de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXI - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2013, contendo ao menos, para os exercícios de 2012 e 2013, a variação real e nominal do PIB, a variação da massa salarial dos empregados com carteira assinada, a variação do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses 2 (dois) exercícios, da variação média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, da variação em dólar das importações, exceto combustíveis, da variação das aplicações financeiras, da variação do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, da variação do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cujas atualizações serão encaminhadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em 21 de novembro de 2012;

XXII - com relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2013, separando o pagamento ao Banco Central e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos, em 30 de junho de 2012, e as previsões para 31 de dezembro de 2012 e 2013; e

c) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos “Encargos Financeiros da União” e “Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal”, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXIII - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos exercícios de 2010 e 2011 e a execução provável em 2012 e 2013, estadualizando inclusive os valores que constaram nas Leis Orçamentárias de 2010 e 2011 na rubrica nacional e que foram transferidos para os Estados e Municípios;

XXIV - cadastro de ações utilizado na elaboração da Proposta Orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título e descrição de cada uma das ações;

XXV - evolução da receita do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

XXVI - evolução da despesa do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

XXVII - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2013, evidenciando-se receitas e despesas primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, identificando a evolução dos principais itens, comparativamente aos 3 (três) últimos exercícios;

XXVIII - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, conforme disposto no inciso II do art. 5º da LRF;

XXIX - relação das ações relativas ao Plano Brasil sem Miséria por órgão e unidade orçamentária;

XXX - demonstrativo do cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXXI - diretrizes e critérios gerais utilizados na definição e criação da estrutura de planos orçamentários;

XXXII – tabela com a correspondência entre as ações orçamentárias constantes da lei orçamentária para 2012 e aquelas constantes do projeto de lei orçamentária para 2013, na forma de banco de dados, evidenciando, quando possível, alterações decorrentes de exclusão, criação, desmembramento ou fusão;

XXXIII – demonstrativo, por UO e projeto orçamentário, contendo o custo total previsto, a execução de 2011, o programado para 2012, o orçado para 2013 e as projeções para 2014 e 2015;

XXXIV – (VETADO);

XXXIV – atualização do anexo de riscos fiscais;

XXXV - (VETADO); e

XXXVI - (VETADO).



## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso I do anexo III das Informações Complementares ao PLOA-2013.  
I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

## **CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A DISCRIMINAÇÃO, NA PROGRAMAÇÃO DE TRABALHO, DO CÓDIGO IDENTIFICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO**

### I. Introdução

O art. 7º, § 4º, da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 – LDO-2013, exige, para todas as categorias de programação da despesa, a inclusão de código identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo, assim discriminados:

I - financeira (RP 0);

II – primária e considerada na apuração do resultado primário para o cumprimento da meta, sendo:

- a) obrigatória, quando constar do Anexo V (RP1);
- b) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 2); ou
- c) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 3);

III – primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

- a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou
- b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

Da mesma forma que a despesa, a LDO também exige para a receita classificação específica para a determinação de sua natureza primária ou não primária (financeira). Nesse caso, para cada natureza de receita é vinculado código identificador “P” ou “F”, conforme sua natureza primária ou não primária (financeira), respectivamente, de acordo com a alínea “a” do inciso III do art. 9º da LDO-2013.

Assim sendo, são apresentados a seguir os critérios para classificação, tanto das receitas, quanto das despesas, utilizados no PLO-2013.

### II. Receitas

As receitas do Governo Federal podem ser divididas entre primárias e não primárias (financeiras). O primeiro grupo refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias.

Já as receitas não primárias (financeiras) são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por

organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras mais. As fontes de recursos relativas a essas receitas encontram-se discriminadas no Anexo I.

### III. Despesas

Do mesmo modo que as receitas, as despesas também podem ser classificadas em primárias e não primárias (financeiras).

Consideram-se como despesas financeiras, com código identificador “0” (inciso I do § 4º do art. 7º), aquelas que não pressionam o resultado primário ou não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam um direito ou extinguem uma obrigação, ambas de natureza financeira, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. Essas despesas correspondem principalmente a:

- pagamento de juros e amortização de dívidas;
- concessão de empréstimos e financiamentos;
- aquisição de títulos de crédito;
- aquisição de títulos representativos de capital já integralizado; e
- para fins de programação orçamentária, as reservas de contingência, com exceção do montante de no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida - RCL, considerado primário, conforme determinado pelo art. 13 da LDO-2013.

No PLOA-2013, as referidas despesas são representadas pelos grupos de despesa “2”, “6” e “9”, referentes, respectivamente, a pagamento de juros, a amortização da dívida e à reserva de contingência (à exceção de sua parcela primária). Nos GND’s “1”, “3”, “4” e “5”, pelas despesas elencadas no Anexo II desse relatório.

As despesas que não se enquadrem no conceito do parágrafo anterior são denominadas despesas primárias, responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. A elas é atribuído código identificador “1”, “2” ou “3” conforme, respectivamente, sua natureza obrigatória, discricionária ou discricionária destinada a financiar o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

As despesas obrigatórias são aquelas nas quais o gestor público não possui discricionabilidade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional. Por possuírem tais características, essas despesas são consideradas de execução obrigatória e necessariamente têm prioridade em relação às demais despesas, tanto no momento de elaboração do orçamento, quanto na sua execução. Para maior transparência e análise orçamentária, as despesas obrigatórias são classificadas com código identificador “1” e estão listadas no Anexo III.

As despesas discricionárias, por sua vez, são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução. Tais despesas se referem às que não sejam financeiras ou obrigatórias. Essas despesas são classificadas com os códigos identificadores “2” e “3”.

O montante das despesas constantes do PAC, embora discricionárias, poderá ser deduzido da meta de resultado primário do Governo Central até o limite de R\$ 45,2 bilhões, daí a importância de diferenciá-lo do conjunto das outras despesas discricionárias, a partir do código identificador “3”. As ações pertencentes ao PAC no PLOA-2013 e classificadas com código identificador “3” são listadas no Anexo IV.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso I do anexo III das Informações Complementares ao PLOA-2013.

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei.

## **ANEXO I RECEITAS FINANCEIRAS**

<b>Código</b>	<b>Descrição da Fonte</b>
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços
152	Resultado do Banco Central
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito
164	Títulos da Dívida Agrária
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios
180	Recursos Próprios Financeiros
188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
246	Operações de Crédito Internas - em Moeda
280	Recursos Próprios Financeiros
293	Produto da Aplicação dos Recursos a Conta do Salário - Educação

I – Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do código identificador de resultado primário previsto no art. 7º, § 4º, desta Lei;

**ANEXO II**  
**DESPESAS FINANCEIRAS DE PESSOAL E OCC**

<b>Órgão</b>	<b>Ação</b>
	<b>Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa = 1) - Diversos Órgãos</b>
00FO	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço)
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
00H7	Contribuição da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente da Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
<b>22000</b>	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
20GI	Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF
<b>25000</b>	Ministério da Fazenda
0023	Cobertura do Resíduo resultante de Contratos firmados com o Sistema Financeiro da Habitação
0463	Remuneração dos Serviços Prestados por Seguradoras
0465	Cobertura do Déficit do Seguro Habitacional
0467	Cobertura de Sinistros do Seguro de Crédito FUNDHAB
0617	Remuneração de Agentes Financeiros pela Administração do FCVS, do Seguro de Crédito e do Seguro Habitacional
<b>38000</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
0158	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
<b>42000</b>	Ministério da Cultura
006A	Estímulo ao Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual
<b>71000</b>	Encargos Financeiros da União
00CR	Concessão de Crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Lei nº 11.943, de 2009)
00DD	Aquisição de Ativos de Instituições Financeiras Federais no Âmbito do PRONAF.
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)
0809	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
<b>74000</b>	Operações Oficiais de Crédito
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha
00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES
00J4	Financiamento de Projetos para mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica
00I2	Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios
0029	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste
0030	Financiamento aos Setores Produtivos do Semi-Árido da Região Nordeste
0031	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras
0062	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006)
0118	Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante
0343	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001)
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001)
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001)
0379	Financiamento na Área de Bens de Consumo
0384	Financiamento na Área de Insumos Básicos
0410	Financiamento de Projetos de Pesquisa
0411	Financiamento a Pequenas e Médias Empresas
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas
0454	Financiamento da Infra-Estrutura Turística Nacional
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades de Previdência Complementar Aberta (Lei nº 10.190, de 2001 - Art. 3)
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações
0534	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte
0569	Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval e da Marinha Mercante
0579	Concessão de Financiamento a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas
0A81	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)
0A84	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0B85	Concessão de Financiamentos a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313 de 1991)
0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009)
09HX	Financiamento de Embarcações Pesqueiras (Profrota Pesqueira)
<b>90000</b>	Reserva de Contingência
0998	Reserva de Contingência

**ANEXO III**  
**DESPESAS OBRIGATORIAS DE PESSOAL E OCC**

**Orgão / Ação / Fonte de Recursos\***

**Benefícios ao Servidor - Diversos Órgãos**

0623	Concessão de Benefícios aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares

**Pessoal e Encargos Sociais - Diversos Órgãos (Exclusive Sentenças Judiciais)**

0032	Manutenção do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
0036	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal
0037	Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal
0041	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal
0053	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas dos Extintos Estados e Territórios
0054	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Estado do Mato Grosso (Art. 27 da Lei Complementar nº 31, de 1977)
0055	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Extinta via Férrea do Rio Grande do Sul - VIFER (Lei nº 3.887, de 1969)
009K	Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA
009T	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal
00F1	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas da Polícia Militar do Distrito Federal
00F2	Pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
0110	Contribuição à Previdência Privada
0179	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Militares das Forças Armadas
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
0397	Encargos Previdenciários com Aposentados e Pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC
0533	Alocação e Remanejamento de Cargos e Funções no Âmbito do Poder Executivo
0536	Benefícios de Legislação Especial
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
08UQ	Quadro em Extinção dos Servidores Cíveis e Militares oriundos do Ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia (Lei nº 12.249, de 2010)
09IZ	Pagamento de Pessoal decorrente de Ingressos de Empregados, de Planos de Cargos e Empregos, de Acordos Coletivos/Dissídios, de Planos de Desligamento Voluntário e de Anistiados de que trata a Lei nº 8.878/94 - Empresas Estatais
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
0C04	Provisionamento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Pessoal Ativo
0Z00	Reserva de Contingência - Financeira
20EE	Apoio à Implantação, Gestão e Manutenção da Autoridade Pública Olímpica - APO
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União
2867	Pagamento de Pessoal Ativo Militar das Forças Armadas
4269	Pleitos Eleitorais

**Sentenças e Precatórios - Diversos Órgãos**

0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais
002F	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
009S	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos pela Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA em Extinção
00DI	Cumprimento de Sentença Judicial Decorrente de Dívida para com os Planos de Benefícios Previdenciários e Assistencial
00FB	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Aposentadorias e Pensões
00FK	Pagamento de Passivos Judiciais/Administrativos (Juros URV, Parcela Autônoma de Equivalência e Adicional por Tempo de Serviço) - Pessoal Ativo
00H2	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais - Nacional
0482	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor oriunda da Justiça Comum Estadual
0486	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) oriunda da Justiça Comum Estadual
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor
0716	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos
0734	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

**12000 Justiça Federal**

4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
------	---

**14000 Justiça Eleitoral**

0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos
------	--

**15000 Justiça do Trabalho**

4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
------	---

**16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
------	---

**24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**

0536	Benefícios de Legislação Especial
------	-----------------------------------

**25000 Ministério da Fazenda**

00LU	Pagamento de Pensões - Montepio Civil
0536	Benefícios de Legislação Especial

**26000 Ministério da Educação**

0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica
------	--

**ANEXO III**  
**DESPESAS OBRIGATORIAS DE PESSOAL E OCC**

<b>Orgão / Ação / Fonte de Recursos*</b>	
0536	Benefícios de Legislação Especial
0920	Concessão de Bolsa para Equipes de Alfabetização
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica
0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
8744	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica
8790	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos
<b>30000</b>	<b>Ministério da Justiça</b>
0536	Benefícios de Legislação Especial
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão
<b>32000</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
0264	Subvenção Econômica aos Consumidores Finais de Baixa Renda do Sistema Elétrico Nacional Interligado (Lei nº 10.604, de 2002)
0378	Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural (Lei nº 10.604, de 2002)
<b>33000</b>	<b>Ministério da Previdência Social</b>
009W	Compensação Previdenciária
0536	Benefícios de Legislação Especial
0E81	Benefícios Previdenciários Urbanos
0E82	Benefícios Previdenciários Rurais
<b>36000</b>	<b>Ministério da Saúde</b>
20AB	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
20AI	Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
20YK	Incentivo Financeiro aos Entes Federados para a Vigilância em Saúde
20YO	Promoção da Assistência Farmacêutica do SUS
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família
8577	Piso de Atenção Básica Fixo
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
<b>38000</b>	<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>
00H4	Seguro Desemprego
0581	Abono Salarial
<b>39000</b>	<b>Ministério dos Transportes</b>
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
<b>44000</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente</b>
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004).
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
2000	Administração da Unidade
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000). Ações financiadas com as fontes de recursos 116 e 183.
<b>47000</b>	<b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</b>
0739	Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002
0C01	Pagamento de Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006
<b>49000</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)
<b>51000</b>	<b>Ministério do Esporte</b>
00H0	Transferências à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e a Clubes Sociais
0536	Benefícios de Legislação Especial
<b>52000</b>	<b>Ministério da Defesa</b>
00HO	Concessão de Bolsa Educação Especial aos Dependentes dos Militares das Forças Armadas, falecidos no Haiti ( Lei nº 12.257, de 15 de Junho de 2010)
0536	Benefícios de Legislação Especial
0A07	Concessão de Bolsa - Educação Especial aos Dependentes das Vítimas do Acidente de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
0A08	Concessão de Bolsa - Educação Especial (Artigo 5º da Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)
2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento
<b>55000</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>
00H5	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Pessoa Idosa
00IN	Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa com Invalidez
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
<b>71000</b>	<b>Encargos Financeiros da União</b>
000K	Equalização de Taxas em Operações de Financiamento de que tratam as Leis nº 12.096/09 e 12.409/11
00EF	Equalização de Taxas de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular (Lei nº 11.977, de 2009)
00FS	Subvenção parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu (Decreto nº 7.506, de 2011)
00LI	Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)
00M3	Equalização de juros nas Operações de Crédito para Investimentos no Âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (MP nº 564, de 2012)
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991)

**ANEXO III  
DESPESAS OBRIGATORIAS DE PESSOAL E OCC**

<b>Orgão / Ação / Fonte de Recursos*</b>	
<b>73000</b>	<b>Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios</b>
0032	Manutenção do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
0036	Manutenção da Polícia Militar do Distrito Federal
0037	Manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal
0044	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159)
0045	Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)
0046	Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159)
006M	Transferência do Imposto Territorial Rural
00FE	Auxílio-Alimentação aos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00FF	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00FH	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
00FI	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
00FJ	Auxílio-Transporte aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
00FL	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Militar do Distrito Federal
00FM	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes da Polícia Militar do Distrito Federal
00FN	Auxílio-Alimentação aos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
00FQ	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores da Polícia Civil do Distrito Federal
00G6	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009)
00H6	Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989)
0169	Transferência de Concursos de Prognósticos (Lei nº 9.615, de 1998)
0223	Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0312	Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal
0369	Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)
0536	Benefícios de Legislação Especial
0546	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º)
0547	Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º)
0A53	Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997)
0C03	Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39)
0C33	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB
<b>74000</b>	<b>Operações Oficiais de Crédito</b>
009J	Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007)
00EI	Equalização de Taxas de Juros em Empréstimos e Financiamentos destinados à Estocagem de Álcool Etílico Combustível (Lei nº 12.666, de 2012)
00GO	Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 2010)
00GW	Equalização para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992).
00GZ	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal de Produtos da Agricultura Familiar e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF-AF (Lei nº 8.427, de 1992)
00JO	Subvenção Econômica em Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110, de 2005, e MP nº 543, de 2011)
0267	Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)
0281	Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)
0294	Equalizações de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)
0297	Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)
0298	Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal - EGF (Lei nº 8.427, de 1992)
0299	Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)
0300	Equalização para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992).
0301	Equalização de Juros e de outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)
0373	Equalização de Juros e Bônus de Adimplência no Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995 e nº 9.866, de 1999)
0611	Equalização de Juros decorrentes do Alongamento da Dívida do Crédito Rural (Lei nº 9.866, de 1999)
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012)

\* A fonte de recursos é critério identificador de despesa obrigatória somente no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (todas as ações f



**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

**Órgão / Ação**

<b>Órgão / Ação</b>	
<b>24000</b>	<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b>
12QB	Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN)
<b>26000</b>	<b>Ministério da Educação</b>
12KU	Implantação de Escolas para Educação Infantil
12KV	Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares
<b>32000</b>	<b>Ministério de Minas e Energia</b>
13E5	Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos
2050	Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural
20L9	Informações de Alerta de Cheias e Inundações
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos
20LC	Levantamentos Geológicos Marinhos
20LF	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica
20LG	Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica
20LH	Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos
211G	Elaboração de Estudos e Projetos visando à Implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTM
2397	Levantamentos Hidrogeológicos
2398	Levantamentos Geológicos
2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil
2B51	Gestão da Informação Geológica
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN
2D62	Levantamentos da Geodiversidade
2D84	Levantamentos Geoquímicos
4872	Levantamentos Aerogeofísicos
7112	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>36000</b>	<b>Ministério da Saúde</b>
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS
20YG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com População de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou RIDE
20YH	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com População de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou RIDE
7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
<b>39000</b>	<b>Ministério dos Transportes</b>
00FZ	Participação da União no Capital - Concessionária do Trem de Alta Velocidade (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)
105S	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101 - no Estado da Bahia
105T	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101 - no Estado da Paraíba
108X	Implantação de Postos de Pesagem
10IW	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais
10IX	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais
10J6	Adequação de Trecho Rodoviário - Betim - Nova Serrana - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais
10JQ	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina
10KK	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Sorriso) - Entroncamento BR-158 (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242 - no Estado do Mato Grosso
10KR	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230 - no Estado do Pará
10KT	Construção de Acesso Rodoviário ao Porto de Salvador - no Estado da Bahia
10KV	Adequação de Trecho Rodoviário - Estância Velha - Dois Irmãos - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
10L3	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222 - no Estado do Ceará
10L7	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Esteio - Sapucaia - na BR-448 - no Estado do Rio Grande do Sul
10M9	Adequação de Trecho Rodoviário - Tabaí - Estrela - na BR-386 - no Estado do Rio Grande do Sul
10MK	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

<b>Órgão / Ação</b>	
10UL	Construção de Contorno Rodoviário - Betim - Ravena (Trecho Norte) - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais
110I	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230 - no Estado do Pará
110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277 - no Estado do Paraná
110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101 - no Estado de Sergipe
110R	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101 - no Estado de Sergipe
110S	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia dos Rios Paraná e Paraguai
111D	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230 - no Estado do Pará
111J	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento RN-078 - Divisa RN/CE - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte
112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
113I	Adequação de Anel Rodoviário - no Município de Uberlândia - na BR-365/050 - no Estado de Minas Gerais
113J	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-007 (Granja do Torto) - Entroncamento DF-051 (EPGU) - na BR-450 - no Distrito Federal
113K	Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe - no Município de Aracati - na BR-304 - no Estado do Ceará
113R	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-181 (Boqueirão) - Entroncamento MG-188 (Cangalha) - na BR-251 - no Estado de Minas Gerais
113V	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Mossoró - na BR-304 - no Estado do Rio Grande do Norte
113Y	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - no Estado de Goiás
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO
11H1	Adequação de Ramal Ferroviário - no Município de Barra Mansa - no Estado do Rio de Janeiro
11VA	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso
11WB	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cachoeiro do Itapemirim - na BR-482 - no Estado do Espírito Santo
11XB	Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea - no Município de Maringá - no Estado do Paraná
11Z7	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Vilhena - BR-364 - no Estado de Rondônia
11ZC	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberaba - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais
11ZD	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste - Estrela D'Oeste - no Estado de São Paulo
11ZE	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia
11ZH	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás - São Simão - no Estado de Goiás
11ZI	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória - Iturama - no Estado de Minas Gerais
11ZT	Ferrovia Transnordestina - Participação da União
1208	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina
1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392 - no Estado do Rio Grande do Sul
123M	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - no Estado do Pará
123S	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Campo Grande - na BR-060/163/262 - no Estado do Mato Grosso do Sul
123U	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul
1248	Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia
126R	Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá
1276	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina
127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte
127H	Adequação de Trecho Rodoviário - Estiva - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - na BR-135 - no Estado do Maranhão
127K	Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV (Rio de Janeiro - São Paulo - Campinas)
128D	Estudos para a Implantação do Trem de Alta Velocidade - TAV
128W	Construção de Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158 - no Estado do Paraná
12ER	Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo
12FO	Construção de Travessia Urbana - no Município de Guaraí - na BR 153 - no Estado do Tocantins
12H0	Construção de Travessia Urbana - no Município de Ouro Preto do Oeste - na BR-364 - no Estado de Rondônia
12HH	Construção de Travessia Urbana - no Município de Presidente Médici - na BR-364 - no Estado de Rondônia
12HL	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira - na Região Norte
12HY	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tapajós - no Estado do Pará
12I0	Modernização do Porto de Porto Velho - no Estado de Rondônia
12IA	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto de Itaquí - Pedrinhas - na BR-135 - no Estado do Maranhão
12IW	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415 - no Estado da Bahia
12IX	Construção de Travessia Urbana - no Município de Luís Eduardo Magalhães - na BR-242 - no Estado da Bahia
12IZ	Construção de Travessia Urbana - no Município de Miranorte - na BR-153 - no Estado do Tocantins
12J1	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do São Francisco
12JG	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BA-460 - Divisa BA/TO - na BR-242 - no Estado da Bahia

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

<b>Órgão / Ação</b>	
12JL	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163 - no Estado do Paraná
12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte - no Estado de São Paulo
12JT	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte
12JU	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - Sobral - na BR-222 - no Estado do Ceará
12JV	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Anápolis - na BR-153 - no Estado de Goiás
12JW	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-376 - Entroncamento BR-373 - na BR-153 - no Estado do Paraná
12KB	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Itaperuna - na BR-356 - no Estado do Rio de Janeiro
12KF	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163 - no Estado de Santa Catarina
12KG	Construção de Travessia Urbana - no Município de Santa Maria - na BR-158 - no Estado do Rio Grande do Sul
12KY	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cuiabá - na BR-070/163/364 - no Estado de Mato Grosso
12L0	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento PR-160 (Paulo Frontin) - Entroncamento BR-476 - na BR-153 - no Estado do Paraná
12MJ	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Colinas do Tocantins - na BR-153 - no Estado do Tocantins
12MK	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Campina Grande - na BR-230 - no Estado da Paraíba
1304	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais
1310	Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153 - no Estado de Goiás
13E8	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Estrela D'Oeste - Panorama - no Estado de São Paulo
13EB	Construção da Ferrovia do Pantanal - Panorama/SP - Dourados/MS
13ED	Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - Campinorte/GO - Lucas do Rio Verde/MT
13LF	Adequação de Infraestrutura Portuária - no Porto de Manaus - no Estado do Amazonas
13LJ	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Amazonas
13LO	Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas
13WQ	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-114 - Minas Novas - na BR-367 - no Estado de Minas Gerais
13X6	Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116 - no Estado do Ceará
13X7	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116 - no Estado da Bahia
13X9	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-367 (Eunápolis) - Entroncamento BR-418 (Posto da Mata) - na BR-101 - no Estado da Bahia
13XG	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367 - no Estado de Minas Gerais
13XH	Construção de Contorno Rodoviário de Belo Horizonte - Trecho Sul (Betim - Nova Lima) - na BR-040/262 - no Estado de Minas Gerais
13XJ	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262 - no Estado de Minas Gerais
13XL	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Santa Cruz do Capibaribe - na BR-104 - no Estado de Pernambuco
13XQ	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR-158/242 (Vila Ribeirão Bonito) - na BR-080 - no Estado do Mato Grosso
13XW	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Lages - BR-282 - no Estado de Santa Catarina
13XZ	Construção do Contorno Rodoviário Norte - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia
13Y2	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RJ/SP - Praia Grande - na BR-101 - no Estado de São Paulo
13YK	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156 - no Estado do Amapá
1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá
1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre
1428	Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317 - no Estado do Amazonas
1490	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará
14KV	Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê
14L8	Adequação de Trecho Rodoviário - Posto Gil - Sinop - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
14LV	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Juazeiro - na BR-407 - no Estado da Bahia
14UV	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-402/MA (Bacabeira) - Miranda do Norte - na BR-135 - no Estado do Maranhão
1558	Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116 - no Estado do Ceará
1B99	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - São Raimundo Nonato - na BR-020 - no Estado do Piauí
1C09	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia
1D02	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira no Distrito de Abunã - no Município de Porto Velho - na BR-364 - no Estado de Rondônia
1D48	Modernização do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1D69	Construção de Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo
1D70	Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná
1J59	Construção de Trecho Rodoviário - Guarantã do Norte - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
1K17	Construção de Contorno Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

**Órgão / Ação**

1K19	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-235 - Pedra Branca - na BR-101 - no Estado de Sergipe
1K23	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais
1K24	Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Joinville - no Estado de Santa Catarina
1K25	Construção de Variante Ferroviária - no Município de Camaçari - EF-431 - no Estado da Bahia
1K53	Obras Complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guafba - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
2036	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal
20UA	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento)
20VI	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Centro-Oeste
20VJ	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste
20VK	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte
20VL	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste
20VM	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sul
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos
3766	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul
3E49	Adequação de Acesso Rodoviário - na BR-101 - Acesso ao Porto de Itaguaí - no Estado do Rio de Janeiro
3E50	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro
3E56	Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paraná - Taguatinga - na BR-242 - no Estado do Tocantins
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins
7152	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima
7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco
7441	Construção de Trecho Rodoviário - Jerumenha - Bertolínia - Eliseu Martins - na BR 135 - no Estado do Piauí
7474	Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418 - no Estado da Bahia
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina
7542	Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Divisa DF/GO - na BR-060 - no Distrito Federal
7560	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 0 - Águas Lindas de Goiás - na BR-070 - no Estado de Goiás
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101 - no Estado de Alagoas
7626	Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Norte
7630	Adequação de Trecho Rodoviário - Santa Cruz - Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080 - no Estado de Goiás
7E87	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais
7E90	Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408 - no Estado de Pernambuco
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440 - no Estado de Minas Gerais
7G66	Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104 - no Estado da Paraíba
7I40	Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060 - no Estado de Goiás
7I74	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Chapecó - na BR-480 - no Estado de Santa Catarina
7I84	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia
7K18	Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR-262
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487 - no Estado do Paraná
7L03	Adequação de Anel Rodoviário - no Município de Fortaleza - no Estado do Ceará
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - no Município de Xambioá - na BR-153 - no Estado do Tocantins
7M52	Melhoramentos no Canal de Navegação do Corredor do Mercosul
7M63	Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364 - no Estado de Rondônia
7M65	Construção de Trecho Rodoviário - Lagoa Vermelha - Barracão - na BR-470 - no Estado do Rio Grande do Sul
7M66	Construção de Trecho Rodoviário - Bom Jesus - Divisa RS/SC - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul
7M69	Adequação de Trecho Rodoviário - Formosa/GO - Sobradinho/DF - na BR-020 - na Região Centro Oeste
7M71	Adequação de Trecho Rodoviário - BR-101 (Km 15,5) - Divisa ES/MG (Km 195,9) - na BR-262 - no Estado do Espírito Santo
7M76	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso
7M78	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 - Alcínópolis - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul
7M79	Construção de Trecho Rodoviário - Alcínópolis - Divisa GO/MS - na BR-359 - no Estado do Mato Grosso do Sul
7M81	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais
7M83	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Km 669,2) - Contorno Montes Claros - Trevo Mirabela (km 289,4) - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

**Órgão / Ação**

7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104 - no Estado de Pernambuco
7M91	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Maringá - na BR-376 - no Estado do Paraná
7M92	Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cascavel - nas BRs 163/277/467/369 - no Estado do Paraná
7M95	Adequação de Trecho Rodoviário - Anel Rodoviário de Belo Horizonte - Entroncamento MG-437/MGT-262 - Entroncamento BR-040/135/262/381 - Entroncamento BR-040/BR-356 - na BR-262/381/040 - no Estado de Minas Gerais
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235 - no Estado do Piauí
7N84	Construção de Anel Rodoviário - no Município de Barreiras - na BR-020/135/242 - no Estado da Bahia
7N85	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285 - no Estado de Santa Catarina
7P87	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Ji-Paraná - na BR-364 - no Estado de Rondônia
7R27	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Candeias do Jamari - na BR-364 - no Estado de Rondônia
7S66	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-476 - Divisa PR/SC - na BR-153 - no Estado do Paraná
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>42000</b>	<b>Ministério da Cultura</b>
12MG	Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>47000</b>	<b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</b>
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>49000</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário</b>
12NR	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes
<b>51000</b>	<b>Ministério do Esporte</b>
14TQ	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
14TR	Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer - Praça do Esporte
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>53000</b>	<b>Ministério da Integração Nacional</b>
100N	Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
10E9	Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará
10ER	Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio com 1.070ha no Estado do Tocantins
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica
10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba
10ZW	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba
116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
11AA	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia
11NO	Implantação do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km no Estado de Bahia
124L	Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS
126Z	Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro
127A	Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial
127C	Ampliação do Sistema de Macrodrenagem Urbana da Bacia do Rio Timbó e Bacia do Rio Paratibe, no Estado de Pernambuco
127D	Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
12FP	Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe
12FR	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso
12FS	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.000 ha no Estado do Maranhão
12FT	Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí
12FV	Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí
12FZ	Construção da Barragem do Rio Imburuçu para fins de Irrigação no Estado de Goiás
12G2	Construção do Canal de Irrigação Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul
12G3	Construção do Canal de Irrigação Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul
12G4	Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina
12G5	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia
12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
12QC	Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

**Órgão / Ação**

13RU	Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul) - na Região Nordeste
140C	Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas
140M	Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco
140S	Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba
141H	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco
141J	Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Paraíba
14LA	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco
14RL	Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
14RM	Implantação da Barragem Germinal no Estado do Ceará
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
14RQ	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba
14RR	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas
14RS	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba
14RT	Ampliação da Adutora Mirandiba - no Estado de Pernambuco
14RU	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas
14RV	Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco
14RW	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D'Água do Casado e Piau no Estado de Alagoas
14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia
14RY	Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí
14RZ	Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco
14S0	Recuperação da Adutora do Garrincho no Estado do Piauí
14S2	Ampliação do Sistema Adutor Maria Tereza Coelho no Estado de Pernambuco
14S3	Implantação do Sistema Adutor Parelhas-Carnaúba dos Dantas no Estado do Rio Grande do Norte
14S4	Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri no Estado de Pernambuco
14S5	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe
14S6	Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte
14S7	Implantação da Adutora Inhumas no Estado de Pernambuco
14S8	Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco
14S9	Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará
14SA	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Piauitinga no Estado de Sergipe
14SB	Implantação da Adutora Tabocas-Pogo Fundo no Estado de Pernambuco
14SC	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe
14SD	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe
14SE	Ampliação do Sistema de Produção de Água de Cabrobó no Estado de Pernambuco
14SF	Implantação do Sistema Adutor Águas Belas no Estado de Pernambuco
14SG	Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais
14SH	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco
14SI	Implantação de Barragem de Regularização no Rio Paracatu e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Brasília de Minas no Estado de Minas Gerais
14SJ	Implantação do Sistema de Produção de Água de Bodocó e Ipubi no Estado de Pernambuco
14SK	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga no Estado de Pernambuco
14SL	Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco
14SN	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Siriji - Etapa II no Estado de Pernambuco
14SO	Recuperação da Adutora Jatobá-Pioré no Estado de Pernambuco
14SP	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba
14SQ	Recuperação do Sistema Adutor Morro do Crioulo no Estado de Pernambuco
14SR	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas no Estado do Ceará
14SS	Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí
14ST	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piaus II no Estado do Piauí
14SV	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba
14VI	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água
14VJ	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquirá (Zabumbão), no Estado da Bahia
14VK	Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará
14VL	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guamaré e Baixa do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte
14VM	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tucano (Águas do Sertão), no Estado da Bahia
1622	Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba com 3.150 ha no Estado de Sergipe
1686	Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas
1692	Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia
1160	Construção da Barragem Arroio Taquarém no Estado do Rio Grande do Sul
1161	Construção da Barragem Arroio Jaguarí no Estado do Rio Grande do Sul
1164	Implantação do Sistema Adutor de Piaus com 104 km no Estado do Piauí
1167	Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais
1K44	Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina
1K51	Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste no Estado do Rio Grande do Norte
1N64	Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

**Órgão / Ação**

1O12	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará
1O17	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará
1O21	Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí
1O25	Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará
1O28	Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí
1P91	Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins
20WP	Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação
2E50	Estudos para Desenvolvimento do Plano de Irrigação Pública do Semiárido Brasileiro
3445	Construção do Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite no Estado de Goiás
3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
3770	Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás.
5246	Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba
5252	Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 3.800 ha no Estado de Goiás
5260	Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco
5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais
5314	Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 59.375 ha no Estado da Bahia
5322	Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba no Estado de Minas Gerais
5330	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco
5348	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia
5354	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco
5368	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia
5370	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais
5378	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia
5442	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
5910	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe
5934	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí com 5.393 ha - No Estado do Ceará
5980	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba
5984	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco
5E79	Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 4.000 ha no Estado de Roraima
7014	Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu com 5.168 ha - No Estado do Rio Grande do Norte
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
7I31	Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará
7L29	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km
7M10	Construção da Adutora do Siriji no Estado de Pernambuco
7M16	Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul
7M38	Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 5000 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>55000</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>
11V1	Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural
<b>56000</b>	<b>Ministério das Cidades</b>
00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
00CW	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS
0B14	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Trens Urbanos de Salvador
0B15	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Transferência do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros de Fortaleza - CE
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei nº 11.977, de 2009)
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
10S6	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
10SJ	Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social
10SS	Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
10SX	Apoio à Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA

**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

<b>Órgão / Ação</b>	
10SY	Apoio à Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE
10SZ	Apoio à Modernização do Trecho Calçada-Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador-BA
116I	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
123N	Elaboração dos Projetos de Engenharia das Linhas 2 e 3 do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte
12MH	Apoio à Redução e Controle de Perdas de Água em Sistemas de Abastecimento em Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Hab
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento.
20NN	Planejamento e Monitoramento da Ocupação Urbana em Áreas Suscetíveis a Inundações, Enxurradas e Deslizamentos
5176	Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG
5754	Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife - Jaboatão, Coqueiral - Rodoviária e Recife - Cabo do Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
8865	Apoio ao Planejamento e Execução de Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Prevenção de Riscos)
8871	Apoio à Elaboração e Monitoramento de Planos de Saneamento Regionais e Nacional.
8873	Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos Agentes Integrantes do SNHIS
8875	Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
<b>62000</b>	<b>Secretaria de Aviação Civil</b>
0E45	Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária
14UB	Construção, Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional
211I	Elaboração de Diagnósticos sobre Aviação Civil
<b>68000</b>	<b>Secretaria de Portos</b>
000A	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 - no Porto de Santarém (PA)
009O	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)
00HH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)
00HQ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Construção de 1 Pier com 2 berços de Atracação e Ponte de Acesso no Terminal Alamoia no Porto de Santos (SP)
00HT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 a 23 no Porto de Santos (SP)
00HZ	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
00I1	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - Ampliação do Quebra-Mar no Porto de Salvador (BA)
00I6	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Construção do Berço 4 no Porto de Natal (RN)
00IF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas - No Estado do Espírito Santo (ES)
00IH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)
00II	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE)
00IK	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado da Bahia - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador (BA)
00IM	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Adequação do Cais para Terminal de Passageiros no Porto de Santos (SP)
00IP	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00IS	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00IT	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J0	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J2	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00J3	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)



**ANEXO IV**  
**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC**

<b>Órgão / Ação</b>	
00J7	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00J8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00JA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00JB	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00JC	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
00M8	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão) no Porto de Santos (SP)
00M9	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios
00MA	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio de Janeiro - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MD	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Pátio de Estocagem para Carga Pesada no Cais Comercial no Porto de Vitória (ES)
00ME	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00MF	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
00MG	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Pará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MH	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Ceará - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MI	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MJ	Participação da União no Capital - Companhia Docas da Bahia - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00MK	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
00ML	Participação da União no Capital - Companhia Docas de São Paulo - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos
0A45	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Estado de São Paulo - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)
0E23	Participação da União no Capital - Companhia Docas do Espírito Santo - Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória - no Estado do Espírito Santo
11XL	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)
122A	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)
122B	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)
122E	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)
122H	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)
122I	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)
122K	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)
122L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)
122O	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)
122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado
122Z	Construção do Berço 108 no Porto de Itaquí (MA)
128N	Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)
12DG	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)
12IV	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)
12JQ	Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Recife (PE)
12K7	Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
12KQ	Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
12KS	Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos
12Y0	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)
12Y1	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)
131L	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI)
138S	Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)
138T	Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas Companhias Docas
14UD	Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (RJ).
20B9	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC
7L25	Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
<b>71000</b>	<b>Encargos Financeiros da União</b>
00CZ	Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados.

## Custos Médios utilizados nos principais serviços e investimentos

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

Orçamento Fiscal e de Seguridade Social

					Recursos de todas as fontes	R\$ 1,00
Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa	
<b>10000 Supremo Tribunal Federal</b>						
<b>10101 Supremo Tribunal Federal</b>						
12QL Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal	Garagem ampliada	percentual de execução física	Investimentos	982.857	Com uma dotação de de R\$ 6.880.000, para 2013, pretendes-se executar 7% do projeto de Ampliação da Garagem do Edifício Anexo II do STF, a um custo médio de R\$ 982.857 para cada percentual executado.	
1C15 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal (e-Jus)	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.333.333	Com uma dotação de R\$ 8.000.000, para 2013, pretendes-se executar 6% do projeto de Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação, a um custo médio de R\$ 1.333.333 para cada percentual implantado.	
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	690	O custo médio da matéria veiculada pela TV e Rádio Justiça, e também por meio de outros serviços de comunicação é de R\$ 690,00, considerando uma previsão de 55.000 a serem veiculadas em 2013.	
6359 Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	Processo julgado	percentual de execução	Serv. / Invest.	1.426.592	Para esta ação, foi destinada uma dotação de R\$ 142.659.200, com a previsão de atender 100% das demandas da sociedade em 2013, a um custo médio de R\$ 1.426.592 para cada percentual de demanda atendida.	

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 11000 Superior Tribunal de Justiça

### 11101 Superior Tribunal de Justiça

14PU Construção do Bloco G da Sede do STJ	Prédio construído	percentual de execução física	Investimentos	2.500.000	A meta física estimada para o projeto em 2013 é de 2%. Os recursos alocados à ação nesse período totalizarão R\$ 5.000.000,00, o que resulta um Custo Médio do projeto de R\$ 2.500.000,00. O projeto tem início em 2013 com despesas de projeto arquitetônico, projetos complementares, de cálculo estrutural e de fundações, além de projetos de instalações prediais para essa fase.
4236 Apreciação e Julgamento de Causas	Processo julgado	unidade	Serv. / Invest.	504	O Custo Médio apontado quantifica a previsão de gasto unitário do processo julgado. O referencial monetário de R\$ 170.750.500,00 alocado à ação e a estimativa de processos a serem julgados de 339.079 no próximo exercício resultaram no custo apurado quando do lançamento da fase quantitativa da LOA. As despesas administrativas com manutenção e conservação de bens móveis e imóveis; manutenção e desenvolvimento de aplicativos e serviços de informática; e demais serviços diversos da Corte corroboram para consecução do objetivo precípuo da Atividade que é dar suporte no atendimento a todo cidadão na busca de um pronunciamento judicante do Órgão.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 12000 Justiça Federal

### 12101 Justiça Federal de Primeiro Grau

3755 Implantação de Varas Federais	Vara federal instalada	unidade	Investimentos	600.000	DESPESAS NECESSÁRIAS À INSTALAÇÃO DE UMA VARA FEDERAL DECORRENTE DA LEI N. 12011/2009, COMPREENDENDO MATERIAIS DE CONSUMO, REFORMAS E ADAPTAÇÕES MÍNIMAS PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA, BEM COMO MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS.
4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	261	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.

### 12102 Tribunal Regional Federal da 1a. Região

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	222	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.
--	------------------	---------	----------	-----	--

### 12103 Tribunal Regional Federal da 2a. Região

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	375	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.
--	------------------	---------	----------	-----	--

### 12105 Tribunal Regional Federal da 4a. Região

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	417	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.
--	------------------	---------	----------	-----	--

### 12106 Tribunal Regional Federal da 5a. Região

4224 Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	unidade	Serviços	500	O VALOR PRETENDE ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA A PESSOAS CARENTES COM O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PARA DEFENSORES DATIVOS E PERITOS, CONFORME LEIS N. 1.060/1950; 7.510/1986; RESOLUÇÃO CJF Nº 541/ 2007 E RESOLUÇÃO CJF Nº 558/2007.
--	------------------	---------	----------	-----	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

### 16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal

3751 Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Vara implantada	unidade	Investimentos	1.000.000	É o valor médio para implementação de cada vara ou juizado
4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	Processo julgado	unidade	Serv. / Invest.	525	É a razão entre a dotação disponibilizada para a ação(R\$ 194.787.300,00) e a projeção de Processos Julgados (370.889).

### 16103 Justiça da Infância e da Juventude

4234 Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	Processo julgado	unidade	Serviços	1.195	É a razão entre a dotação disponibilizada para a ação(R\$ 8.725.000,00) e a projeção de Processos Julgados (7.300).
--	------------------	---------	----------	-------	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 17000 Conselho Nacional de Justiça

### 17101 Conselho Nacional de Justiça

11E6 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus)	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	8.102.592	Custo médio anual da ação para prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentabilidade dos sistemas internos do CNJ e dos sistemas nacionais, serviços de capacitação técnica e gerencial, aquisição de softwares e equipamentos para a Infraestrutura de tecnologia da informação do Conselho Nacional de Justiça. Ressalta-se que, do total programado, R\$ 50.000.000,00 referem-se a recursos a serem distribuídos entre os Tribunais integrantes do projeto e-Jus.
1K27 Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira	Projeto implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	4.580.662	Custo médio anual para aquisição de equipamentos para modernização e ampliação do parque de microcomputadores dos Tribunais, bem como para modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação. Os investimentos estão sendo propostos tendo como base o resultado do questionário - Levantamento da Governança de TI aplicado ao Poder Judiciário e à consequente política de distribuição de equipamentos estabelecida pela Comissão de Informatização, Modernização e Projetos Especiais do CNJ. Também compõe o custo médio a prestação de serviços de suporte técnico dos sistemas nacionais.
2B65 Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos	Processo apreciado	unidade	Serv. / Invest.	6.128	Custo médio necessário à manutenção e ao funcionamento do CNJ: aquisição de materiais, equipamentos e material permanente, manutenção e uso da frota veicular, conservação de bens móveis e imóveis, manutenção, suporte técnico de sistemas, de rede - inerentes à área de Tecnologia da Informação, aquisição e instalação de equipamentos de informática, despesas de viagens e de locomoção, diárias, ajuda de custo e auxílio-moradia. Prestação de serviços técnicos administrativos com manutenção e desenvolvimento de sistemas de informática, condução de veículos, realização de eventos, vigilância, recepção e secretariado. Realização de projetos de pesquisa sobre eixos temáticos definidos pelo CNJ, avaliação dos sistemas de remessa de dados para o Justiça em Números e fomento a pesquisas por meio de pagamentos de bolsas de estudo de mestrado e doutorado. Desenvolvimento de ações de treinamento (cursos externos, concessão de bolsas de pós-graduação e língua estrangeira, e Programa de desenvolvimento de líderes), considerando o número de vagas oferecidas/ bolsas concedidas, além de despesas com palestras, congressos, eventos internos e educação corporativa, implementação da gestão por competência no CNJ, e ainda atender ao Ceajud, criado com o propósito de coordenar e promover a educação corporativa de servidores do Judiciário, a formação de multiplicadores e qualificação necessária ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais e alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 20000 Presidência da República

### 20101 Presidência da República

20CT Capacitação de Agentes para o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM	Agente capacitado	unidade	Serviços	2.857	O custo Médio envolve a contratação de serviços de terceiros para prestação de serviços na área de capacitação em comunicação, de forma a qualificar 350 agentes de comunicação do Governo Federal.
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serviços	8.678.000	Os custos médios dos projetos apoiados envolvem o pagamento de serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), especialmente profissionais para prestação de serviços técnicos e para capacitação, e ainda, aquisição de passagens e diárias, de material de escritório, impressos, entre outras.
2675 Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal	Matéria distribuída	unidade	Serviços	679	Custo médio para assegurar o acesso da sociedade à informação sobre direitos e deveres do cidadão, fortalecendo a cidadania e a integração nacional, mediante divulgação das políticas públicas, programas, ações e projetos de interesse público.
2C55 Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal	Agente público orientado	unidade	Serviços	400	Capacitação de agentes públicos quanto à gestão da ética pública. Inere-se nesse contexto cursos, seminários, diárias e passagens de servidores e colaboradores em viagens nacionais e internacionais, pesquisa para aferição de resultados, serviços gráficos.
8699 Gerenciamento das Políticas Públicas de Juventude	Diagnóstico realizado	unidade	Serv. / Invest.	10.444.000	Realizar estudos, seminários, pesquisas, capacitar servidores públicos e membros da sociedade civil, implementar por meio de execução direta à órgãos da administração pública federal ou parcerias com os órgãos dos Governos Estaduais, Municipais e o Distrito Federal, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>20204 Instituto Nacional de Tecnologia da Informação</b>					
4858 Promoção e Disseminação do Uso da Certificação Digital - ICP - Brasil	Evento/projeto realizado	unidade	Serviços	3.000	Trata-se de ação que visa promover a Massificação da Certificação Digital ICP - Brasil e disseminação de conhecimentos entre empresas, servidores públicos, cidadãos brasileiros e pessoal envolvido com os Prestadores de Serviço de Certificação e /ou interessados na adoção da Certificação Digital ICP - Brasil, com foco no uso, suporte técnico e emissão de certificados digitais, segundo as práticas, normas e padrões da ICP - Brasil. A ação visa também estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento nas atividades de interesse da ICP - Brasil.O custo médio foi apurado em função da quantidade de eventos prevista para 2013.
4912 Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação Digital e Normatização da ICP-Brasil	Auditoria/fiscalização realizada	unidade	Serviços	3.000	Trata-se de ação que visa certificar, por meio de auditorias e fiscalizações operacionais e de credenciamento, a conformidade dos processos, procedimentos operacionais e atividades dos Prestadores de Serviço de Certificação com as suas respectivas Declarações de Práticas de Certificação, suas Políticas de Certificação, a Política de Segurança e demais documentos, regulamentações e normas gerais estabelecidas para as entidades em credenciamento ou integrantes da ICP - Brasil, por meio de processos de auditoria e fiscalização consubstanciados em relatórios, cujas irregularidades devem ser acompanhadas até o cumprimento de suas correções. Realizar pesquisas e propor a revisão, atualização e suplementação das normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, observados os demais aspectos jurídicos sobre a matéria, com vistas a garantir a adoção dos padrões de interoperabilidade e segurança compatíveis com as normas brasileiras e internacionais. Ação cobre os custos com diárias e passagens dos servidores quando em serviço externo (auditorias).
4917 Operacionalização, Manutenção e Modernização da Autoridade Certificadora Raiz da Infraestrutura da ICP-Brasil	Serviço mantido	percentual	Serv. / Invest.	43.717	A ação visa garantir pleno funcionamento dos centros de Certificação Digital da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil: ambiente de produção e contingência, assim como investir no aperfeiçoamento constante da plataforma criptográfica (hardware-MS e software-SGC). Promover o relacionamento com instituições congêneres no país e no exterior. Celebrar e acompanhar a execução de contratos, convênios, instrumentos congêneres e acordos internacionais de cooperação, no campo das atividades de infraestrutura de chaves públicas e áreas afins, ouvido o Comitê Gestor da ICP - Brasil. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse tecnológico, voltados à ampliação da cidadania digital, por meio da utilização de certificação e assinaturas digitais ou de outras tecnologias que garantam a privacidade ,autenticidade e integridade de transações e documentos eletrônicos. A ação abrange despesas tais como: a) contratos de manutenção programada e corretiva do ambiente seguro (sala cofre); b) despesas com diárias e passagens de servidores; c) pesquisa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistema de suporte à Certificação Digital, tais como o criptossistema, dentre outros, através de Termos de Cooperação com universidades federais e outros órgãos públicos; d) desenvolvimento e manutenção de software; e) serviços técnicos profissionais; f) comunicação de dados e g) investimentos para adequação, atualização e renovação do parque tecnológico.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>20415 Empresa Brasil de Comunicação</b>					
128Z Implantação do Sistema Operador da Rede Nacional de TV Pública Digital (RNTPD)	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Implantação de infraestrutura, meios e equipamentos de rede para operação e manutenção de plataforma comum integrada multiserviço destinada a prestar serviços de transmissão e retransmissão de televisão pública digital explorados pelas redes públicas federais previstas pelo Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Viabilizar a implantação de infraestrutura comum de transmissão em sistema digital para as emissoras públicas federais, buscando a economia de recursos públicos e a aceleração dos prazos de migração do sistema digital para o SBTVD.
20B5 Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	Conteúdo informativo difundido	unidade	Serv. / Invest.	6.632	Produção e veiculação de conteúdos informativos, infantis, educativos, culturais, artísticos, científicos e formadores da cidadania por meio dos diferentes canais e serviços que compõem o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão; aquisição de conteúdos originários da produção audiovisual independente e da produção audiovisual regional, com vistas à expressão da diversidade cultural, social, econômica e étnica do País; licenciamento de obras audiovisuais nacionais e internacionais; aquisições de direitos autorais; ações de fomento, próprias e em parcerias, ao desenvolvimento da produção audiovisual televisiva e radiofônica brasileiras; produção de conteúdos específicos para exibição internacional; produção, integração e distribuição de conteúdos multimídia para web, mobile e novas plataformas; ações de divulgação e publicidade; ações de patrocínios; investimentos para ampliar a oferta e qualidade dos sinais de radiodifusão públicos e a migração para a plataforma digital; e contratação de serviços de telecomunicações e outros serviços de terceiros, serviços continuados, aquisição de materiais de consumo, despesas com diárias, passagens e locomoção, aquisição de materiais permanentes, obras e instalações, ou seja, despesas necessárias para dar suporte à execução da atividade finalística. Aprimorar o funcionamento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação, composto pelas emissoras públicas de televisão nacional (TV Brasil) e internacional (TV Brasil Internacional), agências públicas de notícias (Agência Brasil e Radioagência Nacional) e pelo complexo de emissoras públicas de rádio (Rádios Nacional e Rádios MEC), ampliando e qualificando sua acessibilidade e abrangência.
2670 Produção de Conteúdos Informativos, Culturais e Educacionais (ACERP-OS)	Serviço prestado	unidade	Serviços	25.168	Produção e edição de programas; contratação de prestadores de serviços (inclusive apresentadores e comentaristas); gestão de acervos; e manutenção de infraestrutura técnica, operacional e administrativa para a prestação dos serviços. Contribuir para a produção da programação educativa, cultural, científica, informativa e promotora de cidadania oferecida nos veículos públicos da EBC (de televisão, rádio, notícias e outras plataformas) por meio do contrato de gestão firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.
2675 Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal	Matéria distribuída	unidade	Serv. / Invest.	1.912	Cobertura jornalística das atividades do Governo Federal, transmitindo-a em tempo real em televisão (aberta e fechada), rádio e internet. Acompanhamento da agenda presidencial em Brasília e em todas as viagens realizadas pela Presidenta no Brasil e no exterior com divulgação por meio de transmissões ao vivo e programas jornalísticos. Divulgação de políticas públicas aos cidadãos, mediante a produção de conteúdos em formato de noticiosos, documentários, entrevistas e reportagens para veiculação em televisão, rádio, internet e outras plataformas digitais. Assegurar o acesso da sociedade à informação sobre direitos e deveres do cidadão, fortalecendo a cidadania e a integração nacional, mediante divulgação das políticas públicas, programas, ações e projetos de interesse público.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	Serviço implantado	unidade	Serviços	1.250.000	Desenvolvimento tecnológico, avaliação e implantação de novos protocolos, serviços e aplicações na rede; disseminação destas tecnologias entre organizações usuárias; capacitação de recursos humanos, tanto para atender às necessidades decorrentes dos objetivos descritos, como para difundir o conhecimento em tecnologia de informação e comunicação; diagnóstico, planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da infra-estrutura nacional de redes IP (Protocolo Internet) avançada para colaboração e comunicação em ensino e pesquisa.

## 20927 Fundo de Imprensa Nacional

2804 Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais	Página editorada	unidade	Serv. / Invest.	0	<p>O Custo Médio é de 0,10.</p> <p>Visa a assegurar os meios necessários para garantir aquisições de equipamentos gráficos; despesas contratuais de caráter continuado e não continuados (aquisições de insumos gráficos, manutenção dos contratos de equipamentos gráficos, manutenção das impressoras rotativas e planas, dobradeiras, dentre outros); manutenção dos contratos relativos à divulgação eletrônica dos jornais oficiais (via internet) e de distribuição dos jornais.</p> <p>Manter os serviços administrativos e de transporte; realizar a manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva dos maquinários e tais instalações do parque gráfico.</p> <p>Promover a qualificação dos servidores públicos federais, por meio da participação em treinamentos, cursos, seminários e congressos entre outros.</p> <p>Foram incorporados a esta ação 2804 - Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficiais, as ações: 2805 – Funcionamento do Parque Gráfico e a Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais.</p>
--	------------------	---------	-----------------	---	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

### 22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

0064 Assistência às Associações de Criadores de Equinos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)	Associação atendida	unidade	Serviços	91.472	Assistência financeira para melhoria e modernização dos serviços de Registros Genealógicos; melhoria da infra-estrutura dos hipódromos; modernização dos sistemas de apostas nas entidades turfísticas.
099F Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	5.634	Para a safra 2012/2013, que compreende o período de julho 2012 a junho 2013, foi anunciado no Plano Safra o valor de R\$ 400 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. O ano de 2013, objeto deste documento, contempla parte da safra 2012/2013 e parte da safra 2013/2014, futura, para a qual foi planejada a expansão da área coberta pelo Seguro Rural. Entretanto, com o volume de recursos determinado como limite para a proposta a ser apresentada para o Programa no exercício de 2013, consideramos a expectativa de atingirmos 22578 apólices subvencionadas.
147S Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	Rede implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.214.287	A observação meteorológica é a pedra angular de todas as atividades meteorológicas, e sem ela não é possível realizar-se o monitoramento meteorológico e climático no país, nem é possível realizar-se previsões de tempo e prognósticos climáticos confiáveis. O dado meteorológico é insumo básico no zoneamento agroclimático e na determinação de regiões em que eventos meteorológicos severos atingem as áreas agrícolas no país e em várias outras atividades econômicas (seguro agrícola, aviação, navegação e etc.). Nesse contexto, o adensamento da observação meteorológica no país, vem de encontro às necessidades de incrementar a capacidade de monitorar e prever tempo e clima, seja para garantir melhores decisões pelo agricultor na hora de plantar e colher, seja para influir positivamente na capacidade do estado brasileiro em prover a Salvaguarda da Vida e dos Bens e esses dados coletados por todo o país fornecem informações fundamentais para meteorologistas e outros especialistas que podem melhor contribuir para tomada de decisões econômicas, ambientais, prevenção de catástrofes, etc.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.231	Assist-encia Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	877	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis e empregados.
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.160	Auxílio-transporte aos servidores civis e empregados.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	3.648	Auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados.
20ZS Desenvolvimento da Agroenergia	Cadeia produtiva desenvolvida	unidade	Serviços	600.555	Justifica-se a contratação de serviços, na proposta orçamentária, tendo em vista a realização de eventos para promoção, difusão de novas tecnologias e capacitação de produtores rurais para a produção agroenergética.

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
20ZT Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	Evento/missão realizado(a)	unidade	Serviços	290.907	Ações internacionais em prol da agropecuária para definir e harmonizar normas e regras que disciplinem o comércio internacional de produtos agropecuarios e remover barreiras que abstruam a expansão das exportações agropecuárias brasileiras; Realizar ações para consolidar a credibilidade dos produtos agropecuarios brasileiros e intensificar as exportações destes produtos de modo a contribuir para a expansão da pauta e da base exportadora do Brasil; e Constituir um centro de custos para atender a tarefa de gerenciamento da função dos Adidos Agrícolas no exercício de suas atividades.
20ZU Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	8	Identificar, quantificar e qualificar os riscos de produção agrícola e definir o público-alvo das políticas agrícolas de minimização de riscos com o intuito de agilizar a tomada de decisões no âmbito da Secretaria de Política Agrícola.
20ZV Fomento ao Setor Agropecuario	Projeto/iniciativa apoiado(a)	unidade	Serviços	8.529	Desenvolvimento e difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção - INFRALOG, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas, apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias, fomento à indicação geográfica de produtos agropecuarios - IG, fomento à inovação no agronegócio, fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação, com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuario.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20ZW Promoção da Defesa Agropecuária	Atividade realizada	unidade	Serv. / Invest.	200	<p>Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.</p> <p>Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade agropecuária – SUASA, e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.</p> <p>Ampliar e qualificar a oferta de serviços laboratoriais para atender a demanda na área da defesa agropecuária.</p> <p>A segurança da sanidade agropecuária tem como objetivos a saúde dos rebanhos, a sanidade vegetal e a eficiência da defesa agropecuária. A presença de doenças e pragas pode gerar grandes perdas econômicas para a agropecuária nacional, constituindo-se, inclusive, em obstáculo para a comercialização internacional de produtos agropecuários.</p> <p>A evolução do agronegócio nas últimas décadas fez com que o Brasil despontasse como uma das mais importantes potências agrícolas no cenário mundial, tanto para atendimento da demanda interna quanto de outros países por alimentos, fibras, fontes energéticas renováveis e outros produtos. Em consequência, o setor tornou-se um dos principais sustentáculos da economia brasileira e fundamental para o atingimento de objetivos estratégicos mais amplos, como a continuada produção de superávits comerciais, geração descentralizada de emprego e renda, diminuição das desigualdades regionais e sociais e combate aos diferentes níveis de pobreza existentes.</p> <p>A continuidade dessa trajetória de sucesso depende, dentre outros fatores, da existência de serviços de defesa agropecuária capazes de compensar as vulnerabilidades naturais causadas pela extensão territorial brasileira, diversidade de climas, ambientes, recursos naturais, sistemas produtivos e riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças capazes de comprometer todo o setor. No comércio internacional, o próprio sucesso do agronegócio brasileiro suscita o surgimento de seguidas tentativas de impor barreiras sanitárias aos seus produtos pelos competidores.</p> <p>O conjunto desses fatores exige serviços de defesa agropecuária de alta credibilidade, que operem segundo padrões de excelência e eficácia iguais ou superiores aos dos melhores do mundo e que dêem segurança de que os produtos brasileiros atendam as expectativas dos mais exigentes consumidores em termos de sanidade, inocuidade e qualidade. O atingimento desse objetivo, por sua vez, exige um esforço contínuo, mas acelerado, de: engajamento dos serviços estaduais, municipais e privados em um esforço conjunto, harmônico e articulado de atuação, como forma de ampliar a oferta e o alcance das atividades de defesa agropecuária em todo o território nacional e, a modernização e aperfeiçoamento dos processos operacionais em uso nesses serviços.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20ZX Fiscalização de Atividades Agropecuárias	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	57	<p>As ações da fiscalização objetivam precipuamente garantir a qualidade, conformidade e segurança de produtos colocados à disposição dos produtores rurais, de modo a salvaguardar a produção, a produtividade e a segurança dos alimentos, bem como a proteção do agricultor contra a fraude, afastando do mercado produtos de baixa qualidade, coibindo os produtos marginais fraudados, contaminados ou fora dos padrões de garantia.</p> <p>Ressaltamos que a fiscalização agropecuária é sazonal e concentrada em determinados produtos, porquanto sua incidência acompanha a época de maior produção destes e, se esta fiscalização não for efetivada no momento oportuno, não deverá ocorrer em momento posterior, pois as sementes a serem fiscalizadas já estarão colhidas ou possivelmente comercializadas, as lavouras já estarão plantadas e adubadas e as produtividades das mesmas poderão ficar irremediavelmente comprometidas. Nunca é demais lembrar que a fiscalização oportuna (no tempo certo) tende a produzir resultados e quando inoportuna tende a gerar denúncias. No segundo caso, a fiscalização serve apenas para punir infratores, mas sem qualquer agregação de valor em relação à qualidade dos insumos.</p> <p>A não presença da fiscalização do MAPA em todo o universo da produção, importação, exportação e comércio desses insumos agrícolas tem resultado, peremptoriamente, reclamações e denúncias de agricultores e suas entidades de classe e representações, bem como de empresas idôneas, de uma maior oferta de produtos marginais pirateados, fraudados, adulterados, contaminados e muitas das vezes impróprios ao uso na agricultura.</p> <p>Além disso, a fiscalização tem caráter educativo e na ausência dela alguns agentes têm a tendência de simplificar seus procedimentos, reduzir custos e oferecer produtos no mercado com qualidade discutível (fertilizantes, sementes, produtos de origem vegetal e animal, controles da disseminação de pragas e doenças, etc). A ausência da fiscalização, mesmo que por um curto período, tende a produzir danos maiores porque expõe o poder público a situação de descrédito frente ao setor regulado e os consumidores.</p> <p>A qualidade dos insumos agropecuários influencia diretamente na produtividade e na segurança do alimento fornecido ao consumidor, sendo este fator preponderante no incremento da competitividade dos produtos agropecuários brasileiros.</p> <p>No âmbito da cadeia de insumos agropecuários as atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos e afins, de material genético, de sementes e mudas, de produtos para alimentação animal, dos fertilizantes e afins e das atividades com organismos geneticamente modificados – OGM visam assegurar a qualidade e inocuidade do produto ofertado no mercado, em conformidade com a legislação vigente, a fim de garantir aos produtores e consumidores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as determinações dos programas de saúde animal e sanidade vegetal e em consonância com as Normas nacionais e internacionais.</p> <p>Assegurar a qualidade a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos, visando a oferta de alimentos seguros.</p> <p>O aprimoramento de mecanismos de controle de produtos e processos que proporcionam aumento da segurança e qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para aumentar a competitividade da agroindústria brasileira no comércio nacional e internacional, contribuindo para o equilíbrio e alinhamento das cadeias do agronegócio às exigências internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20ZY Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	314	<p>As ações de Governo de responsabilidade técnica de execução da CEPLAC no Brasil tem sido determinantes na consecução da estratégia de recuperação e promoção do desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau, por meio do fornecimento de base tecnológica e gerencial para o fortalecimento das cadeias produtivas regionais.</p> <p>As ações de ATER da CEPLAC focada na dinâmica do desenvolvimento territorial, tem promovido a inclusão social e produtiva de agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos das regiões cacaueiras do Brasil, inseridas em dois relevantes Biomas para a humanidade, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo uma população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 223 municípios e 22 territórios rurais, cerca de 650 cooperativas e associações rurais, e gerando benefícios a um público alvo direto e indireto de 70 mil produtores rurais de um universo demandante superior a 150 mil agricultores nos seis estados produtores de cacau: Amazonas, Pará e Rondônia no Norte do País, Bahia no Nordeste, Espírito Santo no Sudeste e, Mato Grosso no Centro Oeste do País.</p> <p>Em P&amp;D desenvolve-se pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, biocontrole e socioeconomia, com 132 projetos aprovados; destacando-se os desafios da verticalização, em especial no processamento de chocolate com a utilização de cacau fino, orgânico e com certificação de origem em sistemas agroflorestais – SAFs, focados no estímulo à pequenas plantas industriais.</p> <p>Além dos esforços de inovação e difusão tecnológica, assistência técnica e crédito rural, encontra-se em curso a produção e distribuição anual de 24 milhões de propágulos de espécies diversas com destaque para 20 milhões de sementes de cacau distribuídas por ano nos estados do Norte, contribuindo assim para a recuperação e expansão de sistemas agrossustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC, do Ministério da Agricultura.</p> <p>Alinhadas às estratégias do MAPA e das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia encontra-se em elaboração plano de desenvolvimento, com metas delineadas de expansão, recuperação e modernização de cultivos, com destaque para as seguintes cadeias: a) Cacau, com 27,6 mil hectares de implantação e 36,6 mil de renovação; b) Dendê, 5 mil hectares de implantação e 3 mil de renovação; c) Seringueira, com 5 mil hectares de substituição do sombreamento e 10 mil de plantio em SAFs e d) Fruticultura, 250 hectares de implantação, bem como apoio às demais cadeias produtivas complementares.</p> <p>O desafio da economia cacaueira no Brasil estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da CEPLAC e contemplado no PPA: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década.</p> <p>No eixo de modernização da gestão esboçou-se novo futuro e caminho a seguir pelo órgão, com a conclusão do Plano de Gestão Estratégica, com cenários desenhados para horizonte de até o ano 2022. Definiu-se o plano corporativo com missão e visão de futuro, validou-se o Mapa Estratégico com objetivos, iniciativas e painéis de contribuições das Unidades descentralizadas – PDU's, com adoção de novo modelo de gestão e governança. Das iniciativas estratégicas da CEPLAC cinco foram indicadas como meta de resultado estratégico do MAPA.</p> <p>As ações de Pesquisa &amp; Desenvolvimento integradas a Assistência Técnica e Extensão Rural executada pela CEPLAC/MAPA tem oportunizado a retomada da produção e produtividade das propriedades agrícolas, com reflexos na dinamização das cadeias produtivas regionais, manutenção do parque moageiro do cacau e dos níveis de processamento industrial, com redução consequente da importação de matéria prima.</p> <p>O saldo desse esforço se traduz na retomada da produtividade média do cacau de 315 kg para 373 kg por hectare/ano, refletindo na elevação da produção nacional de cacau de 202 mil toneladas em 2008 para 245,5 mil toneladas colhidas em 2011, representando incremento da ordem de 21,0% durante o ciclo do PPA 2008-2011.</p> <p>O apoio e liberação de recursos de custeio e investimento previstos no Plano de Desenvolvimento das cadeias: Cacau, Dendê e Seringueira e no</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>Plano Estratégico da CEPLAC consolidará a posição do Brasil no rol dos países produtores, segundo a dinâmica do mercado internacional de cacau, com perspectiva de aumento da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e superação das 334 mil toneladas/ano, ao final do ciclo do PPA 2012-2015. Traz em concomitância o desafio adicional da produção sustentável tendo como base a conservação produtiva e a promoção de avanços tecnológicos e de organização produtiva em prol da agregação de valor à cadeia do cacau, por meio da melhoria de qualidade, verticalização e certificação dos produtos e processos, o que reanimará o setor e recolocará o país no novo cenário da cacauicultura mundial.</p> <p>Num cenário de perspectivas, em recentes projeções baseadas na curva de consumo dos últimos 40 anos, verifica-se que dentro de cinco anos o mundo demandará um acréscimo em torno de 650 mil toneladas de cacau; isso sem considerar o incremento significativo no consumo de chocolate e cacau no Brasil, assim como na China e a Rússia com abertura do Leste europeu. A partir de 2003, o país saiu de um consumo per capita de 400 gramas de cacau para o patamar de 1,8 Kg, agora em 2012. O Brasil hoje tem tecnologia para reagir e voltar a ser grande no setor de cacau, se posicionando com destaque nesse novo cenário.</p> <p>Portanto, as ações executadas pela CEPLAC/MAPA exercem papel estratégico para o desenvolvimento regional, com resultados positivos em prol da sociedade, no âmbito dos programas e políticas de governo, sob a sua responsabilidade.</p> <p>VALOR UNITÁRIO = R\$ 397,18/produtor beneficiado</p>
2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	Boletim emitido	unidade	Serv. / Invest.	2.698	<p>As atividades desenvolvidas no âmbito da Ação são aquelas relativas à produção e divulgação das informações meteorológicas e climatológicas, realizadas por meio do desenvolvimento e divulgação de boletins agroclimatológicos e agrometeorológicos, de alertas especiais disponibilizados via Internet e demais publicações do Instituto, além dos produtos gerados para a sociedade ou governo, os quais subsidiam o desenvolvimento dos instrumentos de garantia da produção.</p> <p>Tem sido por meio de atividades dessa ação que o dado meteorológico "bruto" é coletado, transmitido, consistido, trabalhado, armazenado, transformado em resultado significativo e divulgado/disponibilizado para a sociedade científica e civil, de forma altamente democrática, gratuita e em tempo real, em formatos e padrões diversos, através do portal eletrônico do Instituto (<a href="http://www.inmet.gov.br">www.inmet.gov.br</a>).</p>
8593 Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC	Produtor beneficiado	unidade	Serviços	512	<p>Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e apoio ao desenvolvimento da atividade de floresta plantada e heveicultura, para fins econômicos.</p>
8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	Área de produção controlada	hectare	Serviços	1	<p>Promover o desenvolvimento da agricultura orgânica, aplicar controles de qualidade orgânica e implementar núcleos de estudos de agroecologia para educação profissional, científica e tecnológica.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>22202 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA</b>					
116Z Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS	Entidade apoiada	unidade	Investimentos	588.235	Dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infraestrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.594	Assistência Médica Odontológica aos Servidores Civis, e seus empregados.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	4.212	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis e empregados.
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.159	Auxílio-transporte aos servidores civis e empregados.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	6.600	Auxílio-alimentação aos servidores e empregados.
20Y6 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	Pesquisa desenvolvida	unidade	Serv. / Invest.	495.824	Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia. Manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio. Atender a compromissos como: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade; prevenir retrocessos tecnológicos. Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e suas adaptações às mudanças ambientais globais, com foco nas mudanças climáticas em especial nas tecnologias voltadas para a agricultura de baixa emissão de carbono. Disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária de base familiar e das comunidades tradicionais, com foco na diferenciação e agregação de valor à produção extrativista e nos sistemas integrados de produção. Manter os recursos genéticos estratégicos para o país, através de uma plataforma nacional de serviços, assegurando as atividades de coleta, manutenção, caracterização e disponibilização de informação, visando a valorização permanente dos acervos de forma a garantir a segurança nacional em recursos genéticos e em alimentos para a população.
8924 Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	Tecnologia transferida	unidade	Serv. / Invest.	2.188.014	Disponibilizar conhecimentos e tecnologias gerados pela pesquisa agropecuária e possibilitar o seu acesso pelos atores das cadeias de produção agropecuária em todos os seus segmentos, por meio de planejamento, coordenação, integração, articulação, orientação, avaliação de processos e ações de transferência de tecnologias necessárias para a sustentabilidade da agricultura.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>22211 Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB</b>					
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.071	Assistência Médica a servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	4.046	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis e empregados.
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.160	Auxílio-transporte aos servidores civis e empregados.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	5.988	Auxílio-alimentação aos servidores civis e empregados.
20GI Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF	Produto adquirido	tonelada	Investimentos	374	Valor destinado à aquisição e despesas de carregamento de produtos agrícolas da Agricultura Familiar.
20TB Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial	Unidade instalada	unidade	Serv. / Invest.	5.087.500	Implantar Unidades de Serviço Móvel Fluvial para o atendimento da população ribeirinha da Amazônia Legal, envolvendo construção de frigoríficos devidamente equipados para dar suporte às Unidades de Serviço Móvel Fluvial e com despesas operacionais de funcionamento, manutenção e estruturação do Serviço Móvel Fluvial, incluindo combustível, estiva, locomoção, embalagens, tripulação, alimentação, alvarás de funcionamento, bem como a aquisição, manutenção e reparo dos equipamentos com vistas a deixar a CONAB em condições operacionais como braço executivo das políticas para Amazônia Legal atribuídas a outros órgãos no contexto do PBSM.
20Y7 Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar	Cadeia de abastecimento organizada/mantida	unidade	Serv. / Invest.	561	Realizar as atividades de modernização das Unidades Armazenadoras, levantamento de dados para atender o Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, captação de informações para divulgação de safra de grãos, estudo das perdas na pós-colheita, no armazenamento e transporte de grãos e divulgação de informações da agropecuária do abastecimento agroalimentar.
2130 Formação de Estoques Públicos - AGF	Produto adquirido	tonelada	Investimentos	506	Valor destinado à aquisição e despesas de carregamento de produtos agrícolas amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.
2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	606	Promover a periódica fiscalização, acompanhamento e avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
<b>22906 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira</b>					
20Y8 Desenvolvimento da Cafeicultura	Produtor beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	8.186	Execução de trabalhos de apoio ao desenvolvimento do setor cafeeiro com vistas ao aumento da produtividade, da produção e ao acesso a mercados, bem como objetivando a adequada guarda e manutenção dos estoques desse produto, afetos ao Funcafé.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

### 24101 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

20UK Ciência, Tecnologia e Inovação no Observatório Nacional - ON	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	55.485	<p>Plano Orçamentário - 0001 Investimento: aquisição de 2 padrões atômicos de césio Investimento: aquisição de padrão de tempo maser Serviços: custeio (diárias, passagens, combustível, baterias, insumos) dos levantamentos de dados das Redes Geofísicas do ON (redes gravimétrica, geomagnética e sismológica) e dos observatórios geofísicos Investimento: aquisição de auditor e carimbador para Redes de Sincronismo (RESINC) e de Carimbo de Tempo (RETEMP) Investimento: Aquisição de equipamentos geofísicos para monitoramento geofísico do território brasileiro</p> <p>Plano Orçamentário - 0002 Serviços: pagamento de serviço para construção de partes do telescópio do projeto Physics of the Accelerating Universe -PAU BRASIL Serviços: terceirização de TI do ON para atender áreas fins da instituição Serviços: custeio da participação no After SLOAN III (consórcio internacional para geração de dados nas áreas de astrofísica estelar, astrofísica galáctica e cosmologia, a partir da infraestrutura física já instalada no projeto internacional SDSS-III) Ambos: Gastos com materiais e equipamentos para funcionamento do projeto de monitoramento de corpos celestes próximos da Terra - IMPACTON Ambos: Gastos com materiais e equipamentos dos laboratórios de gravimetria, sismologia, geotermia, petrofísica e eletromagnetismo Ambos: Gastos com materiais e equipamentos da área de astronomia (clusters e banco de dados astronômicos do Linea)</p>
20UL Ciência, Tecnologia e Inovação no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	90.028	<p>Plano Orçamentário 0001 - S serviços de manutenção de equipamentos da área técnica S serviços técnicos, de análise e locação de equipamentos I obras e instalações I equipamentos e material permanente</p> <p>Plano Orçamentário 0002 - S serviços de fornecimento de energia elétrica S licenças e manutenção de softwares I obras e instalações I equipamentos de processamento de dados</p>
20UO Ciência, Tecnologia e Inovação no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST	Projeto apoiado	unidade	Serviços	91.560	Os recursos investidos nas ações que se refletem no número de eventos técnico-científicos organizados pela Instituição se justificam plenamente uma vez que este número não só tem sido atingido, como superado, ressaltando-se a repercussão dos eventos nacionais e internacionais realizados. Tais eventos são fundamentais para a ampla divulgação da produção técnico-científica da Instituição na execução de sua missão fundamental de ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos, divulgação e história da ciência e da tecnologia no Brasil.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UR Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA	Projeto desenvolvido	unidade	Serv. / Invest.	112.376	<p>Investimento: Construção do Prédio da Incubadora de Empresas do INPA (1.275,16 / m2) Preços das composições de custos unitários dos serviços da planilha orçamentária com base na tabela do SINAPE, SINDUSCON-AM e média de preços de materiais de construções na cidade de Manaus.</p> <p>Investimento: Construção do Prédio de Laboratório de Manejo Florestal (1.488,83 / m2) Preços das composições de custos unitários dos serviços da planilha orçamentária com base na tabela do SINAPE, SINDUSCON-AM e média de preços de materiais de construções na cidade de Manaus.</p> <p>Investimento: Construção do Prédio de Laboratório de Mamíferos Aquáticos (1.412,52 / m2) Preços das composições de custos unitários dos serviços da planilha orçamentária com base na tabela do SINAPE, SINDUSCON-AM e média de preços de materiais de construções na cidade de Manaus.</p> <p>Serviços: Serviço de Segurança e Vigilância Patrimonial (□2.806,61) Conforme contrato 027/2007, tendo como base a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria na praça de Manaus (AM).</p> <p>Serviços: Serviço de Limpeza e Conservação Predial (1.489,77) Conforme contrato 019/2010, tendo como base a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria na praça de Manaus (AM).</p>
20US Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.181.241	O montante descrito será utilizado no apoio a projetos que visem ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação no país por meio de celebração de Convênios e Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos.
2463 Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.381.420	<p>O montante descrito será utilizado na promoção e no desenvolvimento da tecnologia nuclear por meio de apoio a projetos que visem à difusão de conhecimentos no uso de tecnologia nuclear e de novos produtos e serviços.</p> <p>investimento: R\$ 2.156.740,00 serviços: R\$ 606.100,00</p>
4125 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG	Artigo publicado	unidade	Serviços	11.157	Apoio Operacional e administrativo das bases físicas ( Parque, Campus e Estação Científica Ferreira Penna)
4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC	Artigo publicado	unidade	Serv. / Invest.	27.059	Aplicabilidade nos planos de trabalho instituídos pelas pesquisas, cujas finalidades estão vinculadas na aplicação de tais recursos.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 24201 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

00LV Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I	Bolsa concedida	unidade	Serviços	6.564	O VALOR MEDIO UNITARIO APRESENTADO ESTÁ BEM ABAIXO DO INICIALMENTE PREVISTO NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO. UMA COMPARAÇÃO DESTE ORÇAMENTO, 2013, COM O ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2012, MOSTRA QUE, NEM MESMO EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO BRUTO HOUVE ACRÉSCIMO (EXCEÇÃO PARA UMA ÚNICA AÇÃO - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ATRAÇÃO, FIXAÇÃO E INTERCÂMBIO DE RECURSOS HUMANOS QUALIFICADOS-CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS). SE TRABALHARMOS A VARIAÇÃO ANUAL DESCONTANDO-SE A INFLAÇÃO PELO IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, UTILIZADO PELO BANCO CENTRAL COMO MEDIDOR OFICIAL DA INFLAÇÃO DO PAÍS), OBSERVA-SE UM DECRÉSCIMO LÍQUIDO NO ORÇAMENTO. AGRAVA A SITUAÇÃO O AUMENTO CONCEDIDO NO VALOR DAS BOLSAS.
20US Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	22.000	O ORÇAMENTO PREVISTO PARA 2013 SE APRESENTA BASTANTE INFERIOR AO PLANEJAMENTO INICIAL DA INSTITUIÇÃO. O PERCENTUAL DE AUMENTO BRUTO EMRELAÇÃO A 2012 (11%) DEMONSTRA, DESCONTANDO-SE A INFLAÇÃO PELO IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO, UTILIZADO PELO BANCO CENTRAL COMO MEDIDOR OFICIAL DA INFLAÇÃO DO PAÍS) OBSERVA-SE UM DECRÉSCIMO NO ORÇAMENTO LÍQUIDO. CABE OBSERVAR AINDA UM PERCENTUAL CADA VEZ MENOR DO ORÇAMENTO PRÓPRIO DO CNPQ EM RELAÇÃO AO CONJUNTO DO ORÇAMENTO EXECUTADO PELA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE AQUELE CARIMBADO PARA O FOMENTO A PROJETOS DE PESQUISA EM C, T&I.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>24204 Comissão Nacional de Energia Nuclear</b>					
12P1 Reator Multipropósito Brasileiro	Empreendimento implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	211.350	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Empreendimento RMB, que obteve parecer favorável à sua viabilidade técnica e socioeconômica, conforme Resolução N.10, de 1 de março de 2011 (DOU N.56, seção 1, 23/03/2011) da Câmara Técnica de Projetos de Grande Vulto da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, do Ministério do Planejamento. A implantação do Empreendimento RMB permite à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alíneas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear, inciso XVI, que estabelece ser de competência da CNEN a produção de radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares, e exercer o respectivo comércio
13CM Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN	Repositório de rejeito implantado	percentual de execução física	Serviços	330.500	Por força de lei, o armazenamento definitivo de rejeitos radioativos gerados no país é de responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. No licenciamento de Angra 3 o IBAMA proibiu a extensão da capacidade do depósito inicial no sítio da central e emitiu a exigência de se ter o repositório em processo de licenciamento no IBAMA como condição para ser expedida a licença de operação daquela central. Em paralelo, o Ministério Público entrou com ação de "obrigação de fazer" o repositório contra a CNEN e a União. Em consequência destes eventos e do fato de que o depósito inicial no sítio de Angra esgota sua capacidade em 2018 a construção do Repositório para rejeitos de baixo e médio nível de radiação passou a ter uma data limite para entrar em operação. Adicionalmente o crescimento do setor nuclear do país, em especial nas áreas da medicina e indústria tem acumulado outros rejeitos radioativos que corroboram com a necessidade de prover uma destinação final a este acervo. Desta forma, o projeto RBMN está programado para ser construído no território nacional até em conformidade com a normas de segurança nacionais e internacionais.
13CN Laboratório de Fusão Nuclear	Laboratório implantado	percentual de execução	Serv. / Invest.	165.250	Esta ação contribui para viabilizar a implantação do Laboratório de Fusão Nuclear, permitindo assim à CNEN cumprir com parte de suas obrigações legais, atendendo aos seguintes dispositivos do artigo 2º da Lei 6.189, de 16 de dezembro de 1974, e suas alterações: alíneas "a" e "c" do inciso IV, que estabelecem ser de competência da CNEN promover e incentivar: a utilização da energia nuclear para fins pacíficos nos diversos setores do desenvolvimento nacional; e a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear, inciso XII, que estabelece ser de competência da CNEN a promoção, a organização e a instalação de laboratórios e instituições de pesquisa a elas subordinadas técnica e administrativamente, bem assim cooperar com instituições existentes no País com objetivos afins.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>24205 Agência Espacial Brasileira</b>					
20V0 Desenvolvimento e Lançamento de Foguetes Suborbitais e de Veículos Lançadores de Satélites	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	2.173.314	<p>Título</p> <p>VLS-1 Preparação do MIR do VLS-1 integração de redes elétricas Preparação e Lançamento do VSISNAV e 2º estágios e sistema de controle Apoio à atividade-fim necessária ao desenvolvimento do Projeto VLS</p> <p>Justificativa</p> <p>" MOCK UP de Qualifica o 1º Atividade</p> <p>VLM Desenvolvimento de Motores Bobinados para o VLM necessárias ao desenvolvimento do Projeto VLM Revisão Preliminar de Projeto</p> <p>Etapas</p>
7F40 Implantação do Complexo Espacial de Alcântara - CEA	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Investimentos	7.790.860	<p>Apoiar a obras complementares de infraestrutura e aquisição de equipamentos no CLA.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>24206 Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB</b>					
1393 Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio com Unidade Tecnológica de Separação Isotópica	Usina implantada	percentual de execução física	Investimentos	5.011.347	<p>A ação 1393 – Implantação da Unidade de Enriquecimento de urânio compreende a instalação de uma unidade industrial de Enriquecimento Isotópico de Urânio pelo processo de ultracentrifugação. O Enriquecimento Isotópico é a etapa mais importante do ciclo do combustível nuclear, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista econômico. A tecnologia utilizada foi desenvolvida pelo CTMSP em parceria com o IPEN e sua viabilidade econômica apresentada por Grupo de Trabalho Interministerial.</p> <p>O projeto está dividido em etapas e módulos, com cascatas de ultracentrifugas e respectivas obras de infraestrutura direta e indireta. Atualmente, está em curso a primeira etapa do empreendimento, composta de 4 (quatro) módulos com o total de 10 (dez) cascatas de ultracentrifugas, que estão sendo instaladas progressivamente, objetivando atingir a capacidade de produção de 125.000 UTS/ano, suficiente para atender a 100% das necessidades de Angra 1 e 20% de Angra 2. O indicador da ação é a evolução física do projeto, resultante das instalações de ultracentrifugas e infraestrutura da usina tendo a capacidade de produção instalada liberada pelo órgão regulador, a CNEN.</p> <p>Para 2013 os eventos mais relevantes previstos são:  Conclusão da montagem eletromecânica da Cascata 6  Conclusão dos testes funcionais/comissionamento da Cascata 5  Conclusão da montagem e instalação do sistema elétrico do Módulo 4  Conclusão da instalação do centro de distribuição em média tensão  Contratação e elaboração do Projeto Executivo da UTSI.</p>
13CP Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA	Usina ampliada	percentual de execução física	Investimentos	1.390.482	<p>Com o cronograma de implantação e operações da usina termonuclear de Angra 3 em curso, a demanda de U3O8, matéria prima principal para os elementos combustíveis, duplicou, elevando-se de 400 t para 800 t do minério beneficiado por ano.</p> <p>Assim, é fundamental desenvolver e instalar o projeto de expansão da capacidade de produção da mina e da unidade industrial de Caetité, aumentando sua capacidade de produção das 400 t/a de U3O8 atuais para 800 t/a, com modernização do processo industrial e ampliação da capacidade de mineração.</p> <p>Estes projetos são emergenciais e envolvem contratação de obras, com compra de equipamentos de longo prazo e início do processo de licenciamento, expansão da extração de minério, duplicação da usina química usando lixiviação agitada, novo processo de extração por solvente e novo processo de tratamento de efluente, na URA, em Caetité/BA.</p> <p>Os eventos mais relevantes previstos para 2013 são:  Implantação da operação subterrânea (continuação);  Licenciamento do projeto para produção de 800 t U3O8/ano;  Licitação da implantação do projeto para 800 t U3O8/ano;  Licitação para início da abertura dos trabalhos na Jazida do Engenho;  Licitação da planta de ácido sulfúrico;  Licitação do sistema de moagem para duplicação;  Licitação do sistema de extração por solvente para duplicação e  Licitação de Transformador.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13CQ Ampliação do Parque Industrial de Resende/RJ	Linha de produção implantada	percentual de execução física	Investimentos	333.333	<p>A INB possui uma estrutura de produção plural, com equipamentos que estão operando a décadas operando ao lado de equipamentos modernos. É consumidora de tecnologia pronta, mas também desenvolve, não somente no segmento nuclear como também em engenharia de materiais e de processos.</p> <p>Com os cronogramas de implantação da usina termonuclear de Angra 3 e a manutenção do atendimento de Angras 1 e 2, e a respectiva expansão da demanda de elementos combustíveis - EC sendo acrescida de cerca de 30% anualmente, é necessária a expansão e modernização do Parque industrial da FCN - Fábrica de Combustível Nuclear em Resende RJ.</p> <p>Os principais eventos previstos para 2013 são:  Implantar a linha de produção de vareta de gadolínio;  Automatizar a fabricação da vareta combustível;  Modernizar e reequipar as fábricas de pó e pastilha de UO2 e de montagem de EC;  Dar continuidade ao processo de nacionalização de componentes metálicos;  Manter a atividade de PD&amp;I na área de materiais e processos.</p>
13CS Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados em Resende /RJ	Unidade implantada	percentual de execução física	Investimentos	62.500	<p>A etapa de montagem dos Elementos Combustíveis destinados à produção de energia elétrica nas Usinas Nucleares de Angras 1, 2 e 3, envolve a fabricação de componentes. também é totalmente realizada no país com a aquisição no exterior de alguns materiais e componentes (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente). Implantar unidade de produção de tubos extrudados e tubos sem costura de ligas especiais, promovendo a nacionalização dos componentes metálicos utilizados na montagem do combustível nuclear, permitindo a economia de divisas e independência estratégica.</p> <p>Está previsto para 2013 a contratação de consultorias e estudos técnicos.</p>
2012 Prospecção e Pesquisa de Minérios Radioativos em Território Nacional	Prospecção/pesquisa efetuada	tonelada	Serv. / Invest.	267	<p>Com respeito a Urânio, até o momento, foram prospectados somente de 25% a 30% do território nacional. Como fonte estratégica de geração termoelétrica em grande escala e com a futura ampliação da capacidade de produção de Concentrado de Urânio do país, aí inclusive duplicação de Caetité e a implantação da Usina de Santa Quitéria, o excedente de produção poderá vir a ser fonte de recursos para financiamento dos investimentos necessários ao pleno atendimento, com produção nacional, da demanda de combustível nuclear.</p> <p>Os trabalhos de prospecção e pesquisa visam ampliar e ou transformar em reservas medidas, indicadas e inferidas conhecidas, os recursos uraníferos já identificados, os quais necessitam de estudos complementares para suas caracterizações, assim como aqueles que poderão ser encontrados, a partir da implementação das atividades de Prospecção e de Pesquisa Mineral, no território nacional. É a ampliação do capital uranífero do país.</p> <p>Em 2013 preve-se a execução de 10.000 m de sondagem geológica para avaliação e extensão de jazidas em Caetité/BA e o prosseguimento dos estudos microscópicos de lâminas e seções petrográficas polidas de Caetité e Rio Cristalino.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2013 Descomissionamento das Unidades Mínero-Industriais do Ciclo do Combustível Nuclear	Área recuperada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	2.587.149	<p>Por suas características específicas associadas à presença da radioatividade, a INB, além das atividades operacionais, tem a responsabilidade de promover o descomissionamento das unidades mínero-industriais após o encerramento de suas atividades produtivas, com o objetivo de devolver aérea até então utilizada em atividades nucleares para outros usos.</p> <p>Conforme definição da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA: "Descomissionar significa tomar todas as providências necessárias para a desativação de uma instalação nuclear ao final de sua vida útil, observando-se todos os cuidados para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores e das pessoas em geral, e ao mesmo tempo, o meio ambiente".</p> <p>A ação orçamentária em epígrafe destina-se a desenvolver, executar e acompanhar programas de recuperação ambiental de áreas em atividades minerais, inclusive e especialmente as de urânio, como parte ou não, do processo de descomissionamento das instalações envolvidas, abrangendo ainda, outras unidades industriais onde se manipulam minerais e materiais radioativos.</p> <p>Para 2013 estão previstos:  Unidade de Caldas - Manutenção e revisão das drenagens dos bota foras e cava da mina; Implantação das ações previstas no PRAD; Reforma do Carrefour e re-entamboramento da torta II  Unidade de Buena - Início dos estudos ambientais para descomissionamento.  Unidades de São Paulo USIN - Finalizar a descontaminação da faixa de terreno de interesse para desapropriação; Descontaminar as demais áreas previstas no Plano de Descontaminação;  Unidade de São Paulo Botuxin - Elaborar o estudo Geofísico do terreno; Efetuar as sondagens geológicas, analisar as amostras e elaborar estudo hidrogeológico do local e Elaborar Plano de Descontaminação do terreno.</p>
2482 Fabricação do Combustível Nuclear	Elemento combustível produzido	unidade	Serv. / Invest.	4.963.966	<p>A ação 2482 – Fabricação do Combustível Nuclear tem por finalidade promover a fabricação no país de Elementos Combustíveis(EC) a serem utilizados nas centrais nucleares brasileiras. A fabricação de combustível nuclear compreende atividades minerais, industriais, comerciais, PD&amp;I e de monitoração e preservação ambiental. Os Elementos Combustíveis produzidos pela INB são fornecidos à ELETRONUCLEAR para abastecimento dos reatores tipo PWR (Pressurizer Water Reactor), de água pressurizada, daquela empresa. O indicador físico da ação contabilizado é o nº de EC's produzidos e certificados, produto final do processo. É a principal atividade da INB onde se concentra a sua missão e papel institucional.</p> <p>Para 2013 estão previstos:  Fabricação de 20 EC com enriquecimento de 4,25 %, em peso de U235, para a 10a recarga de Angra 2 (projeto HTP e com filtros anti-debris).  Fabricação de 69 EC com enriquecimento de 1,9 %, em peso de U235, para a 1ª Região do Núcleo de Angra 3 (projeto HTP e com filtros anti-debris) e entrega dos EC em maio de 2015. Fabricação de 25 EC para o CTMSP/LABGENE. Fabricação de 40 EC com enriquecimento de 4,0 %, em peso de U235, para a 20a recarga de Angra 1 (projeto 16NGF). Destes produzidos estão previstos o faturamento e entrega de 93 Ec's em 2013. Ainda são atividades da Ação para 2013:  Fornecimento de 50 pares de bocais tipo 16 NGF para a KNF, em 2013.  Fabricação de 24 Barras de Controle para Angra 2  Reparo de combustíveis defeituosos armazenados nas piscinas de Angra I e II.  Serviço de manuseio de combustíveis usados em Angra I e II;  Implementar procedimentos de qualificação visando exportação de bocais para Westinghouse;  Medição (PSE) de combustíveis em Angra 1,e Implantação do Plano de Proteção Radiológica de Santa Quitéria.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2489 Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras	Mineral produzido	tonelada de concentrado de mineral pesado	Serv. / Invest.	672	<p>A ação 2489 – Produção de Minerais Pesados compreende a produção de ilmenita, zirconita, rutilo e monazita, empregados na indústria de alta tecnologia e destinados ao mercado nacional e internacional. As operações da INB são localizadas em São Francisco de Itabapoana, Distrito de Buena/RJ, onde se encontram as atividades de lavra, de processamento físico e comercialização dos minerais pesados.</p> <p>Desde o exercício de 2010, a Unidade de Minerais Pesados, em função da paralisação da atividade de lavra, está beneficiando um estoque remanescente de Run Off Mine - ROM e processando parte do estoque de ilmeno-monazítico para poder encerrar as atividades da Unidade de Beneficiamento Primário, e preparar a área para descomissionamento com o fechamento das bacias de decantação.</p> <p>Para 2013 os eventos mais relevantes previstos são:  Produção de 5500 t de ilmenita, 946 t de zirconita, 165 t de rutilo e 3300 t de monazita na Unidade de minerais pesados em Buena-RJ com processamento dos estoques remanescentes.  Início do processo de descomissionamento da Unidade.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**24209 Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC**

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6432 Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	Componente produzido	unidade	Serv. / Invest.	16	<p>Serviços:</p> <p>A Ceitec está atualmente qualificando os seus equipamentos de produção e começando a produzir os seus primeiros lotes pilotos. Contudo, a totalidade desses equipamentos é importada, visto que não existe fábrica semelhante no país. Desse modo é necessário um suporte de especialistas estrangeiros para manter os equipamentos funcionando e treinar o pessoal local na tarefa. Assim, à medida que mais equipamentos são qualificados surge a necessidade de: Contratos de Manutenção de Equipamentos críticos e de subcomponentes críticos como Bombas de vácuo, Lavadores de gases e Dispositivos de medição.</p> <p>Também, à medida que mais máquinas estão funcionando, é necessário um software para controle da produção e gerenciamento de dados. A empresa já possui tal software, mas ainda é necessário customizá-lo para as nossas necessidades e implementar melhorias como a comunicação entre os equipamentos de processo e o sistema de controle. Por isso, surge a necessidade de: Serviços Customização e Implementação Interface Software e Máquinas Manufatura.</p> <p>Além disso, a fabricação de circuitos integrados é extremamente sensível às condições do ambiente. Por isso ela é realizada em uma sala limpa. A sala limpa da CEITEC é aproximadamente 10.000 vezes "mais limpa" (ou seja, tem aproximadamente 10.000 menos partículas) que o ar externo. Por isso, diversos contratos são necessários: Contrato limpeza Fábriç, Contrato de Lavagem dos Uniformes de sala limp, Contrato de Certificação Sala Limpa.</p> <p>Não só a Sala limpa, mas a produção de circuitos integrados requer diversas facilidades industriais. Algumas são comuns de outras empresas e laboratórios, como eletricidade e ar comprimido, mas na CEITEC, outros sistemas também são muito importantes, como o Sistema de Água Ultra-Pura (necessário para manter o grau de limpeza necessário à produção), Sistema de Gases Especiais (com diversos gases que não são utilizados por nenhuma outra indústria no país), Sistema de Tratamento de Resíduos (importante para tratar e descartar de forma apropriada diversos tipos de resíduos perigosos). Assim, diversos contratos são necessários para manter todos esses sistemas funcionando, como: Contratos Manutenção dos Sistemas: Elétricos / Mecânicos / Automação/ Fornecimento de gases e químicos / Planta de água Ultra-Pura / Planta de Tratamento de Resíduos / Chiller /Geradores / Água gelada, entre outros</p> <p>Assim, por trabalhar com diversos gases e químicos tóxicos e/ou inflamáveis, é necessário muito cuidado com a Segurança do Trabalho. Um sistema único no país é o sistema de detecção de Gases tóxicos (TGM na sigla em inglês), que controla mais de 300 pontos de detecção espalhados pela fábrica. Também, diversos outros cuidados são necessários, como manter o sistema de combate a incêndio em perfeito estado e realizar medições ambientais regulares. Assim diversos outros contratos são necessários como: Contrato de manutenção do sistema de combate incêndio, Contrato de manutenção TGM, Contrato de medições e laudos Ambientais, Contrato de Medicina Ocupacional.</p> <p>Convém lembrar que diversos sistemas da fábrica não podem ser desligados, mesmo que não haja produção. Por exemplo, a Sala Limpa não pode ser descuidada nunca; caso contrário pode-se demorar muito tempo (ou mesmo ser impossível) recupera-se a limpeza necessária para o processo. Outro exemplo é a Planta de Água Ultra-Pura, que não pode parar nunca devido a riscos de contaminação das tubulações. Assim, o custo associado para apenas manter a fábrica funcionando, mesmo sem produção é muito alto. Por esse motivo optou-se por tentar acelerar ao máximo as produções. Para isso foi feito um contrato de Transferência de Tecnologia com a empresa XFAB, que está fornecendo a tecnologia que começa a ser testada na CEITEC. Para ter um apoio extra, a CEITEC contratou uma empresa com especialistas estrangeiros para ajudar ainda mais numa rápida transferência de Tecnologia. Além desse suporte, a fábrica está constantemente procurando adquirir aparelhos mais modernos, seja de produção ou de controle, para garantir uma transferência de tecnologia mais rápida e mais confiável. Assim, diversos outros contratos são necessários: Contrato de instalação de novos equipamentos de produção e controle, Contrato de Transferência de tecnologia – XFAB, Contrato suporte à Processo/Manufatura, Contrato para instalação de sistema integrado de contagem de partículas.</p> <p>Finalmente, assim que a produção estiver se estabelecendo em ritmo mais</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>acelerado, a empresa precisa estar preparada para um grande volume de entrada e saída de materiais, bem como estar certificada para conseguir novos clientes. Assim, contratos como os seguintes serão necessários: Contratos de operador Logístico e projeto de ampliação da área de estoque, Contratação de empresa para implantação do Sistema da Qualidade ISSO.</p> <p>Concluimos, assim, que se tais contratos não puderem ser feitos, isso pode afetar bastante a operação da empresa, pois diversas áreas essenciais, como Segurança e Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura, ficarão comprometidas. Isso, com certeza, atrasará a finalização da transferência de tecnologia, o que levará altos custos necessários apenas para manter sistemas essenciais como a Sala Limpa e a Planta de Água Ultra-Pura funcionando.</p> <p>Investimento: Seguindo o raciocínio anterior a CEITEC precisa comprar diversos itens para manter os equipamentos e sistemas funcionando como: Ferramentas / Instrumentos para manutenção, Equipamento para Solda de tubos de Inox, Divisórias/Mesas/Bancadas/Cadeiras.</p> <p>Alguns sistemas ainda requerem melhorias para garantir um abastecimento de qualidade à medida que a produção aumenta: Novos UPS / Geradores para garantir o fornecimento de energia Elétrica, Novo Chiller para garantir o fornecimento de água gelada, Novo Compressor de ar para garantir o fornecimento de ar comprimido.</p> <p>A produção também, à medida que avança, irá necessitar de mais mecanismos de controle na linha (como computadores para controle da produção e armazenamento de dados), mais móveis e equipamentos especiais para sala limpa, além equipamentos de controle para garantir a qualidade da Sala Limpa, dos materiais e dos resíduos gerados. Assim são necessários: Computadores / Monitores / Impressoras Código Barra / Storage, Móveis de sala limpa, Itens para Manipulação de Lâminas dentro da Sala Limpa (ex:pinças a vácuo), Equipamentos para contagem de partículas, Equipamentos para Inspeção de recebimento de materiais, Laboratório Físico-Químico para Análises Água Ultra-Pura e Resíduos.</p> <p>A área de Segurança também irá requerer alguns investimentos à medida que a produção avança tais como: Compra de itens para melhorias no Sistema de Sprinkles, Construção de nova área para armazenamento químicos, Equipamentos para segurança do trabalho, como Luxímetro, anemômetro, decíbilímetro, Lixeiras e contêineres dedicados a resíduos especiais (tóxicos/corrosivos/inflamáveis).</p> <p>Finalmente, para acelerar mais o processo de transferência de Tecnologia, é necessária a compra de equipamentos mais modernos para produção e controle, além de softwares dedicados (como software de simulação do processo):Software de simulação do processamento de circuitos integrados, Equipamentos Produção/ Controle.</p> <p>Assim, para garantir a operação segura e com qualidade da fábrica, serão necessários os investimentos apontados aqui.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 25000 Ministério da Fazenda

### 25103 Secretaria da Receita Federal do Brasil

104I Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.063	Estimativa projeto básico
10AV Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador - BA	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.067	Estimativa projeto básico
10AX Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP	Edifício construído	percentual de execução	Investimentos	27.670	Licitação concluída
10B3 Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Natal - RN	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.472	Licitação concluída - obra paralisada
147W Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.030	Estimativa projeto básico
147X Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.225	Estimativa projeto básico
147Y Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.791	Estimativa projeto básico
147Z Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza-CE	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1.960	Estimativa projeto básico
148H Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.066	Estimativa projeto básico
148I Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Belém - PA	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	1.908	Estimativa projeto básico
148J Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.451	Estimativa projeto básico
148K Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazendal em Porto Alegre - RS	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.328	Estimativa projeto básico
148L Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife-PE	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	3.517	Estimativa projeto básico
141E Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.645	Estimativa projeto básico
141F Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP	Obra concluída	percentual de execução física	Investimentos	2.365	Estimativa projeto básico



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</b>					
2244 Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional	Crédito arrecadado	milhão de reais	Serv. / Invest.	24.731.267	<p>P.O. (Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional): Valor lançado no SIOP: R\$ 21.205.677,00, destinado a atender despesas com oficial de justiça, diárias, passagens e estagiários para as unidades central e descentralizadas.</p> <p>P.O. (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação): Valor lançado no SIOP: R\$ 3.525.590,00, destinado a atender despesas com inscrição, diárias e passagens para capacitação durante o exercício de 2013.</p> <p>P.O. (Adequação do Ambiente de Tecnologia da Informação da PGFN): Cumprir informar que o PO não foi valorado em razão do limite inicial, estabelecido para 2013, ter sido aquém da necessidade do órgão, haja vista não ter sido suficiente para atender as despesas de manutenção do órgão, tampouco para atender as despesas de TI, estimadas no valor total de R\$ 335.389.935,39, sendo R\$ 224.832.240,00 para custeio e R\$ 110.557.695,39 para investimento. Não obstante, cumpre ressaltar que o limite estabelecido para 2013 é inferior a LOA 2012 em 49,62%.</p>

### 25201 Banco Central do Brasil

10GQ Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Porto Alegre-RS	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	59.232	Previsão de contratação da obra, instalação do canteiro, limpeza do Terreno e início das fundações.
1186 Construção do Edifício Sede do Banco Central do Brasil em Salvador - BA	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	419.950	Previsão de execução das fundações e superestrutura
7686 Construção de Edifício para o Meio Circulante no Rio de Janeiro - RJ	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	959.459	Obra em andamento; previsão de conclusão das fundações e superestrutura, execução dos elementos de arquitetura e instalações.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 25208 Superintendência de Seguros Privados

20VH Fiscalização e Regulamentação de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	480	<p>No Programa Temático 2039 - Gestão de Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, foi fixado no SIOP o valor de R\$ 2.135.133,00</p> <p>Para cada plano orçamentário o custo médio é o seguinte.</p> <p>1) Plano orçamentário - Fiscalização dos Mercados de Seguros Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta.</p> <p>Diárias e passagens ( Despesas para atender as fiscalizações na sede e regionais - previsão de 130 ações de fiscalização) - R\$ 595.400,00/130= 4.580,00</p> <p>OBS: Deve ser considerado que as empresas pertencentes aos mercados supervisionados estão espalhadas por diversas unidades da Federação, sendo as viagens constantes nesta ação imprescindíveis para o atendimento às finalidades e atribuições legais desta Susep.</p> <p>2) Plano orçamentário - Regulamentação dos Mercados de Seguros Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - Total de R\$751.522,78/4318= 1.740,44</p> <p>3) Plano orçamentário - Educação e orientação sobre os Mercados de Seguros Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - serviços de terceiros pessoa jurídica -Despesas para a execução de projeto estratégico de educação e orientação sobre os mercados supervisionados estimado em R\$788.200,00/1=788.200</p>
--	------------------------	---------	----------	-----	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 26000 Ministério da Educação

### 26101 Ministério da Educação

0A12 Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior	Bolsa concedida	unidade	Serviços	360	O valor do pagamento da Bolsa Prouni baseia-se no Edital nº 12, de 16/09/2011, da Secretária de Educação Superior. Regulamentada pela Portaria MEC nº 19, de 14/09/2011.
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto apoiado	unidade	Serviços	986	A referida ação atende a dois programas: PROEXT e PET. No primeiro caso o PLOA 2013 prevê o atendimento de 146 propostas que receberam recursos por meio de convênios. Os valores repassados correspondem às propostas que foram selecionadas por meio de edital. No último edital, foram aprovados 781 propostas em duas categorias distintas: Programas de Extensão (até R\$ 150 mil) e Projetos de Extensão (até R\$ 50 mil). Por isso o custo médio de cada proposta apoiada é de R\$ 102,8 mil. Já o PET apoia grupos formados por um professor tutor e 12 alunos. A bolsa do professor é de até R\$ 2.000,00 e a bolsa dos alunos, de R\$ 400,00. Atualmente, existem 780 grupos PET no Brasil, mas nos próximos meses, mas 60 grupos serão criados, alcançando-se a marca de 840 grupos PET. Como cada grupo, além das bolsas, recebe um valor de custeio, o custo de cada grupo é de R\$ 91.200,00
20RG Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Vaga disponibilizada	unidade	Investimentos	3.125	Expansão da Rede Federal de EPT com a inauguração de 40 novas escolas, disponibilizando 16.000 novas vagas no exercício de 2013. Estimativa do custo médio de cada vaga por ano.
4005 Apoio à Residência em Saúde	Residente mantido	unidade	Serviços	9.586	O custo baseia-se na média entre o valor da bolsa de Residência Médica (contido na Medida Provisória nº 536, de 24/06/2011) e o valor da bolsa de Residência Multiprofissional (contido na Lei nº 12.513, de 20 de outubro de 2011).
6380 Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Instituição apoiada	unidade	Serviços	172.304	Apoio à rede federal atendendo as unidades (câmpus) das Instituições da Rede Federal visando a melhoria das condições do Ensino/Pesquisa/Extensão e das atividades de Gestão de 465 unidades existentes.
8282 Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	Vaga disponibilizada	unidade	Investimentos	58.011	"A Ação 8282 é utilizada para reestruturação, expansão e consolidação das Universidades Federais existentes, para a implantação de novas universidades e câmpus, bem como atendimento a ações emergenciais (incêndios, desmoronamentos, enchentes, entre outros..). Tramitam atualmente no Congresso Nacional 4 projetos de lei para criação de novas universidades, sejam elas UFOBA, UFESBA, UFCA e UNIFESSPA. Os trabalhos de implantação destas universidades se iniciaram em 2012, e terão continuidade nos anos subsequentes (2013, 2014 e 2015). Além destas, foram recentemente criadas 4 universidades, sejam elas: UFFS, UFOPA, UNILA e UNILAB. Estas universidades encontram-se em processo de implantação. Cabe ressaltar que o custo vaga de implantação de uma nova universidade é sempre mais elevado, tendo em vista a complexidade do assunto. Além deste fato, salienta-se aqui que nem todas as atividades apoiadas por esta ação implicam a criação de novas vagas. Sendo assim, apesar da ação não versar somente sobre a criação de novas vagas, referenciou-se o produto na projeção de vagas criadas e estimou-se um custo médio baseado na diversidade dos territórios atendidos."

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>26290 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira</b>					
20RM Exames e Avaliações da Educação Básica	Indivíduo avaliado	unidade	Serviços	78	A meta física é de 12,7 milhões de indivíduos avaliados, sendo 6,3 milhões para o Enem, 6,2 milhões para o Prova Brasil e 0,2 milhões para os demais exames, entre eles Encceja, Celpe-Brás e Pré-Testes. O valor proposto é de R\$ 556,6 milhões.
20RN Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	Avaliação realizada	unidade	Serviços	8.955	A meta física é de 11.402 avaliações, sendo 6 mil avaliações de IFES, 400 avaliações no âmbito das Avaliações do Arcu-Sul, 5 mil avaliação para o Enade, além da realização dos Exames Prova Docente e Revalida. O valor proposto é de R\$ 126,7 milhões.

### 26291 Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

0487 Concessão de Bolsas de Estudos	Bolsa concedida	unidade	Serviços	27.504	Reajuste do valor das bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e iniciação científica (cerca de 20%) no País, criação de novas modalidades de bolsas (exemplo: Jovens Talentos e mestrado profissional), crescimento natural do sistema nacional de pós-graduação (cerca de 10%), aumento da meta física das ações de bolsa no exterior, impactado pelo Programa Ciência sem Fronteiras (Decreto 7.642/2011), e desvalorização do Real frente ao Dólar (variação cambial desfavorável).
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto apoiado	unidade	Serviços	135.746	Recursos a serem aplicados na implementação de novas parcerias com órgãos governamentais e fundações estaduais de apoio à pesquisa, bem como ao aumento nos investimentos de capital no apoio para a aquisição de equipamentos dos Programas de Pós-Graduação (Pró-equipamentos) e no fomento aos eventos científicos no âmbito do Programa PAEP
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	6.295	Pagamento de bolsas de estudo e pesquisas a coordenadores institucionais, coordenadores de área e de curso, supervisores (professores da rede pública de educação básica), bolsistas de iniciação à docência e pesquisadores que atuam nos programas estratégicos fomentados pela Capes: Universidade Aberta do Brasil, Pró-Licenciatura, EAD (Moçambique), Parfor, Pibid, Observatório da Educação, Formação - Olimpíadas Científicas e outros. Tais programas são desenvolvidos em decorrência da atribuição legal (Lei 11.502/2007) de investir na formação inicial e continuada de professores e valorizar o magistério da educação básica. As bolsas previstas para 2013 garantem a continuidade dos programas, destacando-se o Pibid com 49.213 bolsistas, a UAB com 22.115 bolsistas, o Parfor com 12.979, o Observatório da Educação com 2.785 bolsistas e o Pró-Licenciaturas com 3.075 bolsistas.
2317 Acesso à Informação Científica e Tecnológica	Acesso realizado	milhar	Serviços	2.139	Investimentos na gestão e ampliação dos títulos de periódicos, com a adição de livros eletrônicos (nacionais e internacionais), inserção da ferramenta para a avaliação da produção científica de pesquisadores e grupos de pesquisa para compor a documentação dos mais diversos processos de gestão e avaliação. Aprimoramento da atual versão do Portal de Periódicos, com a incorporação de novas funcionalidades. A utilização do Portal de Periódicos até o mês de agosto de 2012 passou de 44,1 milhões para 51,4 milhões em comparação com o mesmo período de 2011. O número médio de Instituições participantes do Portal de Periódicos, por contrato, passou de 165 para 365 Instituições.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</b>					
0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	239.349	A ação é composta de um conjunto de iniciativas que objetivam a melhoria qualitativa do processo educacional, contemplando uma diversidade de projetos apoiados, com diferentes níveis de complexidade e valor. O custo médio, por conseguinte, representa o quociente aritmético simples das iniciativas apoiadas pela ação nos últimos exercícios.
0969 Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	Sistema de transporte escolar apoiado	unidade	Serv. / Invest.	116.350	O cálculo do montante de recursos a serem transferidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o número de alunos da educação básica pública, residentes em área rural e que utilizam o transporte escolar, constantes do Censo Escolar do ano imediatamente anterior. O valor per capita do PNATE a ser repassado os EE, foi definido com base no Fator de Necessidade de Recursos do Município – FNR-M que considera, o percentual da população rural do município (IBGE), área do município (IBGE), percentual da população abaixo da linha de pobreza (IPEADATA); eo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (INEP). Os valores do per capita são anualmente disponibilizados no site do FNDE.
0E53 Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola	Veículo adquirido	unidade	Serv. / Invest.	199.995	Para definição dos custos unitários dos veículos adquiridos o FNDE realiza o Pregão Eletrônico anualmente visando melhorias nas especificações dos mesmos e otimização de preços. Os critérios de repasse de recursos para os municípios beneficiados são definidos a cada exercício pelo MEC/FNDE, nos termos da Lei nº 12.695, de 2012, regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 14, de 2012.
12KU Implantação de Escolas para Educação Infantil	Escola implantada	unidade	Serv. / Invest.	11.880.000	Custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para construção dos projetos padronizados do Proinfância, usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas.
12KV Implantação e Adequação de Estruturas Esportivas Escolares	Estrutura esportiva implantada/adequada	unidade	Serv. / Invest.	425.520	Custo unitário levou em consideração os valores referenciais adotados para construção de quadras esportivas, conforme projetos padronizados usados pelo FNDE, em função das bases do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das unidades esportivas escolares.
20RO Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	880	Pagamento de bolsas de estudo e pesquisa (Lei 11.273/2006) a professores cursistas (R\$ 150,00 mensais), coordenadores de programas (R\$ 1.500,00 mensais), supervisores de cursos, professores-formadores e tutores (R\$ 765,00 mensais), que atuam na formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação Básica, desenvolvida por Instituições de Ensino Superior e entes federados. Considerando o total de bolsas pagas consolidado na meta física anual, estima-se a atuação de cerca de 14 mil bolsistas em cerca de vinte diferentes programas, geridos por diferentes Secretarias do MEC e pela DIGAP/FNDE.
20RP Infraestrutura para a Educação Básica	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	473.580	PO 0001 - Levou-se em consideração o valor médio dos equipamentos de acessibilidade obtido em processos licitatórios do tipo pregão eletrônico em exercícios anteriores, para montagem de salas de recursos multifuncionais.  PO 0002 - Para cálculo do custo unitário de obras considerou-se os valores referenciais adotados para construção de escolas de EF e EM, conforme projetos padronizados usados pelo FNDE. O valor por m² é referenciado com base do SINAPI da Caixa Econômica Federal. Tais custos excluem os serviços inerentes à implantação das escolas. Para cálculo dos kits: mobiliários, equipamentos e tecnológicos, via pregão do FNDE, considerou-se escolas com 5 salas de aulas recebendo 1 kit por sala e, no caso de instrumentos musicais 1 kit por escola, de acordo com registro de preços do FNDE.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20RQ Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	Material distribuído	unidade	Serviços	8	<p>O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD atende as escolas públicas de ensino fundamental e médio, para Educação de Jovens e Adultos e para os alunos do Campo com livros didáticos, obras complementares de qualidade e livros para Alfabetização na Idade Certa. Está previsto a aquisição de 189,0 milhões de livros impressos para o PNLD ao custo total de R\$ 1.647,8 milhões a custo médio de aquisição e distribuição de R\$ 8,72 por livro impresso.</p> <p>Ainda no PNLD -2014 estão previstos a aquisição de 80,0 milhões de Objetos Educacionais Digitais no valor total de R\$ 150,0 milhões de reais a um custo médio de R\$ 1,88 por objeto.</p> <p>O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE que distribui os acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência e outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica para as bibliotecas das escolas de cunho eminentemente pedagógico, o custo médio para aquisição, mixagem e distribuição por exemplar previsto é de R\$ 8,66, para 19,5 milhões de exemplares para o PNBE 2014 e PNBE do Professor.</p> <p>Estes valores são significativamente inferiores aos preços cobrados pelas livrarias devido aos quantitativos adquiridos pelo programa. A distribuição dos livros efetivada pelos Correios tem seus custos compatíveis com a proposta de entrega de cada Programa, levando, também, em consideração o cunho social dos Programas.</p>
20RV Apoio à Manutenção da Educação Infantil	Escola atendida	unidade	Serv. / Invest.	400.000	<p>Manutenção de novas unidades de educação infantil pública por meio de apoio financeiro com o objetivo de disponibilizar recursos para a manutenção dos estabelecimentos novos que ofertem educação infantil pública e que ainda não estejam sendo contemplados com recursos do FUNDEB. Trata-se do valor anual de referência do FUNDEB por aluno, considerando-se para cada escola atendida o número de 80 crianças na creche e 120 crianças na pré-escola. Valor atual mínimo por aluno: Creche: R\$ 1.677,35 (jornada parcial); R\$ 2.725,69 (jornada integral) - Pré Escola R\$ 2.725,69 (jornada integral); R\$ 2.096,68 (jornada parcial)</p>
20RW Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	2.505	<p>Bolsa Formação Trabalhador R\$ 10,00 reais aluno/hora. Custo Médio do curso de 200h: R\$ 2.000,00; Bolsa Formação do Estudante: Custo Médio do curso de 800H: R\$ 8.000,00. Meta física Bolsa Formação Estudante R\$ 1.210.546.931,00 e a meta física do Bolsa Formação Trabalhador e Inclusão Produtiva R\$ 1.187.391.069,00. Total R\$ 2.397.938.000,00</p>
8652 Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Escola modernizada	unidade	Serv. / Invest.	3.400.000	<p>Modernizar aproximadamente 80 escolas técnicas das redes públicas estaduais com mobiliário, equipamentos, acervos técnicos e materiais pedagógico diversos, bem como promover a formação de professores nas redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Adquirir 900 laboratórios para as escolas técnicas das redes estaduais destinado a oferta do ensino médio integrado a educação profissional. As ações visam a manutenção e ampliação de vagas de cursos técnicos de médio conforme os padrões mínimos de qualidade.</p>
8744 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	Aluno atendido	unidade	Serviços	74	<p>O repasse é calculado com base no número de alunos constante do Censo Escolar do ano anterior ao atendimento. Os valores per capita são: R\$ 0,30 para Ensino Fundamental, para a EJA e Ensino Médio; R\$ 0,50 para a Pré Escola; R\$ 0,60 para os alunos de escolas em áreas remanescentes de quilombos e alunos de escolas indígenas e R\$ 0,90 para os alunos do Programa Mais Educação.</p>
8790 Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	82.286	<p>Repasse direto para estados, municípios e DF para apoio suplementar a projetos de alfabetização. O custo médio representa o quociente aritmético simples dos projetos apoiados pela ação nos últimos exercícios.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

### 28101 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

2022 Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais	Processo analisado	unidade	Serviços	28.218	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
2031 Serviços de Registro Mercantil e Atividades Afins	Ato registrado	unidade	Serviços	1	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física. Obs.: Aqui na realidade o custo médio é inferior a R\$ 1,00 sendo igual a R\$ 0,43.
20ZO Promoção e Gestão do Comércio Exterior	Ação implementada	percentual	Serviços	36.024	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
210C Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	Empresa apoiada	unidade	Serviços	1.625	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
2692 Fiscalização de Processo Produtivo Básico - PPB	Empresa fiscalizada	unidades por ano	Serviços	3.066	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.

### 28202 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

20TV Serviços de Metrologia e Qualidade Industrial	Instrumento/produto verificado	unidade	Serviços	20	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP/OS	Ponto de rede mantido	unidade	Serviços	109.120	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.

### 28203 Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

20TW Disseminação, Ensino e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Inovação	Pessoa/empresa atendida	unidade	Serviços	537	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
--	-------------------------	---------	----------	-----	---

### 28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

20TX Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus	Infraestrutura gerida	percentual de execução física	Serviços	2.319.000	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.
210L Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	400.400	Razão entre Dotação proposta e valor unitário de cada unidade de medida da meta física.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 30000 Ministério da Justiça

### 30101 Ministério da Justiça

2334 Proteção e Defesa do Consumidor	Ação implementada	unidade	Serv. / Invest.	0	Eventos (Reuniões, Seminário, Congresso, Reunião Técnica). Publicação de Estudos e Material Gráfico. Análise de Alimentos geneticamente alterados. Contratos com a Imprensa Nacional, ECT, Eurexpress. Contratação de professores e pagamento de diárias e passagens para servidores e colaboradores da Secretaria. Convênio com os Procons Municipais.
2733 Qualificação e Democratização do Processo de Elaboração Normativa	Documento produzido	unidade	Serviços	150.000	Realização de 10 (dez) pesquisas no âmbito do Projeto Pensando o Direito.
8855 Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	3.158.925	Um dos pilares do programa Brasil Mais Seguro com vistas ao fortalecimento da investigação é a estruturação da perícia oficial nos Estados para a produção da prova técnica. Nesse sentido, varias ações serão implementadas com vistas à estruturação, propiciando a realização de várias perícias por meio da realização de exames periciais rotineiros e avançados. Assim, as despesas se destinam à implementação de centros regionais de perícia que comportarão um parque tecnológico mais desenvolvido e apto a atender as demandas dos Estados da região no que tange à perícia avançada. As despesas também se referem à pactuação de convênios com as Unidades Federadas com a finalidade de financiar demandas específicas dessas, bem como aquisições direta de equipamentos fundamentais das áreas de medicina legal, local de crime e balística forense, para estruturação, de forma centralizada, capitais, e descentralizada, interiores, das unidades de perícia estaduais. Salientamos que uma parte das despesas destinar-se-ão às aquisições de micro-comparadores balísticos, dentro do projeto SISBALA que foi concebido numa parceria entre a Senasp e o Departamento de Polícia Federa, com vistas à construção de um banco de dados nacional com características individualizadoras de armas de fogo, possibilitando relacionar crimes diversos a partir do cotejamento de projeteis, além de otimizar a destruição de armas de fogo apreendidas. O valor anual para atendimento das despesas elencadas é de R\$ 252.714.000,00
8858 Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública	Profissional capacitado	unidade	Serviços	921	As ações de capacitação dos profissionais de segurança pública constituem um dos pilares do programa Brasil Mais Seguro. Nesse sentido serão realizadas capacitações para profissionais de segurança, com vistas ao aprimoramento da investigação feita por policiais civis, além de assegurar a melhoria do isolamento e preservação do local de crime por todos os profissionais de segurança, otimizando ainda o trabalho das corregedorias de polícia. O desenho do projeto de capacitação abrange mais de 9 mil profissionais e contra Crianças e Adolescentes Deste modo, as despesas relativas às ações de ensino se referem ao pagamento de hora-aula aos docentes, passagens e diárias aos docentes e discentes oriundos de outras unidades federadas, assim como de empresas de eventos para prestação de apoio logístico. O valor anual para atendimento das despesas elencadas é de R\$ 8.292.270,00



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8946 Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política	Projeto de memória/reparação executado	unidade	Serv. / Invest.	10.816.275	<p>A ação justifica-se, pois visa contribuir para o envolvimento da sociedade nos atos reparatórios oficiais; propiciar o debate e a reflexão sobre o período de exceção; valorizar e difundir a história das pessoas que foram perseguidas e torturadas; dar visibilidade à luta política e ao papel desempenhado pelos ex-perseguidos, partidos e organizações em prol da democracia e da anistia política. Estimula também a participação da sociedade civil organizada, no âmbito de projetos, como o Marcas da Memória, apoiando, por meio de Convênios, projetos focados nos temas de direitos humanos, democratização, anistia e memória. Cabe destacar também a realização das Caravanas da Anistia, sessões públicas itinerantes de julgamento de requerimentos de anistia e os projetos de cooperação internacional e de divulgação das atividades do órgão e promoção da Justiça de Transição, tais como a elaboração e publicação da Revista Anistia, de cartilhas e folders informativos, livros e manuais relacionados ao tema da Anistia, realização de seminários e outros eventos relacionados à anistia política.</p> <p>O Projeto do Memorial da Anistia Política no Brasil foi instituído pelas Portarias do Ministro de Estado da Justiça GM n.º 858 de 13 de maio de 2008 e GM n.º 203 de 09 de fevereiro de 2010 e está previsto no artigo 2º, inciso VI do Decreto n.º 7.037, de 21 de Dezembro de 2009 – PNDH-3. O Memorial da Anistia é uma iniciativa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) por meio do Termo de Cooperação n.º 01 /2009, celebrado em 27/09/2011 entre esta entidade e o MJ, e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cujo objetivo é construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais, contribuindo para o fortalecimento da transição democrática no país. Para o ano de 2013, está prevista a execução das obras referentes ao Anexo I, Anexo II e Coleginho do complexo do Memorial.</p>

### 30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal

200G Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal	Obra realizada	unidade	Investimentos	18.690.621	Valor para conclusão da obra relativa ao Ed. Sede da 7ª SRPRF/PR, correspondendo a aproximadamente 50,26% do total do Projeto.
--	----------------	---------	---------------	------------	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

### 30108 Departamento de Polícia Federal

201C Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON

Operação apoiada

unidade

Serv. / Invest.

101.493

A Ação ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras) consistiu na estruturação e fortalecimento das atividades de segurança pública nas fronteiras de todo território nacional. O ENAFRON consiste em 3 planos de ações, aviação operacional, construção de delegacias e próprios e a implantação dos Sistema de Interceptações de Sinais. As tabelas a seguir demonstram a alocação de recursos nas 3 planos de ação:

AVIAÇÃO	
NAUTUREZA DA DESPESA - 2013	
CUSTEIO -	8.943.761,72
Sub total -	8.943.761,72
-	
DELEGACIAS	
NAUTUREZA DA DESPESA - 2013	
-	
INVESTIMENTO -	74.705.902,00
TOTAL -	74.705.902,00
-	
SIS - Sistema de Interceptações de Sinais	
NAUTUREZA DA DESPESA - 2013	
CUSTEIO -	4.781.280,68
INVESTIMENTO -	3.292.777,00
TOTAL -	8.074.057,68
-	
PRÓPRIOS NACIONAIS	
NAUTUREZA DA DESPESA - 2013	
INVESTIMENTO -	8.276.278,60
TOTAL -	8.276.278,60
-	
TOTAL GERAL	
NAUTUREZA DA DESPESA - 2013	
CUSTEIO -	13.725.042,40
INVESTIMENTO -	86.274.957,60
TOTAL GERAL -	100.000.000,00

Para o cálculo do custo médio foram considerados os três planos orçamentários cadastrados. Considerando que as metas não são uniformes entre os planos orçamentários, fizemos uma regressão nos valores para considerarmos o custo médio descrito.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UE Aprimoramento Institucional da Polícia Federal	Instituição aprimorada	unidade	Investimentos	400.000	<p>PO 001- Construção do Anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro: Construção de anexo com área em torno de 21.000 m2, dotada de recursos compatíveis com as suas necessidades, tais como, ambiente para custódia, heliponto, sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, entre outros. Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições.</p> <p>PO 002- Iniciar a construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses, destinado a atividades técnico-científicas, junto ao Instituto Nacional de Criminalística. Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada, para abrigar salas de treinamento, auditório virtual e laboratórios de diversas áreas das ciências forenses, viabilizando a troca contínua de conhecimento, experiências e a capacitação conjunta das perícias federais e estaduais, viabilizando assim uma rede nacional de ciências forenses. Os valores cadastrados serão utilizados para a execução física de 10% da obra.</p> <p>PO 003- É prevista a construção de uma edificação com cerca de 14.000 m², dotada de moderna tecnologia, com sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, ar condicionado central e elevadores. O prédio será dividido de forma a separar o fluxo dos serviços de atendimento ao público e serviço estritamente policial. Seguem abaixo as principais áreas da edificação e seus respectivos usos: Auditório terá capacidade para cerca de 150 pessoas; Sala do Plantão equipada com sistema de monitoramento por meio de circuito fechado de TV com dispositivo de gravação de imagens capaz de cobrir todas as instalações; Restaurante equipado com cozinha industrial para atendimento dos servidores; Estande de tiros proporcionará treinamento de tiro aos servidores do edifício. Com tratamento acústico, sistema de exaustão, equipado com sistema de alvos móveis acionados desde a sala de controle, visualizados através de vidro balístico; Salas de Treinamento e Mini-auditório proporcionarão o treinamento e constante aperfeiçoamento dos servidores; Academia de Musculação permitirá aos servidores a prática desportiva dentro do seu ambiente de trabalho; Serviço médico proporcionará atendimentos médicos periódicos aos servidores; Gabinete de crises permitirá a reunião de esforços em situações específicas; Além dos itens acima elencados, o edifício contará ainda com: Sala de Imprensa, área para bancos, área cívica etc. Proporcionar à Polícia Federal no Estado da Paraíba, condições mínimas de infraestrutura visando atender às demandas dentro das suas atribuições. Os valores cadastrados serão utilizados para a contratação do projeto executivo da obra.</p> <p>PO 04- Construção do edifício-sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, na cidade de Rio Branco, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal. Proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo. Os valores cadastrados serão utilizados para execução física de 8% da obra.</p> <p>PO 06- Construção do edifício-sede do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal no Distrito Federal, por empresas contratadas em processo licitatório, com acompanhamento dos engenheiros da Polícia Federal. Proporcionar ao Comando de Operações Táticas da Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições. Conforme verificado nos custos envolvidos no projeto básico os valores cadastrados serão para a execução de 10% da obra.</p> <p>PO 07- Construção da nova sede, com área em torno de 10.000 m2, dotada de recursos compatíveis com as suas necessidades, tais como: ambiente para custódia, heliponto, sistemas de controle de acesso, circuito fechado de TV, automação predial, entre outros. Proporcionar ao Departamento de Polícia Federal melhores condições de infra-estrutura,</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>visando atender melhor as demandas no interesse de sua competência.</p> <p>PO 08- : Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares. Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública. Muitas unidades do DPF tem mais de 20 anos de construídas, portanto precisam de melhorias na infraestrutura do edifício, melhoria dos sistemas elétricos, hidráulicos, iluminação, dentre outros. Os valores tiveram como base os custos de mercado através da tabela SINAPI, bem como a quantidade de unidades que poderão ser beneficiadas com as dotações liberadas.</p> <p>PO 09- Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública. Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.</p> <p>PO 000A- Formação e o aperfeiçoamento de policiais federais e servidores administrativos para atender as necessidades de pessoal do Departamento da Polícia Federal; formação de policiais de outras entidades congêneres e do sistema de justiça criminal; formação e treinamento que visem aprimorar as técnicas de combate ao crime no âmbito da Polícia Federal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal. Promover a formação e atualização de pessoal do Departamento de Polícia Federal para o exercício de suas atribuições e o treinamento de outros servidores que atuem diretamente em atividades do sistema de Justiça Criminal, bem como instituir a Universidade Corporativa da Polícia Federal. Cursos de formação de novos policiais que ingressam no DPF através de concursos públicos aprovados pelo MPOG.</p> <p>Para o cálculo do custo médio foram considerados os Planos Orçamentários cadastrados na Ação. Considerando que para o cálculo de obras e reformas foram verificados os percentuais de execução dos projetos em diversas localidades, bem como o Plano Orçamentário referente à capacitação.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa																								
20V2 Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL	Acesso realizado	unidade	Serviços	1.121	<p>Os custos médios destinados à Ação Orçamentária cadastrada para o CINTEPOL, foram baseadas nas quantidades de acessos, cerca de 144.000, números de aeronaves e horas de voo do VANT, bem como todos os custos necessários para manutenção e desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas que integram CINTEPOL, inclusive os custos de treinamento de policiais responsáveis por utilizá-los. Estes custos serão utilizados em mecanismos de comunicação criptografados, ferramentas de análise, infraestrutura de TI necessária a atender a demanda, através de portal web, com garantias de segurança e funcionamento da aviação não tripulada.</p> <p>Para o cálculo do custo médio foram verificados o produto e o valor total cadastrado na proposta.</p>																								
2586 Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros	Passaporte emitido	unidade	Serv. / Invest.	1.100	<p>Os valores necessários para a renovação do parque tecnológico do PROMASP pertencente a Polícia Federal é de 22.462.000,00 de investimento. O parque tecnológico do PROMASP abrange a emissão de passaportes e controle migratório em todo território nacional. A tabela a seguir demonstra as máquinas, valores unitários e totais dos equipamentos que deverão ser renovados.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Valor Unit.</th> <th>Quant.</th> <th>2013 - Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Total</b></td> </tr> <tr> <td>Aq. Desktops - DPAS -</td> <td>2.500,00 -</td> <td>576 -</td> <td>1.440.000,00</td> </tr> <tr> <td>Aq. Desktops - DCIM -</td> <td>2.500,00 -</td> <td>617 -</td> <td>1.510.000,00</td> </tr> <tr> <td>Aq. Solução STI -</td> <td>18.000,00 -</td> <td>617 -</td> <td>10.872.000,00</td> </tr> <tr> <td>Aq. Solução SINPA -</td> <td>15.000,00 -</td> <td>576 -</td> <td>8.178.000,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para as despesas de custeio foram considerados os contratos com a casa da moeda, no tocante a quantidade de passaportes a serem emitidos, os contratos com empresas terceirizadas que realizam o controle imigratório, bem como o contrato com o SERPRO, que dispõe da tecnologia para emissão das carteiras de estrangeiros, cadernetas de passaportes e controle imigratório.</p> <p>Diante os valores apresentados de investimento e custeio para a ação, foi verificado o custo médio descrito.</p>	Descrição	Valor Unit.	Quant.	2013 - Valor	<b>Total</b>				Aq. Desktops - DPAS -	2.500,00 -	576 -	1.440.000,00	Aq. Desktops - DCIM -	2.500,00 -	617 -	1.510.000,00	Aq. Solução STI -	18.000,00 -	617 -	10.872.000,00	Aq. Solução SINPA -	15.000,00 -	576 -	8.178.000,00
Descrição	Valor Unit.	Quant.	2013 - Valor																										
<b>Total</b>																													
Aq. Desktops - DPAS -	2.500,00 -	576 -	1.440.000,00																										
Aq. Desktops - DCIM -	2.500,00 -	617 -	1.510.000,00																										
Aq. Solução STI -	18.000,00 -	617 -	10.872.000,00																										
Aq. Solução SINPA -	15.000,00 -	576 -	8.178.000,00																										
2726 Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	Operação realizada	unidade	Serv. / Invest.	200.000	<p>O custo médio para a Ação Orçamentária tem por base algumas iniciativas da Polícia Federal em ênfase no combate ao tráfico de drogas e seus derivados.</p> <p>Execução de integração com países da América do Sul no combate ao tráfico como erradicação de maconha, combate à cocaína e ao CRACK. Custeio de unidades do GISE (Grupo de Investigação Sensíveis), despesas com combustíveis, diárias, manutenção de viaturas, alugueis, readequação de imóveis, aquisição de equipamentos. Apoio às 27 unidades regionais e Delegacias descentralizadas no desencadeamento de operações de combate ao tráfico de drogas. Realização de operações ostensivas em aeroportos e portos. Treinamento e capacitação de policiais para o enfrentamento ao tráfico. Cursos executados no canil central em Brasília para formação de policiais e cães farejadores, dentre outras ações. Considerando os planos orçamentários cadastrados o custo unitários foram construídos com base nos produtos e valores cadastrados para cada PO.</p>																								

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>30202 Fundação Nacional do Índio - FUNAI</b>					
20UF Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	Terra indígena regularizada/protegida	unidade	Serviços	135.514	<p>-Despesas com material e manutenção de veículos para a realização de procedimentos de atividades preventivas, extrusão, expedições de fiscalização, de demarcação e regularização fundiária de terras e reservas indígenas, para efetuar a localização geográfica de índios isolados por meio de expedições de campo para averiguar a existência de índios isolados e de recente contato.</p> <p>Memória de cálculo: 29 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 92.800,00</p> <p>-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustível) para os Grupos Técnicos na realização de estudos de campo e documentais de caráter antropológico, ambiental, cartográfico e fundiário nos estudos de levantamento fundiário, identificação, benfeitorias e demais ações.</p> <p>Memória de cálculo: 65 GT(s) X R\$ 38.200,00 = R\$ 2.483.000,00</p> <p>-Despesas com locação de veículos para o desenvolvimento de atividade preventiva para evitar que não-índios invadam terras indígenas.</p> <p>Memória de cálculo: 20 veículos X R\$ 13.500,00 = R\$ 270.000,00</p> <p>CustoTotal = R\$ 2.845.800,00/21(terras indígenas fiscalizadas/protegidas) = R\$ 135.514,29</p>
2384 Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas	Projeto implantado	unidade	Serviços	3.688	<p>-Despesas com aquisição de material para a manutenção de veículos e com deslocamentos (diárias, passagens e combustíveis), para apoio às ações de promoção e proteção social com apoio às organizações indígenas no processo de informação e formação acerca de seus direitos fundamentais; apoio às ações de segurança alimentar e nutricional, geração de renda, à operação e manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização; e na promoção da gestão ambiental por meio de planos e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais, conservação e recuperação ambiental, gestão dos recursos hídricos, prevenção e controle de impactos socioambientais.</p> <p>Memória de cálculo: 56 veículos X R\$ 3.200,00 = R\$ 179.200,00</p> <p>-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustível) para mobilização social, manutenção de infraestrutura de produção e de comercialização e para a promoção da gestão ambiental.</p> <p>Memória de cálculo: mobilização social: 60 eventos X R\$ 26.200,00 = R\$ 1.572.000,00 projetos e programas ambientais: 13 projetos X R\$ 120.600,00 = R\$ 1.567.800,00 fomento às atividades produtivas em áreas indígenas: 597 projetos X R\$ 16.445,45= R\$ 9.817.934,00</p> <p>CustoTotal = R\$ 13.136.934,00/3.552(projeto implantado) = R\$ 3.698,46</p>
8635 Preservação Cultural dos Povos Indígenas	Projeto cultural implantado	unidade	Serviços	38.600	<p>-Despesas com deslocamento (diárias, passagens e combustíveis) e com a contratação de empresas especializadas para a realização de oficinas, seminários, cursos e treinamentos para capacitação dos povos indígenas em tecnologias específicas relacionadas a cada tipo de acervo para desenvolvimento de ações amplas visando a instrumentalização dos povos indígenas e divulgação de suas culturas junto a públicos diversos.</p> <p>Memória de Cálculo: 32 eventos X R\$ 38.600,00 = R\$ 1.235.200,00</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>30907 Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN</b>					
20UG Reintegração Social, Alternativas Penais e Controle Social	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	265.000	<p>Alternativas Penais: serão estabelecidas 13 políticas de alternativas penais em âmbito nacional, devidamente alinhadas ao planejamento estratégico do DEPEN, sendo que para a sua constituição serão desembolsados recursos para as seguintes despesas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Formação de Grupos de Trabalho</li> <li>2) Realização de Congresso Nacional</li> <li>3) Formalização de Convênios</li> </ol> <p>Reintegração Social: Serão formalizados 17 instrumentos, com 24 serviços apoiados, distribuídos dentre as temáticas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde (incluindo Centros de Referência à Saúde Materno Infantil);</li> <li>2) Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes;</li> <li>3) Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional e Programa Brasil Alfabetizado;</li> <li>4) Programa de Fortalecimento dos Centros de Referência aos Egressos do Sistema Prisional;</li> <li>5) Plano Nacional de Acesso à Justiça (Força Nacional da Defensoria Pública).</li> </ol> <p>No que tange às ações de Práticas de Controle Social e Transparência na Execução Penal e Implantação do Instituto da Liberdade Vigada por meio de Monitoramento Eletrônico a concepção da forma do apoio às iniciativas estão em tratativas internas do órgão, desse modo, projeta-se o apoio à 6 projetos relacionados as Ouvidorias e 01 (uma) Unidade da Federação Apoiada pelo projeto de monitoramento eletrônico de presos.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20UH Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário	Iniciativa apoiada	unidade	Investimentos	2.481.707	<p>O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional busca criar as condições necessárias para o cumprimento digno da pena e a reinserção do preso na sociedade.</p> <p>Suas metas principais são: zerar o déficit de vagas em estabelecimentos prisionais femininos e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.</p> <p>A expectativa é gerar pelo menos 42,5 mil novas vagas ao longo de todo o programa, ampliando estabelecimentos existentes ou construindo novos estabelecimentos prisionais. Esse total se divide em 15 mil vagas em estabelecimentos prisionais femininos e 27,5 mil vagas em cadeias públicas masculinas.</p> <p>Garantir custódia adequada a presos provisórios e a mulheres condenadas assegura condições dignas a essa população. Ao mesmo tempo, tais ações liberam os policiais hoje responsáveis pela carceragem nas delegacias para o trabalho de combate à criminalidade. Assim, o Programa terá impacto não apenas no sistema prisional, mas também nas políticas públicas de segurança pública.</p> <p>Para o exercício, a meta é a construção de 6270 novas vagas, distribuídas em aproximadamente 21 contratos de repasse, considerando o projeto padrão de 286 vagas.</p> <p>Oportuno ressaltar que o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional realizará o aparelhamento das 27 secretarias de administração penitenciárias estaduais, com a aquisição de viaturas novas para o transporte de presos. No que concerne aos sistemas de gestão penitenciária propõe-se como meta a integração de mais 4 novos estados na política no total de 27 unidades federativas.</p> <p>O programa estabelece ainda, a priorização de pesquisas relacionadas a execução penal brasileira, através de institutos e organismos capazes de identificar tanto as principais demandas carcerárias quanto as de organização estatal frente ao elevado índice de reincidência criminosa.</p> <p>Quanto a Capacitação e Valorização do Servidor: serão formalizados 07 Instrumentos sendo formalizados 9 serviços apoiados, distribuídos dentro das seguintes temáticas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Escola Nacional de Serviços Penais</li> <li>2) III Encontro Nacional de Escolas de Gestão Penitenciária</li> <li>3) Reaparelhamento das Escolas (fase de regionalização)</li> <li>4) Curso de Pós-Graduação</li> </ol>
20WS Consolidação do Sistema Penitenciário Federal	Ação concluída	unidade	Investimentos	11.000.000	<p>Valor médio para construção de edificação de segurança máxima, visando aprisionar presos de alta periculosidade de âmbito nacional. O valor será utilizado para realizar o cronograma físico-financeiro da obra até o limite de 33% da obra.</p> <p>A construção da referida unidade penal beneficiará a população brasileira, conforme já é demonstração pela atuação das unidades já existentes, permitindo ao governo ampliar a quantidade de vagas, vagas essas estratégicas no que diz respeito ao isolamento dos principais líderes do crime organizado.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>30911 Fundo Nacional de Segurança Pública</b>					
201C Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	Operação apoiada	unidade	Serv. / Invest.	7.000.000	O Plano Estratégico de Fronteiras tem como mote a atuação integrada dos órgãos de segurança públicas, as Forças Armadas, a Receita Federal e os órgãos correspondentes dos países vizinhos, devendo ser implementadas ações de integração federativa entre a União, Estados e municípios situados na Faixa de Fronteira, mediante a formulação de projetos estruturantes e cooperação internacional. Para tanto, a Senasp realiza ações de capacitação para os profissionais lotados na faixa de fronteira dos 11 Estados integrantes da Enafron, está realizando uma pesquisa acerca da implementação do Programa, assim como apoiando projeto para aquisição de equipamentos de segurança pública e modernização tecnológica, com vistas a proporcionar maior eficiência e eficácia no enfrentamento aos crimes transfronteiriços.
2320 Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	Profissional capacitado	unidade	Serv. / Invest.	198	A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem investido em programas de educação que buscam ofertar condições para que, independente da localização geográfica, função ou instituição, os profissionais da área de Segurança Pública tenham acesso a um desenvolvimento educacional qualificado. Neste sentido, são desenvolvidas ações que contemplam a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a educação continuada destes profissionais, na modalidade presencial e a distância. Deste modo, as despesas relativas às ações de ensino a distância destinam-se aos contratos de manutenção da Rede EAD que exigem a contratação de empresa para manutenção da Plataforma Tecnológica, além de Transposição de Conteúdos de novos cursos e de Produção de Vídeos, bem como o pagamento de tutoria para os cursos da aludida rede. Outrossim, necessária se faz a aquisição de equipamentos permanentes a serem alocados no próprio Ministério da Justiça e que servem de suporte ao funcionamento, tais como servidor, servidor de banco de dados, robô e fitas de backup e softwares. No que tange às ações de ensino presencial, as despesas se referem ao pagamento de hora-aula aos docentes, passagens e diárias aos docentes e discentes oriundos de outras unidades federadas, assim como de empresas de eventos para prestação de apoio logístico. As despesas concernentes às especializações realizadas por meio da RENAESP-Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, são alusivas a 32 cursos de pós-graduação destinados aos profissionais de segurança pública, em parceria com as Instituições de Ensino Federais, Estaduais e Particulares, por meio de Termo de Cooperação Técnica, Convênio e Contrato, conforme a natureza jurídica de cada Instituição de Ensino. Despesas com a implementação da política de Valorização Profissional ocorrerão por meio da realização de seminários com a contratação de empresas de apoio logístico.
2B00 Força Nacional de Segurança Pública	Servidor aprestado	unidade	Serv. / Invest.	148.930	Os recursos servirão para subsidiar as operações da Força Nacional, capacitação e aquisição de equipamentos, com previsão para atendimento a 1500 homens: Plano de Saúde e Bens Permanentes (viaturas e armamentos).

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 32000 Ministério de Minas e Energia

### 32101 Ministério de Minas e Energia

1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional	Unidade consumidora atendida	unidade	Serv. / Invest.	1.073	<p>Elaboração de estudos e projetos de engenharia, aquisição, instalação, revitalização, testes e monitoramento da operação de equipamentos para geração de energia elétrica em pequena escala, por intermédio, preferencialmente, de fontes renováveis de energia, para comunidades isoladas. Promoção da capacitação de executores e beneficiários visando estimular o desenvolvimento da demanda e uso sustentável da energia elétrica.</p> <p>Tem por objetivo apoiar o atendimento da demanda por energia elétrica para os consumidores, escolas, postos de saúde, saneamento, e atividades produtivas comunitárias, e informação em comunidades não atendidas pelo sistema elétrico convencional, mediante a instalação de sistemas energéticos que utilizam, referencialmente, fontes de energia renováveis locais. E, ainda, monitorar as ações que visem o atendimento por energia elétrica.</p>
---	------------------------------	---------	-----------------	-------	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13E4 Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META	Contrato executado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	2.529.651	<p>1. Contexto A Lei nº 10.683/2003, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, define como competência de atuação do Ministério de Minas e Energia, as áreas de:</p> <p>a) geologia, recursos minerais e energéticos; b) aproveitamento da energia hidráulica; c) mineração e metalurgia; d) petróleo, combustível e energia elétrica, inclusive nuclear;</p> <p>1.1 Para o cumprimento da competência institucional do MME, após o cumprimento de todos os trâmites legais, em 1º de março de 2012 o Governo Brasileiro assinou com o Banco Mundial o Acordo de Empréstimo nº IBRD nº8095, no valor de US\$ 49.604.127,00, com perspectiva de uma nova contratação de igual valor relativa a uma 2ª Fase, que somaria o total de US\$ 99.208.254,00 de fonte externa. Como contrapartida, o Governo Brasileiro entrou com o montante de US\$ 6.944.578,29, dos quais US\$ 4.039.286,85 foram destinados à Primeira Fase do Projeto.</p> <p>1.2 Os recursos serão destinados à execução de ações do MME por meio de assistência técnica e investimentos em pesquisas, beneficiando as atividades de suas Secretarias finalísticas e os órgãos e entidades vinculadas com atribuições na formulação e execução de políticas setoriais dos setores de energia, geologia e transformação mineral.</p> <p>1.3 Essas ações, inseridas num programa denominado de Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META, tem como objetivo contribuir para ampliar e consolidar os avanços dos setores de energia e mineral, dando apoio à competitividade e o crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional desses setores, envolvendo áreas estratégicas do MME, quais sejam:</p> <p>Planejamento do Setor Energético e Matriz Energética Brasileira; Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Monitoramento e Controle do Setor Elétrico; Aprimoramento de Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Inserção Social; Fontes Alternativas e Eficiência Energética; Petróleo e Gás; Segurança do Sistema Interligado Nacional – SIN; Fortalecimento Institucional;</p> <p>1.4 Para execução das atividades do Projeto META, de um orçamento total de US\$ 53.519.404,53, foram consignados na LOA 2012, recursos na ordem de R\$ 65.700.000,00 (R\$ 63.966.012,00 referentes a Fonte Externa e R\$ 1.733.988,00 de Contrapartida Nacional), conforme Tabela (01) a seguir:</p> <p>Tabela 01 - VALORES DO PROJETO META CONSIGNADOS NA LOA 2012</p> <p>ÓRGÃO/ENTIDADE VALOR DA LOA 2012 REL %</p> <p>MME - CONTRAPARTIDA R\$ 1.733.988,01 2,74</p> <p>MME - GABINETE R\$ 1.152.849,81 0,21</p> <p>MME - NESAR R\$ 1.605.852,88 1,45</p> <p>MME - SGM R\$ 4.370.772,01</p> <p>MME - SPE R\$ 2.529.193,16 0,57</p> <p>MME - SPOA R\$ 704.397,85 0,44</p> <p>CEPEL R\$ 50.901.233,29 80,8</p> <p>ONS R\$ 648.787,50 1,81</p> <p>EPE R\$ 997.279,07 2,22</p> <p>ANEEL R\$ 0,00 0,64</p> <p>CPRM R\$ 461.999,99 7,16</p> <p>DNPM R\$ 593.646,43 1,96</p> <p>TOTAL R\$ 65.700.000,00 100,00</p> <p>1.5 Para uma primeira revisão procedemos, junto aos Coexecutores do META, uma previsão de montante de recursos que deveriam ser desembolsados no exercício de 2012, observando o novo contexto,</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20AA Apoio a Centros de Referência em Desenvolvimento Tecnológico na Área de Energia	Centro apoiado	unidade	Serviços	333.333	<p>chegando-se a um valor de R\$ 32 milhões, alterando, significativamente, os cronogramas físico e financeiro originais do Projeto.</p> <p>1.6. De acordo com a Portaria SOF nº 51/2012, o MME (Projeto META) foi contemplado com acréscimos nos limites de movimentação e empenho no montante de R\$ 14.879.000,00, sendo R\$ 14.707.000,00 de Investimento e R\$ 172.000,00 de Custeio.</p> <p>1.7. Conforme informações da SPOA/CGOF, via e-mail datado de 9/7/2012, a Secretaria de Orçamento Federal estabeleceu a base monetária do Projeto META para 2013 (R\$ 14.983.000,00), em valor semelhante ao limite de empenho de 2012.</p> <p>1.8. Convém ressaltar que somente para o 3º trimestre/2012 foi empenhado o valor de R\$ 11.120.270,32 e terão ainda Notas de Empenho no montante de R\$ 3.602.460,33, perfazendo o total R\$ 14.722.730,65. Para o 4º trimestre/2012, há uma previsão/necessidade de mais créditos no volume de R\$ 15.322.077,58 referentes a compromissos assumidos com Termos de Cooperação, Convênios e processos licitatórios, fechando o valor necessário para 2012 de R\$ 30.044.808,23.</p> <p>1.9. Para 2013, a SEDP já havia apontado para a SPOA/CGOF, após uma nova revisão, a necessidade de recursos orçamentários na ordem de R\$ 53.122.680,36.</p> <p>1.10. Assim, se considerado o limite já apontado pela SOF para o exercício de 2013 (R\$ 14.983.000,00), certamente haverá maior atraso na efetivação das ações do Projeto META e os benefícios almejados para os setores elétrico e mineral brasileiros terão seus efeitos retardados.</p> <p>2. Proposta Orçamentária 2013 com limite SOF</p> <p>2.1. De qualquer modo, foi apresentada uma proposta de dotação orçamentária do Projeto META para 2013, considerando o Referencial Monetário concedido pela SOF, no valor de R\$ 14.983.000,00, conforme tabela abaixo.</p> <p>3. Por último é importante salientar, conforme os objetivos das ações, que todas as atividades contempladas no Projeto META são de importância fundamental para ampliar o desenvolvimento dos setores de energia e mineral, especialmente dando apoio à competitividade e o crescimento econômico sustentável do País, bem como a modernização institucional desses setores.</p> <p>4. Portanto, é essencial que o META tenha dotação orçamentária no exercício de 2013 que permita a execução de suas atividades de acordo com os cronogramas previstos.</p> <p>1.) Apoio institucional para o Centro Brasileiro de Eficiência Energética de Edificações - CB3E - em atendimento ao Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf;  2.) Convênio de Cooperação Técnica MME/CEPEL: - atividades relativas ao ano 2 do Plano de Trabalho;e  3.) Estimular e apoiar o desenvolvimento do conhecimento sobre energias alternativas e sustentabilidade ambiental.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM</b>					
125F Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	Área recuperada	unidade	Serviços	100.000	contratação da elaboração e execução dos planos de recuperação das áreas degradadas.
13E5 Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos	Autorização concedida	unidade	Serviços	50.000	Valor adotado pela estimativa da meta de autorização concedida
20L9 Informações de Alerta de Cheias e Inundações	Município atendido	unidade	Serv. / Invest.	159.090	Gerar informações para sistemas de alertas de cheias e inundações
20LA Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos	Município beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	45.524	Localizar em mapas as áreas que apresentam os graus de suscetibilidade baixa, média, alta e muito alta a deslizamentos, enxurradas e enchentes.
20LB Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)	Projeto analisado/acompanhado	unidade	Serviços	330.000	valor adotado pela estimativa de gastos com a pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de geologia e recursos minerais.
20LC Levantamentos Geológicos Marinhos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	92	valor adotado pela estimativa da área a ser levantada.
20LD Cooperação Técnico-Científica Internacional	Relatório produzido	unidade	Serviços	17.777	valor adotado pela estimativa da meta de relatorios elaborados.
2397 Levantamentos Hidrogeológicos	Levantamento realizado	unidade	Serv. / Invest.	598.000	valor adotado pela estimativa da meta de levantamentos realizados.
2398 Levantamentos Geológicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	67	valor adotado pela estimativa da meta da área levantada.
2399 Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	249	valor adotado pela estimativa da meta da área levantada.
2B51 Gestão da Informação Geológica	Informação fornecida	unidade	Serv. / Invest.	12	valor adotado pela estimativa da meta de informação fornecida.
2B53 Produção Laboratorial de Análises Minerais - LAMIN	Análise realizada	unidade	Serv. / Invest.	189	valor adotado pela estimativa da meta de análise realizada.
2D62 Levantamentos da Geodiversidade	Levantamento realizado	unidade	Serv. / Invest.	178.492	valor adotado pela estimativa da meta de levantamento realizado.
2D84 Levantamentos Geoquímicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	3	valor adotado pela estimativa da meta da área levantada.
4872 Levantamentos Aerogeofísicos	Área levantada	quilômetro quadrado	Serv. / Invest.	178	valor adotado pela estimativa da meta da área levantada
7112 Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	Relatório elaborado	unidade	Serv. / Invest.	342.200	valor adotado pela estimativa de relatório elaborado.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**32263 Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM**

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14UE Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM	Edifício adquirido/adequado	unidade	Serviços	1.080.060	<p>O Departamento Nacional de Produção Mineral possui 33 edifícios, sendo 17 próprios, 12 alugados e 4 cedidos por outros órgãos, que possibilitam sua representação em todos os estados da federação. Contudo, essa estrutura vem sofrendo ao longo dos anos os efeitos negativos da baixa disponibilidade orçamentária e financeira para a execução de obras de reforma e manutenção predial, fato comprovado pelo histórico de insuficientes R\$ 32.297,90 por edificação por ano, observado no período compreendido entre 2008 a 2011.</p> <p>Das 17 edificações próprias, 6 apresentam estado extremamente crítico, 8 apresentam necessidade de intervenções corretivas indispensáveis e somente 2 possuem condições adequadas de ocupação (2 edificações, DNPM/SC e DNPM/MG, reformadas entre 2008 e 2012 consumindo cerca de 73% dos recursos disponibilizados ao DNPM para reformas entre 2008 e 2011).</p> <p>Ressalta-se que o estado precário das edificações motivou a criação de um Projeto Orçamentário em 2008 para a Reforma de Unidades Regionais do DNPM - PTRES 021961, porém, apesar de ter havido disponibilidade orçamentária nos exercícios anteriores a 2012 da ordem de R\$ 60.000.000,00 por ano (fonte de emendas), não houve autorização para a contratação das despesas, o que restringiu o vulto da ação para um total de R\$5.167.664,21 entre 2008 e 2011, insuficientes perante a abrangência das intervenções necessárias.</p> <p>Sendo assim, considerando as restrições da atual conjuntura econômica, há a previsão de R\$ 3.240.180,00 na ação 14UE – Aquisições e Reforma de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM (R\$ 2.781.620,00 para reformas e R\$ 458.560,00 para aquisição de imóveis), que serão empregadas nas seguintes prioridades:</p> <p><b>Reforma de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM:</b></p> <p>1 Reforma do DNPM/RO: R\$ 381.620,00  Refere-se à realização de obras imprescindíveis à manutenção corretiva do imóvel e recuperação de condições mínimas de ocupação, incluindo a Recuperação das instalações elétricas, hidráulicas e de telecomunicações, substituição de pisos e telhados, tratamento de infiltrações e pintura, entre outros.  Área Construída / de Intervenção: 1.700,00 m²  Custo unitário estimado: R\$ 224,48/m²</p> <p>2 Reforma do DNPM/PA: R\$ 650.000,00  Refere-se à realização de obras imprescindíveis à manutenção corretiva do imóvel e recuperação de condições mínimas de ocupação, incluindo a Substituição do Telhado, Instalação de SPDA, Manutenção da Subestação de Energia Elétrica e Obras Complementares:  Área Construída / de Intervenção: 2.850,00m²  Custo unitário estimado: R\$ 228,07/m²</p> <p>3 - Reforma do DNPM/RS: R\$ 450.000,00  A 1ª etapa da reforma da Superintendência englobará a Contratação de Projeto Executivo de Engenharia, que incluirá o diagnóstico dos sistemas da edificação, elaboração de soluções técnicas para a reforma, elaboração de plantas e orçamento analítico com composição de custos unitários dos serviços.  Área da Intervenção: 4.200,00 m²  Custo unitário estimado: R\$ 107,14/m²</p> <p>4 - Reforma do DNPM/SP: R\$ 400.000,00  A 1ª etapa da reforma da Superintendência englobará a Contratação de Projeto Executivo de Engenharia, que incluirá o diagnóstico dos sistemas da edificação, elaboração de soluções técnicas para a reforma, elaboração de plantas e orçamento analítico com composição de custos unitários dos serviços.  Área da Intervenção: 3.700,00m²  Custo unitário estimado: R\$ 121,62/m²</p> <p>5 - Reforma do DNPM/PR: R\$ 275.000,00  A 1ª etapa da reforma da Superintendência englobará a Contratação de Projeto Executivo de Engenharia, que incluirá o diagnóstico dos sistemas da edificação, elaboração de soluções técnicas para a reforma, elaboração de plantas e orçamento analítico com composição de custos unitários dos</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>serviços.  Área da Intervenção: 2.300,00m²  Custo unitário estimado: R\$ 119,56/m²</p> <p>6 - Reforma do DNPM/GO: R\$ 275.000,00  A 1ª etapa da reforma da Superintendência englobará a Contratação de Projeto Executivo de Engenharia, que incluirá o diagnóstico dos sistemas da edificação, elaboração de soluções técnicas para a reforma, elaboração de plantas, elaboração de projeto executivo para demolição e orçamento analítico com composição de custos unitários dos serviços.  Área de Intervenção: 2.400,00 m²  Custo unitário estimado: R\$ 104,16/m²</p> <p>7 - Obras complementares no DNPM/SC: R\$ 350.000,00  Refere-se à complementação da intervenção realizada entre 2010 e 2011 e incluirá a manutenção da subestação de energia elétrica, substituição de SPDA, recuperação de revestimento externo e pintura, instalação de brise-soleil externos e cobertura no estacionamento.  Área Construída: 1.500,00 m²  Custo unitário estimado: R\$ 233,33/m²</p> <p>Quadro Resumo: Reforma de Unidades Regionais do DNPM - 2013  1 Reforma do DNPM/RO: R\$ 381.620,00  2 Reforma do DNPM/PA: R\$ 650.000,00  3 Reforma do DNPM/RS: R\$ 450.000,00  4 Reforma do DNPM/SP: R\$ 400.000,00  5 Reforma do DNPM/PR: R\$ 275.000,00  6 Reforma do DNPM/GO: R\$ 275.000,00  7 Obras complementares no DNPM/SC: R\$ 350.000,00  Total R\$ 2.781.620,00</p> <p>Outrossim, é importante ressaltar que as intervenções supracitadas fazem parte do planejamento estratégico da gestão da manutenção predial do DNPM, em consonância com o planejamento plurianual do Programa Orçamentário definido para a ação 14UE – Aquisições e Reforma de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM, constante no SIOF, com as adequações necessárias advindas das restrições orçamentárias existentes. Neste sentido, como exemplo das implicações destas restrições, não está contemplada nesta justificativa a Reforma Geral e Modernização do Edifício Sede do DNPM, edificação construída a aproximadamente 40 anos, sem histórico de intervenção significativa que pudesse prolongar a vida útil de sistemas componentes da edificação, tais como elétricos (circuitos de força e luz, quadros elétricos, aterramentos), de telecomunicações, layout de ambientes, fachadas, instalações hidráulicas e hidrossanitárias, sistemas contra-incêndio, revestimentos, sistema de climatização, entre outros, cujo estado de conservação inspira a necessidade de intervenção abrangente e indispensável. Ressalta-se a existência do Parecer Técnico do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal nº 181/2012, de 21 de março de 2012, que afirma não existir condições mínimas de segurança contra-incêndio e pânico no edifício, determinando o cumprimento de exigências que somente serão possíveis com a Reforma Geral e Modernização, cujo projeto executivo elaborado em 2004 encontra-se em revisão.</p> <p>O vulto da intervenção é da ordem de R\$ 17.000.000,00, montante consideravelmente acima da disponibilidade existente, motivo pelo qual optou-se por não incluí-la como prioridade nesta justificativa, apesar de a precariedade das instalações qualificá-la como tal.</p> <p>A Autarquia possui a intenção de aquisição de imóveis nessas localidades, reduzindo as despesas correntes desta categoria, além de evitar um maior distanciamento entre disponibilidade orçamentária para aquisições e os custos para estas aquisições advindos da inevitável valorização imobiliária. Com isso haveria, no entendimento da Autarquia, o maior zelo na gestão dos escassos recursos públicos, além de acréscimo no patrimônio imóvel público.</p> <p>Para o exercício 2013 haverá condições de se intentar a aquisição de um edifício para abrigar a Superintendência do DNPM/AL, considerando possuir, dentre as Superintendências onde se pretende a aquisição, a menor demanda por área construída.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					1 Aquisição de Imóvel para o DNP/MAL: R\$ 458.560,00 Área Construída: 152,85 m² Custo unitário estimado: R\$ 3.000,00/m²

### 32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

2050 Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural	Bacia sedimentar avaliada	unidade	Serviços	31.942.856	<p>Esta ação visa ampliar o conhecimento de bacias sedimentares brasileiras, abrindo novas fronteiras exploratórias que são as chaves para a descoberta de novas acumulações que irão repor/incrementar as reservas de petróleo e gás natural. Além disso, esta ação visa realizar levantamentos sísmicos, que são essenciais para o conhecimento da bacia e delimitação de componentes fundamentais do sistema petrolífero. Para 2013 houve modificação na meta física da ação, que passou de área avaliada (km2) para bacia sedimentar avaliada (unidade). Sendo assim, não é possível efetuar comparações entre os exercícios. Além do mais, não é possível analisar custo médio global da meta física informada, por serem serviços muito específicos para cada uma das apenas 5 bacias sedimentares a serem avaliadas. Individualmente, os custos estimados com cada bacia a ser avaliada são:</p> <p>Bacia do Amazonas: R\$ 45.000.000. Bacia do Parnaíba: R\$ 25.734.280 Bacia do Paraná: R\$ 53.000.000 Bacia dos Parecis: R\$ 30.000.000 Bacia da Foz do Amazonas: R\$ 5.980.000</p>
2391 Fiscalização da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	1.838	<p>Esta ação visa coibir práticas lesivas aos consumidores e aos cofres públicos, avaliando sistematicamente a qualidade dos combustíveis e de lubrificantes comercializados no país, bem como monitorando os preços praticados e realizando fiscalizações propriamente ditas. O custo unitário médio da ação (R\$1.838 por fiscalização realizada prevista) apresenta uma redução de 6% em relação ao custo unitário médio verificado na LOA 2012 (R\$1.734 por fiscalização realizada). O custo unitário médio para 2013 foi afetado pela necessidade de adequação ao referencial monetário disponibilizado para a ANP, que resultou, nesta ação, na manutenção dos recursos orçamentários do exercício de 2012 e redução da meta física prevista.</p>
6197 Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo	Instalação fiscalizada	unidade	Serviços	2.531	<p>Esta ação destina-se a fiscalização das instalações de refino, processamento, transferência e transporte de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, esta realizada diretamente ou mediante a celebração de convênios, além de contratação de entidades especializadas para a realização de estudos que darão suporte à ANP no processo de aperfeiçoamento do seu arcabouço normativo. Estas atividades têm como objetivo a verificação da adequação da segurança operacional e o cumprimento das normas vigentes, garantindo o abastecimento dos produtos mencionados de forma segura e sem riscos ao meio ambiente. Para 2012 a previsão é de que 5.172 instalações sejam fiscalizadas diretamente ou por meio de termo de cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) da Marinha do Brasil, o que resulta em um custo médio de R\$ 2.531. O custo médio por instalação fiscalizada estimado para 2013 apresenta uma redução de 18% em relação ao exercício de 2012 refletindo a necessidade de adequação dos recursos orçamentários da ação ao referencial monetário disponibilizado para a elaboração da proposta orçamentária da ANP.</p>

### 32266 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

4880 Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	20.945	<p>Contratação de serviços técnicos de apoio às fiscalizações, diárias e passagens para os fiscais, aluguel de veículos especiais para acesso às linhas de transmissão, materiais de consumo e pequenos serviços em viagem.</p>
--	------------------------	---------	----------	--------	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>32314 Empresa de Pesquisa Energética - EPE</b>					
20LF Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	1.403.273	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de viabilidade de aproveitamentos Hidrelétricos, Estudos de Inventário e Aval. Ambiental Integrada.
20LG Estudos de Expansão de Transmissão de Energia Elétrica	Documento produzido	unidade	Serviços	31.500	Os valores foram calculados de forma a atender diversas demandas para realização de estudos de Planejamento de Transmissão, incluindo o Estudo de Transmissão R3, Estudos Regionais de Transmissão e Estudos de Transmissão de Aproveitamentos na Amazonia.
20LH Estudos para Expansão da Malha de Gasodutos	Documento produzido	unidade	Serviços	3.000.000	Os valores foram acclulados de forma a atender diversas demandas para realização de produtos desenvolvidos pela empresa: PMAT - Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviaria e Definição do gasoduto de referência.
20LI Estudos para o Planejamento do Setor Energético	Documento produzido	unidade	Serv. / Invest.	76.791	Os valores foram acclulados de forma a atender diversas demandas para realização de produtos desenvolvidos pela empresa: Bal. Energ. Nacional, Plano Decenal de Energ., plano Nacional de Energia, entre outros.

### **33000 Ministério da Previdência Social**

#### **33201 Instituto Nacional do Seguro Social**

116V Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	Unidade instalada	unidade	Investimentos	1.900.000	Existem várias obras do PEX em execução e obras que não estão no Plano de Expansão da Rede. Em 2013, com o valor inserido deverão ser instaladas mais 35 Agências da Previdência Social / APS além das despesas em torno de R\$ 8.500.000,00 com Termos Aditivos, reajustes, repactuações etc.
--	-------------------	---------	---------------	-----------	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 34000 Ministério Público da União

### 34101 Ministério Público Federal

10TY Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	333.333	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Aracaju - SE, destinada à fase de serviços preliminares e auxiliares, fundações e estrutura, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
1132 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	75.000	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Uberlândia - MG, destinada à fase de serviços preliminares e auxiliares, fundações e estrutura, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
11KE Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República em Porto Alegre - RS, destinada à fase de execução dos serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
11SD Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	325.000	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA, destinada à fase de serviços preliminares e auxiliares, fundações e estrutura, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
1203 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	450.000	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS, destinada à fase de serviços preliminares e auxiliares, fundações e estrutura, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
12AZ Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande - PB	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	38.462	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campina Grande-PB, destinada à fase de serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
139B Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Arapiraca - AL	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	36.364	Despesa com Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Arapiraca - AL, destinada à fase de execução dos serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
139R Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Feira de Santana - BA	Edifício reformado	percentual de execução física	Investimentos	12.000	Despesa com a Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Feira de Santana-BA, destinada à fase de execução dos serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
139V Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Mossoró - RN	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	45.455	Despesa com a Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Mossoró- RN, destinada à fase de execução dos serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
139W Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	100.000	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Natal - RN, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
13BP Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	400.000	Despesa com a Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Brasília - DF, destinada à fase de elaboração do projeto executivo para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
13BX Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	38.095	Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Santarém - PA, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
14PJ Aquisição de Imóveis para o Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ	Imóvel adquirido	unidade	Investimentos	5.000.000	Esta Ação visa a aquisição de 05 andares para o funcionamento da PRR 2ª Região, totalizando R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais), deste valor foi obtido junto a SOF o Limite de R\$ 5.000.000,00 não sendo suficientes para aquisição dos 05 andares inicialmente previstos, por este motivo será adquirido apenas 01 andar.
1142 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	70.000	Despesa com a Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Campo Mourão - PR, Fase de serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
1146 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	76.923	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caxias do Sul - RS, Fase de serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.
1067 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	45.455	Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Serra Talhada - PE, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
1068 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	45.455	Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em Caruaru - PE, atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
2508 Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei	Unidade aparelhada	unidade	Investimentos	38.690	Despesas com Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei. A Ação de Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei permite promover na Procuradoria Geral da República e nas demais Unidades Administrativas do Ministério Público Federal tratamento estruturado de informações voltadas para a fiscalização e o controle, fornecendo os meios necessários ao aparelhamento das unidades, possibilitando o melhor cumprimento das funções institucionais.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2549 Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	unidade	Serviços	417	Despesa com comunicação e divulgação institucional. Valores decorrem de reajustes contratuais de 4,7% e atendimento das demandas decorrentes da expansão do Órgão, como portal de transparência do MPF no valor de R\$ 2.500.000,00.
3106 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	187.500	Construir o edifício-sede da Procuradoria da República em Rio Branco - AC para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
3752 Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais	Procuradoria implantada	unidade	Investimentos	700.000	Implantar Procuradorias da República, especialmente em municípios onde forem instaladas Varas da Justiça Federal, assegurando a atuação do Ministério Público nas novas unidades da Justiça Federal.
4264 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	Parecer elaborado	unidade	Serv. / Invest.	181	Sistematizar a programação e a gestão das despesas com manutenção da Unidade, bem como a capacitação dos servidores, a repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e a erradicação ao trabalho escravo, visando a otimização dos recursos e a minimização dos custos, possibilitando com que as atividades constitucionais e legais do órgão possam ser desenvolvidas.
7E53 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	260.870	Construir o Edifício-Sede da Procuradoria da República em João Pessoa - PB, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço público.
7J45 Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	500.000	Despesa para Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória-ES, Fase de serviços preliminares e auxiliares, instalações prediais e arquitetura para construção do edifício, a fim de atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria da prestação do serviço.

### 34102 Ministério Público Militar

12DN Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	480.000	Dotação necessária à continuação e conclusão, em 2013, da 1ª etapa da obra de construção do edifício-sede - 60% da etapa Fundações e Estrutura, bem como ao início da 2ª etapa - 15% da execução de Arquitetura e Instalações.
4263 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	Parecer elaborado	unidade	Serv. / Invest.	700	Dotação necessária ao desenvolvimento das atividades próprias do órgão, por meio de análise e acompanhamento de processos, elaboração de despachos, pareceres e sentenças judiciais. Realização de dispêndios diversos, no que se refere a despesas correntes e de investimentos, para o alcance dos objetivos institucionais, possibilitando a manutenção da estrutura administrativa e dos meios físicos das unidades, atendendo às suas despesas básicas de custeio, cumprimento de contratos administrativos, capacitação de recursos humanos, bem como aquisição de equipamentos diversos.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>34103 Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios</b>					
13C1 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia em Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	133.333	Justifica-se a despesa pela necessidade de construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Brazlândia - DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.
13C2 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião em Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	166.666	Justifica-se a despesa pela necessidade de construção destinada à Sede da Promotoria de Justiça de São Sebastião, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de São Sebastião -DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.
13C9 Ampliação do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga em Brasília - DF	Edifício ampliado	percentual de execução física	Investimentos	70.714	Justifica-se a despesa pela necessidade de ampliação e reforma no Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Taguatinga, para melhorar a acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Taguatinga - DF, a fim de adequar o espaço físico à crescente demanda da sociedade, oferecendo melhores condições de trabalho aos membros e servidores da Promotoria e possibilitando, portanto, melhores condições de atendimento à população e uma maior agilidade no andamento dos processos.
1A51 Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Ceilândia em Brasília - DF	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	145.454	Justifica-se a despesa pela necessidade de construção de Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na cidade de Ceilândia - DF, para acomodação de promotorias, setores de apoio e unidades administrativas, na cidade de Ceilândia – DF, para atender e receber o público-alvo em instalações condizentes, que propiciem o bem-estar, a satisfação coletiva e a melhoria do serviço público na prestação jurisdicional.
4261 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	Parecer elaborado	unidade	Serv. / Invest.	51	A justificativa decorre da necessidade de atendimento de despesas com serviços técnicos e administrativos voltados para a manutenção e conservação da frota veicular e de imóveis; a tecnologia da informação sob a ótica meio, e demais atividades-meio necessárias à gestão; capacitação de recursos humanos e administração do programa. Sistematiza a programação e a gestão das despesas administrativas, dos recursos direcionados aos meios de transporte e ao funcionamento da estrutura imobiliária, visando a otimização dos recursos e a minimização dos custos, possibilitando com que as atividades constitucionais e legais do órgão possam ser desenvolvidas.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

### 34105 Escola Superior do Ministério Público da União

11EQ Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União	Centro de treinamento construído	percentual de execução física	Investimentos	296.296	<p>O objetivo desta Ação é a de promover a continuidade da construção do Centro de Treinamento e Sede da Escola Superior do Ministério Público da União, que contará com espaço adequado para toda a estrutura administrativa, além de salas de aula, auditórios, estúdios, salas para ensino a distância, área para exposições e eventos, restaurante e salas de reunião.</p> <p>Nesse sentido, estão sendo propostos, para o exercício de 2013, recursos no montante de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), os quais estão previstos no PPA 2012-2015.</p> <p>Esses recursos serão destinados à execução efetiva da obra, conforme detalhamento:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Serviços preliminares, implantação e administração;</li> <li>2) Movimento de terra, infraestrutura e superestrutura;</li> <li>3) Vedações, revestimentos, pisos, acabamentos, cobertura e impermeabilização;</li> <li>4) Instalações.</li> </ol>
--	----------------------------------	-------------------------------	---------------	---------	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20HP Gestão e Administração da Escola Superior do Ministério Público da União	Apoio realizado	percentual de execução	Serv. / Invest.	100.800	<p>No âmbito desta Ação, está sendo disponibilizado o suporte necessário à execução das atividades finalísticas da ESMPU materializadas nas demais ações do Programa, bem como das atividades necessárias ao desenvolvimento do Programa em si, por meio do apoio à implementação das ações de capacitação previstas e necessárias ao desenvolvimento eficiente das atividades constantes do Plano de Trabalho, o que inclui o dispêndio de recursos com toda a estrutura administrativa, tais como: diárias, passagens aéreas; aquisição de material de consumo; contratos de terceirização de mão de obra; contratação de serviços de consultoria e de terceiros – pessoas físicas e jurídicas –; e aquisição de equipamento e material permanente.</p> <p>Ademais, a ESMPU está propondo recursos a serem utilizados nas aquisições de equipamentos de informática (servidores de rede, notebooks e desktops) destinados à renovação do parque tecnológico, que se encontram obsoletos e fora da garantia, além da aquisição de mobiliário e atualização do acervo bibliográfico.</p> <p><b>CARACTERIZAÇÃO POR PLANO ORÇAMENTÁRIO</b></p> <p>0001 - Gestão e Administração da Escola Superior do MPU Suporte à execução das atividades e projetos da ESMPU necessárias ao desenvolvimento do Programa, o que inclui o dispêndio de recursos com toda a estrutura administrativa, tais como: manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades necessárias à gestão e administração do programa.</p> <p>0002 - Capacitação de Recursos Humanos Oferecimento, aos servidores e demais agentes vinculados ao Órgão, de cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficácia; modernização dos serviços e procedimentos dos órgãos onde atuam diretamente, de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.</p> <p>0003 - Pesquisa na Área Jurídica Oferecimento de condições de aprofundar o conhecimento jurídico pela pesquisa de legislação e de novas práticas, de modo a que o MPU possa não só aprimorar sua atuação, mas propor medidas inovadoras e alterações legais.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 36000 Ministério da Saúde

### 36211 Fundação Nacional de Saúde

20AF Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Município apoiado	unidade	Investimentos	24.173	O valor em total geral refere-se ao aparelhamento da rede de laboratórios da Funasa visando ampliação no apoio ao controle da qualidade da água; aquisição de equipamentos móveis para auxílio aos municípios de difícil acesso, comunidades especiais, e em situação de desastre; e proposta de possibilidade à Funasa para conclusão de obras de construção de laboratórios - centros de referência - em consórcios com municípios, efetuados através de PAC 1 e não concluídos até a presente data.
--	-------------------	---------	---------------	--------	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	Município beneficiado	unidade	Investimentos	197.619	<p>O Programa de Cooperação Técnica/Apoio à Gestão dos Serviços Públicos de Saneamento Básico foi criado para apoiar os entes federados, os municípios e as instituições prestadoras de serviços de saneamento básico, na prevenção e no controle das doenças e outros agravos de forma a contribuir para a promoção da saúde pública, sendo destinado a todos os municípios brasileiros, prioritariamente, aqueles com população de até 50 mil habitantes; que possuam IDH abaixo da média nacional; estejam selecionados pelo Programa Fome Zero; tenham índice de mortalidade infantil acima da média nacional; e que não possuam modelo de gestão dos serviços públicos de saneamento básico estruturado ou caso existente se encontre em situação deficitária; apresentem indicadores de gestão dos serviços de saneamento básico abaixo da média nacional; não possuem sistema de informação em saneamento ambiental ou aqueles onde os sistemas existentes são fragmentados, descontínuos ou não consolidados; necessitem de apoio e/ou subsídios na elaboração, organização e fortalecimento do programa de educação em saneamento básico; desejem implantar política tarifária.</p> <p>Trata-se, portanto de uma das experiências bem sucedidas no Brasil, no campo da cooperação técnica, em prática desde a década de 40 quando foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) com o objetivo de desenvolver serviços de saúde e saneamento no interior do país, principalmente em regiões de difícil acesso onde residem os segmentos sociais de baixa renda.</p> <p>Para tanto são desenvolvidas ações voltadas ao planejamento, acompanhamento e gerenciamento, monitoramento e avaliação; e capacitação dos gestores municipais e estaduais.</p> <p>As ações compreendem a elaboração e implementação de estudos, planos e projetos para o reordenamento institucional e a estruturação da gestão dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo: arcabouço legal e jurídico; a elaboração de planos municipais de saneamento básico; planejamento, regulação, fiscalização e controle social; novos modelos de gestão; revitalização de prestadores públicos de serviços; e desenvolvimento institucional e operacional dos reguladores e dos prestadores públicos de serviços, privilegiando os casos de prestação regionalizada via gestão associada de serviços públicos.</p> <p>As ações são voltadas para a sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana, incluindo iniciativas que se distribuem em dois eixos de atuação: estruturação da gestão incluindo a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; e revitalização de prestadores públicos de serviços.</p> <p>Importante ressaltar que as ações são trabalhadas em conformidade com os princípios, as diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico (Lei 11.445/2007) e voltados, ainda, para a prestação eficiente e sustentável dos serviços.</p> <p>São diretrizes do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Necessidade de revisar os modelos de organização da gestão no que se refere à prestação dos serviços, aos mecanismos de regulação, ao controle social, às estruturas tarifárias e de subsídios, conciliando objetivos sociais, como a universalização do acesso;</li> <li>. Concepção de modelos de gestão que sigam preferencialmente a lógica da gestão associada, em especial no planejamento da prestação do serviço;</li> <li>. Sustentabilidade econômica e financeira em regime de eficiência, de modo a permitir a otimização dos recursos existentes; e</li> <li>. Modelos gerenciais que privilegiem a eficiência, a produtividade e o foco nos resultados dos serviços, em especial o atendimento às necessidades da sociedade e dos usuários atuais e futuros.</li> </ul> <p>As ações programadas para 2013 são:</p> <p>I. Estruturação da Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Análise da situação da gestão dos serviços no Estado ou Município;</li> <li>ii. formulação da política pública de saneamento básico;</li> <li>iii. implantação ou reforma do arcabouço legal e jurídico;</li> <li>iv. criação ou melhoria de entidade reguladora e mecanismos de regulação;</li> <li>v. formulação e implantação de contabilidade regulatória, compatível com o</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>disposto na Lei 11.445/07, de modo a manter a gestão de custos e receitas por município;</p> <p>vi. formulação e implantação de alternativas de modelos de gestão compatíveis com as realidades local e regional, inclusive constituição de novos prestadores de serviços, quando necessário;</p> <p>vii. estruturação de prestação regionalizada via gestão associada, especialmente por meio de consórcios públicos;</p> <p>viii. formulação de política tarifária, incluindo subsídios, nos termos da Lei 11.445/2007;</p> <p>ix. implantação de procedimentos para o aperfeiçoamento e a gestão dos projetos no tocante ao licenciamento ambiental dos empreendimentos;</p> <p>x. implantação ou melhoria de sistemas e soluções de tecnologia de informações;</p> <p>xi. educação ambiental e mobilização social em saneamento;</p> <p>xii. instituição e fortalecimento de mecanismos de participação e controle social, e</p> <p>xiii. capacitação dos técnicos nas áreas de planejamento, redução de perdas, modelos de gestão, gestão econômico-financeira e legislação aplicada ao setor saneamento.</p> <p>II. Revitalização da Prestação de Serviços</p> <p>i. melhoria e desenvolvimento gerencial e organizacional a partir da revisão do modelo de gestão, reestruturação e reforma administrativa do prestador de serviços, da definição de regras de governança corporativa, do desenvolvimento, implantação ou melhoria de sistema de informações gerenciais e de tecnologia da informação, do fortalecimento da estrutura permanente de planejamento, controle e avaliação, da comunicação e relações institucionais e com os usuários, da otimização da atuação do prestador de serviços, da implantação de unidades de gestão por metas, do gerenciamento e redução de perdas de água e energia elétrica em sistemas de saneamento (diagnóstico de perda nos sistemas, melhoria ou implantação de macromedição, ampliação da micromedição e gestão de parque de hidrômetros, melhoria do sistema de cobrança e de combate a fraudes e a ligações clandestinas, substituição e atualização de equipamentos e substituição de tubulações de água e esgotos), da elaboração de estudo de custos e tarifas (regime e estrutura), e de educação ambiental e mobilização social em saneamento.</p> <p>III. Elaboração de Planos Municipais de Saneamento</p> <p>Para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, são contempladas as quatro componentes do setor de saneamento (abastecimento de água; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos manejo e águas pluviais) em um horizonte de planejamento de 20 (vinte) anos, abrangendo todo o território do município, suas áreas urbanas e rurais (inclusive áreas indígenas, quilombolas e tradicionais) considerando os conteúdos mínimos definidos na Lei nº 11.445/07, Decreto nº 7.217/2010, Lei 12.305/2010, Decreto 7.404/2010 e Resolução Recomendada nº 75/2009 do Conselho das Cidades.</p> <p>As ações são desenvolvidas a partir do:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.Estabelecimento de mecanismos e procedimentos que garantam efetiva participação da sociedade em todas as etapas do processo de elaboração, aprovação, execução, avaliação e revisão do PMSB;</li> <li>.Diagnósticos setoriais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e águas pluviais), porém integrados, para todo o território do município, áreas urbanas e rurais;</li> <li>.Proposta de intervenções com base na análise de diferentes cenários e estabelecimento de prioridades;</li> <li>.Definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo;</li> <li>.Definição de programas, ações e projetos necessários para atingir os objetivos e metas estabelecidos;</li> <li>.Programação física, financeira e institucional da implantação das intervenções definidas; e</li> <li>.Programação de revisão e atualização.</li> </ul> <p>Para 2013 a pré-proposta encaminhada tem por objetivo o atendimento de 260 municípios com ações de estruturação, revitalização da gestão ou elaboração de planos municipais.</p> <p>Com a redução do valor proposto de R\$ 70.000.000,00 para R\$</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	Unidade apoiada	unidade	Investimentos	296.610	<p>41.500.000,00 deixarão de ser beneficiados cerca de 85 municípios. Como consequência da aplicação desses recursos teremos como resultado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>.A melhoria da eficiência e da gestão dos serviços públicos de saneamento;</li> <li>.A otimização dos investimentos para obtenção de melhor relação custo x benefício;</li> <li>.O fortalecimento dos dispositivos da Lei de saneamento e de Consórcios Públicos;</li> <li>.A articulação com outros programas do Governo Federal;</li> <li>.A melhoria dos níveis de salubridade ambiental e das condições de vida da população beneficiada;</li> <li>.A prevenção e o controle das doenças e outros agravos de forma a contribuir para a promoção da saúde.</li> </ul> <p>Esta ação visa contribuir para complementação de políticas de desenvolvimento regional e social em convergência com ações federais prioritárias destinadas a população de baixa renda que atua nas atividades de catação de materiais recicláveis em aglomerados urbanos para a estruturação e fortalecimento de unidades básicas de triagem. Analisando o numero de propostas cadastradas no sistema SICONV para o ano de 2012 constatamos que houve um total de 50 Associações/Cooperativas de catadores aptas e habilitadas para execução de investimentos por parte da Funasa. Entretanto, deste montante, apenas 10 Associações/Cooperativas foram beneficiadas com recursos da Funasa em decorrência do valor limitado para o ano de 2012 de apenas R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Nesse sentido foi proposto um aumento no montante de recursos, visando à ampliação no financiamento dessas entidades e das demais solicitações dos anos anteriores.</p> <p>A redução dos recursos estaria na contramão das diretrizes do governo federal, uma vez que, com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, os entes federados deverão dar um tratamento adequado aos seus resíduos. Portanto, isso requer investimentos em várias frentes de trabalho.</p> <p>Destaca-se a questão do fechamento dos lixões e a implantação dos aterros sanitários que deverá acontecer até agosto de 2014, conforme descrito no artigo 54 da Lei 12.305/2010, assim como, serão priorizados no acesso aos recursos da União os Municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.</p> <p>Estima-se que ainda existam milhares de catadores de materiais recicláveis atuando nos lixões, e, portanto, a redução dos recursos impossibilitaria a estruturação desses trabalhadores e sua permanência no mercado de trabalho, indo de encontro com o determinado pelo o Programa Pró-Catador, que tem como finalidade a integração e articulação das ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YF Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com População de até 50.000 Habitantes, Excluído de Regiões Metropolitanas ou RIDE	Município beneficiado	unidade	Investimentos	625.000	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos, e para viabilizar o cumprimento da proposta da FUNASA estará atendendo municípios com população de até 50.000 habitantes.</p> <p>Informamos que o valor solicitado reflete a necessidade de cumprimento das metas programadas para o exercício de 2013, sendo R\$ 50,0 milhões, os quais deverão beneficiar cerca de 80 municípios.</p> <p>□□</p> <p>Os recursos serão aplicados nos municípios a serem selecionados pela Funasa a partir dos menores índices de cobertura por rede de coleta e tratamento de resíduos sólidos (Censo/2010), piores taxas de mortalidade infantil e de potenciais riscos a saúde devido a fatores sanitários e ambientais. Os recursos serão executados mediante transferências aos municípios, via termos de convênios a serem celebrados com prefeituras municipais, governos estaduais e consórcios públicos.</p> <p>A atuação será dirigida para obras e serviços de infra-estrutura, contribuindo assim para a redução das doenças causadas pela proliferação de vetores relacionados ao gerenciamento inadequado de resíduos sólidos, para proteção do meio ambiente incluindo os recursos hídricos, objetivando ainda a melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>O manejo e a disposição final do resíduo sólido urbano são de responsabilidade das administrações municipais. A escassez de sistemas de coleta, tratamento e disposição final adequados de resíduos sólidos acarreta na poluição do meio ambiente, possibilitando o aumento da proliferação de doenças, tais como dengue e leptospirose.</p> <p>A atuação da FUNASA consiste no apoio aos Estados e Municípios, na elaboração e implementação de projetos de limpeza urbana e resíduos sólidos contemplando os aspectos técnicos e gerenciais. Deve-se englobar ainda, todas as partes componentes do sistema, tais como: acondicionamento, armazenamento, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YG Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com População de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou RIDE	Município beneficiado	unidade	Investimentos	2.500.000	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos para aplicação dos recursos e desenvolvimento das ações.</p> <p>Para o PAC 2/Funasa estão previstos a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 4,00 bilhões para o período 2011-2014.</p> <p>Em 2011, seguindo as orientações do GEPAC, a Funasa publicou a Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011, que "Institui Processo Seletivo para repasse de recursos para ações de saneamento básico", em municípios com população de até 50.000 habitantes. Essa primeira etapa de seleção estabeleceu os critérios de elegibilidade e priorização dos municípios a serem atendidos no período 2011-2012 e previa a seleção de empreendimentos no valor total de R\$ 2,2 bilhões.</p> <p>Como resultado, portanto, foram selecionados 3.715 empreendimentos nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares ou elaboração de projetos. O valor total selecionado ultrapassou a expectativa e chegou a R\$ 2,9 bilhões.</p> <p>Além das obras e projetos selecionados para essas modalidades a Funasa vem atuando, ainda, nas ações do Programa Brasil Sem Miséria, visando a implantação de cisternas para retenção de água da chuva, sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades quilombolas e rurais em municípios do semi-árido brasileiro.</p> <p>A partir, então, dos compromissos assumidos em razão da publicação do resultado final do processo seletivo bem como das ações previstas no Brasil Sem Miséria, a Funasa solicita recursos a fim de viabilizar a contratação dos empreendimentos e projetos pactuados.</p> <p>Importante ressaltar que quando da elaboração da pré-proposta foram levados em consideração os empreendimentos selecionados na segunda etapa do PAC, bem como os valores necessários para conclusão do repasse dos valores contratados por meio de termos de compromissos, dos valores necessários à conclusão da contratação dos projetos de engenharia, bem como os valores necessários para realizar nova etapa de seleção de empreendimentos para o período 2013-2014. Para tanto, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 1.597.896.093,55.</p> <p>Após diversas reuniões realizadas no âmbito do GEPAC-Grupo Executivo do PAC, ficou decidido que a proposta deveria contemplar somente a conclusão do repasse dos valores já selecionados, para obras e projetos, e que, portanto, seria encaminhada no valor de R\$ 997.896.093,55.</p> <p>Ainda, em virtude da necessidade de atendimento dos projetos dos Governos Estaduais para atendimento dos municípios localizados no semi-árido, os quais apresentaram seus pleitos na Funasa, sendo que ficaram 23 projetos no valor total de R\$ 115.300.000,00 sob responsabilidade desta Instituição, e, ainda, em conformidade com reunião realizada com o GEPAC, ficariam R\$ 35.300.000,00 no orçamento de 2012, estamos solicitando o acréscimo de R\$ 80.000.000,00 para 2013. Portanto, o valor de R\$ 997.896.093,55 está sendo alterado para R\$ 1.077.896.095,00. Informamos que os valores solicitados serão utilizados para o cumprimento das metas pactuadas.</p> <p>Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais, e, ainda, para o atendimento de comunidades quilombolas, populações rurais dispersas, localidades rurais com população até 2.500 habitantes, projetos de assentamentos de reforma agrária e comunidades integrantes dos territórios da cidadania do MDA.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

A atuação será dirigida para elaboração de projetos, obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YH Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com População de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou RIDE	Município beneficiado	unidade	Investimentos	3.920.077	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos para aplicação dos recursos e desenvolvimento das ações.</p> <p>Para o PAC 2/Funasa estão previstos a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 4,00 bilhões para o período 2011-2014.</p> <p>Em 2011, seguindo as orientações do GEPAC, a Funasa publicou a Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011, que "Institui Processo Seletivo para repasse de recursos para ações de saneamento básico", em municípios com população de até 50.000 habitantes. Essa primeira etapa de seleção estabeleceu os critérios de elegibilidade e priorização dos municípios a serem atendidos no período 2011-2012 e previa a seleção de empreendimentos no valor total de R\$ 2,2 bilhões.</p> <p>Como resultado, portanto, foram selecionados 3.715 empreendimentos nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares ou elaboração de projetos. O valor total selecionado ultrapassou a expectativa e chegou a R\$ 2,9 bilhões.</p> <p>Além das obras e projetos selecionados para essas modalidades a Funasa vem atuando, ainda, nas ações do Programa Brasil Sem Miséria, visando a implantação de cisternas para retenção de água da chuva, sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades quilombolas e rurais em municípios do semi-árido brasileiro.</p> <p>A partir, então, dos compromissos assumidos em razão da publicação do resultado final do processo seletivo bem como das ações previstas no Brasil Sem Miséria, a Funasa solicita recursos a fim de viabilizar a contratação dos empreendimentos e projetos pactuados.</p> <p>Importante ressaltar que quando da elaboração da pré-proposta foram levados em consideração os empreendimentos selecionados na segunda etapa do PAC, bem como os valores necessários para conclusão do repasse dos valores contratados por meio de termos de compromissos, dos valores necessários à conclusão da contratação dos projetos de engenharia, bem como os valores necessários para realizar nova etapa de seleção de empreendimentos para o período 2013-2014. Para tanto, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 1.597.896.093,55.</p> <p>Após diversas reuniões realizadas no âmbito do GEPAC-Grupo Executivo do PAC, ficou decidido que a proposta deveria contemplar somente a conclusão do repasse dos valores já selecionados, para obras e projetos, e que, portanto, seria encaminhada no valor de R\$ 997.896.093,55.</p> <p>Ainda, em virtude da necessidade de atendimento dos projetos dos Governos Estaduais para atendimento dos municípios localizados no semi-árido, os quais apresentaram seus pleitos na Funasa, sendo que ficaram 23 projetos no valor total de R\$ 115.300.000,00 sob responsabilidade desta Instituição, e, ainda, em conformidade com reunião realizada com o GEPAC, ficariam R\$ 35.300.000,00 no orçamento de 2012, estamos solicitando o acréscimo de R\$ 80.000.000,00 para 2013. Portanto, o valor de R\$ 997.896.093,55 está sendo alterado para R\$ 1.077.896.095,00. Informamos que os valores solicitados serão utilizados para o cumprimento das metas pactuadas.</p> <p>Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais, e, ainda, para o atendimento de comunidades quilombolas, populações rurais dispersas, localidades rurais com população até 2.500 habitantes, projetos de assentamentos de reforma agrária e comunidades integrantes dos territórios da cidadania do MDA.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
3883 Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.	Município beneficiado	unidade	Investimentos	2.100.000	<p>A atuação será dirigida para elaboração de projetos, obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.</p> <p>Conforme meta programada no PPA 2012-2015 para essa ação tem por objetivo a expansão da cobertura e da qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de drenagem e manejo de águas pluviais, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza. Ainda, como finalidade, está previsto a Implantação e melhoria dos serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone. Para tanto, são desenvolvidas ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone, a partir de intervenções que visam contribuir para a minimização da proliferação de vetores da malária, ou seja, por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. Dentre as ações financiáveis estão: ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Como meta programada no PPA 2012-2015 estão previstos a aplicação de recursos da ordem de R\$ 234.746.533,00. Em 2012 foram aprovados na LOA o valor de R\$ 2.000.000,00. Caso os recursos previstos no PPA fossem redistribuídos para o período 2013 a 2015 seriam necessários R\$ 77.582.177,67 por ano. No entanto, para 2013 a Funasa solicita recursos da ordem de R\$ 45.000.000,00 a fim de dar início ao processo seletivo e contratação das obras.</p>
3921 Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	Município beneficiado	unidade	Investimentos	625.000	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos, e para 2013 FUNASA estará atendendo municípios localizados em áreas com alto risco de transmissão da Doença de Chagas. Informamos que o valor solicitado reflete a necessidade de cumprimento das metas programadas para o exercício de 2013, sendo R\$ 30,00 milhões, os quais deverão beneficiar cerca de 48 municípios. Os recursos serão aplicados nos municípios a serem selecionados pela Funasa a partir do risco de transmissão da doença Chagas e das áreas de resíduos de transmissão por Triatoma Infestans localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. (Plano Triatoma Infestans – Ministério da Saúde). A atuação será dirigida para restaurações ou reconstruções de moradias visando eliminar o risco de transmissão da Doença de Chagas.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Município beneficiado	unidade	Investimentos	598.591	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos para aplicação dos recursos e desenvolvimento das ações.</p> <p>Para o PAC 2/Funasa estão previstos a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 4,00 bilhões para o período 2011-2014.</p> <p>Em 2011, seguindo as orientações do GEPAC, a Funasa publicou a Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011, que "Institui Processo Seletivo para repasse de recursos para ações de saneamento básico", em municípios com população de até 50.000 habitantes. Essa primeira etapa de seleção estabeleceu os critérios de elegibilidade e priorização dos municípios a serem atendidos no período 2011-2012 e previa a seleção de empreendimentos no valor total de R\$ 2,2 bilhões.</p> <p>Como resultado, portanto, foram selecionados 3.715 empreendimentos nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares ou elaboração de projetos. O valor total selecionado ultrapassou a expectativa e chegou a R\$ 2,9 bilhões.</p> <p>Além das obras e projetos selecionados para essas modalidades a Funasa vem atuando, ainda, nas ações do Programa Brasil Sem Miséria, visando a implantação de cisternas para retenção de água da chuva, sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades quilombolas e rurais em municípios do semi-árido brasileiro.</p> <p>A partir, então, dos compromissos assumidos em razão da publicação do resultado final do processo seletivo bem como das ações previstas no Brasil Sem Miséria, a Funasa solicita recursos a fim de viabilizar a contratação dos empreendimentos e projetos pactuados.</p> <p>Importante ressaltar que quando da elaboração da pré-proposta foram levados em consideração os empreendimentos selecionados na segunda etapa do PAC, bem como os valores necessários para conclusão do repasse dos valores contratados por meio de termos de compromissos, dos valores necessários à conclusão da contratação dos projetos de engenharia, bem como os valores necessários para realizar nova etapa de seleção de empreendimentos para o período 2013-2014. Para tanto, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 1.597.896.093,55.</p> <p>Após diversas reuniões realizadas no âmbito do GEPAC-Grupo Executivo do PAC, ficou decidido que a proposta deveria contemplar somente a conclusão do repasse dos valores já selecionados, para obras e projetos, e que, portanto, seria encaminhada no valor de R\$ 997.896.093,55.</p> <p>Ainda, em virtude da necessidade de atendimento dos projetos dos Governos Estaduais para atendimento dos municípios localizados no semi-árido, os quais apresentaram seus pleitos na Funasa, sendo que ficaram 23 projetos no valor total de R\$ 115.300.000,00 sob responsabilidade desta Instituição, e, ainda, em conformidade com reunião realizada com o GEPAC, ficariam R\$ 35.300.000,00 no orçamento de 2012, restando um acréscimo de R\$ 80.000.000,00 para 2013, além do limite estabelecido (R\$ 560.571.095,00). Portanto, o valor total do PAC Funasa 2013 de R\$ 997.896.093,55 deveria ser de R\$ 1.077.896.095,00.</p> <p>Informamos que os valores solicitados serão utilizados para o cumprimento das metas pactuadas.</p> <p>Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais, e, ainda, para o atendimento de comunidades quilombolas, populações rurais dispersas, localidades rurais com população até 2.500 habitantes, projetos de assentamentos de reforma agrária e comunidades integrantes dos territórios da cidadania do MDA.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

A atuação será dirigida para elaboração de projetos, obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
7656 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	Comunidade beneficiada	unidade	Investimentos	488.492	<p>A FUNASA/MS, na qualidade de órgão responsável pela atuação do setor saúde em saneamento, promove ações de saneamento ambiental com o enfoque de saúde pública adotando indicadores sanitários e epidemiológicos para aplicação dos recursos e desenvolvimento das ações.</p> <p>Para o PAC 2/Funasa estão previstos a disponibilização de recursos da ordem de R\$ 4,00 bilhões para o período 2011-2014.</p> <p>Em 2011, seguindo as orientações do GEPAC, a Funasa publicou a Portaria nº 314, de 14 de junho de 2011, que "Institui Processo Seletivo para repasse de recursos para ações de saneamento básico", em municípios com população de até 50.000 habitantes. Essa primeira etapa de seleção estabeleceu os critérios de elegibilidade e priorização dos municípios a serem atendidos no período 2011-2012 e previa a seleção de empreendimentos no valor total de R\$ 2,2 bilhões.</p> <p>Como resultado, portanto, foram selecionados 3.715 empreendimentos nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, melhorias sanitárias domiciliares ou elaboração de projetos. O valor total selecionado ultrapassou a expectativa e chegou a R\$ 2,9 bilhões.</p> <p>Além das obras e projetos selecionados para essas modalidades a Funasa vem atuando, ainda, nas ações do Programa Brasil Sem Miséria, visando a implantação de cisternas para retenção de água da chuva, sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades quilombolas e rurais em municípios do semi-árido brasileiro.</p> <p>A partir, então, dos compromissos assumidos em razão da publicação do resultado final do processo seletivo bem como das ações previstas no Brasil Sem Miséria, a Funasa solicita recursos a fim de viabilizar a contratação dos empreendimentos e projetos pactuados.</p> <p>Importante ressaltar que quando da elaboração da pré-proposta foram levados em consideração os empreendimentos selecionados na segunda etapa do PAC, bem como os valores necessários para conclusão do repasse dos valores contratados por meio de termos de compromissos, dos valores necessários à conclusão da contratação dos projetos de engenharia, bem como os valores necessários para realizar nova etapa de seleção de empreendimentos para o período 2013-2014. Para tanto, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 1.597.896.093,55.</p> <p>Após diversas reuniões realizadas no âmbito do GEPAC-Grupo Executivo do PAC, ficou decidido que a proposta deveria contemplar somente a conclusão do repasse dos valores já selecionados, para obras e projetos, e que, portanto, seria encaminhada no valor de R\$ 997.896.093,55.</p> <p>Ainda, em virtude da necessidade de atendimento dos projetos dos Governos Estaduais para atendimento dos municípios localizados no semi-árido, os quais apresentaram seus pleitos na Funasa, sendo que ficaram 23 projetos no valor total de R\$ 115.300.000,00 sob responsabilidade desta Instituição, e, ainda, em conformidade com reunião realizada com o GEPAC, ficariam R\$ 35.300.000,00 no orçamento de 2012, estamos solicitando o acréscimo de R\$ 80.000.000,00 para 2013. Portanto, o valor de R\$ 997.896.093,55 está sendo alterado para R\$ 1.077.896.095,00. Informamos que os valores solicitados serão utilizados para o cumprimento das metas pactuadas.</p> <p>Os recursos serão aplicados nos municípios selecionados no PAC2/Funasa a partir dos critérios estabelecidos na Portaria da FUNASA nº 314, de 14 de junho de 2011, visando a implantação, ampliação e melhorias de sistemas de sistemas de abastecimento de água, e serão executados mediante transferências obrigatórias, via termos de compromissos a serem celebrados com prefeituras municipais ou governos estaduais, e, ainda, para o atendimento de comunidades quilombolas, populações rurais dispersas, localidades rurais com população até 2.500 habitantes, projetos de assentamentos de reforma agrária e comunidades integrantes dos territórios da cidadania do MDA.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					A atuação será dirigida para elaboração de projetos, obras e serviços de infraestrutura, assim como para melhoria e fortalecimento do sistema de gestão ambiental municipal, técnica e administrativa.
<b>36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária</b>					
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.225	Valor referente ao número de beneficiados.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	1.139	Valor referente a previsão de servidores beneficiados.
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.164	Valor referente a previsão de servidores beneficiados.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	3.647	Valor referente ao número de servidores beneficiados.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	1.833	A previsão orçamentária engloba a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
6138 Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	Risco sanitário controlado	percentual	Serv. / Invest.	0	A solicitação de R\$ 16.412.000,00 para despesas correntes surge da necessidade de atender os gastos de manutenção das instalações, infraestrutura, realocação de espaço físico e outras despesas correntes das Coordenações de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados e seus respectivos Postos. O valor solicitado visa, também, atender as atividades de vigilância sanitária nas áreas portuárias, aeroportuárias e fronteiriças, realizando ações com objetivo de impedir a entrada de doenças no país, principalmente nas ações de combate frente às pandemias. As despesas de capital no valor de R\$ 4.000.000,00 são referentes à previsão de despesas com estudos, projetos, início e conclusão de obras, reposição e uniformização da frota de veículos, aquisição de equipamentos de informática e mobiliário.
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	Produto analisado	unidade	Serv. / Invest.	1.050.000	A possibilidade de acesso da população à produtos sem os requisitos de segurança, eficácia e qualidade e sujeitos a desvios, além da ocorrência de surtos e eventos adversos associados à atenção à saúde, requer a intensificação das ações de controle sanitário por meio de ações de inspeção e fiscalização de toda a cadeia de produção, importação, distribuição e comercialização de insumos e produtos, verificação do cumprimento das boas práticas e do cumprimento da legislação sanitária.  Esta Ação engloba todas as ações finalísticas realizadas pela Anvisa e para que estas atividades fins estejam contempladas foi realizada uma previsão orçamentária que inclui os contratos, convênios, diárias, passagens, serviços gráficos, cobertura de eventos e repasse de recursos para estados, DF e municípios e laboratórios.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>36901 Fundo Nacional de Saúde</b>					
12L5 Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	Unidade construída/ampliada	unidade	Investimentos	224.543	Construção e Ampliação das Unidades Básicas de Saúde - UBS: Tem como referência a inserção das UBS próprias ou cedidas sem documentação, que em caso de regularização do terreno, também serão contempladas com as ampliações, para implantação de 5150 de UBS.
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest.	43.046	Para a ação de apoiar a estruturação dos serviços farmacêuticos relativos à aquisição de mobiliários e equipamentos necessários para estruturação das Centrais de Abastecimento Farmacêutico e Farmácia no âmbito da Atenção Básica e manutenção dos serviços farmacêuticos de acordo com a previsão orçamentária do PPA 20 AH para o ano de 2012, foi pactuado a transferência de recurso financeiro para o Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) destinado a 453 Municípios e em 2013 mais 20% dos municípios (453), de um total de 2.257 municípios, com até 100.000 habitantes com população em situação de extrema pobreza constantes no Plano Brasil Sem Miséria totalizando 906 municípios apoiados quanto a estruturação dos serviços farmacêuticos de acordo com os objetivos do Eixo Estrutura do QUALIFAR-SUS no biênio 2012-2013. Tal ação também foi pactuada como Meta Específica do COAP com projeção de apoio ao total dos municípios até 100 mil habitantes com população em situação de extrema pobreza até 2015.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20K3 Qualificar a Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	Processo analisado	unidade	Serviços	249.230	<p>A Lei nº 12.401, de 28/04/2011, tem como mérito fundamental inserir, no texto da Lei Orgânica da Saúde, Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990, capítulo específico relativo à Assistência Terapêutica e Incorporação de Tecnologias. Trata-se da primeira iniciativa desde a criação do SUS e publicação da Lei Orgânica de Saúde, de reconhecimento da necessidade de um processo de incorporação de tecnologias baseada na utilização da evidência científica disponível e de ferramentas de racionalização da atenção da saúde, quais sejam os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, além das avaliações econômicas. A lei em tela ainda reconhece o Ministério da Saúde – MS</p> <p>como instância responsável pela incorporação ou exclusão de medicamentos, vacinas, testes diagnósticos, produtos, equipamentos e procedimentos, assim como a elaboração e alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas no SUS, passando a ser objeto de lei orgânica as atribuições já exercidas pelo MS, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE. Importa ressaltar que a Lei nº. 12.401, de 2011, não se limitou a criar a CONITEC, mas também conferiu a essa Comissão importantes requisitos no que se refere à celeridade processual, à transparência e à participação social em suas atividades, destacando-se: (i) o estabelecimento de prazo de 180 dias para decidir sobre solicitações que lhe sejam apresentadas, prorrogável por mais 90 dias se as circunstâncias o exigirem; (ii) a necessária participação, na CONITEC, de representantes do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Federal de Medicina (CFM); e (iii) a realização de consulta pública que inclua a divulgação do parecer emitido pela Comissão e, quando a relevância da matéria justificar o evento, a realização de audiência pública antes da decisão. Por outro lado, a própria Lei nº. 12.401, de 2011, sinalizou que não é todo e qualquer medicamento ou tecnologia em saúde que deve ser incorporado, ao estabelecer também requisitos técnicos que devem necessariamente ser observados pela CONITEC ao elaborar seu relatório: (i) as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, produto ou procedimento objeto do processo; e (ii) a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas. Além disso, o inciso II do art. 19-T veda expressamente, em todas as esferas do SUS, a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Por meio do Decreto nº. 7.646, de 21 de dezembro de 2011, os arts. 19-Q e 19-R da Lei do SUS, foram regulamentados, tendo o Poder Executivo, dentro de suas competências legais, avançado ainda mais na busca da efetivação da política pública de saúde ao estabelecer que, havendo a decisão favorável sobre determinada solicitação de incorporação de tecnologia em saúde ou protocolo clínico e diretriz terapêutica, as áreas técnicas do Ministério da Saúde devem efetivar a respectiva disponibilização pelo SUS no prazo máximo de 180 dias a contar da decisão. A CONITEC, além da atribuição de emitir relatório sobre a incorporação, exclusão ou alteração no SUS de tecnologias em saúde, é responsável pela constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, pela atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e pela atualização da Relação Nacional de Ações e Serviços em Saúde (RENASES). Para isso, foram definidas três subcomissões técnicas: a Subcomissão Técnica de Avaliação de PCDTs, a Subcomissão Técnica de Atualização da RENAME e do FTN e a Subcomissão Técnica de Atualização da RENASES, as quais necessitam ser instituídas e estruturadas.</p> <p>A qualificação do processo de incorporação de tecnologias no SUS vem totalmente ao encontro da racionalização da atenção à saúde, da redução dos riscos e do aumento da efetividade dos tratamentos em um sistema de saúde público que busca a ampliação do acesso e a qualidade da atenção, com recursos finitos, porém empregados dentro de princípios de equidade e justiça social. Diante do exposto, solicita-se a aprovação de ação orçamentária para 2013 no valor proposto de R\$ 16.200.000,00 para viabilizar o adequado funcionamento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20K4 Apoio ao Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	Projeto analisado	unidade	Serv. / Invest.	13.341	Face à expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde nas duas últimas décadas, ocasionada pelo significativo aumento do financiamento destinado à pesquisa em saúde e pelo incremento do número de pesquisadores nas áreas de ciências da saúde e biológicas, foi conformado um grupo de trabalho para aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos que revisou a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, adequando-a a essa nova conjuntura, vinculando a Secretaria Executiva da CONEP à SCTIE no exercício de 2011. Soma-se a essa iniciativa, a implantação da Plataforma Brasil, que é um marco institucional para conferir agilidade e transparência ao processo de análise dos projetos de pesquisa, visto que é totalmente baseado na Internet, permitindo maior agilidade e transparência aos processo de submissão quanto ao de avaliação dos projetos de pesquisa analisados pelo Sistema Cep/Conep.
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	2.505.600	A ação 20K5 foi criada em 2012 com o objetivo de Apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. Para o quadriênio 2012-2015 foi estipulada a meta de 20 Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados, sendo que para 2013 será mantida a mesma meta de 2012, de apoiar 5 APLs. O montante de recursos de capital e custeio foi calculado, considerando os possíveis componentes de um APL: fomento a cultivo/manejo e beneficiamento de plantas medicinais, implantação de horto medicinal; estruturação de Farmácia Viva; capacitação de profissionais de saúde e de outros relacionados à cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos; elaboração de estudos e monografias de plantas medicinais; produção industrial de insumos, drogas vegetais ou medicamentos fitoterápicos; ações de articulação, interação e cooperação entre os agentes produtivos de toda a cadeia de plantas medicinais e fitoterápicos. A partir da execução da ação 20K5 em 2012, é possível constatar a necessidade de um incremento de recursos de capital, para ações de estruturação de farmácias e de laboratórios farmacêuticos industriais na área de fitoterápicos.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20K7 Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	9.411.764	<p>O Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) visa a promoção do acesso com qualidade às ações e serviços de saúde e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do fortalecimento dos Produtores, dos Centros Tecnológicos e das Redes de suporte a inovação e produção na área da saúde. Nessa perspectiva, adotou-se como uma das estratégias a efetivação de parcerias para o desenvolvimento produtivo, firmadas entre empresas farmacêuticas e laboratórios oficiais, que visam estimular a produção local de produtos de alto valor agregado e/ou de grande impacto sanitário e social e, por conseguinte, fomentar o desenvolvimento da capacidade produtiva e inovativa da indústria nacional. Destaque-se que, para a efetiva implementação dessa estratégia, faz-se necessária a alocação de recursos nos produtores de medicamentos, vacinas, imunobiológicos e produtos médicos, que visam adequar à infraestrutura física às normas da ANVISA, estruturando sua produção e permitindo a transferência de tecnologias advindas das parcerias para o desenvolvimento produtivo. Além disso, essa estratégia requer o fortalecimento dos Centros Tecnológicos e das Redes de suporte a inovação e produção na área da saúde, essenciais para consolidar promoção do acesso com qualidade às ações e serviços de saúde. Nessa perspectiva, no ano de 2011, foram iniciados diversos projetos estratégicos que, pela envergadura, foram formatados como plurianuais, com recursos programados para 2012/ 2013/ 2014. Todavia, faz-se necessária a</p> <p>ampliação do fluxo de recursos da LOA 2012, incorporando pelo menos parte da dotação acrescida pela emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados. A manutenção do volume de recursos permitirá a solução de continuidade dos projetos que já estão em andamento, contribuindo para o atendimento dos requisitos regulatórios e para a conclusão da absorção tecnológica, trazendo impacto direto nas compras do MS, gerando considerável economia de divisas bem como o desenvolvimento de capacidade tecnológica para o desenvolvimento de novos produtos.</p>
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	Iniciativa realizada	unidade	Serviços	332.000	<p>A atuação internacional do Ministério da Saúde vem se expandindo anualmente. Um dos eixos do PAC - Mais Saúde, a cooperação internacional está institucionalizada no Ministério da Saúde. A atuação internacional do Brasil tem o setor saúde como um ator fundamental, já que está centrada na colaboração brasileira para o desenvolvimento das nações parceiras. De acordo com a Agência Brasileira de cooperação, mais de um terço dos projetos de cooperação internacional brasileira estão diretamente vinculados com o Ministério da Saúde (por volta de 45%). As demandas surgem dos quatro continentes do mundo e incluem desde projetos com ações mais pontuais, como capacitações em determinadas áreas de saúde, até projetos mais complexos e abrangentes, como aqueles que prevêm o fortalecimento do sistema de saúde do país requerente, tendo como modelo o SUS.</p> <p>Na área multilateral, a Assessoria realiza a interlocução com o sistema OPAS/OMS e prepara os subsídios à participação brasileira nas reuniões regulares desses foros (Assembleia Mundial da Saúde, Conselho Executivo e PBAC da OMS, além de Comitê Executivo, do Conselho Diretor e do SPBA da OPAS. Dentre os temas prioritários, destacam-se as negociações sobre Falsificação de Produtos Médicos, o processo de negociação e implementação da "Estratégia Global e Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual", as negociações relativas ao Regulamento Sanitário Internacional, as negociações da Convenção-Quadro sobre o Controle do Tabaco (FCTC) e do Protocolo sobre Comércio Ilícito de Tabaco, assim como as negociações sobre "Preparação para a Pandemia de Influenza: acesso a vírus e vacinas e repartição de benefícios – PIP/IGM". A área também é responsável pela preparação, no âmbito do Ministério da Saúde, da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, a ser sediada no Brasil em outubro de 2011. A área multilateral acompanha, ainda, outros foros do sistema da ONU em temas afeitos à Saúde, como na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YM Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade	População beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	287	Funcionamento do CNS; Sistema de Acompanhamento de Conselhos de Saúde (SIACS) e Programa de Inclusão Digital (PID); Plano Nacional de Educação Permanente para o Controle Social; continuidade de Termos de Cooperação e Assistência Técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS; publicações; apoio ao plano de formação permanente para os conselheiros de saúde e agentes comunitários de saúde de endemias; realização de eventos para o fortalecimento da participação social e da mobilização social em defesa do SUS; apoio à descentralização dos Comitês de Políticas de Promoção da Equidade. Apoio à mobilização e educação em saúde para as comunidades quilombolas, população: cigana, em situação de rua, LGBT, campo e floresta e negra.
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	339.786.649	Desenvolvimento, pesquisa e incorporação de tecnologias de informática e comunicação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde; definição de padrões para a captação e transferência de informações em saúde, visando à integração operacional de bases de dados e de sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do SUS.
20YO Promoção da Assistência Farmacêutica do SUS	População coberta	unidade	Serviços	34	A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, que reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional. Consiste na seleção, programação, aquisição, distribuição e na avaliação dos medicamentos dos componentes básico, especializado e estratégico da assistência farmacêutica, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	Farmácia mantida	unidade	Serviços	50.207	Esta ação opera duas modalidades: 1) manutenção das unidades próprias e 2) reembolso dos medicamentos disponibilizados junto à rede privada de farmácias e drogarias credenciadas pelo Programa. O maior impacto se dá essencialmente pela segunda modalidade, a qual se iniciou em 2006 com 1.610 empresas habilitadas comercializando medicamentos para hipertensão e diabetes. Em 2007 o elenco foi ampliado com a inclusão dos medicamentos contraceptivos. Em 2010, ocorreu nova ampliação, desta vez contemplando novos medicamentos para o tratamento da hipertensão e diabetes como a losartana potássica e a insulina regular, e demais patologias como dislipidemia, asma, rinite, doença de Parkinson, glaucoma, osteoporose, além da fraida geriátrica para incontinência. Em 2011, foi lançada a campanha "Saúde Não Tem Preço" que passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos antihipertensivos anti-diabéticos. Em junho de 2012, os medicamentos para o tratamento de asma também passaram a ser disponibilizados de forma gratuita. Atualmente, 20.000 farmácias e drogarias são credenciadas no Programa, cujo atendimento alcança 5.300.000 atendimentos/mês. O número esperado de empresas credenciadas para o exercício 2013 alcançará 30.000 com cerca de 5,0 milhões de atendimentos/mês em virtude do crescimento médio mensal equivalente a 2%. O custo médio mensal por usuário será cerca de R\$ 25,00. O elenco do Programa será acrescido de novos princípios ativos: Gliclazida de 30mg e 80mg, indicado para o tratamento da diabetes, além do metoprolol tartarato (100mg) indicado para o tratamento da hipertensão. Estes medicamentos serão dispensados gratuitamente, já que ambas as patologias fazem parte da ação "Saúde Não tem Preço.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	Farmácia mantida	unidade	Serviços	11.679	Esta ação visa reembolsar os medicamentos disponibilizados pelo sistema de co-pagamento pela rede privada de farmácias e drogarias credenciadas no Aqui Tem Farmácia Popular. O aumento orçamentário se justifica essencialmente pela segunda modalidade, a qual se iniciou em 2006 com 1.610 empresas habilitadas comercializando medicamentos para hipertensão e diabetes. Em 2007 o elenco foi ampliado com a inclusão dos medicamentos contraceptivos. Em 2010, ocorreu nova ampliação, desta vez contemplando novos medicamentos para o tratamento da hipertensão e diabetes como a losartana potássica e a insulina regular, e demais patologias como dislipidemia, asma, rinite, doença de Parkinson, glaucoma, osteoporose, além da fralda geriátrica para incontinência. Em 2011, foi lançada a campanha "Saúde Não Tem Preço" que passou a disponibilizar gratuitamente os medicamentos antihipertensivos e anti-diabéticos. Em junho de 2012, os medicamentos para o tratamento de asma também passaram a ser disponibilizados de forma gratuita que por consequência aumentou também a distribuição dos medicamentos com co-pagamento. Atualmente, 20.000 farmácias e drogarias são credenciadas no Programa, cujo atendimento alcança 5.300.000 atendimentos/mês. O número esperado de empresas credenciadas para o exercício 2013 alcançará 30.000 com cerca de 1,2 milhão de pacientes atendidos com medicamentos, em virtude do crescimento médio mensal equivalente a 2%. O custo médio mensal por usuário será cerca de R\$ 25,00.
2B42 Cooperação Técnica Nacional e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde	Cooperação técnica mantida	unidade	Serviços	988.666	O fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação em saúde devem contribuir para o estabelecimento de circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação regional em saúde, de modo a reduzir as desigualdades regionais e a dependência da oferta externa de bens e serviços de saúde. Nesse sentido, dois aspectos apresentam-se relevantes: i) a diminuição da vulnerabilidade buscando o incremento da produção nacional e ii) o desenvolvimento da articulação regional (fundamentalmente no eixo sul-sul, foco prioritário da agenda política externa brasileira), no intuito de, além de ampliar o mercado, fortalecer a cooperação técnica-científica com os países que já se conformam como bloco econômico (por exemplo, o Mercosul). Essa articulação regional mostra-se relevante também para as negociações internacionais, pois, políticas articuladas por um grupo de países apresentam mais força de negociação nos foros multilaterais. É neste contexto, que o Ministério da Saúde firmou Cooperação Internacional em Avaliação de Tecnologias em Saúde com o Mercosul, Canadá, RedETSA e EUROSCAN, bem como ações no âmbito da cooperação Brasil-Cuba nas áreas de avaliação de tecnologias em saúde e neurociências, educação continuada em congressos internacionais, Probitec e cooperação internacional com organismos multilaterais, Evipnet e atividades de pesquisa clínica com os países do BRICS insumos e produtos pelo Complexo Industrial da Saúde, favorecendo o acesso da população ao cuidado qualificado. Sua amplitude não está restrita à esfera governamental junto aos sistemas e serviços de saúde, mas também atua como um componente das políticas industriais, dando relevo ao aspecto da inovação, que, para ser factível, deve comportar o triplice diálogo entre o saber científico, a produção industrial e a necessidade de mercado. Algumas iniciativas em saúde de interesse nacional, que refletem a necessidade de pesquisas de outras Secretarias do Ministério da Saúde, também recebem aporte de recursos desta Secretaria, a exemplo de pesquisas avaliativas relacionadas a fontes de financiamento em saúde do setor público e ao custo operacional global de entidades filantrópicas que prestam assistência em saúde ao SUS. Além disso, a Secretaria detém o papel de liderança em cooperação internacional no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde, principalmente com o bloco de países BRICS, da América Latina, Caribe, África lusófona e outros países em desenvolvimento. Dentre os acordos de cooperação previstos e em andamento estão: Cuba (formação de recursos humanos em pesquisa clínica e em avaliação de tecnologias); Argentina (terapia celular); Estados Unidos (grupo de trabalho de saúde pública); Instituto Sabin de Vacinas (vacinas para doenças negligenciadas); Fundação Bill & Melinda Gates (dengue e editais focados nos desafios da saúde nacional).

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor capacitado	unidade	Serviços	875	Justifica-se o valor e a meta estipulada para capacitação em 2013 pela necessidade de atender às demandas institucionais , complementando os conhecimentos dos profissionais do Ministério da Saúde dentro de uma política de Educação Permanente.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6146 Pesquisa em Saúde e Avaliação de Novas Tecnologias para o SUS	Pesquisa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	909.091	<p>O fomento às atividades de pesquisa científica e tecnológica em saúde, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), objetiva incentivar a produção e a apropriação de conhecimentos, que contribuem para melhorar as condições de saúde da população brasileira e promovem o desenvolvimento nacional sustentável. Tais atividades buscam não apenas direcionar os esforços de pesquisa em saúde da comunidade científica em todo o País, como também retroalimentar o Sistema com subsídios para o processo de formulação de políticas e a tomada de decisão, além de possibilitar a convergência com os temas prioritários da Política Nacional de Saúde (PNS). Nesse sentido, as atividades de pesquisa são norteadas pela Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) e pelas prioridades do documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), que estão alinhadas com os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Assim, de forma a responder a essas prioridades, serão fomentadas até 2015 cerca de 100 pesquisas. A partir das referências elencadas e diálogos com atores do Sistema Nacional de Saúde, alguns temas foram priorizados para o apoio pela Secretaria a partir de 2012: estudos de coortes, práticas integrativas e complementares no SUS, prematuridade, gestão do trabalho e da educação em saúde, saúde bucal, avaliação de tecnologias em saúde, pesquisa clínica, terapia celular, doenças negligenciadas e neurociências. Cabe mencionar, também, o apoio continuado a dois programas exitosos. O Programa de Estágios Pós-Doutorais em Saúde Humana (PÓS-DOC SUS), que reflete o comprometimento deste Ministério com o aperfeiçoamento de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas para o SUS, de forma a contribuir para o desenvolvimento da pós-graduação e de grupos de pesquisa em saúde no País; e o Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhado em saúde (PPSUS), instituído com o propósito de contribuir para a redução das desigualdades regionais em CT&amp;I e para a solução de problemas locais de saúde. De forma complementar, o apoio a estudos conformados em rede proporciona um intercâmbio importante entre grupos atuantes de uma mesma área de pesquisa em saúde, evitando com isso a duplicidade de esforços e recursos. Esse apoio compreende desde o fortalecimento a redes já existentes (Rede Nacional de Terapia Celular, Rede Nacional de Pesquisa Clínica e Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde), como à formação de novas redes de pesquisa em áreas estratégicas para o SUS: Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Negligenciadas, Rede de Gestão e Políticas em Saúde e Redes de Governança do SUS, dentre outras. Já a estratégia nacional de pesquisa clínica e translacional, por sua vez, promove o avanço do Brasil no cenário de competitividade internacional, tanto para atuação de pesquisas e divisas, quanto para o desenvolvimento de insumos e produtos pelo Complexo Industrial da Saúde, favorecendo o acesso da população ao cuidado qualificado. Sua amplitude não está restrita à esfera governamental junto aos sistemas e serviços de saúde, mas também atua como um componente das políticas industriais, dando relevo ao aspecto da inovação, que, para ser factível, deve comportar o triplice diálogo entre o saber científico, a produção industrial e a necessidade de mercado. Algumas iniciativas em saúde de interesse nacional, que refletem a necessidade de pesquisas de outras Secretarias do Ministério da Saúde, também recebem aporte de recursos desta Secretaria, a exemplo de pesquisas avaliativas relacionadas a fontes de financiamento em saúde do setor público e ao custo operacional global de entidades filantrópicas que prestam assistência em saúde ao SUS. Além disso, a Secretaria detém o papel de liderança em cooperação internacional no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação em saúde, principalmente com o bloco de países BRICS, da América Latina, Caribe, África lusófona e outros países em desenvolvimento. Dentre os acordos de cooperação previstos e em andamento estão: Cuba (formação de recursos humanos em pesquisa clínica e em avaliação de tecnologias); Argentina (terapia celular); Estados Unidos (grupo de trabalho de saúde pública); Instituto Sabin de Vacinas (vacinas para doenças negligenciadas); Fundação Bill &amp; Melinda Gates (dengue e editais focados nos desafios da saúde nacional).</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
6152 Cartão Nacional de Saúde	Cadastro válido	unidade	Serv. / Invest.	0	Aquisição de mídias; aquisição e manutenção de equipamentos; desenvolvimento de softwares; treinamento de pessoal, repasses fundo a fundo para municípios com vistas à interoperabilidade dos diversos sistemas. CUSTO MÉDIO = R\$0,40
6182 Ouvidoria Nacional de Saúde	Ouvidoria apoiada	unidade	Serv. / Invest.	374.400	Manutenção de atendimento humano por meio de telatendimento, além de atendimento por meio da WEB, disseminação de informações por vários meios, pesquisas e ouvidorias ativas, com foco na Carta SUS e Rede Cegonha; implantação e apoio às ouvidorias por meio da disponibilização de sistemas, capacitações e outras ações e distribuição de KIT de informática e mobiliário.
6233 Implantação e Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Mental	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	545.903	O custo médio é com base no orçamento de R\$ 14.739.405 para apoiar as 27 Entes da Federação.
7666 Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	15.267.508	Tem como iniciativa o reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade, na Ação: Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS
7833 Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON	Centro implantado	unidade	Serv. / Invest.	2.762.500	O custo médio é com base de R\$ 11.050.000 para modernização de 4 Centros de Alta Complexidade em Oncologia - CACON.
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS	Contrato firmado	unidade	Serv. / Invest.	675.909	Implantação do COAP: i) Apoio ao funcionamento das CIR e ii) Planejamento Regionalização/COAP; apoio às instituições de representação dos estados e dos municípios – Conass e Conasems; apoio aos 26 Cosems; implantação do Observatório Ibero Americano do Brasil; realização da II Expogep implantação da rede de apoiadores descentralizados; implantação da rede de pesquisas em governança do SUS; equipar salas de vídeo para as CIR e equipar salas de vídeos da 27 CIB.
8577 Piso de Atenção Básica Fixo	Município beneficiado	unidade	Serviços	948.248	PAB Fixo: Tem como principal base as reformas de 2014 que serão antecipadas para 2013 e também o número de reformas solicitadas cresceu com a inserção das UBS próprias ou cedidas sem documentação, que em caso de regularização do terreno, serão contempladas, além do aumento no valor per capita em R\$ 1,00 a mais para as quatro faixas  - 2013: R\$ 22, 23, 25 e 27 per capita mínimo (março/13) Estimativa IBGE 2011 - 192.379.287 hab." - Estimativa populacional IBGE 2011 e per capita de R\$ 20 - 6.921 UBS reformadas - valor médio de R\$ 132 mil para UBS com mais de 293,28 m2 valor médio de R\$ 79 mil para UBS com menos de 293,28 m2" - Informatização Telessaúde e Redes (custeio)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8636 Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	4.248.000	<p>A perda de competitividade das indústrias que integram o complexo produtivo da saúde e o descompasso entre a assistência e a base produtiva e de inovação em saúde expressam uma vulnerabilidade do SUS, tornando o País dependente em setores estratégicos tanto do ponto de vista tecnológico, quanto das necessidades de saúde, o que impacta no acesso da população a produtos e serviços. O déficit acumulado cresceu em aproximadamente US\$ 700 milhões ao ano, no final dos anos 1980, para um patamar superior a US\$ 7 bilhões em 2008 e 2009, alcançando, em 2010, cerca de US\$ 9,5 bilhões, sobretudo para os produtos de maior densidade de conhecimento e tecnologia, a exemplo de fármacos e medicamentos, equipamentos médicos de base eletrônica, novos materiais, hemoderivados, vacinas e reagentes para diagnóstico. O mercado de produtos médicos (equipamentos e materiais de uso em saúde e kits para diagnóstico) em 2010 foi de cerca de R\$ 8 bilhões e o déficit de balança comercial na ordem de US\$ 2,9 bilhões. Nesse contexto, o Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) instituído em 2012, pela Portaria GM/MS nº 506, de 21 de março, marcou o compromisso do Ministério da Saúde com o fortalecimento dos Produtores, dos Centros Tecnológicos e das Redes de suporte à inovação e produção na área da saúde, o estímulo da produção local de produtos de alto custo ou de grande impacto sanitário e social e o desenvolvimento de tecnologias estratégicas, visando a ampliação do acesso da população aos insumos para a saúde.</p> <p>Nessa perspectiva, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão desta política pública, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário o aporte de recursos nos Produtores, nos Centros Tecnológicos e nas Redes de suporte à inovação e produção na área da saúde, que, como contrapartida, deverão cumprir rigorosamente os requisitos do Programa.</p> <p>O êxito desta política pública contribuirá sobremaneira para a promoção do acesso com qualidade às ações e serviços de saúde e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).</p>
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde para o Aperfeiçoamento do SUS	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	669.566	<p>Valores destinados à elaboração/consolidação de produtos como software de gestão de custos, Programa Nacional de Gestão de Custos, Núcleos de Economia da Saúde, Núcleo de Apoio ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos, Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, Banco de Preços em Saúde, Catálogo de Materiais do Ministério da Saúde. Tais produtos buscam fomentar os gestores do SUS com informações que auxiliem a tomada de decisão racional e eficiente quanto ao consumo dos recursos do SUS. Há ainda ações voltadas à produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional. No valor estão inclusas despesas com passagens e diárias; dispêndios com consultorias para auxílio ao desenvolvimento/consolidação de atividades e projetos; e recursos voltados à formação de parcerias com universidades públicas e instituições de pesquisa que possam contribuir para geração de conhecimento e inovação.</p>
8708 Auditoria do Sistema Único de Saúde	Ação de auditoria realizada	unidade	Serv. / Invest.	10.800	<p>Realizar 1000 ações de Controle Interno; fazer articulação intra e interinstitucional: com as Comissões Intergestores Regionais; realizar eventos para fortalecimento da gestão e do SNA: Fórum Nacional do SNA, encontros regionais do SNA, Reunião de Trabalho Colegiado Ampliado de Gestores do Denasus, Encontro de Trabalho com as Chefias; acolhimento aos servidores relatados; curso novos auditores; apoio às ações do SNA: apoio aos Componentes Municipais das Regiões de Saúde, apoio técnico para auditoria do COAP; publicações (Normativos do SNA); continuidade do Termo de Cooperação com a OPAS/OMS; aquisição de material permanente para o nível central e as Unidades Desconcentradas.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	Serviço preservado	unidade	Serv. / Invest.	21.328.641	<p>Atendimento a atual demanda de serviços, considerando a terceirização do acervo acumulado. E a demanda do Serviço de Protocolo.</p> <p>Atender a demanda de serviços atuais.</p> <p>Contrato de prestação de serviço de higienização e organização de acervos documentais acumulados do MS e do assentamento funcional dos servidores do NERJ do MS.</p> <p>Licitação em andamento.</p> <p>Contratos de prestação de serviços técnicos, manutenção de equipamentos, guarda de microfílm em arquivo de segurança</p> <p>Atender o Serviço de Protocolo em Brasília, dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e dos Núcleos Estaduais.</p> <p>Insumos necessários que não estejam disponíveis nos estoques do Almoxarifado ou específicos para as necessidades da Biblioteca.</p> <p>Necessários para a manutenção do serviço de comutação bibliográfica disponibilizado pela Biblioteca.</p> <p>Impressos de divulgação da BVS MS e da Biblioteca. Manutenção do acervo atualizado com as novas publicações.</p> <p>Incluem-se as contratações de escritório de arquitetura para criação do projeto básico e do leiaute bem como para contratação das empresas executoras da obra</p> <p>Tendo em vista o fim da garantia é necessário o contrato anual continuado com a empres para manutenção das estantes deslizantes.</p> <p>*2 unidades para o Serviço de Legislação;</p> <p>3 unidades para os Webdesigners e Analista da BVS MS;</p> <p>1 unidade para substituir o computador do Analista da Biblioteca"</p> <p>Insumos para atendimento às demandas administrativas, montagem e desmontagem de exposições</p> <p>Contratação de serviços para realização de Mostras Culturais e eventos afins</p> <p>Reforma do CCMS, recurso para reequilíbrio econômico-financeiro e possíveis aditivos.</p> <p>Aquisição de normas da ABNT, números ISBN e livros.</p> <p>Aquisição de aparelhos, equipamentos administrativos.</p> <p>Orçamento destinado à pagamento de impressões de grandes tiragens de produtos editoriais da própria CGDI.</p> <p>Continuidade da Corperação Técnica firmada entre o MS e a OPAS para os projetos de Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento junto a Bireme cuja parceria dá-se desde sua criação, em 1967.</p> <p>Continuidade do Convênio firmado entre o MS e a OPAS/BIREME para a manutenção e desenvolvimento da BIREME.</p> <p>Dados os convênios firmados com a CGDI nos últimos anos, foi realizada a prospecção daqueles mais exitosos e que tem interesse do MS por sua continuidade.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8753 Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS	Componente implantado	unidade	Serv. / Invest.	9.898.308	<p>Consultorias para realizações de capacitações sobre Alinhamento Estratégico, programa de Avaliação para capacitação do SUS e de informação em Saúde, ao custo médio de R\$ 25.000,00 cada total de 5. Material de Expediente.</p> <p>Consultorias técnicas para o processo de Alinhamento Estratégico, Programa de Avaliação para Qualificação do SUS Políticas de Monitoramento e avaliação do SUS e de informação em Saúde, ao custo médio de R\$ 400.000,00 cada (4x R\$400.000,00 = R\$ 1600.000,00). TOTAL 1600.000,00.</p> <p>Contratos Temporários da União. 7 servidores ao custo médio mensal de R\$ 6.50,00 + Benefícios. TOTAL R\$ 650.000,00.</p> <p>Eventos semestrais: Balanço do Alinhamento Estratégico R\$ 2.000,00.</p> <p>Eventos Mensais de Alinhamento Estratégico ao custo médio de R\$ 10.000,00 cada, totalizando R\$ 120.000,00. ( 200.000,00 + 120.000,00)= R\$ 320.000,00). TOTAL R\$ 320.000,00.</p> <p>Publicações de atividades realizadas no âmbito da Sala de Gestão de Informação Estratégica, Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde e Monitoramento e Avaliação do SUS.</p> <p>Termo de Cooperação com Universidades Federais para desenvolvimento de atividades referentes à: Sala de Gestão de Informação Estratégica, Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde e Monitoramento e Avaliação do SUS.</p> <p>Aquisição de 60 estações de trabalho, 04 servidores, 10 notebooks e material para video-conferência.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 38000 Ministério do Trabalho e Emprego

### 38101 Ministério do Trabalho e Emprego

0A26 Concessão de Auxílio-Financeiro	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	607	Valor destinado ao Pagamento da Bolsa Auxílio prevista para o jovem participante do ProJovem Trabalhador.
20YT Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	Empreendimento apoiado	unidade	Serv. / Invest.	11.760	Ampliar a Política Nacional de Assistência Técnica com a formação de Núcleos Estaduais de Assistência Técnica
20YU Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	89	Recursos financiarão despesas com diárias, passagens, material de consumo em geral, colaborador eventual e pessoa jurídica, de forma a permitir melhor condição em segurança e saúde, visando promover e proteger a vida nos ambientes de trabalho, por meio de intervenções nos fatores de riscos determinantes dos agravos à saúde dos trabalhadores.
20YV Democratização das Relações de Trabalho	Ator social alcançado	unidade	Serv. / Invest.	109	Valor destinado a capacitação e disseminação de conhecimentos na área de relações de trabalho e temas de interesse geral relativos à atualização da legislação sindical e trabalhista e de avanços na negociação coletiva.
20ZL Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	256	Recursos destinados ao estímulo à institucionalização de políticas públicas de economia solidária nas esferas federal, estadual e municipal incluindo a expansão e fortalecimento de políticas públicas locais e regionais de economia solidária
2374 Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte	Projeto apoiado	unidade	Serviços	1.300.000	Valores destinados ao apoio a projetos de barracão industrial, para instalação física e o desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos organizados em arranjos Produtivos Locais - e/ou disponibilização, a esses empreendimentos.
2A95 Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem	Jovem beneficiado	unidade	Serviços	3.381	Despesas com oferecimento de cursos de qualificação social e profissional; desenvolvimento de ações de participação social cidadã e demais atividades que contribuam para a aprendizagem do jovem.
8274 Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	Pessoa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.574	Recursos para fomentar a geração de trabalho e renda para parcela significativa da população no âmbito do plano Brasil sem miséria em compromissos de inclusão social e econômica de catadores de matérias recicláveis.
8885 Centro de Referência do Trabalho no Brasil	Centro de referência mantido	unidade	Serviços	125.000	Recursos para consolidação do Centro de Referência do Trabalho no Brasil, nas dimensões física e virtual

### 38201 Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

20YW Produção e Difusão de Conhecimentos para a Promoção de Políticas Públicas em Segurança e Saúde no Trabalho	Estudo/pesquisa publicado(a)	unidade	Serv. / Invest.	952	Recursos destinados a realização de pesquisas e estudos sobre fatores determinantes de acidentes e doenças relacionados ao trabalho
---	------------------------------	---------	-----------------	-----	---

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador</b>					
20JT Manutenção, Modernização e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego - Sine	Atendimento realizado	unidade	Serv. / Invest.	7	Valores serão transferidos a Estados e ao Distrito Federal; a Municípios e; a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 9por meio de camada pública), com a finalidade de modernização, ampliação e manutenção da rede de atendimento do programa do Seguro-Desemprego pelo SINE.
20YX Cadastros Públicos na Área de Trabalho e Emprego	Cadastro mantido	unidade	Serviços	12.487.371	Processamento de informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando identificar os beneficiários do Abono Salarial, acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, com o propósito de subsidiar o pagamento do benefício Seguro-Desemprego
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	Relatório emitido	unidade	Serviços	466.126	Desenvolvimento de Metodologia de Análise Comparativa do Mercado de Trabalho local e Qualificação Social para Apoio à Gestão das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda
20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	Trabalhador qualificado	unidade	Serviços	691	Recursos alocados visando ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores e trabalhadoras visando aprimorar sua produtividade e inserção cidadã no mercado de trabalho, com ênfase em setores econômicos em desenvolvimento, ou em segmentos da sociedade em situação de vulnerabilidade social.
20Z2 Certificação de Instituições e de Trabalhadores	Certificação realizada	unidade	Serviços	1.860	Certificação do trabalhador com desempenho satisfatório; encaminhamento para programas de qualificação social e profissional, no caso de trabalhador não certificado; monitoramento e avaliação do processo
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	Benefício processado	unidade	Serviços	1	Pagamento dos serviços operacionais necessários ao pagamentos dos benefícios do Seguro-desemprego e do Abono Salarial, executados por pessoas jurídicas públicas e privadas, exceto agentes financeiros.
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	Carteira de trabalho emitida	unidade	Serv. / Invest.	5	Permitir a inserção do cidadão por intermédio da emissão de CTPS, utilizando sistema informatizado que permita o controle da distribuição e emissão de CTPS.
2B12 Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito.	Instituição apoiada	unidade	Serviços	50.000	Desenvolver a capacidade gerencial e organizacional das instituições operadoras do microcrédito produtivo orientado visando a melhoria de sua eficiência, bem como a ampliação dos beneficiários do programa.
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	Família ocupacional atualizada	unidade	Serviços	384.203	Valores serão usados para atender despesas com a modernização e atualização, por meio de estudos constantes, da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visando sua adequação à realidade do mercado de trabalho, bem como, para atender à demanda específica de ações de intermediação de mão de obra, de seguro desemprego, de qualificação profissional e de estatísticas do trabalho, dentre outras. Editar e distribuir o documento Classificação Brasileira de Ocupações.
4741 Sistema de Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda	Sistema implantado	unidade	Serviços	56.934.555	Manutenção do sistema. Envolve pagamento pelos serviços de desenvolvimento, processamento e consolidação de dados do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
4767 Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT	Sistema mantido	unidade	Serviços	7.000.000	Manutenção e desenvolvimento do SFIT mediante módulos que vão desde a emissão de Ordem de Serviços - OS para dar início a uma ação fiscal, passando pela inserção de relatórios pelo corpo de Auditores Fiscais do Trabalho - AFT

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	3.979.979	O valor serão utilizados para a manutenção e funcionamento das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, responsáveis pelo atendimento da população que procura o MTE. O objetivo é manter os contratos de manutenção (limpeza, vigilância, água, energia etc), adquirir equipamentos de informática entre outros, reformar e/ou construir novos prédios.
6405 Desenvolvimento e Disseminação de Metodologias e Tecnologias de Qualificação Social e Profissional	Metodologia desenvolvida	unidade	Serviços	1.536.118	Valores serão destinados a projetos especiais de qualificação - implantação de metodologia e tecnologia social adequadas ao provimento de ações em qualificação profissional.
8617 Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT	Crédito controlado	unidade	Serviços	63	Valores serão destinados a elaboração, execução e análise de rotinas e planos de controle, monitoramento e avaliação da aplicação dos recursos dos Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nas ações de concessão de crédito, inclusive por meio de ações de supervisão in loco nas operações de crédito, e acompanhamento das ações via sistemas de informação.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 39000 Ministério dos Transportes

### 39000 Ministério dos Transportes

XXXXA Manutenção de Trecho Rodoviário	2	Trecho mantido	Investimentos	641.000	RESTAURAÇÃO Limite Inferior: R\$ 309.978,52 - Solução c/ revestimento em CBUQ 3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 971.598,83 - Solução c/ Fresagem 5cm+reposição CBUQ 5cm (100%)+ Recapeamento CBUQ 5 cm-Pista e Acostamento.
XXXXB Manutenção de Trecho Rodoviário	2	Trecho mantido	Investimentos	1.324.000	RECONSTRUÇÃO Limite Inferior: R\$ 1.005.908,21 - Solução c/ revestimento em CBUQ 3cm-Pista e TSD-Acostamento. Limite Superior: R\$ 1.641.472,09 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e CBUQ 10cm-Acostamento.
XXXXC Manutenção de Trecho Rodoviário	2	Trecho mantido	Investimentos	1.150.000	RESTAURAÇÃO C/ MELHORAMENTOS Limite Inferior: R\$ 1.000.000,00 e Limite Superior: R\$ 1.300.000,00.
XXXXD Manutenção de Trecho Rodoviário	2	Trecho mantido	Investimentos	215.000	CREMA 1ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite Inferior: R\$ 180.000,00 a Limite Superior: R\$ 250.000,00.
XXXXE Manutenção de Trecho Rodoviário	2	Trecho mantido	Investimentos	500.000	CREMA 2ª ETAPA - Contratos de recuperação e manutenção da rede rodoviária federal. Limite Inferior: R\$ 400.000,00 a Limite Superior: R\$ 600.000,00.
XXXXF Construção de Contorno Ferroviário	2	Contorno construído	Investimentos	5.261.000	Valores atualizados pela CGPLAN/COVIDE, baseados no índice da FGV, no valores atualizados do SICRO2 e, no caso de materiais betuminosos, nos valores divulgados pela ANP.
XXXXG Construção de Contorno Rodoviário	2	Contorno construído	Investimentos	2.549.000	Limite inferior: R\$ 2.114.778,41 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior: R\$ 2.982.932,54 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.
XXXXH Adequação de Travessia Urbana	2	Trecho adequado	Investimentos	4.777.000	Limite inferior: R\$ 3.022.372,30 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.531.813,36 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.
XXXXI Adequação de Trecho Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	4.777.000	Limite inferior: R\$ 3.022.372,30 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.531.813,36 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.
XXXXJ Adequação de Trecho Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	1.567.000	Limite inferior: R\$ 1.451.057,73 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.682.425,17 - Solução 3aFaixa c/revestimento.CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm
XXXXK Construção de Trecho Rodoviário	2	Trecho pavimentado	Investimentos	2.549.000	Limite inferior - R\$ 2.114.778,41 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior - R\$ 2.982.932,54 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.
XXXXL Construção de Acesso Rodoviário	2	Trecho pavimentado	Investimentos	2.549.000	Limite inferior: R\$ 2.114.778,41 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior: R\$ 2.982.932,54 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
XXXM Adequação de Acesso Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	4.777.000	Limite inferior: R\$ 3.022.372,30 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.531.813,36 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.
XXXN Adequação de Acesso Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	1.567.000	Limite inferior: R\$ 1.451.057,73 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.682.425,17 - Solução 3aFaixa c/revestimento.CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm
XXXQ Implantação de Postos de Pesagem	2	Posto implantado	Investimentos	2.857.143	Posto para operação de equipamentos de pesagem fixos: Custo médio obtido em função de avaliações de projetos existentes que estão, atualmente, em fase de revisão por parte do Departamento de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro.
XXXR Adequação de Anel Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	4.777.000	Limite inferior: R\$ 3.022.372,30 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 6 cm, recapeam. Pista Existente CBUQ 3cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 6.531.813,36 - Solução Pista Nova c/revest.CBUQ 16cm, recapeamento da Pista Existente CBUQ 10cm e Acostamentos/ Afastamentos CBUQ 10cm.
XXXS Adequação de Anel Rodoviário	2	Trecho adequado	Investimentos	1.567.000	Limite inferior: R\$ 1.451.057,73 - Solução 3aFaixa c/revest.CBUQ 10cm, recapeamento na Pista Existente - CBUQ 4cm e no Acostamento - CBUQ 3cm. Limite Superior: R\$ 1.682.425,17 - Solução 3aFaixa c/revestimento.CBUQ 10cm, recapeamento da Pista Existente com CBUQ 8cm e no Acostamento CBUQ 4cm
XXXT Construção de Anel Rodoviário	2	Trecho pavimentado	Investimentos	2.549.000	Limite inferior - R\$ 2.114.778,41 - Solução c/ revestimento em TSD - Pista e Acostamento. Limite Superior - R\$ 2.982.932,54 - Solução c/ revestimento em CBUQ 10cm-Pista e Acostamento.
XXXU Manutenção da Malha Ferroviária	2	Manutenção realizada	Investimentos	2.339	Na manutenção da malha ferroviária está contemplada a operação de licenciamento dos trens, construção de edificações e aquisição de sistemas de controle de tráfego, comunicação, dentre outros da Ferrovia
XXXV Construção da Ferrovia Oeste-Leste	2	Trecho construído	Investimentos	5.000.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.
XXXW Construção da Ferrovia Norte-Sul	2	Trecho construído	Investimentos	5.011.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.
XXXY Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste	2	Trecho construído	Investimentos	4.500.000	Contempla serviços de infraestrutura, superestrutura, terraplanagem, supervisão e obras complementares.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 41000 Ministério das Comunicações

### 41101 Ministério das Comunicações

20ZB Apoio a Programas e Projetos de Inclusão Digital	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.000.000	<p>Obs: O Custo Médio refere-se ao P.O "Implementação de Cidades Digitais". Lembrando que esta ação tem 05 P.Os, e o sistema não permitiu incluir todos os P.Os, então a Secretaria de Inclusão Digital - SID teve que escolher um P.O mais relevante para ser lançado no sistema.</p> <p>Justificativa</p> <p>Continuação da implantação das cidades selecionadas em 2012 empenhados em 2013 à medida que as etapas de entrega dos produtos forem sendo concluídas, bem como a implantação de mais 80 Cidades Digitais por meio de licitação a ser lançada em março de 2013. A ideia é chegar ao final de 2013 com 160 Cidades Digitais implantadas. Também é prevista a aquisição e instalação de conteúdos digitais.</p> <p>Obs: Valor proposto para esse P.O = R\$ 80.000.000,00, sendo, R\$ 72.000.000,00 para Investimentos e R\$ 8.000.000,00 para custeio.</p> <p>Obs: Meta Física = 80</p> <p>Então, 80.000.000,00/80 = R\$ 1.000.000,00</p>
4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS	Serviço implantado	unidade	Serviços	25.000	<p>O Custo Médio refere-se ao P.O "Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP-OS"1. Lembrando que essa ação tem 02 P.Os, e o sistema não permitiu incluir todos os POs, então a Secretaria de Inclusão Digital - SID teve que escolher um P.O mais relevante para ser lançado no sistema.</p> <p>Justificativa</p> <p>contrato de PJ a ser formalizado em parceria com a RNP/MCTI para que essa Organização Social atue em parceria com o MC na oferta serviços profissionais de engenharia para implantação de redes óticas em Cidades Digitais.</p> <p>Obs: Valor Proposto para esse P.O = R\$ 25.000,00</p> <p>Obs: Meta Física = 1</p> <p>Então, 25.000,00/1= 25.000,00</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**41231 Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL**



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20ZD Regulação dos Serviços de Telecomunicações	Estação licenciada	unidade	Serviços	1	<p>Inicialmente, deve-se observar que o Custo Médio é R\$ 0,58. O valor lançado acima foi registrado como R\$ 1 porque o sistema não aceita valores menores.</p> <p>Em linhas gerais, essa atividade tem o propósito de promover o desenvolvimento das telecomunicações do País de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional. Esses objetivos serão alcançados por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Procedimentos para a expedição de concessão, permissão ou autorização para a prestação dos serviços de telecomunicações;</li> <li>- Elaboração de procedimentos para fins de certificação, designação de Organismos de Certificação, habilitação de laboratórios, homologação de produtos e fixação de acordos de reconhecimento mútuo com órgãos estrangeiros visando à sustentação do processo de Certificação;</li> <li>- Avaliação da utilização do espectro, dos recursos de numeração, de órbita e de faixas de frequências, por meio de análises e estudos técnicos sobre as informações, demandas, novas tecnologias e serviços, visando otimizar as condições de uso e a utilização dos recursos de órbita e faixas de frequências;</li> <li>- Administração dos recursos de órbita, espectro e numeração, realizando procedimentos internacionais e nacionais necessários para assegurar a utilização de posições orbitais e faixas de frequências associadas por redes de satélites, bem como os recursos de numeração;</li> <li>- Realização de análise dos riscos à continuidade da prestação dos serviços, possíveis danos aos usuários com base na análise da gestão empresarial das prestadoras, abrangendo aspectos econômico-financeiros;</li> <li>- Análise, sob a ótica da competição, dos contratos entre as empresas do setor de telecomunicações ou entre estas empresas e empresas de outros setores, incluindo aqueles de interconexão e compartilhamento de infraestrutura;</li> <li>- Identificação, recepção e tratamento de representações por infração a ordem econômica, além de se relacionar com o CADE, quando necessário;</li> <li>- Identificação de potenciais conflitos e convocação de prestadoras e usuários, com o objetivo de solucionar os problemas sob análise;</li> <li>- Elaboração de pesquisas, estudos e análises do setor de telecomunicações com objetivo de avaliar a estrutura e dinâmica do setor;</li> <li>- Acompanhamento e análise, sob a ótica da ordem econômica e da regulamentação dos serviços de telecomunicações, dos atos de concentração econômica e do controle societário respectivamente, incluindo a aprovação de transferências de controle societário;</li> <li>- Análise e arbitragem de conflitos entre prestadoras, referentes à aplicação e interpretação da legislação vigente, inclusive em contratos de interconexão, homologando os resultados e aplicando as sanções cabíveis;</li> <li>- Realizar procedimentos para elaboração, revisão e expedição de normas quanto à outorga, prestação e fruição dos serviços de telecomunicações, de direito de exploração de satélite e direito de uso de radiofrequências;</li> <li>- Submeter minutas de atos normativos à Consulta Pública, para manifestação da sociedade;</li> <li>- Elaborar estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de diretrizes para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações;</li> <li>- Propor a edição de regulamentos de condições de uso do espectro por meio de avaliações de informações, de demandas da sociedade e do poder público, do surgimento de novas tecnologias, das diretrizes da Conferência Mundial de Radiocomunicações e das metodologias para administração do Espectro.</li> <li>- Elaboração e coordenação da realização de pesquisas de satisfação e opinião com o objetivo de obter informações sobre os anseios da população, sobre a qualidade de prestação dos serviços de telecomunicações e a atuação da Anatel;</li> <li>- Recebimento, análise, encaminhamento, acompanhamento e resposta às solicitações: sugestões, elogios, pedidos de informações, reclamações e denúncias;</li> <li>- Desenvolvimento de rede de discussão dos serviços de telecomunicações de modo a se aprimorar a base de dados, bem como sistematizar mecanismos de contribuição social no planejamento de obrigações das prestadoras.</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2424 Fiscalização em Telecomunicações	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	4.454	<p>A conjunção de todos esses esforços estimula a expansão do sistema nacional de telecomunicações, medido por meio de estações licenciadas. A relação entre a dotação alocada na ação e o número de Estações Licenciadas previstas resulta em um Custo Médio de R\$ 0,58.</p> <p>As despesas previstas nesta atividade visam permitir a Anatel aferir dados e informações, bem como controlar obrigações legais e contratuais. Os procedimentos de fiscalização são realizados por meio de detalhamento, definição, preparação e execução do Plano de Ação da Fiscalização, bem como atendendo solicitações recebidas de outros processos, por meio de ações de fiscalização, de averiguação e de auditoria de processos das prestadoras, adotando os desdobramentos pertinentes.</p> <p>A dotação prevista para esta atividade inclui despesas com manutenção das 27 unidades descentralizadas, contratação de serviços de apoio à fiscalização bem como de equipamentos que visam a eficiência da atividade fiscalizatória.</p> <p>PO1: Fiscalização – Copa 2014  Detalhamento, definição, preparação e execução do Plano de Ação da Fiscalização. Atendimento das solicitações recebidas de outros processos, por meio de ações de fiscalização, de averiguação e de auditoria de processos das prestadoras, adotando os desdobramentos pertinentes. Nesse sentido, essas atividades serão exercidas com vistas a atender à Copa das Confederações em 2013 e à Copa do Mundo de 2014.</p> <p>PO2: Capacitação – Copa 2014 (PO da Atividade Fiscalização)  Promover a qualificação e a requalificação de servidores de forma a garantir a participação de pessoal devidamente qualificado e em quantidade suficiente para contribuir com o atendimento dos compromissos assumidos pelo país em face dos eventos esportivos internacionais.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 42000 Ministério da Cultura

### 42101 Ministério da Cultura

12MG Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura	Espaço implantado	unidade	Investimentos	2.216.275	<p>Existem três diferentes modelos para as PECs e cada um deles um orçamento diferente. Ao realizar estimativas trabalhamos com a Praça de 3.000 m e com valores atualizados até julho de 2012 com base no INCC. Além disso, não sabemos ao certo os critérios, forma e data das próximas seleções, pois os mesmos não foram nem propostos nem ratificados pelo Ministério da Cultura, pelo GEPAC e pelas comissões de seleção e técnica do PAC/PEC.</p> <p>Abaixo apresentamos os custos detalhados do orçamento da PEC de 3.000 m. com valores atualizados para julho de 2012 com base no INCC de 14%.</p> <table border="0"> <tr> <td></td> <td>Valor (R\$):</td> </tr> <tr> <td>Cineteatro</td> <td>445.817,84</td> </tr> <tr> <td>Telecentro</td> <td>104.177,17</td> </tr> <tr> <td>Biblioteca</td> <td>284.167,49</td> </tr> <tr> <td>Sala Multiuso</td> <td>131.381,12</td> </tr> <tr> <td>CRAS</td> <td>208.265,53</td> </tr> <tr> <td>Edificação de Apoio</td> <td>274.193,90</td> </tr> <tr> <td>Quadra</td> <td>270.040,30</td> </tr> <tr> <td>Pista de Skate</td> <td>46.425,42</td> </tr> <tr> <td>Implantação</td> <td>166.538,49</td> </tr> <tr> <td>Administração/Canteiro de Obras</td> <td>285.267,49</td> </tr> <tr> <td>TOTAL:</td> <td>2.216.274,73</td> </tr> </table>		Valor (R\$):	Cineteatro	445.817,84	Telecentro	104.177,17	Biblioteca	284.167,49	Sala Multiuso	131.381,12	CRAS	208.265,53	Edificação de Apoio	274.193,90	Quadra	270.040,30	Pista de Skate	46.425,42	Implantação	166.538,49	Administração/Canteiro de Obras	285.267,49	TOTAL:	2.216.274,73
	Valor (R\$):																												
Cineteatro	445.817,84																												
Telecentro	104.177,17																												
Biblioteca	284.167,49																												
Sala Multiuso	131.381,12																												
CRAS	208.265,53																												
Edificação de Apoio	274.193,90																												
Quadra	270.040,30																												
Pista de Skate	46.425,42																												
Implantação	166.538,49																												
Administração/Canteiro de Obras	285.267,49																												
TOTAL:	2.216.274,73																												
13E1 Implantação do Canal de Cultura	Canal implantado	percentual de execução física	Serviços	500.000	Estudos e contratação de Consultoria para operação de infraestrutura e de promoção da produção independente e programação regional do Canal de Cultura.																								
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	1.027.210	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais																								
20KH Ações Integradas de Cultura e Educação	Programa implantado	unidade	Serviços	1.700.000	Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.																								
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	339.018	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural.																								
20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serv. / Invest.	600.000	Promover o direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços.																								
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	8.093	Produzir e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira e desenvolver política nacional de integração entre cultura e educação.																								

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>42201 Fundação Casa de Rui Barbosa</b>					
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	15.000	Realização de atividades para promoção e difusão do patrimônio cultural e dos serviços museológicos
20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serviços	6.512	A Fundação Casa de Rui Barbosa reúne preciosos acervos arquivísticos e bibliográficos que exigem medidas constantes de conservação, bem como iniciativas de catalogação, indexação e digitalização, para que possam estar disponíveis para consulta.
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	10.838	Esta programação é a mais importante iniciativa na formação de recursos humanos na área da pesquisa, tarefa necessária à reprodução de quadros no trabalho acadêmico. Também é o melhor procedimento para agregar pesquisadores àqueles projetos que demandam maior trabalho de levantamento de dados ou ao estudo de objetos originais. Publicação de livros e revistas científicas resultantes das pesquisas realizadas na FCRB e em instituições parceiras. Premiação de pesquisa realizada a partir de acervos da FCRB.
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	37.550	Garantir as atividades e acessibilidade ao público.

#### 42202 Fundação Biblioteca Nacional - BN

14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	180.067	O custo foi calculado com base no exercício de 2012, além da previsão de gastos com acompanhamento e avaliação do projeto.
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	685.324	O custo médio foi calculado c/base na série histórica dos últimos exercícios, além de beneficiar projetos de caráter inovador na área do livro e leitura, cujos custos só poderão ser validados a partir da sua execução.
20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serv. / Invest.	3	O custo médio foi calculado c/base na série histórica dos últimos exercícios.
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	348.000	O custo médio foi calculado com base na série histórica dos últimos exercícios.
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serv. / Invest.	1	O custo médio foi calculado c/base na série histórica dos últimos exercícios.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>42203 Fundação Cultural Palmares</b>					
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	575.000	O custo médio foi ampliado em razão da redução da meta física do Plano Orçamentário para o exercício de 2013. Os recursos serão utilizados na modernização do arquivo, biblioteca e da galeria de arte da FCP, destacando-se o tratamento arquivístico, que é de suma importância para a preservação da memória institucional, e que ganhou maior relevância em razão da Lei de Acesso à Informação.
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	215.773	O Custo Médio adotado na elaboração da ação levou em consideração a série histórica das atividades desenvolvidas por meio de seleção pública de projetos realizados pela FCP.
<b>42204 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b>					
1O56 Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	Sede construída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	50.000	Proporcionar uma estrutura física adequada ao funcionamento da sede nacional do IPHAN (sair do aluguel), possibilitando melhor desenvolvimento das suas atividades e funções, técnica e administrativa, voltadas à direção e coordenação de unidades operacionais em todo o território brasileiro, à fiscalização do patrimônio cultural e ao desenvolvimento de atividades próprias de produção de conhecimento e meios operacionais, dentre outros.
20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serv. / Invest.	20.226	A ação visa o esforço de preservar o Patrimônio Cultural brasileiro e para isso se faz necessário planejar, desenvolver, fomentar, executar, coordenar, articular, divulgar, difundir, orientar, proteger, identificar, reconhecer, promover, fortalecer, normatizar, fiscalizar e monitorar o Patrimônio Cultural Brasileiro em toda a sua amplitude, visando assegurar sua integridade, o desenvolvimento sócio-econômico, incluindo as ações de pesquisa e educação patrimonial, o intercâmbio e a continuidade dos bens e processos a ele inerentes, assim como orientar, apoiar, mobilizar articular entes e instituições da sociedade civil, de modo a favorecer a preservação dos bens culturais.
5538 Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas	Projeto realizado	unidade	Serv. / Invest.	5.769.231	Permitir a execução de ações de implementação e avaliação de planos de socialização, planos ação para as cidades históricas, planos de salvaguarda do patrimônio imaterial, planos de educação patrimonial, mobilidade e acessibilidade; elaborar projetos de arquitetura, urbanismo, engenharia e paisagismo; executar obras e serviços de manutenção, restauração, infra-estrutura urbana, novas construções, instalações e sinalização; implantar e modernizar núcleos ou laboratórios de conservação e centros de referência cultural; financiamento para a recuperação de imóveis privados localizados em áreas protegidas; realizar estudos e pesquisas aplicados à preservação do patrimônio cultural; consolidar e dar continuidade ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, isto é, estimular o desenvolvimento socioeconômico dessas cidades por meio da revitalização urbana e da recuperação de monumentos e prédios públicos; etc.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>42205 Fundação Nacional de Artes</b>					
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serviços	81.481	O custo médio adotado na elaboração da ação teve como parâmetro a série histórica das atividades desenvolvidas por meio de seleção pública de projetos e dos eventos realizados e / ou apoiados pela Funarte nas áreas do Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais e Artes Integradas.
20ZH Preservação de Bens e Acervos Culturais	Bem preservado	unidade	Serviços	20	O custo médio utilizado teve por base de cálculo a relação entre as despesas com a contratação de serviços especializados para o tratamento do acervo e o número de bens preservados.
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serv. / Invest.	109	O custo médio adotado teve como referência os valores utilizados nos contratos e serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial, brigada de incêndio, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, manutenção dos equipamentos, modernização, reequipamento e programação cultural dos espaços e outras despesas, em relação a quantidade de espaços culturais da Funarte nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, garantindo um dos compromissos fundamentais que norteiam os equipamentos culturais: a gratuidade das condições técnicas minimamente necessárias para o acontecimento artístico em troca de um ingresso mais acessível à população, o que se traduz, a médio prazo, em formação de plateias.

#### 42206 Agência Nacional do Cinema

20ZI Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001)	Projeto apoiado	unidade	Serviços	248.806	Fomento à Produção, Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no exterior
20ZJ Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual	Ação regulatória realizada	unidade	Serviços	119	Fiscalização das Atividades do Setor Audiovisual e Proteção da Propriedade Imaterial

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>42207 Instituto Brasileiro de Museus</b>					
14U2 Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	Espaço cultural implantado/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	133.333	Atendimento às obras emergenciais e projetos que envolvem despesas de capital, além de projetos de aquisição, identificação e inventário de acervos dos 29 museus da União. A Ação é voltada também às instituições contempladas pelos Editais do IBRAM e à criação e implantação de novas instituições museológicas.
20ZF Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	77.526	Ação de apoio ao IBRAM Sede e às unidades museológicas da União em seus projetos voltados para a preservação, conservação e difusão de acervos culturais, publicações impressas e virtuais na área museológica, realização de atividades educativas, culturais e de difusão do patrimônio cultural, em nível municipal, estadual, nacional e internacional, além de eventos como a 10ª Semana Nacional de Museus, a 6ª Primavera dos Museus e o V Fórum Nacional de Museus. Apoio também à implantação e requalificação de museus por meio do atendimento aos museus vinculados ao IBRAM, dos editais de fomento para museus de redes municipais e estaduais e museus e centros de memória privados, e do Projeto do Legado Cultural da Copa e Olimpíadas, que reúne ações de estruturação do setor museológico nas 12 capitais que sediarão os jogos da Copa do Mundo em 2014.
20ZM Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural	Projeto apoiado	unidade	Serviços	60.000	Ação destinada a capacitar profissionais da área museológica (desde dirigentes, gerentes e servidores até profissionais que atuam no setor), através da instituição de programa de qualificação profissional em nível técnico, de graduação, pós-graduação e extensão; realização de oficinas; criação de pólos de capacitação e de equipes volantes em âmbito nacional; desenvolvimento de programas de estágios; apoio aos estudos e pesquisas científicos; e apoio à implementação de instituições e ensino e formação na área museológica.
211F Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	Público atendido	unidade	Serviços	13	A Ação atende a manutenção administrativa das 30 unidades museológicas vinculadas ao IBRAM, sendo dez de grande porte, treze de médio e sete de pequeno porte, de modo a garantir o pleno funcionamento dos museus, com estrutura para desenvolver suas atividades-fim e condições de gerar atratividade e acessibilidade para o público.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 44000 Ministério do Meio Ambiente

### 44101 Ministério do Meio Ambiente

20M5 Execução de Intervenções Estruturais Objetivando a Prevenção, Mitigação e Recuperação Ambiental de Áreas Afetadas pelas Enxurradas	Município apoiado	unidade	Serv. / Invest.	100.000	Apoiar a gestão integrada de riscos relacionados às enxurradas, nos entes federados, contemplando ações de prevenção, monitoramento, preservação, conservação e recuperação ambiental. O custo médio apresentado refere-se a elaboração de estudos em municípios prioritários. Salienta-se que essa ação deve ser desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades e outros órgãos que se fizerem necessários no desenvolvimento dos trabalhos.
20VP Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE	Família atendida	unidade	Serviços	1.249	O custo médio de R\$ 1.249,60 refere-se ao pagamento de 43.697 famílias, incluídos o cadastramento de 576 áreas (45 Unidades de Conservação e 531 Assentados); a capacitação dessas famílias beneficiárias; o monitoramento ambiental e do programa; e o pagamento do Operador do Bolsa (CEF).
20VR Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	Bacia recuperada	unidade	Serv. / Invest.	685.833	Recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais de bacias hidrográficas, através da implementação de atividades socioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos. Além disso, difusão de práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como a promoção da educação ambiental, da mobilização e capacitação socioambiental, da articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoio e disseminação de técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e socioambientais, entre outras, na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
20VS Formulação e Gerenciamento da Política Nacional de Recursos Hídricos	Plano implementado	unidade	Serviços	1.937.000	A ação engloba um conjunto de atividades voltadas para a gestão e gerenciamento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e para o estabelecimento de pactos para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta da água, em qualidade e quantidade. O custo médio considera as despesas para o apoiar os entes federados no planejamento do uso e conservação dos recursos hídricos, em especial, para a elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Refere-se, também, aos recursos necessários para garantir o funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o monitoramento das ações prioritárias do Plano Nacional de Recurso Hídricos.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>44102 Serviço Florestal Brasileiro - SFB</b>					
20WA Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	160	Valor necessário para promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas para agregar valor à produção, conservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida da população. Além de disponibilizar recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes a serem destinados ao FNDF, para aplicação em projetos das áreas de (i) Pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestais; (ii) assistência técnica e extensão florestal; (iii) recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; (iv) aproveitamento econômico racional dos recursos florestais; (v) controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; (vi) capacitação em manejo florestal; (vii) educação ambiental e (viii) proteção ao meio ambiente. Os valores alocados na ação são destinados, também, para a qualificação de recursos humanos para a adoção de técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.
20WB Pesquisa e Informações Florestais	Sistema implantado	percentual	Serv. / Invest.	50	Valor necessário para implantar portais de acesso a informações e dados sobre florestas (Gestão, Setor, Florestas), permitindo o resgate de forma dinâmica pelo usuário, para a emissão de relatórios por estado, bioma, bacia hidrográfica, ano, além de gerar conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis, com ênfase no múltiplo das florestas naturais e plantadas e no melhor aproveitamento e na melhoria da qualidade dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Os valores alocados na ação são destinados, também, para o desenvolvimento tecnológico e a difusão das técnicas de silvicultura e sistema de produção florestal e agroflorestal com espécies florestais nativas, além de implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas para consolidar as informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos Estados e dos Municípios.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>44201 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA</b>					
20WF Avaliação dos Estoques e do Potencial Sustentável dos Recursos Pesqueiros	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	17.073	"Custo médio resultante da previsão dos gastos voltados à realização de estudos para subsidiar avaliação e obtenção de disponibilização de informações sobre os principais recursos pesqueiros, garantindo a conservação e a utilização sustentável desses recursos, com custos associados à contratação de profissionais e deslocamentos de servidores.  CF Art. 20, 23, 24 e 225. Lei nº 9.478, de 06/08/1997, Lei 7.679, de 23/11/88, Lei 6.938 de 31/08/81; Decreto-lei 221, de 28/2/67; MP 103, de 1/1/03, art. 23, §6º inciso 1. Decreto nº 5.382 de 03/03/05"
20WH Avaliação de Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos	Avaliação realizada	unidade	Serviços	30	"Custos associados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e controle voltados à prevenção da contaminação e da poluição ambiental ( estudos, análises, vistorias e emissões de autorizações para os produtos, substâncias e resíduos controlados pelo Ibama (agrotóxicos, dispersantes de óleos, licenças para circulação de veículos automotores, selo ruído, programa silêncio, etc). Constituição Federal, Art. 225; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.605/1998; Decreto nº 6.514/2008; Lei nº 9.966/2000; Decreto nº 4.136/2002; Decreto nº 4.871/2002; Decreto nº 5.098/2004; Decreto nº 96.044/1988; Resolução ANTT nº 420/2004; Resolução CONAMA nº 398/2008; Lei nº 7.802/89; Lei nº 8.723/93; Decreto nº 4.074/02."
6124 Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes	Atividade fiscalizada	unidade	Serviços	5.557	Custo médio derivado das despesas com diárias e passagens aos servidores do Ibama nas ações de fiscalização das atividades potencialmente degradadoras, poluentes e/ou contaminantes. Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.605 de 12/02/88; Decreto nº 3.179, de 21/09/99; Lei nº 7.802, de 11/07/89; Decreto nº 4.074, de 04/01/02; Lei nº 9.478, de 06/08/1997."
6307 Fiscalização de Atividades de Desmatamento	Operação realizada	unidade	Serv. / Invest.	143.110	Custo médio das operações de fiscalização de atividades ilegais de desmatamento, incluindo gastos com diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais ( Estaduais e Municipais ) , com contratos de locação de veículos e aeronaves, bem como locação de máquinas e aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia da Informação. Lei nº 9.605/98, Lei nº 4.771/ 65; Lei nº 6.938 de 31/08/81 e Decreto nº 6514/2008."
6329 Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais	Área monitorada	quilômetro quadrado	Serviços	4	"Custo com diárias e passagens, locação de meio de transportes (Veículos e Aeronaves), com despesas de comunicação de dados e serviços de tecnologia da informação, voltados ao monitoramento e controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais. Lei nº 9.605, de 12/02/98 e Decreto nº 3.179, de 21/09/99 e Lei 6.938 de 31/08/81."
6925 Licenciamento Ambiental Federal	Licença concedida	unidade	Serv. / Invest.	19.778	"Custo médio derivado dos gastos com diárias e passagens, com despesas de comunicação de dados e serviços da tecnologia da informação, com aquisição de equipamentos, com locações de softwares possibilitando as análises, vistorias e concessões de licenças ambientais a empreendimentos e reuniões técnicas com empreendedores, consultorias e interessados. CF Art. 177 e 225; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.966/00; e Lei nº 9.478, de 06/08/1997."

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8294 Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada	Parceria firmada	unidade	Serviços	66.667	"Custo derivado das despesas com pagamento de diárias e passagens para realização de reuniões técnicas e capacitação e gastos com desenvolvimento de sistema e melhoria na utilização de processos e sistemas de gestão da informação, tais como o Sistema Compartilhado de Informações Ambientais SISCOM, Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais - LAF, Sistema de Controle do Fluxo dos Produtos Florestais – DOF.. Leis nº. 4.771 de 1965, 6.938 de 1981, 9.605 de 1998, 9.985 de 2000 e 11.284 de 2006; Decretos nº. 99.274 de 1990, 2.519 de 1998, 3.420 de 2000, 4.339 de 2002, 5.975 de 2006, 6.099 de 2007, 6.063 de 2007, 6.514 de 2008 e 7.029 de 2009; Resolução CONAMA 379 de 2006."

#### 44205 Agência Nacional de Águas - ANA

20W1 Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Leis nº 9.433/1997 e nº 9.984/2000).	Bacia hidrográfica beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	8.096.792	O custo médio desta ação orçamentária afere o "quantum" de recursos que está sendo alocado para interferências diretas em bacias hidrográficas brasileiras. Esses recursos são representados, em grande maioria, pelo pagamento pelo uso de recursos hídricos, advindo do setor elétrico e representado pela fonte 183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos, cuja destinação está protegida por Lei. Nesses termos, o custo médio foi calculado pela relação entre o montante de recursos e o número de bacias hidrográficas diretamente beneficiadas. As intervenções programadas contemplam o financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos.
--	--------------------------------	---------	-----------------	-----------	---

#### 44207 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

6381 Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	Unidade de conservação atendida	unidade	Serv. / Invest.	125.000	Pagamento das indenizações; Levantamento fundiário, vistoria e avaliação de imóveis rurais; Demarcação e sinalização do perímetro das UC's; Desapropriação de imóveis ou da indenização de benfeitorias; Desoneração de reserva legal; Identificação dos imóveis e transferência da gestão para o ICMBio, com o objetivo de regularizar a situação fundiária das Unidades de Conservação Federais de domínio público e consolidar o território dessas Unidades.
--	---------------------------------	---------	-----------------	---------	---

#### 44902 Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

20G4 Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima	Projeto apoiado	unidade	Serviços	3.548.500	A aplicação dos recursos nesta ação é definida pelo Comitê Gestor do FNMC, em fomento a 8 projetos nas seguintes áreas: Desenvolvimento Tecnológico; Combate à desertificação; Prevenção de desastres; Gestão Pública; Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.
---	-----------------	---------	----------	-----------	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário

### 49101 Ministério do Desenvolvimento Agrário

0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)	Agricultor segurado	unidade	Serviços	190	<p>O Fundo Garantia Safra é composto por recursos da União (190,00 por agricultor participante), dos Estados (R\$ 57,00), dos municípios (R\$ 28,50) e dos agricultores (R\$ 9,50). O valor arrecadado no fundo corresponde à 30 % do valor do prêmio em caso de sinistro, que é de R\$ 760,00 por agricultor assegurado.</p> <p>Com a alteração da lei 10.420/2002 a nova composição do Fundo Garantia Safra, aponta nova composição de aportes, passando de: 1% do agricultor para 1,25%, de 3% do município a 3,75% e a contribuição anual do Estado, a ser adicionada às contribuições do agricultor e do Município, deverá ser em montante suficiente para complementar a contribuição de 12,50%, e a União aportará anualmente, no mínimo, recursos equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) no ano de 2013.</p>
12NR Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes	Município atendido	unidade	Investimentos	300.000.000	<p>o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou em 05 de julho de 2010, a ação de aquisição de máquinas e equipamentos para a recuperação de estradas vicinais, no âmbito da 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento. Esta importante iniciativa respondeu a uma demanda colhida ao longo dos últimos anos, notadamente por parte dos prefeitos municipais dos mais remotos rincões do País e conta com recursos estimados em torno de R\$ 1,8 bilhão de reais, oriundos do Orçamento Geral da União. Destes recursos, R\$ 211 milhões já foram empenhados no orçamento de 2011 do MDA e efetivamente desembolsados na 1ª fase da ação, que adquiriu 1275 retroscavadeiras e beneficiou 1299 municípios. Dada a maciça adesão dos municípios na 1ª fase e a necessidade de se continuar ampliando a infraestrutura dos pequenos municípios brasileiros, a Ação foi ampliada em 2012, estando previstos cerca de R\$ 1,288 bilhão. Sob a orientação do Comitê Gestor do PAC, foi publicada a Portaria MDA 43 de 15 de junho de 2012, contendo as regras para inscrição dos municípios ao recebimento de retroscavadeiras e motoniveladoras. São potenciais beneficiários os municípios com até 50 mil habitantes e que não estejam nas principais regiões metropolitanas, o chamado Grupo 3 do PAC. Assim como na 1ª fase da Ação, as máquinas são adquiridas pelo Governo Federal e doadas aos municípios selecionados, mediante assinatura de Termo de doação com encargos. No caso da retroscavadeira, serão contemplados todos os municípios do Grupo 3, com exceção dos já beneficiados, conforme listagem da Portaria MDA 161/2010. Totalizam este grupo 3.591 municípios, universalizando com isso, o acesso de todo o Grupo 3 a uma retroscavadeira. No caso das motoniveladoras, são potenciais beneficiários todos os municípios do Grupo 3, inclusive os que já receberam retroscavadeiras. Os critérios de classificação serão definidos pelo Grupo Executivo do PAC, com prioridade para as associações e consórcios públicos. Na citada Portaria Ministerial 43/2012 está disciplinado o cronograma de implementação, o qual prevê: a) manifestação de interesse e inscrição de carta consulta pelos municípios, mediante formulário eletrônico até 18/09/2012; b) Entrega de documentos e análise das cartas-consulta pelo MDA e Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento até 14/10; e c) Deliberação e divulgação das propostas selecionadas em 19/10</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2100 Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar	Agricultor assistido	unidade	Serv. / Invest.	1.353	Com a implementação da Lei Geral de ATER, nº12.188, de 11 de janeiro de 2010, a ação é executada por meio de contratação de entidades governamentais e privadas credenciadas e que preencham os requisitos na forma da lei, e que atuem em atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural. O MDA lança chamadas públicas de projetos, nas quais estão as diretrizes das políticas públicas para o setor. O custo médio pode sofrer variação conforme as atividades e os locais em que são executadas. Os recursos de custeio são utilizados no pagamento dos contratos firmados pela execução das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural nas 27 unidades federativas da União. Haverá ainda recursos de custeio e investimento para continuidade dos convênios e contratos de repasse firmados anteriores a Lei 12.188/2010 e que ainda estão passíveis de liberação e alocação.
210Q Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário	Família beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	11.352	O custo médio por família beneficiada foi calculado levando-se em consideração o limite de recursos disponibilizados para a SRA/MDA, para a Proposta Orçamentária 2013.
210R Assistência Social e Pacificação no Campo	Família assistida	unidade	Serv. / Invest.	66	Ação de abrangência nacional e face às particularidades de cada região, os diversos tipos de demandas/atendimentos e as variáveis de possibilidade ou não de realização de parcerias, não é possível estimar um custo unitário médio.
210U Organização da Estrutura Fundiária	Imóvel regularizado	unidade	Serv. / Invest.	1.170	O custo médio por família beneficiada foi calculado levando-se em consideração o limite de recursos disponibilizados para a SRA/MDA, para a Proposta Orçamentária 2013.
210V Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	Agricultor familiar assistido	unidade	Serv. / Invest.	141	A ação de Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar atua em várias temáticas da Agricultura Familiar, tais como: Fomento à Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor, Disponibilização de Insumos, Gestão de Riscos do Crédito Pronaf, Fomento à Inserção da AF na produção de base ecológica e na Cadeia de Energia Renováveis, Fomento a produção de tecnologia e de conhecimento apropriado para AF, projetos de inovação tecnológica no semi-árido e Fomento à Diversificação da produção em áreas de tabaco.
210W Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais	Mulher atendida	unidade	Serv. / Invest.	342	As desigualdades de gênero no meio rural determinam o menor acesso das mulheres as políticas públicas e limitam os seus direitos sociais e econômicos, assim como a ausência destas nos espaços de decisão e gestão. As políticas públicas para as mulheres da agricultura familiar e da reforma agrária visam construir sua autonomia, reconhecendo sua contribuição na economia rural estimulando o seu protagonismo nos espaços de gestão e participação. A ação orçamentária em tela busca ampliar e qualificar o acesso das trabalhadoras rurais e assentadas da reforma agrária às políticas públicas, garantindo os direitos sociais e econômicos por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, formação em políticas públicas, fortalecimento das organizações produtivas de mulheres rurais, apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas territoriais e nos comitês gestores de políticas e promoção de estudos e pesquisas.
210X Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Território apoiado	unidade	Serv. / Invest.	941.212	Esta Ação, composta por 5 Planos Orçamentários, tem por finalidade promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o seu fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia. Considerados os limites orçamentários impostos para a elaboração do PLOA-2013, rateados entre os Planos Orçamentários do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, chegou-se ao custo médio acima apresentado para apoiar 165 Territórios Rurais, dentre os quais 120 estão inseridos no Programa Territórios da Cidadania.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
210Y Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	Família beneficiada	unidade	Serviços	2.342	<p>Os povos e comunidades tradicionalmente convivem em equilíbrio com seu meio ambiente estando esse processo, intimamente ligado a sua cosmologia. Hoje enfrentam o desafio de manter seus hábitos culturais, sua identidade enquanto povo e a sustentabilidade de seus territórios para garantia da sua qualidade de vida, em meio à pressão que sofrem do entorno sobre seu território pelo agronegócio, madeireiras, garimpo, grandes obras de infraestrutura (hidroelétricas, estradas, ferrovias), entre outros.</p> <p>Nesse contexto é necessário apoiar essas comunidades, na construção de alternativas para lidar com essa realidade, fortalecendo-as e garantindo sua autossustentação. Através da promoção de meios para o seu desenvolvimento sustentável, fortalecendo seus hábitos e tradições, o uso de seu território e o acesso a políticas públicas, por intermédio de eventos, atividades e metodologias específicas, que valorizem os elementos culturais. Para isso é necessário, que essa ação orçamentária tenha recursos empenhados para esse atendimento que precisa de um mínimo de projetos sendo trabalhados como pilotos para se estabelecer um processo de aprendizado para o sucesso da ação. Também é importante, não perder de vista que estamos diminuindo nossa capacidade de atuação com ATER, pelos cortes orçamentários, mas também pelo valor de atendimento por família ser maior com a execução via lei 12.188/2010. Então precisamos atuar nessas comunidades de outra forma, para que não baixemos muita amplitude de trabalho do MDA junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, que já é baixo diante da dimensão populacional desse público</p>
2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA	Agricultor familiar beneficiado	unidade	Serv. / Invest.	4.877	<p>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma iniciativa conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Abastecimento, Planejamento e Orçamento e Fazenda. O programa tem como objetivos principais: i) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; ii) contribuir para formação de estoques estratégicos governamentais e pelos próprios agricultores familiares, bem como iv) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.</p> <p>Os recursos previstos para o MDA permitem a operacionalização de duas modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar.</p> <p>Os recursos desta ação são repassados à Conab que é a executora do programa na esfera federal. Tal recurso permite que as ações de aquisição cumpram de fato seu papel que é chegar atender as demandas por comercialização da agricultura familiar. Permite tanto a execução das etapas logísticas referentes a armazenagem dos produtos nos armazéns da Conab, o transporte e deslocamento destes estoques para outras regiões quando necessário no cumprimento da regulação de preços, bem como contribui no custeio referente ao deslocamento, diária e demais despesas do corpo técnico da Conab responsável pelas atividades de capacitação, avaliação e monitoramento da execução do programa. Além disso, servem para a execução das vendas dos produtos, custeio de leilões dos produtos e corretagem e pagamento de serviços de terceiros.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>49201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA</b>					
2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel gerenciado	unidade	Serviços	18	O custo unitário de referência espelha uma composição de custo de gerenciamento de imóvel pelas Superintendências Regionais. Leva em conta as peculiaridades regionais, posto que, os custos da ação para as superintendências localizadas na região sul, por exemplo, diferem substancialmente daquelas situadas na região norte, em particular, nas ações de campo.
210S Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária	Família assistida	unidade	Serviços	896	O INCRA mantém atualmente 116 contratos e 12 convênios. Estes últimos com encerramento previsto para final de 2012, permanecendo os contratos com possibilidade de execução em até 60 meses, conforme prevê a Lei nº 8.666/93. Cada contrato possui sua especificidade em conformidade com a realidade de cada SR (regionalização), variando entre R\$ 650,00 a R\$ 1.500,00, a depender dos serviços contratados, por exemplo: contratação de Plano de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA, que é realizado uma vez em cada PA, aumentando o valor da contratação de serviços técnicos, que são continuados. No exercício 2013 há possibilidade de ampliação do nº de contratos. Com relação ao PO – Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, o custo unitário é o mesmo praticado neste exercício de 2012, ou seja, R\$ 3.000,00.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
210T Promoção da Educação no Campo	Pessoa capacitada	unidade	Serviços	2.142	<p>O custo médio proposto para o valor aluno/ano para os cursos de Educação de Jovens e Adultos – EJA do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, é uma variação entre o valor máximo da Alfabetização e da Escolarização, conforme estipulado na Norma de Execução 101/12. Os valores praticados conforme a normatização foram definidos com base no estudo realizado a nível nacional pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n 043 de 03/03/2006, publicada no DOU de 06/03/06. O Grupo realizou consulta formal a diversas instituições públicas de ensino parceiras do Programa nas diferentes Regiões – universidades, escolas técnicas e governos estaduais sobre os valores nos cursos regulares praticados por essas instituições, que na escolarização de nível fundamental, a depender do seguimento e da região, era de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Hoje, considerando informações da pesquisa realizada pelo INEP/ verifica-se que o valor de investimentos do Governo Federal na educação básica no período de 2000 a 2010, foi entre R\$ 3.800,00 a R\$ 3.900,00</p> <p>O custo proposto para o valor aluno/ano para o plano orçamentário Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, está em conformidade com o estipulado na Norma de Execução 101/12.</p> <p>O custo médio proposto para o valor aluno/ano para os cursos Nível Médio e Superior do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, é uma variação entre o valor mínimo financiável por aluno/ano, nos projetos de Nível Médio e o valor máximo financiável por aluno/ano nos projetos de nível Superior. Os valores praticados pelo Programa estão de acordo com as alterações contidas no Manual do Pronera, aprovado por meio da Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 – Edição Revista e atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3269/10. Os valores praticados foram definidos teve como base entre outros "a necessidade de estabelecer parâmetros para o financiamento do valor aluno nos cursos a serem conveniados no âmbito do PRONERA. O Grupo realizou consulta formal à diversas instituições públicas de ensino parceiras do Programa nas diferentes Regiões – universidades, escolas técnicas e governos estaduais sobre os valores nos cursos regulares praticados por essas instituições, que em cursos de Nível Médio e Superior, a depender do seguimento e da região, era entre R\$ 4.500 a até R\$ 6.000,00. O valor de investimentos do Governo Federal na educação no período de 2000 a 2010, comprova que um aluno de nível médio e de graduação sai aos cofres públicos entre R\$ 2.900,00 a R\$ 17.000,00. Os dados demonstram que os valores praticados pelo Pronera para realização dos cursos com suas parceiras, ainda está em defasagem, considerando, inclusive, as especificidades da população atendida.</p> <p>Os recursos para o exercício de 2013 serão aplicados na execução dos compromissos firmados de parcerias realizadas por meio de convênios e termo de cooperação.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
210U Organização da Estrutura Fundiária	Imóvel regularizado	unidade	Serv. / Invest.	2.920	<p>Envolve os planos orçamentários de regularização fundiária, georreferenciamento de imóveis rurais, gestão de terras públicas e estruturação, implantação e manutenção dos sistemas cadastrais. Regularização - O crédito é utilizado para promover a regularização fundiária de imóveis rurais (direta e indiretamente), que em sua grande maioria encontra-se em terras devolutas estaduais (fora da Amazônia Legal), por isso, a execução é realizada, em quase sua totalidade, de forma indireta, por meio de convênios firmados entre as superintendências regionais e os órgãos de terras estaduais. Importante ressaltar que o custo unitário previsto para a regularização dos imóveis varia de acordo com a região, em virtude de eventuais dificuldades geográficas para realização do geocadastro, e foi calculado com base em uma média utilizada pelos estados convenientes em seus termos de referência utilizados nas licitações para contratar as empresas. Está incluído no custo unitário, além do valor médio dos serviços de georreferenciamento e cadastro (conforme explicitado acima), outras atividades, tais como supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios; levantamento ocupacional; publicação de atos; audiências públicas e a divulgação e distribuição de materiais informativos.</p> <p>Georreferenciamento - O valor R\$784,00 é resultado médio de sucessivas contratações e convênios celebrados pela Autarquia com terceiros e deve-se a serviços não contemplados em tabelas nacionais como Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI ou outras equivalentes. Em razão de o georreferenciamento de imóveis ser um serviço específico da área de geodésia, contudo realizado por inúmeros técnicos dos Sistema CONFEA/CREA, há uma grande flutuação nos preços porque dependem de fatores variáveis ao longo do território nacional.</p> <p>Gestão de Terras – o crédito é utilizado basicamente para pagamento de diárias dos servidores para deslocamento até os cartórios de registro de imóveis e para as áreas que estão sendo discriminadas e arrecadadas, além da produção, divulgação e distribuição de material informativo, sendo que o valor do custo unitário foi calculado com base na média histórica para execução da ação.</p> <p>Estruturação - O custo espelha uma média do custo de pontos de função praticado na contratação e manutenção dos sistemas cadastrais e cartográficos para o exercício de 2013, praticados pelo SERPRO, atual contratado do INCRA para a manutenção dos sistemas cadastrais. Os valores consideram a variação dos custos dos pontos de função para dados literais e dados gráficos.</p>
210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas	Área reconhecida	hectare	Serv. / Invest.	2.218	<p>A execução comporta o pagamento das indenizações das áreas inseridas nos territórios quilombolas decretados como área de interesse social. Avaliação e Indenização de benfeitorias e dos imóveis particulares, inseridos no território decretado, com posterior ajuizamento da ação de desapropriação e indenização se baseia em preço de mercado, pagando-se o valor da terra nua e das benfeitorias para os títulos válidos e apenas das benfeitorias no caso de títulos inválidos ou área de domínio sem título correspondente. Os valores pagos são de acordo com os critérios estabelecidos na autarquia quanto ao valor de terra nua e benfeitorias. Para delimitar, reconhecer, desintrusar e titular os territórios quilombolas os gastos são de custeio referentes à execução do processo de regularização das terras ocupadas por quilombos, ou seja, os custos com diárias, passagens e consumo tanto para a elaboração de RTIDs como para a desintrusão dos territórios.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
211A Desenvolvimento de Assentamentos Rurais	Familia atendida	unidade	Serv. / Invest.	2.596	<p>Fomento: Os custos deste plano orçamentário - PO visam o incremento de renda dos Projetos de Assentamentos Rurais, por meio de apoio à implantação e recuperação de agroindústrias; apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados; capacitação dos beneficiários em gestão administrativa, associativismo, cooperativismo, comercialização processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; implantação de projetos pluriativos solidários.</p> <p>Titulação: As principais despesas para a implementação deste PO são relativas a diárias, passagens, combustíveis, cópias xerográficas e outros materiais de consumo, em sua maioria aplicáveis às atividades de vistoria dos lotes e entregas dos documentos provisórios ou definitivos, prevendo 17.100 documentos expedidos. O valor de R\$ 175,00 por documento expedido é baseado em um custo médio para a realização dessas atividades que historicamente giram em torno de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 por documento expedido.</p> <p>Supervisão ocupacional: As despesas são relativas a diárias, passagens, combustíveis e materiais de consumo, em sua maioria aplicáveis às atividades de supervisão da ocupação de parcelas dos assentamentos com a intenção de garantir que as terras públicas estejam, de fato, ocupadas por famílias de trabalhadores rurais oficialmente autorizadas.</p> <p>Implantação e recuperação de infra-estrutura: as obras de infraestrutura básica são compostas pela implantação e recuperação de estradas vicinais, implantação de sistema de abastecimento de água e energia elétrica, embora em casos pontuais e emergenciais são executados outros tipos de obras. O crédito deste PO destina-se a atender a diversas demandas classificadas em Despesas de Capitais (construção e/ou complementação de estradas vicinais e de sistemas de abastecimento de água, dentre outras) e Despesas Correntes (relativas à elaboração de projetos básicos e executivos além das despesas com deslocamento de servidores e etc).</p> <p>Em nível nacional, o custo unitário médio gasto com famílias para este Plano Orçamentário é estimado em R\$: 9.829,00, podendo este custo sofrer variações de acordo com as regiões e/ou tipo de obra.</p> <p>Gestão ambiental: são realizadas despesas de vistorias em assentamentos com o fim específico de controlar e/ou levantar áreas sob risco potencial ou efetivo de cometimento de ilícitos ambientais ou para supervisionar o uso de recursos naturais; projetos de sistemas alternativos de produção sustentável; e, elaboração e execução dos Planos de Manejo Florestal</p> <p>Supervisão do crédito: O custo médio indicado está baseado na média dos gastos para realização de fiscalização e entrega de crédito instalação nas diversas modalidades.</p> <p>As despesas abrangem o deslocamento de técnicos, objetivando orientar aos assentados como organizar a aplicação do crédito instalação (decidir o que, o quanto e o onde adquirir os produtos; a qualidade e quantidade dos produtos; como escolher os fornecedores, etc.), acompanhar pontualmente o recebimento do material adquirido, fiscalizar a quantidade e a qualidade, bem como acompanhar a construção e reforma de casas financiadas por esta ação.</p> <p>No caso de reforma das casas, além do acima indicado abrange ainda o deslocamento do técnico habilitado para fazer o laudo técnico individual. Para o deslocamento dos servidores as despesas em regra são: diárias, material de consumo, serviço de terceiros/pessoa jurídica e passagem.</p> <p>Demarcação: O valor médio adotado se baseia na NE/Incra/SD/Nº 47, de 20/12/05. A implementação da ação, em caso concreto, varia de acordo com o preço de mercado, dependendo do tamanho da área. Os preços por quilometro de poligonal ou por implantação de vértices, através de sinais de satélites ou por locação de pré-parcelamento variam de acordo com a vegetação, relevo, tamanho da área, número de parcelas e outros fatores. Para cada grau de dificuldade desses fatores (vegetação, relevo, insalubridade, acesso e clima) são atribuídas pontuações que aumentam os preços unitários das medições e demarcações por qualquer desses métodos.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
211B Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Área obtida	hectare	Investimentos	2.285	<p>Para o plano orçamentário Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, pelas modalidades de Desapropriação e Compra e Venda.</p> <p>Nos últimos quatro anos a média de recursos despendidos em R\$/hectare foi de 2.061,51 para este plano orçamentário, pois corrigindo os valores pela iFNP, Informa Economics South America, que publica Relatórios Bimestrais de Análise de Mercado de Terras para todo o Território Nacional teve-se os seguintes valores: 2009 – R\$/ha = 2.497,11; 2010 – R\$/ha = 1.627,04; 2011 – R\$/ha = 1.936,16 e 2012 – R\$/ha = 2.185,75</p> <p>Para o plano orçamentário Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária nos últimos quatro anos a média de recursos despendidos em R\$/hectare foi de 291,95, pois corrigindo os valores pela iFNP, teve-se os seguintes valores nos exercícios de: 2009 – R\$/ha = 185,09; 2010 – R\$/ha = 282,84; 2011 – R\$/ha = 391,37 e 2012 – R\$/ha = 305,70. Salienta-se que o indicador de R\$/hectare para este plano orçamentário não é um bom parâmetro, devido ao fato de serem apenas valores complementares que podem ter uma grande variação, por exemplo, complementação de R\$ 300.000,00 em um imóvel de 30.000 hectares, tem-se R\$ 10,00. Em outro caso, tem-se uma ação judicial que está em vias de execução no valor de R\$ 35.000.000,00 para uma área de 900 hectares, o que importa em valor por hectare de R\$ 38.888,89. Sobre estas decisões, o INCRA não tem controle, pois a Procuradoria Federal Especializada recorre até a última instância, e como temos processos recentes, de dois a três anos, bem como processos de mais de 20 anos, não temos como precisar o valor por hectare.</p>
211C Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009	Área destinada	hectare	Serv. / Invest.	19	<p>O custo unitário da ação está baseado na média histórica de execução através dos convênios com os governos estaduais, bem como pela execução direta.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>51000 Ministério do Esporte</b>					
<b>51101 Ministério do Esporte</b>					
09HW Concessão de Bolsa a Atletas	Bolsa concedida	unidade	Serviços	18.300	Auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de Alto Rendimento, com o objetivo de dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições, investido prioritariamente nos esportes olímpicos e paralímpicos. Limite 2013: R\$ 183.000.000,00 Custo Médio Unitário: R\$ 18.300,00
126V Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor	Instalação esportiva controlada/monitorada	unidade	Serv. / Invest.	856.667	1) Elaboração de Projetos Executivos e Monitoramento do Projeto  Elaboração de Projetos Executivos para melhorias de acessibilidade, conforto e segurança para 62 Estádios de Futebol no Brasil, bem como o acompanhamento da execução. Preço Unitário estimado por Projeto: R\$ 89.516,13.  2) Ações de Segurança nos Estádios  Adequação dos setores destinados às torcidas organizadas nos estádios às medidas de segurança no controle de acesso, estabelecidas no Estatuto do Torcedor. Estima-se que seriam necessários, em média, 6 catracas e 18 câmeras para cada estádio. Projeta-se a adequação de 15 estádios por ano. Preço Unitário estimado por estádio: R\$ 486.666,67. (Memória de cálculo baseada na média obtida pelos preços praticados em Concorrência (ME 02/2010).
14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	Infraestrutura implantada	unidade	Investimentos	266.667	O custo médio de instalações, considerando a grande diversidade das mesmas e suas necessidades próprias, está estimado em R\$ 250.000,00.
14TQ Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Serv. / Invest.	15.151.515	Implantação, modernização e ampliação da infraestrutura necessária para preparação, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por meio da construção, reforma e adequação de instalações esportivas, laboratoriais e de apoio, aquisição de materiais, equipamentos e contratação de serviços. Limite 2013: R\$ 500.000.000,00  Custo Médio Unitário: Para mensuração considera-se que o custo médio é de R\$ 15.151.515,00, o que corresponde a 1% da execução física de cada obra.
14TR Implantação de Espaços Públicos de Esporte e Lazer- Praça do Esporte	Espaço implantado	unidade	Investimentos	1.007.576	Valor com base no Ofício-Circular nº 06/SOF/MP, de 02 de julho de 2012.
20D8 Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	Projeto apoiado	unidade	Serviços	4.093.750	Administração e custeio das despesas necessárias com a preparação, organização, realização e legado dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com preparação de atletas, realização de eventos testes, contratação de serviços especializados de consultoria, apoio as ações de Inteligência e segurança pública, ações de promoção do Brasil no exterior, ação de manutenção de instalações esportivas e despesas diversas com outros serviços necessários. Limite 2013: R\$ 131.000.000,00 Custo Médio Unitário: R\$ 4.093.750,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20DB Apoio à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.527.472	<p>O custo médio estimado considera as despesas com:</p> <p>-Apoio à Gestão - Recursos para contratos administrativos, já em andamento, de apoio aos sistemas de planejamento, monitoramento, tratamento de informações, divulgação e promoção das ações do GECOPA, Câmaras Temáticas e articulações com a FIFA e COL. Contrato HWC (eventos), Contrato Consórcio COPA (repactuação), Contrato Calandra (complementação), Salas de situação (equipamentos).</p> <p>- Parceria para Fortalecimento de Políticas Públicas - Desenvolvimento de parcerias com os Ministérios responsáveis por ações e políticas setoriais visando ao fortalecimento dos legados, tais como: saúde, meio ambiente, turismo, ciência, tecnologia e inovação, novos negócios, empreendedorismo. Descentralização MCT/CNPq, Contrato Administrativo CGEE, Programa 14 BIS.</p> <p>-Apoio à Promoção no Exterior - Apoio às ações de promoção do País no exterior em parceria com EMBRATUR, Apex.</p> <p>-Programa de Voluntariado - Apoio ao o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários, participando na coordenação, monitoramento e fomento dos esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.</p> <p>-Centros de Treinamento - Programa de implantação (legado) dos Centros de Treinamento Esportivo. Realização de Chamada pública visando a continuidade e complementação de infraestrutura dos Centros já selecionados pela FIFA para a Copa 2014.</p>
20JO Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino	Projeto apoiado	unidade	Serviços	453.419	<p>O custo médio estimado considera as seguintes despesas:</p> <p>1) Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino - Apoio a Competições do Futebol Feminino, Plano de Fomento do Futebol Feminino, Estudos sobre a Reestruturação do Futebol Masculino e Ações de Intercâmbios Internacionais de Futebol.</p> <p>2) Apoio à realização de Eventos voltados ao Futebol - Seminário Sulamericano de Segurança no Futebol, Seminário Nacional de Futebol Feminino, Seminário com Gestores do Futebol, Seminário de Capacitação de Árbitros e 4º Seminário Nacional de Torcidas Organizadas e Seminários Regionais, norte e nordeste de torcidas organizadas. Esta última demanda foi definida no 3º Seminário Nacional.</p> <p>3) Cadastro de Torcedores - Cumprir o Art. 2º A do Estatuto do Torcedor, para um total estimado de 500.000 torcedores, como medida imprescindível para o controle de acesso e monitoramento na visão de segurança.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20JP Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	20	<p>O custo médio estimado considera as despesas :</p> <p>Esporte Educacional -----</p> <p>Mais Educação - (Kits Esportivos, Kit Didático e RHs) - em 6.250 escolas, com previsão de atendimento de 1.875.000 beneficiados; Custo unit R\$ 12.411,84. *300 alunos por escola (Kit material esportivo= R\$ 3.392,22; Kit material gráfico= R\$ 19,62; Profissional Ed. Física= R\$ 9.000,00). Previsão do PPA - 15.000 escolas com previsão de atendimento de 3 milhões de beneficiados.</p> <p>Projetos de Esporte Educacional (PST e Especiais)</p> <p>Pagamentos 2ª parcela - Convênios anos anteriores</p> <p>Esporte e Lazer -----</p> <p>Implantações projetos de Esporte e Lazer - 105 núcleos ao custo de R\$ 155.400,00 cada.</p> <p>Eventos Regionais PELC</p> <p>Formação (capacitação) 2ª parcela - Parceria UFMG</p> <p>Esporte e Inclusão Social -----</p> <p>Projetos de Esporte e Inclusão Social - 10 núcleos ao custo de R\$ 700 mil cada.</p> <p>* Capacitação Acompanhamento e Avaliação dos Programas - Projeto UFRGS - Capacitação e monitoramento dos Programas - Parceria UFRGS.</p>
20JQ Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar	Evento apoiado	unidade	Serviços	1.000.000	<p>Custo médio considera a previsão das despesas:</p> <p>Edital Eventos e Competições de Participação e Competições Educacionais</p> <p>Gymnasiade - 6.000.000,00; Universiade - 5.000.000,00; Competições Escolares - 3.000.000,00; Competições Universitárias - 3.000.000,00; Jogos Indígenas - 3.000.000,00.</p>
20JS Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	100.000	<p>Edital Rede SNELIS - Projetos de R\$ 100 mil; 30 projetos.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20YA Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	202.238	Apoio financeiro supletivo para o pagamento e formação de pessoal especializado e de apoio, contratação de serviços, aquisição de material e equipamento técnico-esportivo e de apoio e material administrativo. Apoio à realização de avaliações científicas e de controle de dopagem; à realização e participação em eventos esportivos, cursos, seminários, congressos, conferências, eventos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte, intercâmbios e outros ligados ao desenvolvimento de estudo e da prática do esporte de alto rendimento; e implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos, e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais e esportivos. Promoção e apoio à participação e realização de cursos, seminários, congressos, intercâmbios científicos, tecnológicos e esportivos e outros tipos de processos de transmissão de conhecimento no âmbito do esporte de alto rendimento. Limite 2013: R\$ 135.000.000,00
2494 Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	Etnia beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	6.250	Esporte e Lazer Indígenas - Evento de 2013 beneficiará aproximadamente 16 etnias.
5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	Espaço implantado/modernizado	unidade	Investimentos	257.890	Considerou-se o custo médio de execução de uma quadra coberta da ordem de R\$ 250 mil.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 52000 Ministério da Defesa

### 52101 Ministério da Defesa

20X1 Participação Brasileira em Missões de Paz	Missão realizada	unidade	Serv. / Invest.	107.800.000	<p>Os recursos destinados são empregados no suporte financeiro às atividades de preparação, de emprego e de manutenção do nível operacional dos contingentes, de mobilização em território nacional e do transporte para a Área de Operações e do retorno para o Brasil, com a consequente desmobilização, de forma a garantir a participação Brasileira nas Missões de Paz do Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL).</p> <p>Além disso, provê o suporte financeiro a outras atividades relacionadas a operações de paz, tais como: o preparo de Observadores Militares para atuarem em outras missões sob a égide da ONU ou de outro organismo internacional; participação de representantes do MD em comitês na sede da ONU onde são tratadas as operações de paz, particularmente nas reuniões sobre reembolsos financeiros aos países contribuintes de tropa e de renovação dos mandatos; e a participação de militares do MD e das Forças nos seminários e cursos sobre operações de paz, no Brasil e no estrangeiro, com o propósito de aprimorar a doutrina de operações de paz.</p> <p>Destinação dos recursos orçamentários previstos na Proposta Orçamentária / 2013:  - MINUSTAH: R\$ 228.350.000,00  - UNIFIL: R\$ 93.400.000,00  - Outras participações de militares em Missões de Paz: R\$ 1.650.000,00</p>
20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas	Operação realizada	unidade	Serv. / Invest.	4.612.655	<p>Os recursos destinados são empregados para custear a execução dos exercícios e operações militares conjuntos e/ou combinados planejados e coordenados pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e demais atividades correlatas que visam, dentre outras finalidades, à difusão e ao aperfeiçoamento da Doutrina de Emprego Conjunto e/ou Combinado das Forças Armadas.</p> <p>Destinação dos recursos orçamentários previstos na Proposta Orçamentária / 2013:  a. Operações Conjuntas ou Combinadas – R\$ 30.080.367,00  - Seminários: R\$ 300.000,00  - Planejamentos Estratégicos: R\$ 400.000,00  - Exercício de Simulação AZUVER: R\$ 250.000,00  - Operação Centro-Oeste: R\$ 11.000.000,00  - Operação Atlântico Sul: R\$ 11.000.000,00  - Operação Felino: R\$ 6.000.000,00  - Outras atividades ligadas a Operações Conjuntas: R\$ 1.130.367,00  b. Operações nas Áreas de Fronteira – R\$ 57.560.082,00  - Operações ÁGATA 7, 8 e 9: R\$ 51.000.000,00  - Demais Operações realizadas pelas Forças Singulares (Curare, Porteira Fechada, Bigorna, Fronteira Sul, Cadeado): R\$ 6.560.082,00</p>
6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão	Militar habilitado	unidade	Serviços	1.091	<p>Os recursos da Ação são destinados à contratação de diversos Cursos de Formação Técnico-Profissional, particularmente com empresas do Sistema "S", principais parceiros do Soldado Cidadão. No exercício de 2013 está prevista a habilitação profissional de 11.000 militares que estarão prestando o Serviço Militar, possibilitando a inserção desses jovens no mercado de trabalho, por ocasião do licenciamento e retorno à vida civil.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>52111 Comando da Aeronáutica</b>					
123B Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)	Aeronave desenvolvida	percentual de execução física	Investimentos	50.000.000	Desenvolvimento de um Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, bem como sua versão de reabastecedor aéreo (Projeto KC-X), a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira. Este projeto tem por objetivo a substituição, a partir de 2016, das aeronaves Lockheed C-130H Hércules da FAB, que executam as missões de Transporte Aéreo de tropa, de carga e de reabastecimento em voo. A aeronave, na sua versão civil, atenderá a necessidade de transporte de carga das empresas aéreas comerciais nacionais.
13D8 Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Aeronáutica	Unidade habitacional adquirida/construída	unidade	Investimentos	350.000	Aquisição / Construção de Próprios Nacionais Residenciais para o efetivo da Aeronáutica, lotado nas diversas localidades do país.
14T2 Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa	Artilharia antiaérea implantada	unidade	Investimentos	5.000.000	Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa em Pontos Estratégicos do Comando da Aeronáutica.
14T3 Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA	Sistema desenvolvido	unidade	Investimentos	8.750.000	Transformação do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) a fim de atender às diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa (END).
14VX Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - CIAAR em Lagoa Santa - MG	Centro implantado	percentual de execução física	Investimentos	3.200.000	Dar continuidade à implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) em Lagoa Santa - MG, que passará a ser um dos pólos de formação do Sistema de Ensino da Aeronáutica, atendendo a demanda de Oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB).
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	400	Atender despesas obrigatórias com Assistência médica, hospitalar, odontológica e exames periódicos dos Militares, Servidores, Empregados, Ex-Combatentes, Dependentes e Pensionistas.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.418	Atender despesas obrigatórias com o fornecimento de alimentação aos militares por meio de Rancho organizado e com o pagamento de Auxílio-Alimentação.
2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico	Aeronave disponibilizada	unidade	Serv. / Invest.	2.040.000	Manutenção das aeronaves e recuperação da frota que está sem condições de voo devido à falta de manutenção, com aumento da disponibilidade de aeronaves em operação, por meio da aquisição de equipamentos, suprimentos e publicações técnicas, bem como a contratação de serviços, com a finalidade de garantir a operacionalidade e a segurança de voo.
201H Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	Aeronave modernizada/revitalizada	unidade	Investimentos	66.137.000	Desenvolvimento e aquisição de equipamentos e sensores para a linha de modernização de aeronaves, bem como honrar compromissos contratuais celebrados com fornecedores no país e no exterior, dos projetos de modernização das Aeronaves Northrop F-5E Tiger II (F-5), Embraer AMX (A-1), Lockheed P-3 Orion (P-3 BR), Embraer EMB-110 Bandeirante (C-95) e Eurocopter Ecureuil (H-50)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XA Aprestamento da Aeronáutica	Organização militar mantida	unidade	Serv. / Invest.	226.000	Capacitação Técnico-Profissional do efetivo da Força Aérea Brasileira por meio de treinamento operacional, através de Manutenção das instalações e equipamentos dos estandes de emprego (tiro) e campo de provas, bem como dos simuladores de voo destinados ao treinamento inicial e periódico dos pilotos de aeronaves Embraer EMB-314 Super Tucano (A-29), Embraer AMX (A-1), Embraer EMB-312 Tucano (T-27), Northrop F-5E Tiger II (F-5), Casa C-295 (C105), Mil Mi-35 Hind (AH-2) e Lockheed P-3 Orion (P-3BR). Aquisição de armamento e munição necessários ao emprego da Força, incluindo-se materiais, serviços, equipamentos e logística associada, assim como recuperar a Reserva de Guerra. Aquisição de materiais, equipamentos e logística necessários ao atendimento médico-hospitalar, transporte terrestre, atividades de Intendência e provimento de fardamento reembolsável voltados à operacionalidade da Força Aérea.
20XB Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial	Setor aeroespacial adequado	unidade	Serv. / Invest.	1.423.000	Funcionamento, fomento e coordenação dos órgãos que promovem a pesquisa, a capacitação e o desenvolvimento, bem como do complexo industrial aeroespacial brasileiro, abrangendo as áreas Aeronáutica, Espacial e de Defesa.
2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	unidade	Serviços	1.930	Atender despesas obrigatórias com o provimento de fardamentos necessários aos militares e ao pagamento do Auxílio-Fardamento.
2868 Combustíveis e Lubrificantes de Aviação	Combustível adquirido	metro cúbico	Serv. / Invest.	2.365	Aquisição, transporte e armazenamento de combustíveis e lubrificantes para aeronaves, bem como a manutenção dos equipamentos utilizados nos reabastecimentos.
2916 Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica	Militar adestrado	unidade	Serv. / Invest.	4.500	Capacitação Técnico-Profissional e o adestramento do efetivo da Força Aérea Brasileira por meio de treinamento operacional.
8969 Aquisição de Aeronaves	Aeronave militar adquirida	unidade	Investimentos	21.000.000	Aquisição de aeronaves e de logística associada, dos Projetos Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT), Sikorsky UH-60 Black Hawk (CH-60) e Mil Mi-35 Hind (AH-2).

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>52121 Comando do Exército</b>					
11UB Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto	Aquartelamento construído	percentual de execução física	Serv. / Invest.	40.000.000	<p>- Recursos necessários para a finalização das obras, em andamento, para implantação das instalações do Comando Militar do Planalto, 11ª Região Militar e Secretaria de Economia e Finanças.</p> <p>- Recursos para aquisição de equipamentos e materiais necessários; e</p> <p>- Serviços contratados para a transferência dos referidos aquartelamentos da Esplanada dos Ministérios para o Setor Militar Urbano.</p>
13DB Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea	Equipamento obtido	unidade	Serv. / Invest.	818.182	<p>Obter capacidade para a realização da Defesa Antiaérea das principais Estruturas Estratégicas Terrestres do país, na elaboração/revisão de todos os requisitos relacionados ao Sistema Operacional Defesa Antiaérea, bem como a definição e preparação da estratégia de aquisição. Atuar nas áreas operacionais, técnica, logística e industrial, possibilitando a correta definição do sistema, bem como a sua eficiente utilização durante todo o seu ciclo de vida. Para o ano de 2013, o projeto visualiza a execução de todo o processo de aquisição da 1ª fase, abordando Sistema de Mísseis Telecomandados para a Baixa Altura (3.000m).</p>
147F Implantação do Sistema de Defesa Cibernética	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	2.500.000	<p>Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) foi criado em agosto de 2010, restringindo-se, inicialmente, a um núcleo destinado a elaboração e execução dos 10 ( dez) projetos do setor cibernético, dentre os quais destaca-se o destinado a conceber e implantar sua própria estrutura organizacional. Foi empregado em proveito do Ministério da Defesa na Conferência das Nações Unidas para a Sustentabilidade, Rio+20, com as ações do Destacamento de Defesa Cibernética integrado por especialistas da Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência e Agência Nacional de Telecomunicações, entre outros, na cidade do Rio de Janeiro. Em 2013, o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) deverá prosseguir gerenciando os dez projetos, cujo término está previsto para 2014, e continuar sua preparação para atuação nos grandes eventos a serem realizados no Brasil, quais sejam, da Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.</p>
14LW Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	11.250.000	<p>O projeto Astros 2020 fornece um Produto Estratégico de Defesa (PED) com elevada capacidade de dissuasão. É uma solução 100% brasileira, com total independência tecnológica e propriedade intelectual do Exército Brasileiro com relação ao míssil e foguete guiado.</p> <p>O projeto tem, entre seus objetivos, equipar a Força Terrestre com mísseis de longo alcance (300 quilômetros) e foguetes guiados, com avançado nível de tecnologia e elevada eficiência operacional. O desenvolvimento desse tipo de armamento vai representar uma oportunidade de adquirir conhecimentos que poucos países detêm.</p> <p>Desenvolvimento do míssil AV-TM 300, Desenvolvimento do foguete guiado AV-SS40G, Modernização do 6º GLMF para o padrão MK-6, Aquisição de viaturas e simuladores para o novo grupo de mísseis e foguetes, Suporte logístico integrado, Gestão de projetos, Construções de instalações incluindo PNR.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14T4 Aquisição de Blindados Guarani	Viatura adquirida	unidade	Investimentos	2.368.421	<p>O Projeto Viatura Blindada de Transporte de Pessoal GUARANI é fruto de trabalho conjunto desenvolvido pelo Sistema de Ciência e Tecnologia do Exército e pelo consórcio FIAT-IVECO, atendendo aos rigorosos requisitos operacionais impostos pela doutrina militar da Força Terrestre. O projeto, de tecnologia nacional, representa a retomada do desenvolvimento e fabricação de viaturas blindadas pela indústria nacional. Até o momento, já foram executados: a avaliação do protótipo; produção de 16 (dezesesseis) viaturas do lote-piloto; aquisição de 86 (oitenta e seis) viaturas do lote de experimentação doutrinária; aquisição da Torre REMAX, de produção nacional, para as viaturas do lote de experimentação doutrinária; desenvolvimento do sistema de Comando e Controle; nacionalização da munição para o canhão 30 mm; capacitação de RH para a operação da viatura; obras de adequação; e iniciação do projeto da Subfamília Leve. No ano de 2013, estão previstos: a produção das viaturas do lote de experimentação doutrinária; início do desenvolvimento das demais versões da Subfamília Média; aquisição e integração do Sistema de Comando e Controle; nacionalização da munição para o canhão 30 mm; obras de adequação; e continuação das ações de capacitação de RH.</p> <p>No subprojeto Comando e Controle: serão empregados recursos na gestão do projeto pelo Departamento de Ciência e Tecnologia;</p> <p>No subprojeto Simulação: serão empregados recursos no Comando de Operações Terrestres a fim de viabilizar a simulação;</p> <p>No subprojeto Recursos Humanos: serão empregados recursos na capacitação de pessoal do Estado-Maior do Exército;</p> <p>No subprojeto P&amp;D - Desenvolvimento da VBR: serão empregados recursos no Comando Logístico para viabilizar o Suporte Logístico Integrado (SLI);</p> <p>No subprojeto Infraestrutura: serão empregados recursos no Departamento de Engenharia e Construção para viabilizar as obras de adequação da infraestrutura necessária ao acolhimento das viaturas;</p> <p>No subprojeto Nacionalização da Munição: serão empregados recursos no Comando Logístico a fim de viabilizar o projeto;</p> <p>No subprojeto Comando e Controle: serão empregados recursos na aquisição de meios pelo Departamento de Ciência e Tecnologia;</p>
14T5 Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	Sistema implantado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	200.000.000	<p>O Projeto SISFRON possibilitará a obtenção de novas capacidades de sensoriamento, análise e processamento das informações, cooperação interagências, logística, infraestrutura, pronta resposta operacional e comando e controle desde a fronteira até Brasília e contribuirá para o desenvolvimento sustentável da indústria nacional, em particular na indústria de defesa, por meio de transferência de tecnologia, da dualidade de produtos, da diversificação da pauta de exportações, de produção no território nacional e da geração de empregos e renda. O Projeto SISFRON está orçado em R\$ 11,9 bilhões de reais e está previsto para ser implantado no prazo de 10 anos, iniciando pelo Projeto Piloto, cuja previsão de implantação é até dezembro de 2013. O projeto foi contemplado, no orçamento de 2012, com R\$ 205 milhões de reais, empregados, prioritariamente, no Projeto Piloto. O recebimento definitivo do Projeto Básico do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, possibilitou o início do processo licitatório para contratação da implantação do Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão para a fase Piloto do SISFRON. O Projeto Piloto será realizado no Comando Militar do Oeste, na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Para 2013 estão previstas, dentre outras atividades, o prosseguimento da implantação do Projeto de Sensoriamento e Apoio à Decisão do Projeto SISFRON, nas áreas da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, 17ª Brigada de Infantaria de Selva e 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, bem como a continuidade da implantação e a ampliação do Projeto Piloto para o restante da área do CMO, abrangendo também o Estado do Mato Grosso.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14T6 Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)	Sistema implantado	unidades por ano	Investimentos	44.000.000	Os recursos destinam-se a:  - implantação do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (CCOTI), orçado em R\$ 23.000.000,00, para a proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres com a coordenação integrada das operações interagências, para ações de garantia da lei e da ordem com medidas de apoio à Defesa Civil e ao controle de danos, para garantia de votação e apuração, dentre outras ações subsidiárias, num ambiente de cooperação interagências que seja permanente, constante; não mais reativo e episódico, quando da ocorrência de crises, criando procedimentos operacionais padronizados, construindo laços de confiança mútua;  - implantação dos sistemas operacionais e do sistema logístico integrado no valor de R\$ 21.000.000,00, para a capacitação das tropas a serem empregadas na proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres com prioridade para as situadas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo (UHE de Ilha Solteira, Terminal de São Sebastião, Subestação de Bauru e de Ibiúna, Terminal de Cabiúna, REPLAN, REDUC e Usinas Nucleares de Angra dos Reis), ampliando também capacidades do Exército Brasileiro para atuar na proteção da sociedade nas ações de garantia da lei e da ordem com medidas de apoio à Defesa Civil e ao controle de danos, na garantia de votação e apuração, dentre outras ações subsidiárias, num ambiente de cooperação interagências.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	532	A ação tem por finalidade conceder aos servidores e empregados, militares, ativos e inativos, ex-combatentes, dependentes e pensionistas, no âmbito do Comando do Exército (UO 52121 - Comando do Exército), os benefícios de assistência médico-hospitalar e odontológica e exames médicos periódicos dos servidores civis. A concessão dos benefícios é realizada por meio da contratação de serviços terceirizados e pelas Organizações Militares de Saúde do Exército, mediante a aquisição de insumos, reagentes, equipamentos médicos, outros materiais permanentes e de consumo.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	877	A ação destina-se à concessão do benefício de assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.112	A ação destina-se à concessão do benefício de auxílio transporte aos servidores civis, empregados e militares.
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.767	A ação destina-se à concessão do benefício de auxílio alimentação aos servidores civis, empregados e militares.
20PY Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército	Organização militar adequada/construída	unidade	Serv. / Invest.	1.015.625	Adequar e manter as instalações militares do Exército de modo a garantir a capacidade operacional mínima necessária para emprego.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XE Sistemas de Comando e Controle do Exército	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	460.429	<p>-Atender 360 OM, em logística de MEM classe VII, manutenção e suprimento de comunicações estratégica, guerra eletrônica e informática;</p> <p>- Mnt e Sup dos Sistemas de Informática, comunicações e eletrônica do Exército Brasileiro.</p> <p>-Dotar o Exército Brasileiro dos seguintes sistemas: Sistema Estratégico de Comunicações (SEC), Sistema Tático de Comunicações (SISTAC), Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica (SEGE), Sistema Tático de Guerra Eletrônica (SITAGE), Sistema de Imagens e Informações Geográficas (SIMAGEx), Sistema de Informações Organizacionais do Exército (SINFORGE), Sistema de Informações Operacionais (SIOp), Sistema de Informática do Exército (SINFEX); integrar os sistemas afins e prover a segurança das informações a esses sistemas.</p> <p>- Elaborar 400 (quatrocentos) produtos cartográficos;</p> <p>-Elaborar a base cartográfica digital contínua dos estados do Amapá, Acre, Tocantins e Bahia;</p> <p>- Manter as Seções de Imagens e Informações Geográficas dos Grandes Comandos Militares, visando à Atividade de Inteligência.</p> <p>- Desenvolvimento de sistemas de uso corporativo em ações de apoio ou finalísticas para o Exército Brasileiro.</p>
20XF Implantação de Organizações Militares do Exército	Organização militar instalada	unidade	Investimentos	3.333.333	<p>Destina-se a aquisição de material de emprego militar constante do plano de equipamento da estratégia braço forte, proporcionando melhores condições de preparo e emprego nas atividades operacionais.</p> <p>PO 11U1</p> <p>DESTINA-SE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR CONSTANTE DO PLANO DE EQUIPAMENTO DA ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE PREPARO E EMPREGO DA 11ª BDA INF L NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.</p> <p>PO 11U2</p> <p>DESTINA-SE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR CONSTANTE DO PLANO DE EQUIPAMENTO DA ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE PREPARO E EMPREGO DA BDA OP ESP EM TODA ÁREA TERRITORIAL DO PAÍS.</p> <p>PO 11U9</p> <p>DESTINA-SE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR CONSTANTE DO PLANO DE EQUIPAMENTO DA ESTRATÉGIA BRAÇO FORTE, PROPORCIONANDO MELHORES CONDIÇÕES DE PREPARO E EMPREGO DA 2ª BDA INF SL NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XG Aquisição e Modernização de Meios do Exército	Meio obtido/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	32.067	<p>Os recursos aprovados para a atividade aquisição e modernização do Exército, efetivamente recebidos, tem permitido dotar a força terrestre com meios terrestres em suas necessidades mínimas anuais. A presente proposta pretende dar continuidade à obtenção desses meios e que não podem ser interrompidos a fim de evitar prejuízos no cumprimento das metas de operacionalidade e o cumprimento das missões constitucionais da força terrestre.</p> <p>PO 4 - Grupo 3, valor total r\$ 1.401.426,65</p> <p>Adm das importações no Brasil Adm das importações no exterior Modernização e recuperação de viatura MB 1418 Adm das importações no Brasil (CAADEx) Adm das importações no exterior (CAADEx)</p> <p>PO 4 - Grupo 4, valor total r\$ 20.865.841,35</p> <p>Aquisição de Ônibus tipo PE Aquisição de Viaturas 5 Ton Aquisição de Viaturas 3/4 Ton Aquisição de Viaturas Táctica Leve (VTL) Aquisição de Motocicletas Harley Davidson Aquisição de Viaturas Transporte de Presos Aquisição lote piloto da Viatura Chivunk Aquisição de Reboques Transformação de Postos Abastecimento (Aqs de Módulos de Abastecimento) Aquisição de Cozinhas de Campanha Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de eletricidade CECMA Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de estrutura CECMA Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de propulsão CECMA Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de usinagem CECMA Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de viatura CECMA Aquisição de Conjunto de ferramental para mobiliar seção de marcenaria CECMA Barracas tipo canadense de 16 praças Aquisição de Kits Posto de Bloqueio e Controle de Estradas/Garantia da Lei e da Ordem Aquisição de Páraquedas T-10B Aquisição de Páraquedas MC1-1C Aquisição de Páraquedas T-10R Aquisição de Velame Principal Modelo Katana 120 Aquisição de Velame Principal Modelo Katana 135 Aquisição de Velame Principal Modelo Zero 265 Aquisição de Velame Principal Modelo Zero 295 Aquisição de Equipamento Modelo Student Vector SE Aquisição de Velame Principal Modelo Navigator 280 Aquisição de Dispositivo de Abertura Automática Modelo Cypres 2 Student Aquisição de Velame Reserva Modelo PD Optimum 253 R Aquisição de Altimetro Visual Digital Aquisição de Porta Altimetro Elástico de Pulso Aquisição de Dispositivo de Abertura Automática Modelo Cypres 2 Student Aquisição de um Posto de Triagem de Saúde de Campanha (P TRIG) Personnel Detection Device (CAADEx) Wireless Target System (four per vehicles with optionals) (CAADEx) Kit Laser Reflectors (with five prisms) (CAADEx) Viatura Cabine Dupla 4X4 (CAADEx)</p> <p>PO 5 - Grupo 3, valor total r\$ 35.600.000</p> <p>Transporte de VBC OAP M 109</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>Manutenção de VBC OAP M 109  Revitalização (Manutenção) do Cascavel - Projeto Fênix  Revitalização M 113 B (Pagamento de contrato)  Subprojeto Leopard e Sistema de Logística Integrada (SLI) Leopard (Pagamento de contrato)  Manutenção do VBCCC M 60 A3TTS (Contratação de serviços)</p> <p>PO 5 - Grupo 4, valor total r\$ 5.060.000</p> <p>Modernização VBTP M 113 B (Pagamento do contrato junto ao USG)  Manutenção do VBCCC M 60 A3TTS (Aqs de viaturas e equipamentos)</p> <p>PO 6 - Grupo 4, valor total r\$ 1.800.000</p> <p>Aquisição de Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) Urutu</p> <p>PO 7 - Grupo 3, valor total r\$ 1.252.895,35</p> <p>Instrução de conversão das Mtr .50 para o sistema QCB  Adm das importações no Brasil  Adm das importações no exterior</p> <p>PO 7 - Grupo 4, valor total r\$ 5.750.000,00</p> <p>Kits de conversão QCB para Metralhadora .50 M2 HB Browning  Cano sobressalente QCB  Alça do cano sobressalente  Ferramental de conversão para QCB  Aquisição de fuzil Snipers  Aquisição de equipamentos de pontaria AGLS  Aquisição de Monóculos de Visão Noturna  Aquisição de Lunetas panorâmicas</p> <p>PO 9 - Grupo 3, valor total r\$ 1.318.601,64</p> <p>Reforma completa da rampa de recolhimento do CECMA  Adm das importações no Brasil  Adm das importações no exterior</p> <p>PO 9 - Grupo 4, valor total r\$ 17.664.560,36</p> <p>Aquisição de Balsa logística (Ferryboat)  Aquisição de Lancha de Patrulha de Rio (LPR)  Aquisição de passareira fixa IAB</p> <p>PO 10- Grupo 3, valor total r\$ 916.417,10</p> <p>Adm das importações no Brasil  Adm das importações no exterior</p> <p>PO 10- Grupo 4, valor total r\$ 8.831.610,00</p> <p>Aquisição de Rádio Falcon III - SPR  Aquisição de Rádio Falcon III - 7800 P  Aquisição de Rádio MPR 9600 V  Aquisição de Rádio Falcon III - SPR  Aquisição de Rádio Falcon III - 7800 P  Aquisição de Rádio Falcon III - 7800 V  Aquisição de Rádio MPR 9600 V  Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) categoria zero</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XH Ações de Cooperação do Exército	Cooperação realizada	unidade	Serv. / Invest.	36.666.668	<p>Realização de Obras de Cooperação com outros Entes da Administração Pública</p> <p>Convênio com Prefeitura de Araguari ..... R\$ 6.000.000,00</p> <p>Convênio com Estado de SC..... R\$ 6.000.000,00</p> <p>Convênio de Pequena Monta..... R\$ 98.000.000,00 (Convênios com Aeroporto de Guarulhos e previsão para que novos convênios possam ser realizados ao longo do Exercício Orçamentário.)</p>
20XJ Desenvolvimento Tecnológico do Exército	Pesquisa realizada	unidade	Serv. / Invest.	192.500	<p>-Produção, revitalização e desenvolvimento de diversos itens de PRODE (Produto de Defesa) a fim de concluir o Programa Interno de Trabalho Anual e garantir o trabalho desenvolvido pelos Arsenais de Guerra. justifica-se também pela necessidade estratégica de evitar a desmobilização, a perda do capital intelectual neles existentes e atender as demandas de produção colocadas pelos outros ODS;</p> <p>-Atender despesas com material de consumo, prestação de serviços, deslocamentos de servidores civis e militares, suprimentos de informática e outros de insumos, para a execução dos Projetos e Pesquisas na Área de Defesa e para o paio à infraestrutura laboratorial, bem como a manutenção e a conservação da infraestrutura do complexo Tecnológico de Guaratiba;</p> <p>-Atender despesas com máquinas, equipamentos e diversos materiais permanentes, para a execução dos Projetos e Pesquisas na área de Defesa e para a ampliação da infraestrutura laboratorial, bem como a melhoria da infraestrutura do Complexo Tecnológico de Guaratiba.</p> <p>-Assegurar em 2013 a disponibilidade de 10 produtos de defesa de alta confiabilidade para o Exército por meio de avaliações técnicas e operacionais.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XK Logística Militar Terrestre	Organização militar atendida	unidades por ano	Serv. / Invest.	568.423	<p>Plano Orçamentário Transporte Logístico da Força Terrestre:</p> <p>MEMÓRIA DE CÁLCULO:</p> <p>A) Transporte de Animais:  ND 30: 200an x R\$600,00 = 120.000,00  ND 39: 200an x R\$400,00 = 80.000,00  TOTAL R\$ 200.000,00</p> <p>B) Transporte de Carga:  ND 30: 20.000t x R\$176,30 = 3.526.000,00  ND 39: 20.000t x R\$288,15 = 5.763.000,00  TOTAL R\$ 9.289.000,00</p> <p>C) Transporte de Pessoal:  ND 15: 1.390.000,00  ND 33.01: 625 pes x R\$320,00 = 200.000,00  ND 33.03: 250 Loc x R\$400,00 = 100.000,00  TOTAL R\$ 300.000,00</p> <p>D) Informática:  ND 30.17 = 10.000,00  ND 39.95 = 15.903,00  TOTAL R\$ 25.903,00  TOTAL GND 3: R\$ 11.204.903,00</p> <p>E) Investimentos:  ND 52.00: 500 Un x R\$ 3.000,00 = 1.500.000,00  Informática: ND 52.35: 50 Un x R\$ 2.000,00 = 100.000,00  TOTAL GND 4: R\$ 1.600.000,00</p> <p>Plano Orçamentário Obtenção de Munição  Atender demandas com aquisição de munições para o preparo e o emprego do EB no ano de 2013 bem como a manutenção de instalações para estocagem.</p> <p>Aquisição de Munições dos diversos calibres incluindo calibres pequenos, Granadas diversas e Mísseis:  - Munição – R\$ 51.723.052,00  - Diárias e passagens – R\$ 100.000,00  - Manutenção Paióis – R\$ 5.602.452,00  - serviços de publicações de editais: R\$ 10.000,00  - Materiais e equipamentos para paióis: R\$ 1.743.269,00  Meta Física:  munição para armamento leve: 18.167.570  munição para armamento pesado: 36.177  foguetes, explosivos e granadas: 43.359  TOTAL: 18.247.106</p> <p>Plano Orçamentário Logística de Subsistência, Veterinária e Agrícola  Logística de Subsistência  Aplicação para manutenção dos armazéns de gêneros alimentícios e ao Programa de Auditoria de Segurança Alimentar.  Memória de cálculo:  7,866% do valor destinado na ação 2865.  Valor Geral: R\$ 23.756.459,00</p> <p>- Logística de Veterinária e Agrícola  Aplicação para Efetivo animal.  Memória de cálculo:  Quantidade de animais autorizada no Exército: 2.105.  Custo médio de gasto com animais: R\$ 5.292,50.  Quantidade de animais autorizados no Exército: R\$ 2.105,00.  Manutenção dos locais de guarda de animais e manuseio de ração animal:  R\$ 1.408.734,00.  Aquisição de equipamentos para o manuseio e/ou tratamento de animais:  R\$ 500.000,00.  Total Geral: R\$ 11.729.374,00</p> <p>Plano Orçamentário Logística de Material de Intendência  Aplicação em material de intendência.  Memória de cálculo:  Custo médio do gasto com equipamentos para o adestramento de um</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>homem: R\$ 7.278,00.  Efetivo a ser adestrado: 150.800 militares.  Gasto médio para o ano de 2013: R\$ 171,00 (por militar).  Total Geral: R\$ 25.726.033,00</p> <p>Logística de Material de Aviação  FARDAMENTO:</p> <p>ND 3.3.90.30: R\$ 332.500,00  AVIACAO DO EXERCITO:UNIFORMES PARA AERONAVEGANTES = R\$ 266.000,00.</p> <p>ATIVIDADES DE ENSINO</p> <p>ND 3.3.90.39: R\$ 180.640,00  SERVICOS DE APOIO AO ENSINO = R\$ 180.640,00</p> <p>COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA A AVIACAO DO EXERCITO</p> <p>ND 3.3.90.30 R\$ 8.695.516,00</p> <p>01.COMBUSTIVEL DE AVIACAO (QAV-1) PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO PANTERA. 3.200 HV X 614,33 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 3.597.516,48  02.COMBUSTIVEL DE AVIACAO (QAV-1) PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO ESQUILO/FENNEC: 3.200 HV X 307,16 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 1.798.728,96  03.COMBUSTIVEL DE AVIACAO (QAV-1) PARA UM ESFORCO AEREO DE 800 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO COUGAR: 800 HV X 1.151,87 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 1.686.337,68  04.COMBUSTIVEL DE AVIACAO (QAV-1) PARA UM ESFORCO AEREO DE 400 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO BLACK HAWK: 400 HV X 1.055,88 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 772.904,16  05.COMBUSTIVEL DE AVIACAO (QAV-1) PARA HELICOPTERO EC 725 – SUPER COUGAR: 100 HV X 1.151,87 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 210.792,21  06.OLEO LUBRIFICANTE DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO PANTERA: 3.200 HV X 24,57 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 143.881,92  07.OLEO LUBRIFICANTE DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO ESQUILO/FENNEC: 3.200 HV X 12,29 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 71.970,24  08.OLEO LUBRIFICANTE DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 800 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO COUGAR: 800 HV X 46,07 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 67.446,48  09.OLEO LUBRIFICANTE DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 400 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO BLACK HAWK: 400 HV X 52,79 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 38.642,28  10. OLEO LUBRIFICANTE DE AVIACAO PARA HELICOPTERO EC 725 – SUPER COUGAR: 100 HV X 46,07 LITROS/HORA X R\$ 1,83 = R\$ 8.430,81  11.LUBRIFICANTES DE AVIACAO - ORGANIZACAO MILITAR APOIADA = R\$ 294.140,00  12.LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS PARA VIATURAS DE APOIO DE SOLO - ORGANIZACAO MILITAR APOIADA = R\$ 4.724,78</p> <p>MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MEIOS</p> <p>EFEITO CAUSADO PELA NÃO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS SOLICITADOS  A NÃO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS SOLICITADOS TERÁ, COMO PRINCIPAIS EFEITOS NÃO ESTARÃO ASSEGURADOS A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADEQUADAS PARA EMPREGO DA TROPA EM:  - MISSÕES OPERACIONAIS, INCLUSIVE DE PAZ;  - OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, TAIS COMO APOIO À REALIZAÇÃO DE PLEITOS ELEITORAIS E MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA;  - ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO NA DEFESA CIVIL, EM CASO DE</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>NECESSIDADE OU CALAMIDADE PÚBLICA;  - ATUAÇÃO CONTRA DELITOS TRANSFRONTEIROS E AMBIENTAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA;  TOTAL PARA A AVIACAO DO EXERCITO = R\$ 49.344.047,00</p> <p>A.ND 3.3.90.15:  DESPESAS COM HOSPEDAGENS PARA SUPERVISAO DE CONTRATOS, CERTIFICACAO DE EMPRESAS E EVENTOS = R\$ 174.135,00</p> <p>B. ND 3.3.90.30: R\$ 25.653.436,00</p> <p>01.SUPRIMENTO DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO PANTERA: 3.200 HV X US\$ 1.130,86 X R\$ 1,83 = R\$ 6.622.316,16</p> <p>02.SUPRIMENTO DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO ESQUILO/FENNEC: 3.200 HV X US\$ 385,83 X R\$ 1,83 = R\$ 2.259.420,48</p> <p>03.SUPRIMENTO DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 800 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO COUGAR: 800 HV X US\$ 2.943,23 X R\$ 1,83 = R\$ 4.308.888,72</p> <p>04.SUPRIMENTO DE AVIACAO PARA UM ESFORCO AEREO DE 400 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO BLACK HAWK COM DOCUMENTACAO TECNICA: 400 HV X US\$ 3.525,92 X R\$ 1,83 = R\$ 2.580.973,44</p> <p>05.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "C" (12 ANOS) EM 05 HELICOPTEROS AS 365 K - PANTERA: US\$ 256.217,88 X 5 X R\$ 1,83 = R\$ 2.344.393,60</p> <p>06.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "A" EM 03 HELICOPTEROS AS 365 K - PANTERA: US\$ 3.194,58 X 3 X R\$ 1,83 = R\$ 17.538,24</p> <p>07.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "C" (12 ANOS) EM 04 HELICOPTEROS HB 350 L1 - ESQUILO: US\$ 86.362,39 X 4 X R\$ 1,83 = R\$ 632.172,69</p> <p>08.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "1A" EM 02 HELICOPTEROS HB 350 L1 - ESQUILO: US\$ 71.688,84 X 2 X R\$ 1,83 = R\$ 262.381,15</p> <p>09.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "2A" EM 01 HELICOPTEROS HB 350 L1 - ESQUILO: US\$ 71.688,84 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 131.190,58</p> <p>10.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "A" EM 04 HELICOPTEROS HM 3 - COUGAR: US\$ 8.419,33 X 4 X R\$ 1,83 = R\$ 61.629,50</p> <p>11.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "G" 12 ANOS EM 02 HELICOPTEROS HM 3 - COUGAR: US\$ 57.049,18 X 2 X R\$ 1,83 = R\$ 208.800,00</p> <p>12.SUPRIMENTOS PARA MANUTENCAO DE MOTORES E MODULOS HELICOPTERO ESQUILO: US\$ 298.377,42 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 546.030,68</p> <p>12. SUPRIMENTOS MANUTENCAO CORRETIVA POR ACIDENTE E INCIDENTE HELICOPTERO ESQUILO: US\$ 16.421,66 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 30.051,64</p> <p>13. SUPRIMENTOS PARA MANUTENCAO DE MOTORES E MODULOS HELICOPTERO PANTERA: US\$ 153.748,39 X 11 X R\$ 1,83 = R\$ 3.094.955,09</p> <p>14.SUPRIMENTOS PARA OFICINAS DE MANUTENCAO DE AVIACAO = R\$ 49.585,00</p> <p>18.SUPRIMENTOS PARA MANUTENCAO DE MATERIAL ELETRICO, ELETRONICO E AVIONICO = R\$ 610.500,00</p> <p>19.SUPRIMENTOS GERAL DE AVIACAO = R\$ 1.298.845,10</p> <p>20.SUPRIMENTOS PARA OS SERVICOS DE MANUTENCAO EM 02 HELICOPTERO BLACK HAWK: US\$ 61.431,40 X 2 X R\$ 1,83 = R\$ 224.838,92</p> <p>22.FERRAMENTAS PARA OFICINAS DE MANUTENCAO DE AVIACAO = R\$ 71.925,00</p> <p>25.MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA DE AERONAVEGANTES = R\$ 297.000,00</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>C. ND 3.3.90.33: PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO PARA SUPERVIAO DE CONTRATOS, CERTIFICACAO DE EMPRESAS E EVENTOS = R\$ R\$ 140.250,00</p> <p>D. ND 3.3.90.39: R\$ 21.946.226,00 01.SERVICO PARA MANUTENCAO ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO PANTERA: 3.200 HV X US\$ 609,07 X R\$ 1,83 = R\$ 3.566.713,92 02. SERVICO PARA MANUTENCAO ESFORCO AEREO DE 3.200 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO ESQUILO/FENNEC: 3.200 HV X US\$ 251,37 X R\$ 1,83 = R\$ 1.472.022,72 03. SERVICO PARA MANUTENCAO ESFORCO AEREO DE 800 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO COUGAR: 800 HV X US\$ 414,12 X R\$ 1,83 = R\$ 606.271,68 04. SERVICO PARA MANUTENCAO ESFORCO AEREO DE 400 HORAS DE VOO DO HELICOPTERO BLACK HAWK: 400 HV X US\$ 661,79 X R\$ 1,83 = R\$ 484.430,28 05.INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "C" (12 ANOS) EM 05 HELICOPTERO AS 365 K - PANTERA: US\$ 247.728,14 X 5 X R\$ 1,83 = R\$ 2.266.712,48 06.INSPECOES CALENDARICAS DE CELULA TIPO "C" (12 ANOS) EM 04 HELICOPTEROS ESQUILO: US\$ 160.486,54 X 4 X R\$ 1,83 = R\$ 1.174.761,47 07.SERVICO MANUTENCAO CALENDARICA DE MOTORES E MODULOS HELICOPTERO ESQUILO: US\$ 63.647,17 X 3 X R\$ 1,83 = R\$ 349.422,96 08.SERVICO MANUTENCAO CORRETIVA POR ACIDENTE E INCIDENTE HELICOPTERO ESQUILO : US\$ 60.187,83 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 110.143,73 09.SERVICO ATUALIZACAO DOCUMENTACAO TECNICA HELICOPTERO ESQUILO: US\$ 96.708,00 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 176.975,64 10.SERVICO MANUTENCAO CALENDARICA MOTORES E MODULOS HELICOPTERO PANTERA: US\$ 24.056,24 X 2 X R\$ 1,83 = R\$ 88.045,84 11.SERVICO DE ATUALIZACAO DOCUMENTACAO TECNICA DO HELICOPTERO PANTERA: US\$ 265.670,88 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 486.177,71 12.SERVICO ATUALIZACAO DOCUMENTACAO TECNICA HELICOPTERO COUGAR: US\$ 103.842,23 X 1 X R\$ 1,83 = R\$ 190.031,28 13.SERVICO MANUTENCAO CONTRATUAL DO HELICOPTERO BLACK HAWK: US\$ 1.641.325,44 X R\$ 1,83 = R\$ 3.003.625,56 14.SERVICO MANUTENCAO DO SISTEMA RECEPCAO E TRANSMISSAO IMAGENS OLHO DA AGUIA = R\$ 150.000,00 15.SERVICO PARA SUSTENTABILIDADE DO PROJETO SIMULADOR DE VOO = R\$ 120.000,00 16.SERVICO MANUTENCAO DO SISTEMA GRAVACAO DE DADOS E VOZ CVFDR = R\$ 100.000,00 17.TRANSPORTE, TAXAS, DESEMBARACO ADUANEIRO MATERIAL DE AVIACAO = R\$ 400.000,00 18.SERVICO DE INSPECAO GERAL DE AVIACAO = R\$ 1.258.743,29 19.SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS = R\$ 117.000,00 20.LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS = R\$ 35.537,34 21.SERVICO INSPECAO CALENDARICA TIPO "G" - 12 ANOS HELICOPTERO COUGAR: US\$ 1.691.150,30 X 2 X R\$ 1,83 = R\$ 6.189.610,10</p> <p>E. ND 4.4.90.52: R\$ 1.030.000,00 01.APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO = R\$ 59.730,00 02.EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO = R\$ 220.500,00 03.EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA, PROTECAO E SOCORRO = R\$ 108.000,00 04.EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO = R\$ 32.500,00 05.APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO = R\$ 74.250,00 06.MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA = R\$ 176.000,00 07.EQUIPAMENTO HIDRAULICO E ELETRICO = R\$ 89.320,00 08. EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS = R\$ 269.700,00</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					OPERACIONALIZAÇÃO DAS ORGANIZACOES MILITARES (OM) DE AVIAÇÃO
					AVIACAO DO EXERCITO = R\$ 3.021.183,00
					A.ND 3.3.90.30 R\$ 1.149.094,00
					01.GAS ENGARRAFADO = R\$ 15.860,00
					02.MATERIAL QUIMICO = R\$ 231.182,88
					03.SUPRIMENTO DE AVIACAO = R\$ 112.206,51
					04.MATERIAL DE CACA E PESCA = R\$ 32.109,00
					05.MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO = R\$ 17.280,00
					06.MATERIAL DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO = R\$ 108.605,99
					07.MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO = R\$ 704,00
					08.MATERIAL HOSPITALAR = R\$ 12.468,00
					09.MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO = R\$ 99.900,00
					10.MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS = R\$ 56.729,17
					11.MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO = R\$ 45.320,00
					12.MATERIAL LABORATORIAL = R\$ 51.500,00
					13.MATERIAL DE PROTECAO AO VOO = R\$ 3.900,15
					14.UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS = R\$ 58.750,00
					15.MATERIAL PARA MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VIATURAS ESPECIALIZADAS = R\$ 9.380,00
					16.MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM = R\$ 93.240,00
					17.MATERIAL PARA PROCESSAMENTO DE DADOS = R\$ 122.708,30
					18.FERRAMENTAL PARA MANUTENCAO EM GERAL DE AVIACAO = R\$ 51.250,00
					19.SOBRESSALENTES DE ARMAMENTO = R\$ 26.000,00
					B.ND 3.3.90.39 R\$ 1.238.488,99
					01.MANUTENCAO E CONSERVACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS = R\$ 212.627,75
					02.SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO = R\$ 3.440,50
					03.MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS = R\$ 225.000,00
					04.SERVICOS EM ITENS REPARAVEIS DE AVIACAO = R\$ 9.500,00
					05.MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS = R\$ 24.500,00
					06.FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS = R\$ 406.000,00
					07.SERVICOS TECNICO-PROFISSIONAIS = R\$ 25.000,00
					09.CONFECCAO DE MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM = R\$ 184.700,00
					10.SERVICOS DE TELECOMUNICACOES = R\$ 57.720,74
					11.SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS = R\$ 90.000,00
					C.ND 3.3.91.39:
					ASSINATURA DE PERIODICOS E ANUIDADES = R\$ 36.500,00
					D. ND 4.4.90.52: R\$ 597.100,00
					01.APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO = R\$ 45.259,00
					02.EQUIPAMENTOS DE MANOBRA E PATRULHAMENTO = R\$ 53.201,42
					03.EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA, PROTECAO E SOCORRO = R\$ 48.898,50
					04.EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO = R\$ 29.016,00
					05.APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO = R\$ 19.400,00
					06.MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA = R\$ 96.467,90
					07.EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS = R\$ 140.940,00
					08.EQUIPAMENTO, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS = R\$ 10.500,00
					09. EQUIPAMENTO, PECAS E ACESSORIOS DE PROTECAO AO VOO = R\$ 2.062,00
					10. EQUIPAMENTO HIDRAULICOS E ELETRICOS = R\$ 51.950,00
					11.MOBILIARIO EM GERAL = R\$ 20.839,76
					12. VEICULOS EM GERAL = R\$ 70.000,00
					13.EQUIPAMENTO DE AUDIO, VIDEO E FOTO = R\$ 8.565,42
					TOTAL GERAL: R\$ 61.507.386,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>Plano Orçamentário Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes  Aplicação em combustíveis  Memória de cálculo:  Custo médio com combustível (R\$1,00): R\$ 235,87  Custo médio mensal de combustível por militar: R\$ 19,66  Efetivo a ser adestrado anualmente: 200.000 militares  Total: R\$ 47.174.893,00</p> <p>Lubrificantes e manutenção dos Postos de Abastecimento, Lubrificação e Lavagem de Viaturas:</p> <p>- CUSTEIO:  Aquisição de Lubrificantes para de Viaturas: R\$ 4.750.014,00  Aquisição de Lubrificantes e Fluidos para Armamentos: R\$ 1.298.078,00  Aquisição de Lubrificantes e Fluidos Hidráulicos para Blindados: R\$ 491.044,00  Aquisição de Lubrificantes para Blindados: R\$ 671.310,00  Aquisição de Lubrificantes para Caixa Automática de Vtr Blindadas: R\$ 563.124,00</p> <p>Total Custeio: R\$ 7.773.570,00</p> <p>total geral: R\$ 54.948.163,00</p> <p>Plano Orçamentário Logística Militar Terrestre  MEMÓRIA DE CÁLCULO</p> <p>a. Manutenção e Suprimento de Armamento:</p> <p>- CUSTEIO:  Suprimento e Serviço para manutenção de 1º Escalão de armamento: R\$ 3.120.941,00  Suprimento para manutenção de 2º, 3º e 4º Escalão de armamento: R\$ 5.706.532,00  Insumos e serviços diversos para manutenção de 2º, 3º e 4º Escalão armamento: R\$ 6.228.454,00  Pagamento de taxas de administração de importações: R\$ 556.874,00  Realização de visitas técnicas e inspeções: R\$ 101.990,00  Contratos de manutenção de MEM: R\$ 2.069.506,00  Publicação de editais: R\$ 48.492,00</p> <p>Total Custeio: R\$ 17.832.789,00</p> <p>- INVESTIMENTO:  Aquisição de Equipamentos e Ferramental pelas OM de Manutenção 2º, 3º e 4º Escalão de armamento: R\$ 1.517.820,00</p> <p>Total Investimento: R\$ 1.517.820,00</p> <p>b. Manutenção e Suprimento de Viaturas Blindadas:</p> <p>- CUSTEIO:  Suprimento e Serviço de Manutenção de 1º Escalão Viatura Blindada: R\$ 1.989.397,00;  Suprimento e Serviço de Manutenção de 2º Escalão Viatura Blindada: R\$ 2.531.253,00;  Suprimento e Serviço de Manutenção de 3º Escalão Viatura Blindada: R\$ 3.198.836,00;  Suprimento e Serviço de Manutenção de 4º Escalão Viatura Blindada: R\$ 834.479,00;  Manutenção de Viaturas Blindadas de OM's peculiares: R\$ 927.198,00;  Manutenção de Viaturas Blindadas Repatriadas: R\$ 463.599,00;  Manutenção de Emergência de Viatura Blindada: R\$ 741.759,00;  Recuperação de Lagarta de Viatura Blindada: R\$ 927.198,00;</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>Projeto M578: R\$ 649.039,00;  Projeto Guaicurus: R\$ 1.112.638,00;  Aquisição de baterias para Viatura Blindada: R\$ 278.159,00;  Aquisição de pneus para Viatura Blindada: R\$ 741.759,00;  Aquisição de rodas para Viatura Blindada Urutu/Cascavel (Modelo novo): R\$ 463.599,00;  Aquisição de suprimento na Área Externa: R\$ 463.599,00;  Aquisição de trem de rolamento na área externa: R\$ 463.599,00;  Contrato SLI – Suporte Logístico Integrado: R\$ 3.708.795,00;  Serviço de normatização, aferição de equipamento e ferramental de manutenção de Viaturas Blindadas. (Controle de Qualidade): R\$ 37.087,00;  Serviço de normatização, aferição de equipamento e ferramental de manutenção de Viaturas Blindadas. (Metrologia): R\$ 55.631,00;  Nacionalização de itens: R\$ 63.976,00;  Aquisição de ferramentas para recompletamento: R\$ 129.807,00;  Taxas de Importação: R\$ 927.198,00;  Plano de Inspeção e Visita (PIV) – Passagem: R\$ 57.486,00;  Plano de Inspeção e Visita (PIV) – Diária: R\$ 50.995,00;  Plano de Visita e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA) – Diária: R\$ 74.175,00;  Plano de Visita e outras Atividades em Nações Amigas (PVANA) – Passagem: R\$ 81.964,00;  Publicação de Edital: R\$ 74.175,00.</p> <p>Total Custeio: R\$ 21.047.400,00</p> <p>- INVESTIMENTO:  Aquisições de ferramental: R\$ 9.271,00;  Aquisição de Ferramental: R\$ 208.619,00.</p> <p>Total Investimento: R\$ 217.890,00</p> <p>c. Manutenção e Suprimento de Viaturas Não-blindadas:</p> <p>- CUSTEIO:  Suprimento e Serviço para Manutenção de 1º Escalão de Viatura não Blindada: R\$ 11.126.385,00  Suprimento e Serviço para Manutenção de 2º Escalão de Viatura não Blindada: R\$ 7.881.190,00  Suprimento e Serviço para Manutenção de 3º Escalão de Viatura não Blindada: R\$ 3.708.794,00  Recuperação de Ambulância Toyota: R\$ 1.937.845,00  Serviço de recargas de Extintores Veiculares: R\$ 417.239,00  Serviço de Mnt em VRE(Cozinhas de Campanha): R\$ 370.879,00  Serviço de Metrologia: R\$ 231.799,00  Serviço de Mnt de Emergência: R\$ 2.114.119,00  Apoio as Operações COTER: R\$ 1.390.798,00  Aquisição de Baterias para Vtr Op: R\$ 834.479,00  Aquisição de Baterias para Vtr Adm: R\$ 649.039,00  Aquisição de Extintores Veiculares: R\$ 458.963,00  Aquisição de Ferramental Avulso: R\$ 120.535,00  Aquisição de Pneus para Vtr Adm: R\$ 1.653.656,00  Aquisição de Pneus para Vtr Op: R\$ 2.581.596,00  Aquisição de Tintas e Afins para Vtr Adm e Op: R\$ 370.879,00  Aquisição de Toldos para Viatura Op e Reboques: R\$ 540.727,00  Contratação de Serviços de regulagens, testes e análises de Laboratório das Organizações Militares: R\$ 44.505,00  Serviço de recuperação de Viatura de Transporte não Especializado 6x6 1/2 tonelada a 1 tonelada: R\$ 1.330.460,00  Serviço de recuperação de Viatura de Transporte não Especializado 1/4 toneladas a 1 tonelada: R\$ 1.754.701,00  Pagamento de Serviço de Taxa Ambiental: R\$ 55.631,00  Pagamento de Serviço Tratamento de resíduos sólidos: R\$ 449.691,00  Aquisição de Suprimentos e Mnt dos Postos Lavagem e Lubf: R\$ 2.364.357,00  Pagamento de Curso de capacitação na Indústria Civil: R\$ 241.071,00  Pagamento de Passagens para Custear Visitas e Inspeções Técnicas: R\$ 74.175,00</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>Pagamento de Diárias para Custear Visitas e Inspeções Técnicas: R\$ 55.631,00  Pagamento Publicação na Imprensa não Oficial: R\$ 46.359,00  Pagamento Publicação na Imprensa Oficial: R\$ 139.079,00</p> <p>Total Custeio: R\$ 42.944.582,00</p> <p>- INVESTIMENTO:  Aquisição de Conjunto de Ferramental para Viatura Não Blindada: R\$ 2.381.974,00  Aquisição de Viaturas Administrativas: R\$ 15.947.816,00  Aquisição de Equipamentos PALL: R\$ 1.705.118,00  Aquisição de Software: R\$ 135.256,00  Aquisição de Meios de TI: R\$ 364.821,00</p> <p>Total Investimento: R\$ 20.534.985,00</p> <p>d. Material e Suprimentos de Tecnologia da Informação:</p> <p>- INVESTIMENTO:  Aquisição de Meios de TI: R\$ 364.821,00  Aquisição de Software: R\$ 135.256,00</p> <p>Total Investimento: R\$ R\$ 500.077,00</p>
20XL Saúde em Operações Militares	Pesquisa realizada	unidades por ano	Serviços	83.333	Realização de pesquisa epidemiológica e ambiental na área de saúde. Provisão de equipamentos e adaptação de instalações ao nível de segurança biológica, mediante a aquisição de cabines de fluxo laminar, sequenciadores de DNA, liofilizadores e ultracentrifugas.
20XM Ensino Assistencial nos Colégios Militares	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest.	651	Funcionamento do ensino nos colégios militares e levar seus alunos à descoberta de suas potencialidades como elemento de autorealização, qualificação para o trabalho e preparo para a vida, como cidadãos educados, segundo os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro.
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	milhar	Serv. / Invest.	1.032	A ação tem por finalidade suprir com qualidade a demanda de produtos farmacológicos, para atender às necessidades dos organizações militares do Exército Brasileiro. Visa, também, à utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.
2865 Manutenção e Suprimento de Fardamento	Militar atendido	unidade	Serv. / Invest.	1.249	Aplicação em fardamento e equipamento militar individual. Memória de cálculo: Incorporação de 70.000 recrutas (dois conjuntos por homem) e manutenção de 74.300 cabos e soldados do efetivo profissional (um conjunto por homem). Custo médio de um enxoval (previsão de fornecimento de 107 itens, permite fornecer apenas 17 itens) para um recruta: R\$ 540,00. Custo médio de um enxoval (previsão de fornecimento de 85 itens, permite fornecer apenas 8 itens) para um soldado: R\$ 300,00. Custo médio de um equipamento individual completo (previsão fornecimento de 30 itens, permite fornecer apenas 3 itens) para um soldado: R\$ 358,00. Total Geral: R\$ 111.740.643,00
2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	Pessoa alistada	unidade	Serv. / Invest.	7	A ação tem por finalidade garantir o serviço destinado à apresentação para o serviço militar obrigatório e o controle da reserva em disponibilidade. A ação é desenvolvida com serviços que demandam recursos para aquisição de itens de consumo e de materiais permanentes necessários à realização anual da convocação, do alistamento, da seleção e dos exames médicos e psicológicos.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa																																																																										
2911 Aquisição e Modernização dos Meios de Engenharia do Exército	Equipamento adquirido/modernizado	unidade	Serv. / Invest.	366.666	<p>PLANEJAMENTO TOTAL: R\$ 22.000.000,00 - totalizando 60 conjuntos conforme descrito abaixo:</p> <p>01) Planejamento para atender à Diretoria de Obras de Cooperação..... R\$ 9.000.000,00 totalizando 07 conjuntos</p> <p>Aumentou-se a previsão de aquisição de equipamentos, mantendo-se, no entanto, o foco na manutenção de equipamentos e viaturas.</p> <p>Aquisição de Equipamentos e Viaturas</p> <table> <tr> <td>02 conjunto (02 Caminhão Tapa Buraco)</td> <td>R\$ 1.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>01 conjunto (01 Frezadora)</td> <td>R\$ 1.100.000,00</td> </tr> <tr> <td>01 conjunto (01 Usina de Asfalto)</td> <td>R\$ 1.500.000,00</td> </tr> </table> <p>01 conjunto ( Gastos com Diárias e Passagens) R\$ 347.829,00</p> <p>Gastos com compra de insumos e serviços para manutenção dos equipamentos/viaturas</p> <table> <tr> <td>01 conjunto Ed30</td> <td>R\$ 3.384.955,00</td> </tr> <tr> <td>01 conjunto Ed39</td> <td>R\$ 1.667.216,00</td> </tr> </table> <p>02) Planejamento para atender necessidades com material de Engenharia das Regiões Militares e DEC - R\$ 13.000.000,00</p> <p>a) Aquisição de equipamentos R\$ 7.800.000,00 totalizando 30 Conjuntos de aquisição, conforme abaixo:</p> <table> <tr><td>8ª RM/8ª DE</td><td>700.000,00</td></tr> <tr><td>5ª RM/5ª DE</td><td>114.000,00</td></tr> <tr><td>4ª RM</td><td>90.720,00</td></tr> <tr><td>7ª RM/7ª DE</td><td>192.500,00</td></tr> <tr><td>12ª RM</td><td>472.500,00</td></tr> <tr><td>3ª RM</td><td>175.000,00</td></tr> <tr><td>9ª RM</td><td>126.000,00</td></tr> <tr><td>11ª RM</td><td>126.000,00</td></tr> <tr><td>1ª RM</td><td>409.500,00</td></tr> <tr><td>2ª RM</td><td>189.000,00</td></tr> <tr><td>6ª RM</td><td>64.505,00</td></tr> <tr><td>10ª RM</td><td>71.000,00</td></tr> </table> <p>DEC (18 conjuntos)</p> <table> <tr><td>01 conjunto ( 25 Bt Pneu Ass1.125.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>01 conjunto (90 Motor de popa 40 HP). 735.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>01 conjunto (1 Caixa sapador para Cia Eng). 150.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>01 conjunto (1 Caixa sapador para Btl Eng). 250.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>01 conjunto (250 detector de minas) 1.450.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>01 conjunto (40 roupa de desminagem). 480.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>06 conjuntos (ferramental equipamentos de engenharia). 484.000,00</td><td></td></tr> <tr><td>06 conjuntos (s flutuante M4T6). 395.275,00</td><td></td></tr> </table> <p>b) Aqs peças e contratação de serviços para manutenção do material de engenharia - R\$ 5.200.000,00 totalizando 23 conjuntos de manutenção conforme abaixo:</p> <p>Região Militar Natureza Despesa Valor R\$</p> <table> <tr><td>8ª RM/8ª DE 33903900</td><td>50.000,00</td></tr> <tr><td>8ª RM/8ª DE 33903000</td><td>68.024,00</td></tr> <tr><td>5ª RM/5ª DE 33903900</td><td>263.719,00</td></tr> <tr><td>5ª RM/5ª DE 33903000</td><td>300.000,00</td></tr> <tr><td>4ª RM 33903900</td><td>150.000,00</td></tr> <tr><td>4ª RM 33903000</td><td>196.096,00</td></tr> <tr><td>7ª RM/7ª DE 33903900</td><td>200.000,00</td></tr> <tr><td>7ª RM/7ª DE 33903000</td><td>240.213,00</td></tr> <tr><td>12ª RM 33903900</td><td>702.004,00</td></tr> <tr><td>3ª RM 33903000</td><td>500.000,00</td></tr> <tr><td>3ª RM 33903900</td><td>574.707,00</td></tr> <tr><td>9ª RM 33903900</td><td>307.601,00</td></tr> </table>	02 conjunto (02 Caminhão Tapa Buraco)	R\$ 1.000.000,00	01 conjunto (01 Frezadora)	R\$ 1.100.000,00	01 conjunto (01 Usina de Asfalto)	R\$ 1.500.000,00	01 conjunto Ed30	R\$ 3.384.955,00	01 conjunto Ed39	R\$ 1.667.216,00	8ª RM/8ª DE	700.000,00	5ª RM/5ª DE	114.000,00	4ª RM	90.720,00	7ª RM/7ª DE	192.500,00	12ª RM	472.500,00	3ª RM	175.000,00	9ª RM	126.000,00	11ª RM	126.000,00	1ª RM	409.500,00	2ª RM	189.000,00	6ª RM	64.505,00	10ª RM	71.000,00	01 conjunto ( 25 Bt Pneu Ass1.125.000,00		01 conjunto (90 Motor de popa 40 HP). 735.000,00		01 conjunto (1 Caixa sapador para Cia Eng). 150.000,00		01 conjunto (1 Caixa sapador para Btl Eng). 250.000,00		01 conjunto (250 detector de minas) 1.450.000,00		01 conjunto (40 roupa de desminagem). 480.000,00		06 conjuntos (ferramental equipamentos de engenharia). 484.000,00		06 conjuntos (s flutuante M4T6). 395.275,00		8ª RM/8ª DE 33903900	50.000,00	8ª RM/8ª DE 33903000	68.024,00	5ª RM/5ª DE 33903900	263.719,00	5ª RM/5ª DE 33903000	300.000,00	4ª RM 33903900	150.000,00	4ª RM 33903000	196.096,00	7ª RM/7ª DE 33903900	200.000,00	7ª RM/7ª DE 33903000	240.213,00	12ª RM 33903900	702.004,00	3ª RM 33903000	500.000,00	3ª RM 33903900	574.707,00	9ª RM 33903900	307.601,00
02 conjunto (02 Caminhão Tapa Buraco)	R\$ 1.000.000,00																																																																														
01 conjunto (01 Frezadora)	R\$ 1.100.000,00																																																																														
01 conjunto (01 Usina de Asfalto)	R\$ 1.500.000,00																																																																														
01 conjunto Ed30	R\$ 3.384.955,00																																																																														
01 conjunto Ed39	R\$ 1.667.216,00																																																																														
8ª RM/8ª DE	700.000,00																																																																														
5ª RM/5ª DE	114.000,00																																																																														
4ª RM	90.720,00																																																																														
7ª RM/7ª DE	192.500,00																																																																														
12ª RM	472.500,00																																																																														
3ª RM	175.000,00																																																																														
9ª RM	126.000,00																																																																														
11ª RM	126.000,00																																																																														
1ª RM	409.500,00																																																																														
2ª RM	189.000,00																																																																														
6ª RM	64.505,00																																																																														
10ª RM	71.000,00																																																																														
01 conjunto ( 25 Bt Pneu Ass1.125.000,00																																																																															
01 conjunto (90 Motor de popa 40 HP). 735.000,00																																																																															
01 conjunto (1 Caixa sapador para Cia Eng). 150.000,00																																																																															
01 conjunto (1 Caixa sapador para Btl Eng). 250.000,00																																																																															
01 conjunto (250 detector de minas) 1.450.000,00																																																																															
01 conjunto (40 roupa de desminagem). 480.000,00																																																																															
06 conjuntos (ferramental equipamentos de engenharia). 484.000,00																																																																															
06 conjuntos (s flutuante M4T6). 395.275,00																																																																															
8ª RM/8ª DE 33903900	50.000,00																																																																														
8ª RM/8ª DE 33903000	68.024,00																																																																														
5ª RM/5ª DE 33903900	263.719,00																																																																														
5ª RM/5ª DE 33903000	300.000,00																																																																														
4ª RM 33903900	150.000,00																																																																														
4ª RM 33903000	196.096,00																																																																														
7ª RM/7ª DE 33903900	200.000,00																																																																														
7ª RM/7ª DE 33903000	240.213,00																																																																														
12ª RM 33903900	702.004,00																																																																														
3ª RM 33903000	500.000,00																																																																														
3ª RM 33903900	574.707,00																																																																														
9ª RM 33903900	307.601,00																																																																														

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					9ª RM 33903000 300.000,00 11ª RM 33903900 60.000,00 11ª RM 33903000 76.294,00 1ª RM 33903900 100.000,00 1ª RM 33903000 363.142,00 2ª RM 33903900 200.000,00 2ª RM 33903000 433.252,00 6ª RM 33903000 33.024,00 6ª RM 33903900 20.000,00 10ª RM 33903000 31.924,00 10ª RM 33903900 30.000,00
2A82 Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest.	8.026	-Recurso indispensável para o aprimoramento da graduação e pós-graduação do IME;
3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército	Sistema de aviação implantado	percentual de execução física	Investimentos	30.000.000	aquisição de 04 (quatro) helicópteros de médio porte e emprego geral : US\$ 16.393.442,63 x 4 x 1,83 = R\$ 120.000.000,00
4450 Aprestamento do Exército	Militar instruído/adestrado	unidade	Serv. / Invest.	665	Os recursos solicitados destinam-se, dentre outras atividades, para: - realizar a formação de reservistas, incorporados em 2013, nas Organizações Militares do Exército, com elevado nível de qualificação física e intelectual, a fim de atender ao prescrito na Estratégia Nacional de Defesa; - realização das atividades de instrução para o aperfeiçoamento técnico e tático dos militares profissionais do Exército (oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados engajados); - desenvolvimento de atividades que utilizam sistemas de simulação de combate para o treinamento de oficiais e praças; - preparação e adestramento das tropas integrantes da Força de Ação Rápida Estratégica do Exército, a fim de permitir respostas imediatas e eficientes, a qualquer momento e em qualquer parte do território nacional, assegurando elevado poder dissuasório - apoio às atividades de preparo e adestramento da Força Terrestre; - realização de reuniões de coordenação do preparo da Força Terrestre; - manutenção e aperfeiçoamento das instalações necessárias para o desenvolvimento das atividades de instrução - desenvolvimento de atividades planejadas relativas aos exercícios de mobilização e de defesa territorial; - atender as necessidades do Exército Brasileiro para o emprego da tropa em operações de garantia da lei e da ordem, de defesa externa e para operações em faixa de fronteira, que não contemplam o cenário das operações combinadas por parte do Ministério da Defesa; - permitir a participação da Força Terrestre em atividades que contribuam para aumentar a segurança e o bem-estar da população, colimando os atuais objetivos estratégicos do Exército, de participação/integração na vida nacional; - permitir aos órgãos operacionais do Exército Brasileiro desenvolver as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para garantir o resultado das operações; - assegurar a manutenção de setores vitais do Comando de Aviação do Exército, os quais contribuem sobremaneira no desempenho operacional dos meios aéreos empregados; - possibilitar uma pronta resposta da Força Terrestre às demandas do Governo Federal; - atender obras de adequação de OM para suporte das atividades de preparo da Força; - atender o Plano de Desenvolvimento da Doutrina Militar Terrestre, que contempla a execução de produtos finais da atividade de Doutrina e Estratégia Militar. A necessidade de recursos justifica-se por ser a única fonte destinada à produção doutrinária dentro do preparo e emprego da Força Terrestre, tendo reflexo direto na sua operacionalidade.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8965 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	Aluno capacitado	unidade	Serv. / Invest.	5.620	<p>Capacitar os Oficiais, Sargentos e Civis da Força Terrestre para exercer os diferentes cargos e funções.</p> <p>Despesas com cursos de ensino preparatório, formação, especialização e extensão, aperfeiçoamento, altos estudos militares, política, estratégia e alta administração, para preenchimento dos quadros de Oficiais, despesas de cursos de formação, especialização e extensão, e aperfeiçoamento, para preenchimento dos quadros de sargentos, e despesas com cursos de formação, especialização e extensão de Civis das Forças Armadas.</p> <p>Desenvolvimento de atividades no campo do estudo e da pesquisa de interesse do Exército.</p> <p>Aquisição de bens e contratação de serviços para atender às necessidades de funcionamento da ação, tais como: capacitação técnica de pessoal, adequação à legislação ambiental vigente, publicação de material para instrução, diárias e passagens, manutenção de laboratórios e outros (instalações, equipamentos e materiais), material de informática, de expediente e de escritório.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**52131 Comando da Marinha**

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	Infraestrutura implantada	percentual de execução física	Investimentos	97.223.712	<p>123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares</p> <p>A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a implantação de infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, consistindo da construção de um estaleiro dotado de Ilha nuclear e construção de Base de Apoio que abrigará a estrutura de comando e controle dos referidos meios, além de organizações de manutenção, de infraestrutura para atendimento das funções logísticas e de adestramento das tripulações dos submarinos. A Ação Orçamentária engloba também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", da Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (DTS) e a da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Estaleiro Naval dotado de Ilha Nuclear.</p> <p>Adicionalmente, também são custeadas as atividades não contempladas nos contratos comerciais e relacionadas à construção da Base Naval e Estaleiro Naval, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte dos pacotes de materiais a serem utilizados na construção do estaleiro e da base naval, envolvendo seguro, frete, embalagem, despacho, movimentação, aluguel de containeres, taxas de capatazia, armazenagem, contratação de estiva e equipamentos especiais para manobra de peso;</li> <li>- Deslocamento de pessoal militar e civil para a realização de capacitação técnica, testes e inspeções, no país e no exterior que viabilizem o aprendizado prático de projeto e construção de bases e estaleiros navais segundo a tecnologia dominada pelo fornecedor;</li> <li>- Apoio ao emprego da Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Aquisição de meios navais auxiliares;</li> <li>- Obtenção de residências para alojar militares e funcionários civis deslocados para a futura Base Naval e para São Paulo;</li> <li>- Aquisição de terrenos destinados à construção da Vila A1:P16</li> <li>- Construção de Infraestrutura de saúde para a Base Naval;</li> <li>- Cursos no país e no exterior, a fim de capacitar oficiais, praças e civis da Marinha, bem como o custeio de assessoria técnica, serviços de apoio ao ensino, manutenção e aquisição de recursos instrucionais necessários ao desempenho das atividades de ensino desenvolvidas pelas Organizações Militares integrantes do Sistema de Ensino Naval;</li> <li>- Implementação das instalações de segurança da Base Naval;</li> <li>- Produção e aquisição de material promocional, realização de campanhas publicitárias, e realização de eventos promocionais (exposições, seminários etc.) e solenidades;</li> <li>- Atividades e obtenções não cobertas pelos contratos comerciais celebrados, tais como: tributação; a gestão do Empreendimento; ferramentas de apoio ao projeto/manutenção; elaboração de documentação, consultorias e homologação; as despesas com o apoio ao desenvolvimento e produção de componentes no Brasil; o apoio à Garantia da Qualidade;</li> <li>- Cursos no país e no exterior, a fim de capacitar oficiais, praças e civis da Marinha, bem como o custeio de assessoria técnica, serviços de apoio ao ensino, manutenção e aquisição de recursos instrucionais necessários ao desempenho das atividades de ensino desenvolvidas pelas Organizações Militares integrantes do Sistema de Ensino Naval;</li> <li>- Produção e aquisição de material promocional, realização de campanhas publicitárias, realização de eventos promocionais (exposições, seminários etc.) e solenidades;</li> <li>- Atividades e obtenções não cobertas pelos contratos comerciais celebrados, tais como: tributação; a gestão do Empreendimento; as despesas com laboratórios de validação, tanques de prova, ferramentas de apoio ao projeto/manutenção; elaboração de documentação, consultorias e homologação; as despesas com o apoio ao desenvolvimento e produção de componentes no Brasil; a implantação do Apoio Logístico Integrado; o apoio à Garantia da Qualidade; as despesas com a instalação do Grupo de Recebimento do navio; a operação de simuladores e treinamento de operadores; e a preparação do meio antes da Incorporação.</li> </ul> <p>Ressalta-se que a posse de uma Base Naval e um Estaleiro Naval dotado de Ilha Nuclear possibilita a construção de um submarino com propulsão</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>nuclear, e permite ao país maior crescimento e visibilidade externa nos setores econômico, tecnológico e geopolítico, haja vista que coloca o país na antessala do seleto grupo das cinco nações (França, EUA, Rússia, Reino Unido e China) detentoras de uma das mais avançadas tecnologias militares do mundo (noticiado no sítio da BBC Brasil em 19/07/2011). Cabe ainda mencionar que a construção da Base Naval e Estaleiro Naval proporcionará a geração de milhares de empregos diretos e indiretos na região de Itaguaí.</p> <p>O retardo no atendimento dessa Ação Orçamentária resultará nas seguintes consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impossibilidade de cumprir obrigações contratuais, resultando em penalidades financeiras para o Brasil, com potenciais desdobramentos comerciais e políticos;</li> <li>- Atraso na conclusão do projeto de construção da Base e do Estaleiro Naval, comprometendo também o cronograma previsto em contrato para construção do Submarino com Propulsão Nuclear, com sérias consequências financeiras para a Marinha relativas ao pagamento de multas contratuais. Poderá provocar, também, uma desmobilização do Estaleiro Construtor resultando em demissões, bem como reflexos negativos na indústria nacional com o desaquecimento das encomendas e consequente perda de capacidade tecnológica;</li> <li>- Prejuízos ao desenvolvimento da capacidade para projetar e construir submarinos no país e, por conseguinte, à transferência de tecnologia para a indústria nacional, passível de emprego dual (militar e civil);</li> <li>- Prejuízo no cumprimento da missão constitucional da MB, notadamente quanto à garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas do litoral do Brasil;</li> <li>- Comprometimento de atividades complementares relevantes, notadamente a garantia da qualidade;</li> <li>- Comprometimento da capacidade de fiscalização, gerenciamento e coordenação do Empreendimento;</li> <li>- Continuidade de dependência tecnológica externa, que prejudicará em muito a capacidade de defesa e vigilância do país e de suas riquezas, uma vez que o combustível nuclear não se esgota rapidamente, como o convencional, e permite missões prolongadas, de melhor proteção e de muito maior efetividade e eficácia militar; e</li> <li>- Descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo acarretar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos, impactando diretamente nos planos do Brasil em ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. O Submarino Nuclear Brasileiro contribuirá na segurança e defesa da Amazônia Azul.</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	44.749.235	<p>123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear</p> <p>A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de um submarino com propulsão nuclear, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país, propiciando um aumento na geração de empregos diretos e indiretos.</p> <p>A Ação Orçamentária engloba também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", da Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (DTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino com Propulsão Nuclear.</p> <p>Principais atividades, não contempladas nos contratos comerciais, desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Despesas relativas aos eventos contratuais referentes ao Planejamento, Coordenação, Gestão e Administração das interfaces entre todas as prestações decorrentes do contrato principal e dos documentos contratuais;</li> <li>- Transporte dos pacotes de materiais a serem utilizados na construção do submarino com propulsão nuclear, envolvendo seguro, frete, embalagem, despacho, movimentação, aluguel de contêineres, taxas de capatazia, armazenagem, contratação de estiva e equipamentos especiais para manobra de peso;</li> <li>- Deslocamento de pessoal militar e civil para a realização de capacitação técnica, testes e inspeções, no país e no exterior que viabilizem o aprendizado prático de projeto e construção de submarinos nucleares segundo a tecnologia dominada pelo fornecedor;</li> <li>- Apoio ao emprego da Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, englobando os materiais permanentes e utensílios de saúde, para dotar as futuras instalações de saúde do submarino nuclear;</li> <li>- Deslocamento de pessoal militar e civil para a realização de capacitação técnica, testes e inspeções, no país e no exterior que viabilizem o aprendizado prático de projeto e construção de submarinos nucleares segundo a tecnologia dominada pelo fornecedor;</li> <li>- Apoio ao emprego da Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, englobando os materiais permanentes e utensílios de saúde, para dotar as futuras instalações de saúde do submarino nuclear.</li> </ul> <p>A posse de um submarino com propulsão nuclear permite ao país maiores crescimento e visibilidade externa nos setores econômico, tecnológico e geopolítico, haja vista que coloca o país na antessala do seleto grupo das cinco nações (França, EUA, Rússia, Reino Unido e China) detentoras de uma das mais avançadas tecnologias militares do mundo (noticiado no sítio da BBC Brasil em 19/07/2011). Tal feito contribui, por exemplo, para um maior engajamento em missões de paz da ONU.</p> <p>O retardo no atendimento desse Plano Orçamentário resultará nas seguintes consequências:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Impossibilidade de cumprir obrigações contratuais, resultando em penalidades financeiras para o Brasil, com potenciais desdobramentos comerciais e políticos;</li> <li>- Implicará em atrasos na conclusão dos Projetos e na construção da Propulsão, e, conseqüentemente, do submarino, comprometendo o cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear brasileiro previsto em contrato, com sérias conseqüências financeiras para a Marinha, a exemplo do pagamento de multas contratuais;</li> <li>- Haverá, também, reflexos negativos na Indústria Nacional, com o desaquecimento das encomendas e perda de capacidade tecnológica;</li> <li>- Atraso na conclusão do projeto e na construção tanto do Submarino quanto da Propulsão (esta de responsabilidade exclusiva da Marinha), comprometendo o cronograma previsto em contrato para construção do Submarino com Propulsão Nuclear, com sérias conseqüências financeiras para a Marinha relativas ao pagamento de multas contratuais. Poderá provocar, também, uma desmobilização do Estaleiro Construtor resultando em demissões, bem como reflexos negativos na indústria nacional com o desaquecimento das encomendas e conseqüente perda de capacidade</li> </ul>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

tecnológica;

- Prejuízos ao desenvolvimento da capacidade para projetar e construir submarinos no país e, por conseguinte, à transferência de tecnologia para a indústria nacional, passível de emprego dual (militar e civil);
- A uma expressiva perda da qualificação profissional investida em anos;
- Prejuízo no cumprimento da missão constitucional da MB, notadamente quanto à garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas do litoral do Brasil
- Continuidade de dependência tecnológica externa, que prejudicará em muito a capacidade de defesa e vigilância do país e de suas riquezas, uma vez que o combustível nuclear não se esgota rapidamente, como o convencional, e permite missões prolongadas, de melhor proteção e de muito maior efetividade e eficácia militar;
- Descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo acarretar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos, impactando diretamente nos planos do Brasil em ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. O Submarino Nuclear Brasileiro contribuirá na segurança e defesa da Amazônia Azul;
- Comprometimento de atividades complementares relevantes, notadamente: garantia da qualidade e implantação do Apoio Logístico Integrado; e
- Comprometimento da capacidade de fiscalização, gerenciamento e coordenação do Empreendimento com reflexos negativos para o Programa de Obtenção do Submarino com Propulsão Nuclear.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
123I Construção de Submarinos Convencionais	Submarino construído	percentual de execução física	Investimentos	52.009.372	<p>123I - Construção de Submarinos Convencionais</p> <p>A Ação Orçamentária tem por objetivo custear a aquisição de materiais necessários à construção de quatro novos submarinos convencionais, bem como a efetiva construção, a fim de contribuir para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas de acesso ao Brasil, sobretudo a defesa das reservas de petróleo do pré-sal e do comércio exterior, além de permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país, através de transferência de tecnologia para o crescimento da indústria nacional no setor, gerando o crescimento de empregos diretos e indiretos para o país. Adicionalmente, a Ação Orçamentária contempla também o custeio da Transferência de Tecnologia, da Transferência de "Know How", da Prestação de Assistência Técnica, da Transferência de Documentos, do Treinamento e Suporte (DTS) e da Transferência de Informações Técnicas e Expertise necessárias à elaboração do projeto de definição, do processo de construção e das especificações técnicas detalhadas do Submarino Convencional.</p> <p>A construção dos quatro submarinos convencionais possibilita a aquisição de "Know How" para a construção do submarino com propulsão nuclear, o que permite ao país maiores crescimento e visibilidade externa nos setores econômico, tecnológico e geopolítico, haja vista que coloca o país na antessala do seleto grupo das cinco nações (França, EUA, Rússia, Reino Unido e China) detentoras de uma das mais avançadas tecnologias militares do mundo (noticiado no site da BBC Brasil em 19/07/2011). A Ação Orçamentária engloba também a aquisição de torpedos do modelo F21 e contramedidas antitorpedo do modelo CANTO, bem como o pacote de logística dos torpedos e contramedidas antitorpedo, considerando também todos os elementos necessários à logística dos torpedos, conjuntos de torpedos de exercício, armações para depósito dos torpedos, torpedos inertes, conjunto de consumíveis em quantidade suficiente para realização de lançamentos de torpedos na modalidade de exercício nos 4 submarinos convencionais, além dos conjuntos de consumíveis necessários para o lançamento dos torpedos na modalidade de combate. Principais atividades, não contempladas nos contratos comerciais, desenvolvidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Transporte dos pacotes de materiais a serem utilizados na construção dos submarinos convencionais, envolvendo seguro, frete, embalagem, despacho, movimentação, aluguel de containeres, taxas de capatazia, armazenagem, contratação de estiva e equipamentos especiais para manobra de peso;</li> <li>- Deslocamento de pessoal militar e civil para a realização de capacitação técnica, testes e inspeções, no país e no exterior que viabilizem o aprendizado prático de projeto e construção de submarinos convencionais segundo a tecnologia dominada pelo fornecedor;</li> <li>- Apoio ao emprego da Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Aquisição de equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, englobando os materiais permanentes e utensílios de saúde, para dotar as futuras instalações de saúde dos submarinos convencionais;</li> <li>- Cursos no país e no exterior, a fim de capacitar oficiais, praças e civis da Marinha, bem como o custeio de assessoria técnica, serviços de apoio ao ensino, manutenção e aquisição de recursos instrucionais necessários ao desempenho das atividades de ensino desenvolvidas pelas Organizações Militares integrantes do Sistema de Ensino Naval;</li> <li>- Produção e aquisição de material promocional, realização de campanhas publicitárias, realização de eventos promocionais (exposições, seminários etc) e solenidades;</li> <li>- Atividades e obtenções não cobertas pelos contratos comerciais celebrados, tais como: tributação; a gestão do Empreendimento; as despesas com laboratórios de validação, tanques de prova, ferramentas de apoio ao projeto/manutenção; elaboração de documentação, consultorias e homologação; as despesas com o apoio ao desenvolvimento e produção de componentes no Brasil; a implantação do Apoio Logístico Integrado; o apoio à Garantia da Qualidade; as despesas com a instalação do Grupo de Recebimento do navio; a operação de simuladores e treinamento de operadores; e a preparação do meio antes da Incorporação para a Marinha relativas ao pagamento de multas contratuais;</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13DE Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	Projeto elaborado	percentual de execução	Serv. / Invest.	356.347	<p>- Prejuízos ao desenvolvimento da capacidade para projetar e construir submarinos no país e, por conseguinte, à transferência de tecnologia para a indústria nacional, passível de emprego dual (militar e civil);</p> <p>- Prejuízo no cumprimento da missão constitucional da MB, notadamente quanto à garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas do litoral do Brasil;</p> <p>- Continuidade de dependência tecnológica externa, que prejudicará em muito a capacidade de defesa e vigilância do país e de suas riquezas, uma vez que o combustível nuclear não se esgota rapidamente, como o convencional, e permite missões prolongadas, de melhor proteção e de muito maior efetividade e eficácia militar;</p> <p>- Descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo acarretar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos, impactando diretamente nos planos do Brasil em ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. O Submarino Nuclear Brasileiro contribuirá na segurança e defesa da Amazônia Azul;</p> <p>- Comprometimento de atividades complementares relevantes, notadamente: garantia da qualidade e implantação do Apoio Logístico Integrado; e</p> <p>- Comprometimento da capacidade de fiscalização, gerenciamento e coordenação do Empreendimento.</p> <p>13DE - Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)</p> <p>A importância do mar para o Brasil é inquestionável, por suas imensas reservas de petróleo e gás, pela influência dos oceanos sobre o clima e, também, pela grande diversidade de recursos naturais vivos e não-vivos, importantes sob os enfoques econômico e estratégico. Esses recursos podem ser utilizados com diversas finalidades: na saúde, na alimentação, na agricultura, na construção civil e como fonte de energia. Cerca de 95% do comércio exterior do país é realizado pelo mar. Além disso, o Brasil é signatário de compromissos internacionais relativos à salvaguarda da vida humana no mar, nos quais tem as atribuições de realizar a busca e o salvamento de pessoas em perigo na área marítima de responsabilidade brasileira.</p> <p>O Sistema de Gerenciamento da "Amazônia Azul" (SisGAAz) consiste em um conjunto de doutrinas, processos e sistemas propriamente ditos, os quais coletam e compartilham dados e informações de interesse da "Amazônia Azul" com os setores pertinentes e seus tomadores de decisão. O referido sistema contempla a implantação do centro de operações marítimas; Vessel Traffic System (VTS) Baía da Guanabara; VTS Ilha Grande; 2 VTS Baía Campos; VTS Amazônia; e 4 unidades Vant-SisGAAz. Quando estiver pronto, o país contará com um sistema que possibilitará incrementar as seguintes atividades:</p> <p>a) monitoramento das águas de interesse do Brasil, a fim de garantir a exclusividade dos recursos e impedir a sua utilização não autorizada por outros países;</p> <p>b) garantia do comércio marítimo pelo acompanhamento do tráfego mercante;</p> <p>c) orientação das embarcações que necessitem de apoio, por meio da troca de informações e pela presença naval em pontos focais;</p> <p>d) redução ou eliminação dos efeitos de incidentes que venham a poluir o ambiente marinho, bem como aqueles consequentes de acidentes naturais;</p> <p>e) garantia da segurança da navegação;</p> <p>f) garantia da salvaguarda da vida humana, resgatando pessoas de maneira mais rápida;</p> <p>g) combate aos ilícitos transnacionais; e</p> <p>h) prevenção dos fenômenos naturais extremos.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14T7 Tecnologia Nuclear da Marinha	Sistema construído	percentual de execução	Investimentos	76.590.000	<p>14T7 – Tecnologia Nuclear da Marinha</p> <p>Dotar a Marinha com recursos a serem empregados para desenvolver o projeto, construir e operar um protótipo que servirá de modelo para a posterior construção de um reator nuclear destinado a gerar energia para a propulsão naval, protótipo do que será empregado na propulsão de submarinos movidos a energia nuclear, a serem empregados na proteção e defesa da Amazônia Azul e dos recursos econômicos nela existentes. É importante destacar que esse desenvolvimento possui estreita relação com o acordo de cooperação estratégica, no âmbito da Defesa, que o Brasil assinou com a França em 2009.</p> <p>Viabilizar testes e pesquisas complementares que possam dar continuidade à construção de um protótipo de reator nuclear, para que este projeto impacte de forma positiva outras pesquisas na área nuclear, provocando o chamado arraste tecnológico.</p> <p>Proporcionar a efetividade da realização de pesquisas, estudos específicos e projetos técnicos sobre a aplicação da tecnologia nuclear na área de geração de energia e propulsão naval, em conjunto com Universidades, órgãos de pesquisa e empresas públicas e privadas. Esta linha de ação converge para melhorar a capacitação de recursos humanos nacionais. O não recebimento desses recursos implicará na perda de capacitação tecnológica e do conhecimento adquirido, bem como no atraso, em cerca de 3 anos, na implantação do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE), que, conseqüentemente, impactará no cronograma de construção do Submarino com Propulsão Nuclear, acarretando o descumprimento da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da França, podendo resultar, inclusive, em descrédito na capacidade política externa brasileira de honrar compromissos e impactar diretamente nos planos do Brasil de ocupar lugar de destaque no Conselho de Segurança da ONU. O Submarino Nuclear Brasileiro (SN-BR) contribuirá na segurança e defesa da Amazônia Azul e dos recursos econômicos nela existentes.</p> <p>Cabe acrescentar, que o não atendimento levará à indesejável desmobilização de diversas empresas, com o conseqüente fechamento de cerca de 1.600 empregos diretos e indiretos, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, devido à inviabilidade do prosseguimento do ritmo de execução atualmente empregado no Programa Nuclear da Marinha (PNM), além dos prejuízos não calculados com uma futura remobilização, perda de pessoal capacitado, multas contratuais, aumento dos custos de manutenção das obras e usinagens interrompidas. A descontinuidade de recursos pode levar à quebra de acordos administrativos já firmados, levando a conseqüências jurídicas que são de difícil previsão.</p>
14TB Construção de Navios Escoltas (NEsc)	Navio construído	unidade	Serv. / Invest.	5.000.000	<p>14TB - Construção de Navios Escolta (NEsc)</p> <p>Dar prosseguimento à construção de Navios-Escolta a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% de nossa produção;</li> <li>- patrulha naval nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB) para coibir ilícitos transfronteiriços, que se processem nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, garantindo os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e das plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos;</li> <li>- promover a fiscalização que vise ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral e dos 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva (ZEE);</li> <li>- missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando e ao narcotráfico, em apoio aos órgãos governamentais;</li> <li>- apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais; e</li> <li>- transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)	Navio construído	unidade	Investimentos	14.689.059	<p>1N47 – Construção de Navios-Patrolha Oceânicos de 500 t Dar prosseguimento à construção de cinco Navios-Patrolha de quinhentas toneladas a serem empregados nas mais variadas missões, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- operações de defesa das plataformas de exploração e exploração de petróleo e gás no mar, que respondem por mais de 80% de nossa produção;</li> <li>- patrulha naval nas águas jurisdicionais brasileiras (AJB) para coibir ilícitos transfronteiriços, que se processem nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, garantindo os interesses nacionais no mar, nas áreas marítimas costeiras e das plataformas de exploração/exploração de petróleo no mar, além de contribuir para a defesa dos portos;</li> <li>- promover a fiscalização que vise ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos dentro dos 8.500 km de litoral e dos 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva (ZEE);</li> <li>- missões de fiscalização contra a pesca predatória e outras relacionadas à prevenção da poluição hídrica nas AJB, além do combate ao contrabando e ao narcotráfico, em apoio aos órgãos governamentais;</li> <li>- apoio às atividades de busca e salvamento da vida humana na área de responsabilidade do Brasil em função de compromissos internacionais, realizando ações semelhantes à ocorrida no acidente com o voo da Air France em 2009; e</li> <li>- transporte de pessoal e material a serem empregados em ações de Defesa Civil.</li> </ul> <p>Releva destacar que nesta meta estão incluídos os recursos para a nacionalização da construção de armamentos atualmente adquiridos no exterior, promovendo o desenvolvimento da indústria nacional e gerando empregos na área de construção naval.</p>
20SE Adequação e Construção de Organizações Militares da Marinha	Organização militar adequada	unidade	Investimentos	1.472.849	<p>20SE – Adequação e Construção de Organizações Militares Terrestres As metas que compõe esta Ação Orçamentária estão distribuídas nos setores da Marinha do Brasil:</p> <p>1 - Modernizar as instalações dos cursos de capacitação voltada ao pessoal da Marinha do Brasil, proporcionando melhores condições de habitabilidade e conforto para o corpo discente e tripulação, dotando-a com recursos materiais e instrucionais modernos capazes de proporcionar uma capacitação do pessoal em níveis elevados, de modo a atuar numa Marinha maior e mais moderna, que será tanto melhor quanto superior for o desempenho nas responsabilidades que são impostas;</p> <p>2 – Atualizar as instalações dos Institutos de Ciência e Tecnologia, iniciada em 2010 e com data término para o ano de 2017, que visa a construção, expansão, modernização e reforma de tombos – alguns em estado precário, tendo em vista a vida útil dos mesmos, para fazer frente ao acréscimo das demandas de suas atividades científicas, algumas em decorrência de acordos de cooperação técnica existentes com instituições de ensino e de pesquisa nacionais e internacionais, que são importantes indutores da tecnologia de ponta, a fim de buscar a dualidade de produtos (de interesse militar e civil), gerando ganhos expressivos à inovação, a economia de escala e, principalmente, o estímulo a produção desses bens pela iniciativa privada, em face a notória integração universidade-empresa, e a decorrente criação de empregos diretos e indiretos, contribuindo, em parte, para a elevação da renda e qualidade de vida de população localizada na Região dos Lagos (RJ).</p> <p>3 - Viabilizar a transferência do Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha para o prédio da Maternidade Oswaldo Nazareth, situada na Praça XV (fundos), Centro, RJ, o que permitirá modernizar e ampliar as instalações físicas e, assim, oferecer melhores condições de trabalho para sua tripulação e um maior conforto para o público de inativos e pensionistas da MB.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XN Aprestamento da Marinha	Organização apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.870.389	<p>20XN – Aprestamento da Marinha</p> <p>Os meios navais da Marinha do Brasil destinam-se ao patrulhamento dos mares brasileiros, podendo ser utilizado tanto em situação de conflito como em situação de paz, visando ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos existentes ao longo dos 8.500 km de litoral e 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva. Além disso, os navios da MB apoiam atividades de repressão às atividades ilícitas (pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição do meio ambiente marinho), contribuindo, significativamente, para a segurança das instalações costeiras e das plataformas marítimas. Destaca-se, também, a realização de operações de busca e salvamento na área de responsabilidade do Brasil, em ações semelhantes à ocorrida no acidente com o voo da Air France em 2009, e o resgate dos tripulantes do Veleiro Oceânico "CONCORDIA", de bandeira canadense, ocorrido em 2010, com grande visibilidade para o Brasil.</p> <p>Para a realização das atividades supramencionadas, a Marinha do Brasil deverá realizar Programas de Manutenção Geral, fim aumentar a confiabilidade dos meios navais e aeronavais. Além disso, a Política de Defesa Nacional estabelece que as Forças Armadas devam manter forças estratégicas em condições de emprego imediato para aplicação em diferentes tipos de cenários (estado de paz, de crise, de guerra ou de conflito armado). A configuração dessas forças (especificação e quantidade de meios) está diretamente relacionada ao tipo de emprego. Dessa forma, a Marinha do Brasil empregará os recursos solicitados para elevar a disponibilidade de suas aeronaves em cerca de 19% e reduzir em 14% a indisponibilidade de seus meios navais.</p> <p>A possibilidade de exploração das novas reservas de petróleo e gás nos campos do pré-sal provocará uma significativa expansão dos investimentos. Ademais, permitirá reduzir a vulnerabilidade externa do país com afluxo dos investimentos diretos para a cadeia produtiva dos setores petrolífero e marítimo, bem como, pelo acúmulo de divisas oriundas da exploração dos recursos naturais. Dessa forma, tornam-se importante as ações de presença da Marinha do Brasil, em especial nas áreas do pré-sal e fluviais do Amazonas, patrimônios da "Amazônia Azul". Assim, considerando-se o emprego dos navios e embarcações existentes nos 9 nove Comandos Distritais sediados nas cinco regiões do país, será possível efetuar 2.670 dias de mar em proveito de patrulhas navais, inspecionando-se mais de 7.700 embarcações em todo o território nacional.</p> <p>Sob o enfoque da missão de Paz no Haiti, a Marinha do Brasil pretende enviar o Navio de Desembarque de Carros de Combate "Almirante Sabóia", com o propósito de apoiar a reconstrução nacional e institucional daquele paz naquele país, transportando mais de 1.600t de material de ajuda humanitária ao povo haitiano, contribuindo para a visibilidade externa do Brasil junto à Comunidade Internacional.</p> <p>Especificamente em relação aos Navios de Assistência Hospitalar, os chamados "Navios da Esperança", a Marinha do Brasil poderá realizar 21 Ações Cívico-Sociais (ACISO) e 18 Assistências Hospitalares (ASSHOP), em 363 municípios da região norte e 33 localidades da região Centro-Oeste. Com isso, espera-se efetuar 42.000 atendimentos médicos e 77.400 atendimentos odontológicos às populações ribeirinhas sediadas naqueles ecossistemas (Amazônia e Pantanal), ampliando as ações sociais do governo federal nas áreas mais remotas do território nacional. Assim sendo, em face das tendências recentes atreladas ao crescimento econômico do país e à redução de sua vulnerabilidade externa, não atender ao pleito apresentado, correspondente ao Aprestamento da Marinha, representará a perda de oportunidade para ampliar as capacidades de defesa do Estado brasileiro, impedindo a segurança adequada às suas riquezas minerais e biológicas, e comprometendo as condições para o desenvolvimento consolidado.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XO Desenvolvimento Tecnológico da Marinha	Tecnologia desenvolvida	percentual de execução	Serv. / Invest.	5.535.170	<p>20XO – Desenvolvimento Tecnológico da Marinha</p> <p>A Estratégia Nacional de Defesa, ao tratar da rearticulação das Forças Armadas e da nova proposta de orientação estratégica para seu emprego, sugere uma grande influência das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação para sua consecução. Apresenta também a necessidade de busca da autonomia tecnológica como fator de independência e soberania - por meio do domínio de "tecnologias sensíveis" - estimulando o estabelecimento de parcerias nacionais (comunidades acadêmicas, científicas e industriais) e internacionais (através de contratos de transferência de tecnologia), demonstrando a importância de agregar - e não mais segmentar - as diversas ramificações da sociedade, a fim de evitar o desperdício de recursos, escassos por natureza, e proporcionar a integração de conhecimentos. Enfatiza, também, que as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação devem capacitar a indústria nacional – principalmente a de defesa - para que conquiste a autonomia em tecnologias indispensáveis à referida atividade.</p> <p>Desta forma, o aporte de recursos a presente Ação Orçamentária visa atender, primordialmente: 1) As diretrizes preconizadas na Estratégia Nacional de Defesa, através da execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Marinha do Brasil - notadamente aos projetos de tecnologia autóctone - compatíveis às necessidades da Força, contribuindo para a melhoria contínua da sua missão constitucional, considerando os cenários que ela deve atuar e, proporcionando, no menor tempo possível, a redução da defasagem tecnológica prevalente nos meios operativos; e 2) contribuir para o incremento das atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de Ciência, Tecnologia e Inovação - convergindo com acordos de cooperação técnica existentes com algumas instituições de ensino e de pesquisa nacionais, que são importantes indutores de tecnologia de ponta – a busca pela dualidade de produtos (de interesse militar e civil), a transferência de conhecimento para a empresa nacional e o seu consequente estímulo a produção, a geração de empregos (diretos e indiretos), a capacitação de pessoal, os ganhos expressivos à inovação e a economia de escala - face a notória integração universidade-empresa. É, portanto, fundamental esta sinergia de esforços e distribuição de competências que possibilitem o desenvolvimento harmônico de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação específicos, a decorrente produção de tecnologia de ponta, cujo diferencial, é a economia de recursos financeiros pela redução dos custos de concepção, viabilizando a produção pela indústria nacional de defesa e sem solução de continuidade.</p> <p>O não atendimento de recursos nesta Ação Orçamentária, além de comprometer a missão defesa atribuída à Marinha do Brasil, resultará: 1) na contínua dependência de tecnologia sensível de origem externa, algumas ultrapassadas ou em fase de obsolescência - outras de resultados não confiáveis; e 2) no comprometimento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação desenvolvidas pela Força Naval, principalmente no tocante: a) a pesquisa e desenvolvimento de equipamentos, software, etc. e a consequente transferência de tecnologia para a indústria nacional; b) a capacitação de pessoal – tanto de seu escasso corpo de cientista e pesquisadores - como das instituições de ensino e pesquisas conveniadas, não agregando valor na qualificação profissional da sociedade científica brasileira; c) às atividades em funcionamento relacionadas à exploração dos recursos na área do pré-sal; d) às atividades de fiscalização do tráfego marítimo, da pesca ilegal, do combate a pirataria e ao narcotráfico, à segurança da navegação e a fiscalização da poluição marítima, na forma do disposto no Art.17 da Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; e e) a criação de empregos diretos e indiretos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo, assim como da iniciativa privada.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XP Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	Meio naval adquirido/modernizado	unidade	Investimentos	10.278.373	<p>20XP – Aquisição e Modernização de Meios da Marinha</p> <p>No âmbito desta Ação Orçamentária encontra-se o Programa de Reaparelhamento da Marinha e no Plano de Articulação e Equipamento do Ministério da Defesa que tem por objetivo dar prosseguimento na modernização de sistemas dos cinco Submarinos Classe "Tupi" (Tupi, Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna) com tecnologias mais modernas, em face da obsolescência dos sistemas ora empregados. Os submarinos são os meios navais internacionalmente reconhecidos como os mais eficientes para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas e, por isso, a Marinha do Brasil os emprega, sobretudo, na defesa das reservas de petróleo do pré-sal e das rotas do comércio exterior. A consecução desta meta permitirá a manutenção e o desenvolvimento da capacidade técnica das empresas nacionais envolvidas no processo de desenvolvimento de novas tecnologias. Ademais, ao dispor de modernos submarinos, o Brasil ampliará sua visibilidade externa e representatividade geopolítica nos fóruns internacionais.</p> <p>Também se pretende dar prosseguimento à construção de três embarcações de médio porte para transporte de pessoal, com capacidade para transportar duzentos passageiros por viagem, que serão destinadas às unidades de ensino/instrução da Marinha no estado do Rio de Janeiro; dar prosseguimento à construção de uma Lancha de Emprego Geral a ser utilizada no restabelecimento da capacidade logística de transporte de material e suprimentos para a Ilha das Enxadas, onde está sediado o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.</p> <p>Aquisição de viaturas que são utilizadas em operações de guerra, operações de paz, como a que está ocorrendo no Haiti. A Marinha do Brasil, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais, está adquirindo as Viaturas Blindadas Especiais sobre Rodas 8x8 Piranha IIC. Esta viatura permite ao Corpo de Fuzileiros Navais maior mobilidade nos diferentes tipos de terreno, aumentando significativamente seu poder de combate e proteção blindada de suas tropas. Esta viatura está sendo utilizada na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), o que confere ao Brasil grande destaque no cenário mundial, principalmente no intuito de pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Recentemente, essas viaturas blindadas foram empregadas na proteção blindada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em missões de retomada do Complexo de Comunidades da Vila Cruzeiro, do Alemão, de São Carlos e Comunidade da Mineira e Mangueira.</p> <p>Várias destas metas físicas constantes dos Planos Orçamentários possibilitaram celebração de contratos com indústrias nacionais, que possibilitaram a geração de empregos e considerável incremento de tecnologia, contribuindo para o cumprimento dos objetivos relacionados nas Diretrizes para a Nacionalização na Marinha do Brasil, com ênfase ao estímulo à indústria brasileira. Também é possível observar a capacidade de vários equipamentos e armamentos da MB em poder atender demandas do governo, no intuito de coibir práticas criminosas, bem como o atendimento à população em situações diversas, como calamidade pública ou emergências. Tais fatos, associados à imprescindível segurança nacional, permitem identificar estas necessidades num nível de importância condizente com o desenvolvimento nacional atrelado ao desenvolvimento social do país.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XR Capacitação Profissional da Marinha	Aluno capacitado	unidade	Serviços	1.101	<p>20XR – Capacitação Profissional da Marinha</p> <p>Por capacitação profissional da Marinha entenda-se a habilitação de cerca de 12.000 alunos dentre civis e militares, Oficiais e Praças, em todas as etapas da carreira, desde o seu ingresso nos cursos para formação básica, passando pela especialização e aperfeiçoamento profissional em áreas operacionais, técnicas e administrativas essenciais à Marinha, e culminando, muitas das vezes, com cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar, bem como para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de Comando, Direção, Chefia e Assessorias da alta Administração militar. Além disso, existe a formação anual de mais de 6.000 reservistas recrutados em todo o território nacional com objetivo de garantir um contingente capacitado para ser reintegrado ao serviço militar ativo em casos de convocação de emergência, em condições determinadas pelo Presidente da República, para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, ou ainda, em casos de calamidades públicas e de mobilização, nos termos da Lei.</p> <p>O não atendimento do pleito, parcial ou total, traria graves conseqüências quanto à qualidade da capacitação profissional militar, pois impossibilitaria a adoção de práticas pedagógicas modernas, a aquisição de materiais didáticos atualizados, a manutenção da infra-estrutura física e instrumental necessária à aprendizagem e o suprimento das necessidades de reparos e manutenções das 260 embarcações de instrução, empregadas nos exercícios militares curriculares de cerca de 12.000 alunos.</p> <p>Aliado a isso, deixar-se-ia de gerar empregos diretos no mercado brasileiro a curto, médio e longo prazos, haja vista a previsão de 5.200 novas vagas e de 6.000 reservistas. Também ocorreria a perda da continuidade das atividades de pesquisas e diminuição da produção científica e tecnológica na geração de conhecimentos em projetos de relevância para a sociedade, como o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa, que segue as diretrizes do Plano Plurianual "Mais Brasil" através do Programa Temático "Política Nacional de Defesa".</p> <p>Ademais, outra conseqüência seria a inviabilidade de implementação do aumento do efetivo, uma vez que a capacitação profissional, a aquisição dos recursos instrucionais e captação de mão-de-obra são fatores críticos para o sucesso do processo de ampliação do contingente da Marinha (Oficiais e Praças), aprovada pela Lei nº 12.216/2010.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14ML Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	Estação científica reconstruída	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.000.000	<p>AO – 14ML – Reconstrução da EACF</p> <p>O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) foi criado no ano de 1982 para coordenar as atividades relativas à Antártica. Esse foi um passo importante no sentido de demonstrar o interesse do País em influenciar as discussões a respeito do futuro do continente antártico e no reconhecimento da importância que os estudos científicos lá realizados poderiam ter sobre a comunidade científica brasileira e no acréscimo de conhecimento científico em temas de interesse nacional.</p> <p>Em 1983, o Brasil adquiriu o status de membro consultivo do Tratado da Antártica conquistando o direito a voto e a veto, colocando o País em posição privilegiada no cenário global e em condições de participar efetivamente das importantes decisões sobre o futuro do continente gelado. Desde a criação do PROANTAR, houve uma grande evolução de sua estrutura, objetivos e conquistas. De uma pequena Estação Científica, estabelecida no ano de 1983, passou-se a uma estrutura moderna com capacidade de apoiar até 60 pessoas, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), que operava, de forma, ininterrupta, durante todo o ano, além de dois navios de apoio antártico. Toda essa estrutura amparava mais de 20 projetos de pesquisa, com a participação de 230 pesquisadores por ano nas operações naquele continente.</p> <p>Dessa forma, o Brasil construiu, ao longo desses 30 anos, uma reconhecida e sólida reputação na comunidade internacional quanto aos temas nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geografia, meteorologia e arquitetura, que conferem ao País capacitação para conduzir atividades científicas de alto nível, principalmente nos assuntos relacionados às mudanças climáticas e ao aquecimento global, além de permitir à Marinha do Brasil (MB), com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), realizar uma das maiores operações de apoio logístico, em termos de complexidade e distância.</p> <p>Com o incêndio ocorrido em fevereiro de 2012, cerca de 70% das instalações da EACF foram atingidas, tendo sido perdidos laboratórios, alojamentos, geradores de energia, veículos de transporte, materiais, amostras e equipamentos de pesquisa científica, frigoríficas, localizados no corpo principal da Estação.</p> <p>Em março de 2012, foi aberto crédito extraordinário no Valor de R\$ 40.000.000,00, integralmente comprometido com as tarefas de preparação para desmonte da estrutura comprometida no incêndio, arrendamento de navio para apoiar a desmontagem da Estação a ser iniciada no verão antártico 2012-2013 (novembro/2012 até março 2013), aquisição e instalação de Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) que abrigarão as equipes de desmontagem, e com a aquisição de maquinários necessários à mitigação dos impactos ambientais decorrentes do sinistro ocorrido em fevereiro. Ressalta-se que o verão antártico é o único período em que é possível este tipo de empreitada naquele continente, mesmo assim, somente nos dias em que as condições climáticas permitem, pois mesmo durante o verão antártico, há ocorrência de ventos acima dos 100km/h, normalmente acompanhados de precipitação de neve, reduzindo ainda mais a janela de tempo disponível para as atividades necessárias ao desmonte e posterior reconstrução da EACF.</p> <p>Para o exercício de 2013, o valor pleiteado visa à continuação das tarefas de desmontagem iniciadas em 2012, ao suporte das tarefas afetas ao projeto da nova EACF, que será reerguida no mesmo local da Estação original, à continuidade de aquisição de equipamentos destruídos no incêndio, ao suporte e manutenção dos MAE que permanecerão no local servindo como abrigo pelo período aproximado de cinco anos e à realização de obras civis e aquisições necessárias a garantir o pleno funcionamento, apoio logístico, preparo do local e demais obras de infraestrutura para permitir a reconstrução da Estação Antártica.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2345 Missão Antártica	Estação mantida	unidade	Serviços	6.791.273	<p>2345 – Missão Antártica</p> <p>Após o incêndio na Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), iniciou-se o planejamento para se fazer frente aos desafios futuros do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), a fim de manter, permanentemente, a presença brasileira na Antártica, bem como atender às solicitações de pesquisa dos diversos projetos que são realizados naquela região, que serão apoiadas pelo Navio Polar "Almirante Maximiano" e pelo Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" da MB.</p> <p>Nesse contexto, a partir de novembro de 2012, serão instalados Módulos Antárticos de Emergência (MAE) para abrigar, temporariamente, o pessoal envolvido na remoção dos escombros e, futuramente, na reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Para tal, há necessidade de se manter o apoio logístico às Operações Antárticas (OPERANTAR), e a manutenção dos MAE, até o término da reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com o atendimento das seguintes metas físicas: Aquisição de sobressalentes, gêneros alimentícios, material de consumo e administrativo para os Módulos Antárticos Emergenciais (MAE); Convênio com a Fundação de Apoio Universidade Federal do Rio Grande (FAURG) para manutenção da Estação de Apoio Antártico (ESANTAR-RG), localizada no campus da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Aquisição de vestimentas antárticas e acessórios utilizados na Antártica; Treinamento Pré-Antártico (TPA) para todo pessoal que participa das Operações Antárticas (OPERANTAR); Aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e equipamentos de apoio para a Estação de Apoio Antártico (ESANTAR-Rio), localizada na Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro (BAMRJ); Manutenção de equipamentos e obras estruturais da Estação de Apoio Antártico no Rio de Janeiro (ESANTAR-Rio); Despesas com os voos de apoio logístico (catering, despesas operacionais e taxas aeroportuárias), que partem do Rio de Janeiro; Pagamento de serviços de comunicação satélite (Iridium, BGAN) utilizada em acampamentos na Antártica; e, Diárias e passagens para a realização de reuniões de coordenação, voo de apoio, visitas técnicas e inspeções, embarque nos Navios de Apoio Antártico da Marinha Brasileira (MB).</p> <p>O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) consolidou-se como um programa de sucesso ao longo dos últimos 30 anos operando no Continente Gelado. Sua existência já conferiu ao Brasil um amplo legado na formação de gerações de pesquisadores, no desenvolvimento de uma logística de alcance internacional para a realização de atividades científicas, que dependem de uma complexa estrutura e no reconhecimento da capacitação do País para conduzir atividades científicas de alto nível, principalmente nos assuntos relacionados às mudanças climáticas e ao aquecimento global, que mais interessam ao Brasil, realizando pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de modo a manter seu status de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, o que lhe confere direito de voto em todas as decisões a serem tomadas sobre o futuro do Continente. Nesse contexto, este Plano Orçamentário destina-se à custear as despesas com o apoio logístico, por via marítima e aérea, das Operações Antárticas (OPERANTAR), realizadas anualmente pelo Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), para desenvolver pesquisa de alto nível nas áreas de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, arquitetura e meteorologia, permitindo a formação de centenas de cientistas e um vasto acervo de estudos nessas áreas, gerando tecnologia de ponta e novas patentes, contribuindo para o desenvolvimento científico e socioeconômico do País e maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas na Antártica. Dentre os reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está o alto nível alcançado atualmente pela previsão meteorológica feita pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), que mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), que beneficia todos os setores (Agricultura, Defesa civil, Aviação, Turismo, etc) que necessitam de uma informação do tempo com confiabilidade, bem como o de garantir ao Estado Brasileiro a participação efetiva no Tratado Antártico, principalmente no que se refere ao destino do Continente Branco no futuro. Além disso, a OPERANTAR permite a Marinha do Brasil (MB), com apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), realizar uma das maiores operações de apoio logístico, em termos</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

de complexidade e distancia. Cabe salientar que as conseqüências do não atendimento poderão gerar diminuição da capacidade de realizar pesquisas na Antártica, que resultem em tecnologia de ponta e novas patentes, principalmente na área de oceanografia, biologia, biologia marinha, glaciologia, geologia, arquitetura e meteorologia e formação acadêmica, com a conseqüente redução da expectativa desse conhecimento ser transformado em riquezas para a sociedade brasileira e o comprometimento da manutenção da presença brasileira no Continente Branco, com reflexos negativos para a posição brasileira no contexto do Tratado Antártico.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2518 Apoio à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul	Infraestrutura mantida	percentual de execução	Serviços	134.637	<p>2518 - Apoio à Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul</p> <p>Dotar a Marinha do Brasil com recursos para projetos e atividades empreendidos pelo Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) para alcançar os objetivos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) estão segmentados em recursos vivos e não vivos, bem como na formação de recursos humanos qualificados na área de Ciências do Mar e na criação de uma Mentalidade Marítima na sociedade brasileira. As pesquisas e as atividades são realizadas utilizando-se a infraestrutura existente e o apoio dos meios flutuantes designados pela Marinha do Brasil ou contratados, bem como por meio de implantação, ampliação e manutenção das Estações Científicas, capacitação de pessoal, aquisição de equipamentos, modernização de laboratórios, apoio aos meios flutuantes empregados, contratação de serviços de transporte de pesquisadores, realização de reuniões de coordenação e seminários temáticos, nacionais e internacionais, contratação de serviços de assessoria e de divulgação dos diversos Programas e Planos do Plano Setorial para os Recursos do Mar. No que se refere ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico, a Ação prevê a obtenção de materiais, equipamentos e serviços destinados a: ampliação e consolidação da capacidade do País em monitorar e gerar previsões ambientais e da utilização eficaz dos recursos marinhos na região marítima de interesse do País; estabelecimento de um sistema de monitoramento oceanográfico e climatológico que aprimore o conhecimento do papel dos oceanos face às mudanças climáticas; previsão de fenômenos naturais extremos que produzem forte impacto sobre a vida das populações costeiras e a sustentabilidade econômica local; obtenção de sensores, boias fixas, de deriva e similares, marégrafos, ondógrafos equipamentos e materiais necessários ao lançamento, manutenção e operações de redes de observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos; criação e articulação da infraestrutura de pesquisa científica e operacional compartilhada; manutenção dos meios flutuantes empregados nas atividades; manutenção de laboratórios de pesquisas; modernização e manutenção dos instrumentos e equipamentos oceanográficos e meteorológicos utilizados; contribuição para a realização de pesquisas e atividades previstas no Plano Setorial para os Recursos do Mar e no Plano de Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC); e provimento da infraestrutura de coordenação, serviços de assessoria, realização de seminários e desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e de divulgação que se façam necessárias. Essa Ação contribui, diretamente, com o desenvolvimento de uma infraestrutura de apoio às pesquisas no mar, necessária para a obtenção de informações técnico-biológicas, econômicas e ambientais da Amazônia Azul, que servirá de fonte de consulta para que empresas, públicas e privadas, e órgãos governamentais possam desenvolver atividades de exploração econômica e de gestão ambiental, desenvolvendo tecnologia de ponta e novas patentes, com geração de empregos e qualificação de recursos humanos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País e maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar, que possam atender as demandas mais prementes do Brasil, tais como renda, saúde, segurança e alimentação saudável para a população brasileira. Consequências do Não Atendimento: Diminuição da infraestrutura de apoio à pesquisa, com reflexos negativos na capacidade de realizar pesquisas que resultem em tecnologia de ponta e novas patentes, principalmente nas áreas de biotecnologia, aquicultura, oceanografia, geologia, conservação ambiental e formação acadêmica, com a conseqüente redução da expectativa desse conhecimento ser transformado em riquezas para a sociedade brasileira, implicando na contínua dependência de tecnologia sensível de origem externa, algumas ultrapassadas ou em fase de obsolescência, outras de resultados não confiáveis; e no comprometimento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&amp;I) desenvolvidas no País.</p> <p>As principais conseqüências do não atendimento das necessidades apresentadas serão o prejuízo na capacidade de obter e de gerenciar os dados pretéritos existentes sobre o Mar e fundo marinho da Plataforma Continental Brasileira; Diminuição da capacidade de realizar pesquisas que resultem em tecnologia de ponta e novas patentes, principalmente nas áreas de biotecnologia, aquicultura, oceanografia, geologia, conservação</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

ambiental e formação acadêmica, com a conseqüente redução da expectativa desse conhecimento ser transformado em riquezas para a sociedade brasileira; Redução da rate de obtenção de informações importantes para a segurança e defesa da nossa Amazônia Azul; e, Comprometimento na manutenção das Estações Científicas nas Ilhas Oceânicas (Trindade e São Pedro e São Paulo), com prejuízo para as pesquisas lá desenvolvidas e, conseqüentemente, para os respectivos benefícios para a sociedade Brasileira. No caso do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a desativação da estação científica poderá levar à perda do direito de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) ao redor do arquipélago.

### 52221 Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

4528 Produção de Material de Emprego Militar	Material produzido	unidade	Serv. / Invest.	147
--	--------------------	---------	-----------------	-----

A ação visa atender as atividades de manutenção, produção e investimento, nas cinco unidades de produção, FPV, FI, FJF, FMCE e FE. Os investimentos de acordo com o Planejamento Estratégico da IMBEL e manutenção da capacidade de produção das plantas fabris. A produção de grãos propelentes SBAT70, nitrocelulose, pólvora bs, trotil, munição, transceptor trc-1193, fuzil carabina, pistola, booster, cordel detonante, granulado, emulsão, espoleta, espoletim, rdx estabilizado. Seram 8.112.060,00 unidade de produtos de defesa. Para representar estes itens será usado o tempo padrão de fabricação cuja unidade é o Hh, uma quantidade de 602.193 UPD'S.

### 52222 Fundação Osório

20XS Ensino Assistencial na Fundação Osório	Aluno formado	unidade	Serviços	924
---	---------------	---------	----------	-----

O Custo Unitário Médio/ano por aluno, engloba Ensinos Fundamental e Médio visando orientação, educação e instrução segura aos alunos, garantindo aos meios auxiliares e equipamentos necessário ao funcionamento de laboratório línguas, física, química, informática e biologia, material e equipamentos necessários a educação musical e esportiva aos alunos além de propiciar constantemente ao corpo docente a realização de cursos e estágios de interesse da educação. R\$ 1.177.141, : 1.274 = 923,97.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 52902 Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

20XT Serviços Médico-Hospitalares do Hospital das Forças Armadas

Paciente atendido

unidade

Serv. / Invest.

91

Por se tratar de um hospital terciário, ou seja, que atende desde especialidades comuns até atividades mais complexas, como cirurgias das mais diversas, medicina nuclear, quimioterapia, unidade de tratamento intensivo, tratamento em câmara hiperbárica, clínica de hemodinâmica, entre outros, o HFA precisa dispor de materiais médico-hospitalares necessários ao pronto atendimento de seus pacientes. Desta forma, é bastante relevante o valor gasto com suprimentos nas áreas médica, odontológica e hospitalar, que apresentam como itens mais representativos deste eixo os materiais laboratoriais, de penso, medicamentos, incluindo os quimioterápicos, as dietas enterais, bem como os materiais de órtese, prótese e materiais especiais (OPME). Tais itens, consideradas as suas necessidades mensais, possuem um valor anual estimado em R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais)

De igual modo, outro valor tão relevante quanto o custo envolvido com os suprimentos médico-hospitalares são os gastos anuais dispendidos com os diversos contratos administrativos necessários à manutenção da atividade fim do hospital e ao adequado desempenho de suas atividades, dentre os quais podemos mencionar:

- a) Serviços de limpeza técnica hospitalar: R\$ 10.500.000,00;
- b) Fornecimento de gases medicinais: R\$ 465.000,00;
- c) Manutenção do parque de equipamentos médicos do hospital: R\$ 2.550.000,00;
- d) Coleta de resíduos infectantes e de lixo hospitalar: R\$ 405.000,00;
- e) Aquisição de gás GLP com vistas ao funcionamento das caldeiras hospitalares, as quais produzem os vapores necessários às áreas de lavanderia hospitalar; cozinha industrial; abastecimento da Central de Material Esterilizado (CME): R\$ 1.405.000,00.

Dentre os principais investimentos previstos para a atividade fim do hospital podemos mencionar:

- a) Construção de novo Centro de Fisioterapia: R\$ 1.500.000,00;
- b) Revitalização do 4º andar da lâmina hospitalar: R\$ 4.000.000,00;
- c) Aquisição de equipamentos médico-hospitalares: R\$ 4.050.000,00.

O orçamento estimado para a Ação 20XT é de R\$ 52.091.964,00 (cinquenta e dois milhões, noventa e um mil, novecentos e sessenta e quatro reais). Os custos acima detalhados representam apenas uma previsão parcial dos gastos totais a serem realizados nesta ação. O custo médio unitário, considerando a previsão de atendimento de 570 mil pacientes, é de R\$ 91,39 (noventa e hum reais e trinta e nove centavos).

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>52911 Fundo Aeronáutico</b>					
14TH Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos	Sistema adequado	unidade	Serv. / Invest.	7.848	Aquisição, implantação e adequação de novos sistemas bélicos, equipamentos de comunicação e eletrônica e itens voltados à telemática militar, de forma a suprir a Força Aérea Brasileira de meios necessários às operações militares e ao cumprimento da missão constitucional atribuída à Aeronáutica.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serv. / Invest.	730	Atender despesas obrigatórias com Assistência médica, hospitalar, odontológica e exames periódicos dos Militares, Servidores, Empregados, Ex-Combatentes, Dependentes e Pensionistas.
20XV Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	Sistema mantido	unidade	Serv. / Invest.	1.257.093.510	Manutenção, capacitação, ampliação e modernização da estrutura do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), acompanhando o crescimento e o desenvolvimento do tráfego aéreo, garantindo a segurança de voo.
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	Unidade farmacêutica produzida	milhar	Serv. / Invest.	11	Produção e distribuição de produtos químicos, fármacos, medicamentos, fitoterápicos e insumos para os programas governamentais de assistência.

### 52921 Fundo do Exército

13D9 Aquisição e Construção de Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	Unidade habitacional adquirida/construída	unidade	Investimentos	190.472	A mobilidade, que é característica do militar do Exército Brasileiro, depara com a carência habitacional nas localidades priorizadas para fixação das organizações militares em todo território nacional, em especial nas regiões de fronteiras, havendo a necessidade de prover com novas unidades habitacionais com valores provenientes de percentual oriundos do desconto dos militares ocupantes de próprios nacionais residenciais sob a jurisdição da Força Terrestre.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.033	O Serviço de Assistência Médica e Odontológica aos Militares, Servidores Cívicos, Dependentes Legais e Pensionistas é realizado de forma complementar com recursos oriundos de descontos do pessoal assistido, por intermédio de rede hospitalar própria e de convênio com organizações civis de saúde.
2919 Registro e Fiscalização de Produtos Controlados	Fiscalização realizada	unidade	Serv. / Invest.	53	Atender as necessidades da fiscalização dos produtos de uso exclusivo militar e material sob controle do Exército Brasileiro.
4450 Aprestamento do Exército	Militar instruído/adestrado	unidade	Serv. / Invest.	368.260	O Aprestamento da Força Terrestre, por meio da prontidão dos militares servindo nas 658 organizações militares, é realizado pelos recursos internos arrecadados de forma de complementaridade aos recursos ordinários na União. Os recursos da presente Ação são fundamentais para a manutenção dos efetivos adestrados para as diversas atividades características do Exército Brasileiro.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>52931 Fundo Naval</b>					
20XN Aprestamento da Marinha	Organização apoiada	unidade	Serv. / Invest.	2.210.792	<p>20XN – Aprestamento da Marinha</p> <p>Os meios navais da Marinha do Brasil destinam-se ao patrulhamento dos mares brasileiros, podendo ser utilizado tanto em situação de conflito como em situação de paz, visando ao resguardo dos recursos naturais e estratégicos existentes ao longo dos 8.500 km de litoral e 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva. Além disso, os navios da MB apóiam atividades de repressão às atividades ilícitas (pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição do meio ambiente marinho), contribuindo, significativamente, para a segurança das instalações costeiras e das plataformas marítimas. Destaca-se, também, a realização de operações de busca e salvamento na área de responsabilidade do Brasil, em ações semelhantes à ocorrida no acidente com o voo da Air France em 2009, e o resgate dos tripulantes do Veleiro Oceânico "CONCORDIA", de bandeira canadense, ocorrido em 2010, com grande visibilidade para o Brasil.</p> <p>Para a realização das atividades supramencionadas, a Marinha do Brasil deverá realizar Programas de Manutenção Geral, fim aumentar a confiabilidade dos meios navais e aeronavais. Além disso, a Política de Defesa Nacional estabelece que as Forças Armadas devam manter forças estratégicas em condições de emprego imediato para aplicação em diferentes tipos de cenários (estado de paz, de crise, de guerra ou de conflito armado). A configuração dessas forças (especificação e quantidade de meios) está diretamente relacionada ao tipo de emprego. Dessa forma, a Marinha do Brasil empregará os recursos solicitados para elevar a disponibilidade de suas aeronaves em cerca de 19% e reduzir em 14% a indisponibilidade de seus meios navais.</p> <p>A possibilidade de exploração das novas reservas de petróleo e gás nos campos do pré-sal provocará uma significativa expansão dos investimentos. Ademais, permitirá reduzir a vulnerabilidade externa do país com afluxo dos investimentos diretos para a cadeia produtiva dos setores petrolífero e marítimo, bem como, pelo acúmulo de divisas oriundas da exploração dos recursos naturais. Dessa forma, tornam-se importante as ações de presença da Marinha do Brasil, em especial nas áreas do pré-sal e fluviais do Amazonas, patrimônios da "Amazônia Azul". Assim, considerando-se o emprego dos navios e embarcações existentes nos 9 nove Comandos Distritais sediados nas cinco regiões do país, será possível efetuar 2.670 dias de mar em proveito de patrulhas navais, inspecionando-se mais de 7.700 embarcações em todo o território nacional.</p> <p>Sob o enfoque da missão de Paz no Haiti, a Marinha do Brasil pretende enviar o Navio de Desembarque de Carros de Combate "Almirante Sabóia", com o propósito de apoiar a reconstrução nacional e institucional daquele paz naquele país, transportando mais de 1.600t de material de ajuda humanitária ao povo haitiano, contribuindo para a visibilidade externa do Brasil junto à Comunidade Internacional.</p> <p>Especificamente em relação aos Navios de Assistência Hospitalar, os chamados "Navios da Esperança", a Marinha do Brasil poderá realizar 21 Ações Cívico-Sociais (ACISO) e 18 Assistências Hospitalares (ASSHOP), em 363 municípios da região norte e 33 localidades da região Centro-Oeste. Com isso, espera-se efetuar 42.000 atendimentos médicos e 77.400 atendimentos odontológicos às populações ribeirinhas sediadas naqueles ecossistemas (Amazônia e Pantanal), ampliando as ações sociais do governo federal nas áreas mais remotas do território nacional. Assim sendo, em face das tendências recentes atreladas ao crescimento econômico do país e à redução de sua vulnerabilidade externa, não atender ao pleito apresentado, correspondente ao Aprestamento da Marinha, representará a perda de oportunidade para ampliar as capacidades de defesa do Estado brasileiro, impedindo a segurança adequada às suas riquezas minerais e biológicas, e comprometendo as condições para o desenvolvimento consolidado.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XP Aquisição e Modernização de Meios da Marinha	Meio naval adquirido/modernizado	unidade	Investimentos	23.000.000	<p>20XP – Aquisição e Modernização de Meios da Marinha</p> <p>No âmbito desta Ação Orçamentária encontra-se o Programa de Reaparelhamento da Marinha e no Plano de Articulação e Equipamento do Ministério da Defesa que tem por objetivo dar prosseguimento na modernização de sistemas dos cinco Submarinos Classe "Tupi" (Tupi, Tamoio, Timbira, Tapajó e Tikuna) com tecnologias mais modernas, em face da obsolescência dos sistemas ora empregados. Os submarinos são os meios navais internacionalmente reconhecidos como os mais eficientes para a garantia de negação do uso do mar e o controle marítimo das áreas estratégicas e, por isso, a Marinha do Brasil os emprega, sobretudo, na defesa das reservas de petróleo do pré-sal e das rotas do comércio exterior. A consecução desta meta permitirá a manutenção e o desenvolvimento da capacidade técnica das empresas nacionais envolvidas no processo de desenvolvimento de novas tecnologias. Ademais, ao dispor de modernos submarinos, o Brasil ampliará sua visibilidade externa e representatividade geopolítica nos fóruns internacionais.</p> <p>Também se pretende dar prosseguimento à construção de três embarcações de médio porte para transporte de pessoal, com capacidade para transportar duzentos passageiros por viagem, que serão destinadas às unidades de ensino/instrução da Marinha no estado do Rio de Janeiro; dar prosseguimento à construção de uma Lancha de Emprego Geral a ser utilizada no restabelecimento da capacidade logística de transporte de material e suprimentos para a Ilha das Enxadas, onde está sediado o Centro de Instrução Almirante Wandenkolk.</p> <p>Aquisição de viaturas que são utilizadas em operações de guerra, operações de paz, como a que está ocorrendo no Haiti. A Marinha do Brasil, por meio do Corpo de Fuzileiros Navais, está adquirindo as Viaturas Blindadas Especiais sobre Rodas 8x8 Piranha IIC. Esta viatura permite ao Corpo de Fuzileiros Navais maior mobilidade nos diferentes tipos de terreno, aumentando significativamente seu poder de combate e proteção blindada de suas tropas. Esta viatura está sendo utilizada na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), o que confere ao Brasil grande destaque no cenário mundial, principalmente no intuito de pleitear uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Recentemente, essas viaturas blindadas foram empregadas na proteção blindada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em missões de retomada do Complexo de Comunidades da Vila Cruzeiro, do Alemão, de São Carlos e Comunidade da Mineira e Mangueira.</p> <p>Várias destas metas físicas constantes dos Planos Orçamentários possibilitaram celebração de contratos com indústrias nacionais, que possibilitaram a geração de empregos e considerável incremento de tecnologia, contribuindo para o cumprimento dos objetivos relacionados nas Diretrizes para a Nacionalização na Marinha do Brasil, com ênfase ao estímulo à indústria brasileira. Também é possível observar a capacidade de vários equipamentos e armamentos da MB em poder atender demandas do governo, no intuito de coibir práticas criminosas, bem como o atendimento à população em situações diversas, como calamidade pública ou emergências. Tais fatos, associados à imprescindível segurança nacional, permitem identificar estas necessidades num nível de importância condizente com o desenvolvimento nacional atrelado ao desenvolvimento social do país.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XR Capacitação Profissional da Marinha	Aluno capacitado	unidade	Serviços	3.375	<p>20XR – Capacitação Profissional da Marinha</p> <p>Por capacitação profissional da Marinha entenda-se a habilitação de cerca de 12.000 alunos dentre civis e militares, Oficiais e Praças, em todas as etapas da carreira, desde o seu ingresso nos cursos para formação básica, passando pela especialização e aperfeiçoamento profissional em áreas operacionais, técnicas e administrativas essenciais à Marinha, e culminando, muitas das vezes, com cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar, bem como para o exercício de funções de Estado-Maior, cargos de Comando, Direção, Chefia e Assessorias da alta Administração militar. Além disso, existe a formação anual de mais de 6.000 reservistas recrutados em todo o território nacional com objetivo de garantir um contingente capacitado para ser reintegrado ao serviço militar ativo em casos de convocação de emergência, em condições determinadas pelo Presidente da República, para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, ou ainda, em casos de calamidades públicas e de mobilização, nos termos da Lei.</p> <p>O não atendimento do pleito, parcial ou total, traria graves consequências quanto à qualidade da capacitação profissional militar, pois impossibilitaria a adoção de práticas pedagógicas modernas, a aquisição de materiais didáticos atualizados, a manutenção da infra-estrutura física e instrumental necessária à aprendizagem e o suprimento das necessidades de reparos e manutenções das 260 embarcações de instrução, empregadas nos exercícios militares curriculares de cerca de 12.000 alunos.</p> <p>Aliado a isso, deixar-se-ia de gerar empregos diretos no mercado brasileiro a curto, médio e longo prazos, haja vista a previsão de 5.200 novas vagas e de 6.000 reservistas. Também ocorreria a perda da continuidade das atividades de pesquisas e diminuição da produção científica e tecnológica na geração de conhecimentos em projetos de relevância para a sociedade, como o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa, que segue as diretrizes do Plano Plurianual "Mais Brasil" através do Programa Temático "Política Nacional de Defesa".</p> <p>Ademais, outra consequência seria a inviabilidade de implementação do aumento do efetivo, uma vez que a capacitação profissional, a aquisição dos recursos instrucionais e captação de mão-de-obra são fatores críticos para o sucesso do processo de ampliação do contingente da Marinha (Oficiais e Praças), aprovada pela Lei nº 12.216/2010.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20XX Auxílios e Fiscalização da Navegação Aquaviária	Fiscalização realizada	percentual de execução	Serviços	422.435	<p>20XX – Auxílio e Fiscalização da Navegação Aquaviária</p> <p>Auxiliar à navegação com instrumentos visuais, eletrônicos e documentais que garantam a segurança da navegação aquaviária. Nesse contexto, existem os faróis, as bóias simples e as rádios entre outras. Vale lembrar que no caso brasileiro, a Marinha do Brasil deve atentar para a proteção de 8.500 km de litoral; 3,5 milhões de km quadrados de Zona Econômica Exclusiva, além do crescente fluxo de comércio marítimo internacional, abrangendo hidrovias para o transporte fluvial no interior do país e com os países vizinhos.</p> <p>A utilização cabal e eficiente de todas essas rotas de comunicação marítima somente poderá ser possível se o país possuir adequada rede de auxílios à navegação, a exemplo dos faróis e das bóias auxiliares, de importância vital para o perfeito posicionamento e o trânsito dos navios, a fim de evitar, entre outros perigos, acidentes com relevantes prejuízos humanos, materiais, financeiros e ambientais. Dessa forma, o não atendimento do pleito apresentado poderá acarretar prejuízos diretos sobre a economia do país, visto que as transações comerciais marítimas poderão ser direcionadas para países vizinhos, em função da falta de segurança nas vias marítimas brasileiras.</p> <p>Cabe mencionar também que o registro e a fiscalização de embarcações em um país provido de águas navegáveis (mares costeiros, praias, rios e lagos) reveste-se de importância e cuidados especiais, notadamente quanto às embarcações de transporte e de esporte/recreio, que podem provocar acidentes. Para coibir as atitudes inoportunas de cidadãos que desrespeitam as regras de navegação e/ou não colaboram com a fiscalização náutica, a Marinha do Brasil aplica, em média, 14.000 autos de infrações por ano aos condutores de embarcações que oferecem riscos à segurança do tráfego aquaviário. Não obstante, a média de acidentes náuticos gira em torno de 800 ao ano. As estatísticas apresentadas corroboram a necessidade de manutenção e atendimento do pleito financeiro registrado na presente Ação Orçamentária, visto que a redução das ações de Inspeção Naval, registro e fiscalização acarretará o incremento de acidentes náuticos e de incidentes envolvendo poluição marítima repercutindo, negativamente, tanto no contexto nacional quanto no internacional.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**52932 Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
2510 Ensino Profissional Marítimo	Aluno capacitado	unidade	Serviços	2.337	<p>2510 – Ensino Profissional Marítimo</p> <p>Preparar e habilitar os recursos humanos (alunos) para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em atividades correlatas, que compreendem o ensino para os empregados de agências e de empresas de navegação e de empresas operadoras portuárias, fortalecendo o acesso à educação profissional, a melhoria da qualidade do ensino, como também, proporcionar uma intensificação conjunta entre outras políticas sociais do País, além de fomentar o desenvolvimento econômico das Unidades da Federação, onde existe a presença da Marinha do Brasil.</p> <p>Para tanto, são necessários recursos para o custeio de despesas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bolsa-auxílio para o atendimento básico de alimentação, pousada e artigos de higiene pessoal;</li> <li>- Merenda escolar para os cursos, sendo que, completa para àqueles com duração maior de 04 horas;</li> <li>- Docentes (professores, instrutores, coordenadores e conferencistas), incluindo os gastos com obrigações patronais;</li> <li>- Aluguel de embarcações para prover transporte/apoio ao ensino dos alunos;</li> <li>- Laboratórios de ensino e piscinas para exames práticos de sobrevivência no mar e rio;</li> <li>- Assinaturas de convênios com Órgãos-Gestores de Mão-de-Obra e as Fundações de Ensino para a realização/apoio aos cursos do Sistema de Ensino Profissional Marítimo dos Grupos-Aquaviários, Portuários e Atividades Correlatas, tendo por finalidade ampliar a capacidade de ensino para atender as necessidades do mercado de trabalho ou de Normas Internacionais; e</li> <li>- Dotar o órgão central do Ensino Profissional Marítimo, representado pela Diretoria de Portos e Costas e os Órgãos Executores de Ensino, representados pelas Capitânicas, Delegacias, Agências e Centros de Instrução, existentes nas Unidades da Federação exceto Roraima - RR, com recursos instrucionais e material didático, visando o aprimoramento das técnicas de ensino.</li> </ul> <p>Esta Ação Orçamentária, também, objetiva custear despesas com aquisição de uniformes, bem como a realização de concursos para ingresso nas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, abrangendo o aluguel de espaços, remessa de provas por SEDEX e exame psicológico dos candidatos, nacionalização e modernização dos simuladores utilizados como ferramenta importante nas aulas práticas, visando a complementação do ensino teórico e desenvolver nos alunos, o mais cedo possível, as habilidades necessárias ao desempenho de suas futuras funções à bordo.</p> <p>Cabe ressaltar, o desenvolvimento de cursos à distância em complementação aos cursos presenciais, livros e assinaturas de periódicos nacionais e estrangeiros, necessários ao acompanhamento tecnológico dos professores e instrutores dos marítimos, contratos para a realização de cursos, simpósios e conferências, necessárias à atualização do Corpo Docente do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha, no estado do Rio de Janeiro e do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém, no estado do Pará, a serem realizados no país. O Brasil é referência para as Américas do Sul, Central e parte da África, atestando o nível de capacitação profissional a que o Oficial brasileiro se lança no mercado de trabalho, ampliando o nível e a qualidade da escolarização da população, contribuindo para promover o acesso universal à educação da população.</p> <p>Os recursos pleiteados, sob a ótica social, fará com que a qualificação profissional contribua sobremaneira para o mercado de trabalho e o aquecimento da demanda por estes serviços, os quais são, muitas das vezes, realizados por empresas médias e de grande porte, cujos serviços representam uma fatia importante de suas receitas anuais.</p> <p>Com as descobertas no Pré-Sal, nos elevam a um novo patamar de reservas e produção de petróleo, em posição de destaque no ranking das grandes empresas de energia. Com a experiência adquirida no desenvolvimento de campos em águas profundas necessita de técnicos preparados, hoje, para desenvolver as acumulações existentes no Pré-Sal.</p> <p>Custear parcialmente as despesas de funcionamento e de manutenção da Diretoria de Portos e Costas (DPC), Capitânicas (CP), Delegacias (Del) e Agências (Ag) dos Portos, localizadas em todas as unidades da</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Federação, exceto em Roraima (RR) que fazem parte do Sistema do Ensino Profissional Marítimo (EPM) e integralmente, por abrigarem atividades de ensino superior, os Centros de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA - Estado do Rio de Janeiro) e Almirante Braz de Aguiar (CIABA - Estado do Pará), bem como as de caráter permanente determinadas para essas Organizações de Marinha (OM), inclusive aquisições no exterior com o fim de manter atualizado, principalmente, o acervo técnico da DPC e dos Centros de Instrução (CI), contribuindo para manter as condições de apoio adequadas aos alunos do Ensino Profissional Marítimo, e para ampliar o nível e qualidade da escolarização da população.

Também custear diárias de servidores militares e civis com o fim de contribuir para a aplicação dos cursos do Ensino Profissional Marítimo que visam a qualificação de pessoal para o mercado de trabalho, além das passagens e do transporte dos alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino (cursos de formação, adaptação, aperfeiçoamento, estágios especiais e ensinos à distância e presencial) e dos candidatos aprovados por meio de concurso às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 53000 Ministério da Integração Nacional

### 53101 Ministério da Integração Nacional

101N Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú, Mamanguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açu no Nordeste Setentrional	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	200.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.
10BC Implantação de Projetos de Irrigação	Projeto apoiado	unidade	Investimentos	500.000	Objetiva a elaboração de estudos e projetos de irrigação e implantação de obras de pequeno vulto na Região Centro Oeste.
10CT Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12.688.649	Custo unitário referente a 78 km.
10E9 Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	4.711.999	Custo unitário referente a 55 km.
10ER Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio com 1.070ha no Estado do Tocantins	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	63.346	Custo unitário referente a 989 ha .
10F6 Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.006.173	Custo unitário referente a 419 km.
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Serviços	793.333	Custo unitário referente a 100 %.
11NF Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	305.260	Custo unitário referente a 100%.
11NO Implantação do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km no Estado de Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	140.417	Custo unitário referente a 168 km.
11PO Implantação de Sistemas de Poços de Água Subterrânea	Poço implantado	unidade	Investimentos	100.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.
124L Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.666.667	Custo unitário referente a 18 hm³.
126Z Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	105.173.004	Custo unitário referente a 1 unidade.
127A Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	859.000	Custo unitário referente a 100 %.
127C Ampliação do Sistema de Macrodrenagem Urbana da Bacia do Rio Timbó e Bacia do Rio Paratibe, no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	64.822.821	Custo unitário referente a 1 unidade.
127D Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	22.027.681	Custo unitário referente a 5 unidades.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
12EP Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	10.334.405	Custo unitário referente a 286 km.
12FP Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio com 1.716 ha no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	46.620	Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Alto Sertão Sergipano.
12FR Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	61.538	Contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na Região. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
12FZ Construção da Barragem do Rio Imburuçu para fins de Irrigação no Estado de Goiás	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	8.333	Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Campo Alegre, no Estado de Goiás. Dar segurança hídrica ao Projeto de Irrigação Campo Alegre, em uma área de aproximadamente 6.000 ha. Armazenar água e regularizar a vazão do Ribeirão Imburuçu para atender a demanda nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 1.700ha ao sistema produtivo da região.
12G2 Construção do Canal de Irrigação Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul	Canal construído	quilômetro	Investimentos	5.000	Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Atender a demanda hídrica nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 17.000 ha ao sistema produtivo da região.
12G3 Construção do Canal de Irrigação Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul	Canal construído	quilômetro	Investimentos	4.466	Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Atender a demanda hídrica nos períodos secos e, principalmente, nos anos críticos de precipitações. Incorporar em torno de 15.000 ha ao sistema produtivo da região.
12G4 Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina	Adutora implantada	quilômetro	Investimentos	1.767.384	Custo unitário referente a 57 km.
12G6 Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Barragem recuperada	unidade	Investimentos	8.333.333	Custo unitário referente a 24 unidade.
12G7 Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	8.711.111	Custo unitário referente a 112,5 km.
12L6 Desassoreamento e Recuperação da Bacia do Rio Taquari - No Estado do Mato Grosso do Sul	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
13RU Projeto para Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo Sul) - na Região Nordeste	Projeto implantado	percentual de execução	Investimentos	12.000.000	Custo unitário referente a 1 unidade.
140H Elaboração do Plano Diretor Nacional, do Programa Nacional e de Planos e Programas Estaduais de Irrigação e Drenagem	Plano apoiado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.000.000	Elaboração e implantação do Plano Diretor Nacional da Agricultura Irrigada, do Programa Nacional de Irrigação e Drenagem e de Planos Diretores e Programas Estaduais, de modo a estabelecer objetivos, diretrizes e instrumentos para a expansão da agricultura irrigada no país.
140M Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco	Barragem construída	percentual de execução	Investimentos	594.059	Custo unitário referente a 303 hm³.
140N Recuperação e Adequação de Infraestruturas Hídricas	Obra apoiada	unidade	Investimentos	400.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.
140S Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.571.429	Custo unitário referente a 21 hm³.
14RL Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	10.000.000	Custo unitário referente a 100 %.
14RM Implantação da Barragem Germinal no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	219.045	Custo unitário referente a 100 %.
14RP Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura recuperada	unidades por ano	Investimentos	5.000.000	Custo unitário referente a 2 unidades.
14RQ Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	79.140	Custo unitário referente a 100 %.
14RR Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	149.532	Custo unitário referente a 100 %.
14RS Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	189.717	Custo unitário referente a 100 %.
14RT Ampliação da Adutora Mirandiba - no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	11.604	Custo unitário referente a 100 %.
14RU Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.144.314	Custo unitário referente a 100 %.
14RV Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	7.036	Custo unitário referente a 100 %.
14RW Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D'Água do Casado e Piau no Estado de Alagoas	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	49.352	Custo unitário referente a 100 %.

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
14RX Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	680.000	Custo unitário referente a 100 %.
14RY Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.900.000	Custo unitário referente a 100 %.
14RZ Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	64.160	Custo unitário referente a 100 %.
14S0 Recuperação da Adutora do Garrincho no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	180.000	Custo unitário referente a 100 %.
14S2 Ampliação do Sistema Adutor Maria Tereza Coelho no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	5.968	Custo unitário referente a 100 %.
14S3 Implantação do Sistema Adutor Parelhas-Carnaúba dos Dantas no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	63.000	Custo unitário referente a 100 %.
14S4 Ampliação do Sistema Adutor Ouricuri no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	355.167	Custo unitário referente a 100 %.
14S5 Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	756.811	Custo unitário referente a 100 %.
14S6 Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	78.000	Custo unitário referente a 100 %.
14S7 Implantação da Adutora Inhumas no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Custo unitário referente a 100 %.
14S8 Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	34.873	Custo unitário referente a 100 %.
14S9 Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	53.826	Custo unitário referente a 100 %.
14SA Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Piauitinga no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	60.238	Custo unitário referente a 100 %.
14SB Implantação da Adutora Tabocas-Poço Fundo no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	195.675	Custo unitário referente a 100 %.
14SC Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	132.663	Custo unitário referente a 100 %.
14SD Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	594.801	Custo unitário referente a 100 %.
14SE Ampliação do Sistema de Produção de Água de Cabrobó no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12.874	Custo unitário referente a 100 %.
14SF Implantação do Sistema Adutor Águas Belas no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12.874	Custo unitário referente a 100 %.

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
14SG Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	480.000	Custo unitário referente a 100 %.
14SH Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	3.121.667	Custo unitário referente a 100 %.
14SI Implantação de Barragem de Regularização no Rio Paracatu e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Brasília de Minas no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	240.000	Custo unitário referente a 100 %.
14SJ Implantação do Sistema de Produção de Água de Bodocó e Ipubi no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	13.104	Custo unitário referente a 100 %.
14SK Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	15.221	Custo unitário referente a 100 %.
14SL Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	24.208	Custo unitário referente a 100 %.
14SN Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Siriji - Etapa II no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	358.167	Custo unitário referente a 100 %.
14SO Recuperação da Adutora Jatobá-Pioré no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	36.088	Custo unitário referente a 100 %.
14SP Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	222.308	Custo unitário referente a 100 %.
14SQ Recuperação do Sistema Adutor Morro do Crioulo no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	7.507	Custo unitário referente a 100 %.
14SR Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	33.221	Custo unitário referente a 100 %.
14SS Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	191.000	Custo unitário referente a 100 %.
14ST Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piaus II no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	768.368	Custo unitário referente a 100 %.
14SV Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	219.949	Custo unitário referente a 100 %.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14UX Ampliação e Modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD	Centro modernizado	percentual de execução física	Investimentos	6.250.000	<p>A solução para Monitoramento e Gestão Integrada de Riscos e Desastres envolve as quatro atividades principais descritas abaixo, que resultam no custo médio informado.</p> <p>1- Instalação da infraestrutura que suportará a Solução. *** Instalação e configuração do Sistema Operacional e do Banco de Dados nos servidores que rodarão a Solução no CENAD e no MI. *** Instalação e configuração da amostra (item 14.6) nos servidores do CENAD e MI com os resultados homologados no teste de validação. Esta entrega é denominada a partir de agora "Fase 1.1". *** Testes de Validação da Fase 1.1. *** Início da operação da Solução no CENAD com os resultados da Fase 1.1;</p> <p>2- Início do Suporte Técnico considerando a disponibilidade da Solução conforme item 6.14.5.1. *** Início da permanência de um profissional da empresa contratada durante 12 (doze) meses (de segunda à sexta-feira, 8 (oito) horas por dia, totalizando 40 horas semanais);</p> <p>3- Instalação e configuração nos servidores do CENAD e do MI dos demais requisitos discriminados neste Projeto Básico configurados e ativados para a operação da Solução no CENAD. Sendo que neste primeiro momento, o item 5.4 será aplicado somente aos órgãos CEMADEN, ANA e INMET em nível federal, ou seja, os demais órgãos a serem interconectados à Solução e os integrantes da esfera estadual e municipal não farão parte da Solução nesta etapa;</p> <p>4- Solução (Fase 1) validada, conforme testes descritos no item 7 deste Projeto Básico. *** Solução Fase 1 em operação plena no CENAD.</p>
14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	10.000	Custo unitário referente a 100 %.
14VJ Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	900.000	Custo unitário referente a 100 %.
14VK Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	28.434	Custo unitário referente a 100 %.
14VL Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guamaré e Baixa do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	315.000	Custo unitário referente a 100 %.
14VM Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tucano (Águas do Sertão), no Estado da Bahia	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.454.788	Custo unitário referente a 100 %.
1670 Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582ha no Estado de Tocantins	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	34.209	<p>A implantação do projeto prevê a elaboração do projeto executivo e a execução de obras de infra-estrutura de irrigação compreendendo: captação, adução e distribuição em canais, construção da estação de bombeamento principal e das estações pressurizadoras, instalação de conjunto de motobombas, preparo do solo, instalação dos sistemas parcelares (on farm), supervisão das obras e demais atividades afins.</p> <p>Desenvolvimento de atividades de administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de 576 produtores.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1851 Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica	Obra executada	unidade	Investimentos	1.500.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.
1E36 Canalização do Córrego Cascavel em Goiânia no Estado de Goiás	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento. Esta ação necessita de R\$3.000.000,00 para conclusão das obras de drenagem e reurbanização.
1160 Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	851.849	Custo unitário referente a 155 hm³.
1161 Construção da Barragem Arroio Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	674.992	Custo unitário referente a 152 hm³.
1164 Implantação do Sistema Adutor de Pias com 104 km no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	317.616	Custo unitário referente a 104 km.
1167 Implantação do Sistema de Abastecimento do Norte de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	381.675	Custo unitário referente a 67 unidades.
1K44 Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	843.854	Custo unitário referente a 43 hm³.
1K51 Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	413.675	Custo unitário referente a 288 km.
1O92 Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado do Tocantins	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	100.000	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento. Esta ação necessita de R\$1.520.000,00 para conclusão do Plano Diretor.
1P91 Revitalização do Perímetro Rio Formoso com 28.500 ha no Estado do Tocantins	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	11.929	Contribuir para o aumento da produção agrícola, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional. Garantir recursos hídricos suficientes tanto no período chuvoso quanto na estiagem, no município de Formoso do Araguaia, possibilitando a irrigação de 28.500ha.
20N2 Mapeamento de áreas de riscos	Município beneficiado	unidade	Serviços	140.000	O custo médio resulta das atividades desenvolvidas na ação, que beneficiarão 140 municípios, detalhadas abaixo:  Avaliação, caracterização e dimensionamento das áreas de risco identificadas e setorizadas pelo Serviço Geológico do Brasil: Construir mapas de risco que subsidiem os órgãos de Defesa e Proteção Civil no desenvolvimento de ações de redução de risco de desastres e construção de planos de contingência, de acordo com as atribuições da Sedec/MI junto ao Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. Levantamentos e contratações realizadas por outros órgãos apontam um custo médio de execução de R\$ 140 mil por município

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa																												
20N7 Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.056.000	<p>O custo médio resulta da implementação dos arranjos produtivos vinculados às Rotas do Peixe, do Cordeiro, do Mel e da Fruta, bem como da atividade Economia Criativa.</p> <p>A atividade de desenvolvimento e estruturação produtiva é baseada no fomento a arranjos produtivos locais. Foram definidas cinco cadeias produtivas prioritárias para atuação. Quais sejam: ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, fruticultura e economia criativa. Por figurar dentro do Plano Brasil sem Miséria a principal vertente de atuação é a inserção produtiva de famílias em situação de extrema pobreza.</p> <p>A intervenção em cada arranjo produtivo depende da situação da atividade produtiva no território, assim uma gama enorme de produtos e serviços podem ser disponibilizados, como por exemplo: aquisição de insumos e equipamentos, construção, reforma e adequação de unidades produtivas, fomento à inovação tecnológica, ações mercadológicas e de incentivo à comercialização, capacitação de produtores, técnicos e gestores, entre outras.</p> <p>Em cada cadeia e em cada território essas intervenções assumem características e relevância distintas. Todavia, de forma geral identificou-se que para cada arranjo produtivo local apoiado são beneficiados entre 120 e 350 famílias. No ano de 2012, para atender às metas estabelecidas junto ao Plano Brasil sem Miséria, utilizou-se o valor médio de R\$ 2.700,00 por família beneficiada. Com o decorrer da execução verificou-se que este valor está aquém do necessário para incluir produtivamente de forma sustentável o público alvo, assim para 2013 o valor médio por família considerado será R\$ 5.150,00. Com isto as metas estabelecidas ficaram assim expressas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Famílias</th> <th>APLs</th> <th>Valores</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rota do Peixe</td> <td>9.300</td> <td>26</td> <td>R\$ 47.890.700,00</td> </tr> <tr> <td>Rota do Cordeir</td> <td>9.589</td> <td>41</td> <td>R\$ 48.900.500,00</td> </tr> <tr> <td>Rota do Mel</td> <td>9.769</td> <td>32</td> <td>R\$ 50.303.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rota da Fruta</td> <td>1.689</td> <td>14</td> <td>R\$ 8.695.500,00</td> </tr> <tr> <td>Economia criativa</td> <td>1.780</td> <td>15</td> <td>R\$ 9.163.000,00</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>32.128</td> <td>128</td> <td>R\$ 164.952.700,00</td> </tr> </tbody> </table>		Famílias	APLs	Valores	Rota do Peixe	9.300	26	R\$ 47.890.700,00	Rota do Cordeir	9.589	41	R\$ 48.900.500,00	Rota do Mel	9.769	32	R\$ 50.303.000,00	Rota da Fruta	1.689	14	R\$ 8.695.500,00	Economia criativa	1.780	15	R\$ 9.163.000,00	TOTAL	32.128	128	R\$ 164.952.700,00
	Famílias	APLs	Valores																														
Rota do Peixe	9.300	26	R\$ 47.890.700,00																														
Rota do Cordeir	9.589	41	R\$ 48.900.500,00																														
Rota do Mel	9.769	32	R\$ 50.303.000,00																														
Rota da Fruta	1.689	14	R\$ 8.695.500,00																														
Economia criativa	1.780	15	R\$ 9.163.000,00																														
TOTAL	32.128	128	R\$ 164.952.700,00																														
20N8 Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	Tecnologia aplicada	unidade	Serviços	200.000	O custo médio envolve as atividades de capacitação, consultorias especializadas e acompanhamento dos projetos (APL's) implantados.																												
20N9 Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	Organização apoiada	unidade	Serviços	113.333	O custo médio envolve as atividades de consultorias especializadas e capacitação direcionada para organização social.																												
20TI Obras para Controle de Cheias, de Erosões Marinhas e Fluviais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	673.333	O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento. Esta ação necessita de R\$1.000.000,00 para a elaboração do Projeto Básico.																												
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Serviços	100.000	Esta ação refere-se a reabilitação de perímetros classificados como "eminente social", promovendo a sua incorporação nas políticas e programas de inserção produtiva e social viabilizando sua transferência depois de plenamente revitalizados. O custo médio desta ação foi obtido pela razão entre os recursos totais previstos para promover a ação (R\$ 100.000,00) e número de perímetros nessas condições (1).																												
2E50 Estudos para Desenvolvimento do Plano de Irrigação Pública do Semiárido Brasileiro	Estudo realizado	unidade	Investimentos	5.000.000	Estudos para promover o desenvolvimento do plano de Irrigação Pública do Semiárido Brasileiro																												

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
3445 Construção do Sistema de Abastecimento de Água Ribeirão João Leite no Estado de Goiás	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	27.404.167	Custo unitário referente a 2 km.
3735 Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	215.243	Custo unitário referente a 964 hm³.
3770 Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás.	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	16.882	Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação.
5246 Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100ha no Estado da Paraíba	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	12.162	Custo unitário referente a 4100 ha .
5252 Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 3.800 ha no Estado de Goiás	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	7.320	Contribuir para a elevação da produção e da produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação.
5900 Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	16.297.836	Custo unitário referente a 365 km.
5910 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	4.642.857	Custo unitário referente a 28 km.
5E79 Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 4.000 ha no Estado de Roraima	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	20.000	Contribuir para a elevação da produção e produtividade das safras agrícolas, aumentar a oferta de alimentos básicos e fomentar a geração de emprego e renda por meio de projeto de irrigação, por meio da promoção do desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Boa Vista - RR e regiões circunvizinhas
6566 Estudos para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Estudo realizado	unidade	Investimentos	3.500.000	Elaboração de estudos de viabilidade, estudos ambientais, estudos mercadológicos, projetos básicos, projetos executivos e demais estudos e projetos necessários à promoção do desenvolvimento da Agricultura Irrigada.
7L29 Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	6.962.025	Custo unitário referente a 158 km.
7M10 Construção da Adutora do Siriji no Estado de Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	148.515	Custo unitário referente a 101 km.
7M16 Expansão de 10.500 ha do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce no Estado do Rio Grande do Sul	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	6.103	Expansão de perímetro de irrigação por meio da implantação da infraestrutura de uso comum para aproveitamento agrícola incorporando uma área de 10.500 ha, constituída de canais, estações de bombeamento e obras acessórias e complementares.
7M38 Implantação do Projeto de Irrigação Itamarati II com 5000 ha no Município de Ponta Porã no Estado do Mato Grosso do Sul	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	20.000	Contribuir para o aumento da produção agrícola, principalmente hortifrutigranjeiros, aumentando a oferta de alimentos e fomentando a geração de emprego e renda por meio da agricultura irrigada. Possibilitar o incremento da área irrigada e estimular o desenvolvimento regional, inserindo no processo produtivo os assentamentos do INCRA presentes na Região. Promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no Município de Ponta Porã, no Estado do Mato Grosso do Sul.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	Entidade apoiada	unidade	Serviços	1.006.800	<p>O custo médio resulta das dez atividades desenvolvidas na ação, detalhadas abaixo:</p> <p>1- Realização do X Fórum Nacional de Defesa Civil: Evento anual organizado pela Sedec/MI, onde são reunidos representantes de estados, municípios e sociedade civil organizada, com números superiores a 1.000 participantes;</p> <p>2- Desenvolvimento e aprimoramento do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID: Desenvolvimento das últimas etapas do Sistema dedicado às informações dos municípios e estados sobre ocorrência de desastres, e acompanhamento das Transferências Obrigatórias;</p> <p>3- Atualização, revisão e publicação do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: Pesquisa para atualização da publicação de 2011, com base de dados até 2010, e correções necessárias, e publicação do volume nacional e estaduais;</p> <p>4- Implantação e apoio ao desenvolvimento de centros de pesquisa em gestão de riscos e desastres nas 5 regiões: Necessidade de centro de excelência destinados ao desenvolvimento de conhecimento em gestão de riscos e desastres, de acordo com as particularidades e necessidades de cada Região;</p> <p>5- Redução de Riscos nas Escolas (1.000 escolas): Continuidade do projeto que desenvolve atividades de conscientização de crianças e professoras em escolas da rede pública. O projeto em execução irá abranger 1.000 escolas entre o final de 2012 e início de 2013;</p> <p>6- Formação de agentes de defesa civil e integrantes da sociedade civil em aspectos estruturantes em defesa e proteção civil (5.786 pessoas): Formação continuada, em proteção e defesa civil, com foco nos novos agentes municipais, tendo em vistas as mudanças decorrentes das eleições municipais e da publicação de nova legislação (Lei nº 12.608/2012);</p> <p>7- Realização da II Conferência Nacional de Defesa e Proteção Civil: Realização da Conferência Nacional, de acordo com diretrizes e cronograma estabelecidos;</p> <p>8- Realização do II Seminário Internacional de Gestão de Riscos e Desastres: Repetição do evento realizado em 2011, em Brasília, que busca trazer especialistas nacionais e internacionais para discutir as principais ações necessárias para a redução de riscos no país;</p> <p>9- Entrega da Medalha Nacional de Mérito em Defesa Civil: Evento anual promovido pela Sedec que homenageia as 50 maiores personalidades em ações de proteção e defesa civil no país;</p> <p>10- Treinamento, aprimoramento e mobilização do Grupo de Apoio a Desastres – GADE: O GADE tem sido amplamente empregado em ações de resposta a desastres, atuando em todos os desastres de grande amplitude no país. É composto por representantes de órgãos municipais, estaduais e federais.</p>
8621 Estudos para Obras de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Investimentos	500.000	<p>O limite disponibilizado para a elaboração do PLOA 2013, relativo às ações que compõem o grupo das Demais Despesas Discricionárias, vinculadas aos programas 2040- Gestão de Riscos e Resposta à Desastres e 2051 - Oferta de Água, não possibilitou uma alocação eficaz, mas tão somente uma aplicação de recursos naquelas ações com vistas à sua manutenção no orçamento.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF</b>					
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Serv. / Invest.	200.000	Custo unitário referente a 100 %.
10RM Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Projeto concluído	unidade	Investimentos	12.571.429	Custo Médio por sistemas
10RP Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba	Projeto concluído	unidade	Investimentos	5.930.714	Custo Médio por Sistemas
10ZW Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba	Projeto concluído	unidade	Investimentos	5.610.333	Custo Médio por Unidades
116F Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos	Projeto concluído	unidade	Investimentos	850.676	Custo Médio por Localidades
12FT Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	36.200	Custo Médio por Hectares
12G5 Implantação do Sistema Adutor de Guanambi - 1ª Etapa - com 355 km no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	388.603	Custo Médio por Km
140C Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano no Estado de Alagoas	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	27.388	Custo Médio por Hectares
141H Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	2.222	Custo Médio por Hectares
141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.160	Custo Médio por ligações
14RP Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura recuperada	unidades por ano	Investimentos	5.000.000	Custo unitário referente a 5 unidades.
14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	10.000	Custo unitário referente a 100 %.
1622 Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba com 3.150 ha no Estado de Sergipe	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	13.117	Custo Médio por Hectares
1686 Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	328.436	Custo Médio por Hm³
1692 Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	58.003	Custo Médio por Hectares
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Serviços	3.043.078	□Esta ação refere-se a reabilitação de perímetros classificados como "eminentemente sociais", promovendo a sua incorporação nas políticas e programas de inserção produtiva e social viabilizando sua transferência depois de plenamente revitalizados. O custo médio desta ação foi obtido pela razão entre os recursos totais previstos para promover a ação (R\$ 70.000.000,00) e número de perímetros nessas condições (23).

<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Un. Medida</b>	<b>Serv/Invest</b>	<b>Custo Médio (R\$ 1,00)</b>	<b>Justificativa</b>
5260 Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	11.258	Custo Médio por Hectares
5308 Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	319.940.000	Custo Médio por Barragem
5314 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê com 59.375 ha no Estado da Bahia	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	20.731	Custo Médio por hectares
5322 Implantação do Perímetro de Irrigação Jaiba no Estado de Minas Gerais	Projeto executado	percentual de execução	Investimentos	603.600	Custo Médio por Percentual de Execução Física
5330 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro com 2.091 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	2.627	Custo Médio por Hectares
5348 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós com 2.145 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	11.256	Custo Médio por Hectares
5354 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho com 18.857 ha no Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	3.274	Custo Médio por Hectares
5368 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Formoso com 12.048 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	2.630	Custo Médio por Hectares
5370 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba com 5.286 ha no Estado de Minas Gerais	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	11.790	Custo Médio por Hectares
5378 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá com 4.350 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	4.304	Custo Médio por Hectares
5442 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba com 4.293 ha no Estado da Bahia	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Investimentos	1.607	Custo Médio por Hectares
7G88 Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	245.687	Custo Médio por hm³

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia</b>					
20N7 Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	250.000	Apoiar projetos visando a dinamização de APLS nos estados da Amazônia Legal
20N8 Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	Tecnologia aplicada	unidade	Serv. / Invest.	178.331	Apoiar projetos visando a dinamização de APLS nos estados da Amazônia Legal.
20NE Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca	Projeto implementado	unidade	Serv. / Invest.	250.000	Implantar uma rede institucional colaborativa, formada pelos principais agentes ligados a pesca e a aqüicultura da Amazônia, de modo a prover a sociedade civil organizada e as esferas governamentais de informações atualizadas sobre o setor, com vistas à promover seu desenvolvimento e dinamização, através da estruturação de políticas de ação e fomento nas áreas sócio - econômicas, tecnológicas e ambientais para a região
20NK Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais	Arranjo produtivo local apoiado	percentual	Serv. / Invest.	500.000	Apoiar 3 projetos visando a dinamização de APLS nos estados com menor dinamismo econômico, sendo 1 em cada um dos estados do Amapá, Roraima e Acre.
4542 Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	175.000	Apoiar de forma direta projetos da rede Bionorte em 5 estados da Amazônia Legal que se habilitarem para execução. Apoiar Instituições de Ensino e Pesquisa nos estados que não forem beneficiados com o apoio à Rede Bionorte
8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil	Entidade apoiada	unidade	Serviços	300.000	Projeto 1 - monitoramento, modelagem e previsão de alertas Identificação e mapeamento de áreas de vulnerabilidade e riscos de desastres naturais na Amazônia Legal (R\$150.000,00) Projeto 2 - elaboração do Atlas Climatológico da Amazônia Legal (R\$.150.000)
8340 Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação	Rede implantada	unidade	Serv. / Invest.	500.000	Apoiar 2 projetos voltados à inserção no mercado por meio da inovação (incubação de empresas)
8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	Iniciativa apoiada	unidade	Investimentos	500.000	Apoio à construção de 02 Centros de Atendimento ao Empreendedor Cidadão - CAEC em torno de projetos estruturantes do governo federal

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste</b>					
20N7 Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	Arranjo produtivo local apoiado	unidade	Serv. / Invest.	66.666.670	Ação se destina a financiar projetos alinhados com provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, associadas à implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Dessa forma, buscando convergir os projetos da SUDENE com o planejamento do Governo Federal essa Superintendência objetiva implementar infraestrutura e logística voltadas para dinamização e inclusão produtiva com foco em cadeias e APL, tendo como espaços prioritários o semiárido e as mesorregiões da área de atuação da SUDENE.
8340 Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação	Rede implantada	unidade	Serv. / Invest.	133.540.840	As redes implantadas nessa ação são referentes ao projeto relativo à cadeia de biocombustíveis, projeto esse que será implementado em parceria com o CETENE e aos centros de vocação tecnológica (VCT's) na região nordeste.
8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	1.173.759	Ação se destina a financiar projetos alinhados com provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e arranjos produtivos locais, associadas à implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Dessa forma, buscando convergir os projetos da SUDENE com o planejamento do Governo Federal essa Superintendência objetiva implementar infraestrutura e logística voltadas para dinamização e inclusão produtiva com foco em cadeias e APL, tendo como espaços prioritários o semiárido e as mesorregiões da área de atuação da SUDENE.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS</b>					
100N Implantação do Perímetro de Irrigação Barragem Santa Cruz do Apodí com 5.200 ha no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	53.535	O custo médio do empreendimento foi calculado dividindo-se o valor da obra (R\$ 278.380.267,00) pelo nº de hectares do perímetro.
10DC Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte	Obra executada	percentual de execução	Investimentos	486.667	O custo médio do empreendimento é R\$ 486.666,67 (calculado dividindo-se o valor da obra pela capacidade de acumulação do reservatório em hm³) Valor da obra R\$ 292.000.000,00 Capacidade de acumulação: 600hm³
10GM Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica	Estudo realizado	unidade	Serviços	800.000	O recurso previsto no PLOA 2013 (R\$ 800.000,00) possibilitará a realização de apenas um estudo.
11AA Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	910.000	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pela capacidade de acumulação do reservatório em hm³ Valor da obra R\$ 364.000.000,00 Capacidade de acumulação: 400hm³
12FS Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro São Bernardo com 5.000 ha no Estado do Maranhão	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	36.000	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$ 180.000.000,00 Área prevista para irrigação: 5.000ha
12FV Construção da Barragem de Algodões no Estado do Piauí	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	270.588	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pela capacidade de acumulação do reservatório em hm³ Valor da obra R\$ 13.800.000,00 Capacidade de acumulação: 51 hm³
12OB Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro irrigado transferido	unidade	Serv. / Invest.	736.000	Esta ação compreende os custos decorrentes da participação financeira do governo para Operação, Manutenção e Administração de Perímetros Irrigados, com cálculo baseado na Portaria Ministerial nº 1.529, de 02 de outubro de 2007, concretizada por meio de Contratos de Delegação de Competência de Prestação de Serviços celebrados com as Associações/Distritos anualmente. Os serviços prestados são contínuos sendo necessário que os Contratos celebrados sejam viabilizados por meio da LOA 2013. Desta forma, o valor médio apresentado baseia-se na razão entre o total de recursos necessário para honrar contratos já celebrados e ainda com vigência em 2013/número de contratos (que, no entanto, cada instrumento possui suas especificidades de atividades e serviços necessários). Nesta situação, em 2012, tem-se, 12 contratos, com estimativa de aumento para o número de 20 contratos no ano de 2013. No entanto, esta ação está contemplada com apenas R\$ 50.000 no PLOA 2013

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
140X Regularização Ambiental e Fundiária de Perímetros Públicos de Irrigação	Regularização efetivada	unidade	Serviços	1.050.627	Valor total de recursos necessários: R\$ 38.873.213,39  As atividades de Regularização Fundiária envolvem a regularização dos loteamentos, seleção de produtores, venda dos lotes, retomada dos lotes não produtivos, entre outras, visando possibilitar a titulação dos lotes aos irrigantes, facilitando, assim, a obtenção por parte dos proprietários de lotes, de financiamento junto as instituições financeiras. Essa regularização visa também atrair investimentos privados incrementando o desenvolvimento da cadeia produtiva, incorporação de novas tecnologias, geração de renda, contribuindo para a autossustentabilidade do perímetro. Por outro lado, estes mesmos recursos possibilitarão, também, a regularização ambiental com a implementação e proteção de áreas de reserva legal e de preservação permanente, principalmente nos perímetros antigos. O custo médio considera o valor total de recursos necessários para promover Regularização Fundiária e Ambiental entre os 37 perímetros do DNOCS.  No entanto, no PLOA 2013, esta ação está contemplada com R\$ 50.000,00
14LA Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	870.246	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pela capacidade de acumulação do reservatório em hm³ Valor da obra R\$ 42.381.000,00 Capacidade de acumulação: 48,7 hm³
14RP Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura recuperada	unidades por ano	Investimentos	5.000.000	Custo unitário referente a 10 unidades.
14VI Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	10.000	Custo unitário referente a 100 %.
1M49 Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	Projeto executado	percentual de execução física	Serv. / Invest.	924.915	Para cumprimento de exigências legais e observando as diretrizes constantes na Instrução Normativa nº 04/SLTI/MPOG e práticas contidas no COBIT 4.1 - Processo P01 - Planejamento Estratégico de TI, o DNOCS elaborou e encontra-se em fase de implementação o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/DNOCS. O mencionado documento apresenta 26 projetos de TI e está orçado em R\$ 24.040.000,00. Desta forma, o custo médio por projeto é de R\$ 924.615,38. Para 2013, o valor de PLOA (R\$ 2.000.000,00) será suficiente para apenas dois projetos.
1N64 Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	321.821	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo comprimento da adutora (em km) Valor da obra R\$ 187.300.000,00 Capacidade de acumulação: 582 km
1O12 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 2ª Etapa - com 4.168 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	56.453	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$ 235.298.000,00 Área prevista para irrigação: 4.168 ha
1O17 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa - com 3.600 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	65.418	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$235.504.000,00 Área prevista para irrigação: 3.600 ha
1O21 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	53.380	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$ 319.485.000,00 Área prevista para irrigação: 5.985 ha

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1O25 Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte - 2ª Etapa - com 1.619 ha no Estado do Ceará	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	20.722	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$ 33.549.000,00 Área prevista para irrigação: 1.619 ha
1O28 Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.595ha no Estado do Piauí	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	35.804	Custo médio calculado dividindo-se o valor da obra pelo nº de hectares irrigados no perímetro. Valor da obra: R\$ 379.344.000,00 Área prevista para irrigação: 10.595 ha
20N4 Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas	Infraestrutura mantida	unidade	Investimentos	750.000	Recurso destinado a manutenção de comportas e válvulas de barragens. Esta manutenção tem custo variado dependendo de especificidades próprias de cada infraestrutura. Desta forma, o custo médio informado pela Diretoria de Infraestrutura Hídrica/DNOCS refere-se a custo médio histórico da execução deste manutenção em anos anteriores. Prevê-se a realização de 02 a 04 manutenções de infraestruturas hídricas com o recursos da PLOA 2013 (R\$ 3.000.000,00).
20WP Reabilitação de Perímetros Públicos de Irrigação	Perímetro reabilitado	unidades por ano	Serviços	3.043.478	Esta ação refere-se a reabilitação de perímetros classificados como "eminente social", promovendo a sua incorporação nas políticas e programas de inserção produtiva e social viabilizando sua transferência depois de plenamente revitalizados. O custo médio desta ação foi obtido pela razão entre os recursos totais previstos para promover a ação (R\$ 70.000.000,00) e número de perímetros nessas condições (23).  O recurso previsto no PLOA 2013 (R\$ 1.000.000,00) será insuficiente para a realização desta ação no exercício.
2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura	Centro/estação mantido(a)	unidade	Serv. / Invest.	724.460	Através de levantamento realizado pela Coordenação de Pesca e Aquicultura do DNOCS, informamos que o custo médio mensal necessário ao bom funcionamento das 14 Estações e do Centro de Pesquisas em Aquicultura é de R\$ 724.460,00/mês, ou seja, R\$ 10.766.900,00/ano. Assim, o custo médio por Estação é de R\$ 656.758,57, enquanto que do Centro de Pesquisas em Aquicultura é de R\$ 1.672.280,00/ano. No entanto, ante a insuficiência de limites no momento da elaboração de limites, as estações funcionam com dificuldades e, por vezes com precariedade.
2D93 Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios do DNOCS	Monitoramento realizado	unidade	Serviços	1.240	O recurso previsto no PLOA 2013 para esta ação (R\$ 100.000,00) viabilizará o monitoramento de 40 reservatórios e a estruturação de apenas 01 sistema de telesupervisão e telemetria em reservatórios do DNOCS.
5934 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí com 5.393 ha - No Estado do Ceará	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Serv. / Invest.	4.960	Projeto do Programa Mais Irrigação: O custo médio desta ação foi obtido dividindo-se o valor total do projeto (R\$ 26.750.000,00) e o número de hectares irrigados
5980 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo com 2.402 ha - No Estado da Paraíba	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Serv. / Invest.	3.296	Projeto do Programa Mais Irrigação: O custo médio desta ação foi obtido dividindo-se o valor total do projeto (R\$ 7.918.000,00) e o número de hectares irrigados
5984 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Moxotó com 6.491 ha - No Estado de Pernambuco	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Serv. / Invest.	4.945	Projeto do Programa Mais Irrigação: O custo médio desta ação foi obtido dividindo-se o valor total do projeto (R\$ 32.100.000,00) e o número de hectares irrigados
7014 Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Açu com 5.168 ha - No Estado do Rio Grande do Norte	Perímetro irrigado transferido	percentual de execução física	Serv. / Invest.	1.284	Projeto do Programa Mais Irrigação: O custo médio desta ação foi obtido dividindo-se o valor total do projeto (R\$ 6.634.000,00) e o número de hectares irrigados
7131 Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	306.002	Custo médio obtido através da divisão do valor total da obra (R\$ 159.121.000,00) pela capacidade de acumulação do reservatório (520 h³)



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8689 Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico em âmbito estadual e local	Zoneamento realizado	quilômetro quadrado	Serviços	38	Para definição do custo médio aqui informado, considerou-se o valor médio histórico de contratos anteriormente realizados. No entanto, cumpre informar que o custo de cada contrato tem especificidades referentes à localização a que se refere, inclusive quanto a existência ou não de estudos anteriores.

### 53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

8340 Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação	Rede implantada	unidade	Serviços	875.000	<p>Elaboração de projeto de Desenvolvimento Produtivo do Centro-Oeste (PRODEPRO-CO) propondo a elaboração de estudos executivos - por meio de um Plano Diretor de Investimentos e um Plano de Negócio Setorial -, e elaboração de uma Agenda de apoio a investimentos em infraestrutura (projetos complementares) que complementassem as diretrizes dos Planos Diretores dos Estados da região Centro-Oeste (área de atuação dessa referida Autarquia), e estratégias de atração de investimentos para materialização desse planejamento.</p> <p>Tem por objetivo geral fomentar a atividade da estrutura produtiva da região cujos focos visam: 1) a identificação de necessidades e gargalos; 2) o alcance das sinergias produtivas e institucionais; e 3) a promoção do aumento da inserção externa.</p> <p>Os objetivos específicos não farão distinções de setores e podem ser considerados como "ações sistêmicas" pela sua abrangência, ou seja, serão focados em fatores geradores de reflexos positivos para o conjunto da estrutura produtiva e que ultrapassem o nível do setor, direcionados ao enfrentamento de restrições sistêmicas, como os relacionados às questões principalmente de financiamento aos investimentos de infraestruturas suplementares e/ou complementares e da segurança jurídica (contratos e marcos regulatórios) e, entre cenários futuros possíveis e prováveis para o Centro-Oeste, que uma vez implementados, interferirão nos resultados dos programas e ações propostas nas políticas dos Estados da região em apoio ao setor produtivo, num horizonte de curto e médio prazo. Os objetivos específicos, a serem realizadas até 2016, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <input type="checkbox"/> Aumentar a participação do PIB do Centro-Oeste no PIB Nacional;</li> <li>• <input type="checkbox"/> Aumentar a Taxa de Investimento, no que diz respeito à ampliação do investimento fixo, tendo como medida a relação investimento/PIB;</li> <li>• <input type="checkbox"/> Ampliar a participação das exportações regionais no compo das exportações brasileiras, no que implicará no aumentar o peso daquelas exportações no total das exportações brasileiras;</li> <li>• <input type="checkbox"/> Dinamizar as Micro e Pequenas Empresas (MPE's), aumentando a quantidade de MPE's exportadoras, capacitando-as para competir no mercado externo.</li> </ul> <p>Adotará como estratégia de atuação a integração aos Planos Diretores de Investimentos e de Negócios setorial, a construção de Matriz lógica de concenso entre os Estados da região e o fortaleciemnto e diversificação da atual estrutura produtiva da região, inclusive com vistas à reorganização deesa p/ o futuro.</p> <p>Sua primeira fase de implementação ocorrerá por meio da contratação de consultoria especializada.</p>
8902 Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	Iniciativa apoiada	unidade	Investimentos	729.125	Iniciativas apoiadas: 8.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 54000 Ministério do Turismo

### 54101 Ministério do Turismo

10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	Projeto realizado	unidade	Serviços	1.195.000	Tal valor justifica-se para fazer frente às ações estruturantes de apoio aos 65 Destinos Indutores e apoiar, ainda, outras obras em execução que necessitam de recursos adicionais. O cálculo baseou-se na média dos projetos apoiados no exercício de 2012. Foram 34 projetos selecionados no valor total de R\$ 34.000.000,00.
14KP Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos	Projeto realizado	unidade	Serviços	7.000.000	Custo médio por cidade sede, considerando-se a existência de 17 projetos em fase de elaboração, cujas obras serão executadas em 2013, com valor médio estimado com base nos índices de participação dos custos de projetos no valor total das obras, constantes do Manual de Procedimentos e Contratação de Serviços de Arquitetura e Urbanismo do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, versão 2011.
14TJ Participação da União na Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur	Projeto realizado	unidade	Serviços	2.938.333	O valor representa o custo médio dos projetos previstos nos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável dos Pólos beneficiados pelo Programa. A estimativa é que sejam implantados no exercício de 2013, 64 projetos ao custo total de R\$ 188.053.344,00.
20Y3 Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	1.896.551	Os Planos Orçamentários "Apoio à Comercialização do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Interno" e "Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno", vinculados a esta Ação, têm R\$ 200 mil, como valores médios definidos para seus respectivos produtos: projeto implantado; e evento realizado.
2658 Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos	Fiscalização realizada	unidade	Serviços	10.000	Com R\$ 2.700.000,00 de recursos, foi previsto, como média, o gasto de R\$ 100 mil para cada UF. A distribuição individual varia de acordo com a quantidade de prestadores de serviços turísticos mapeados em cada UF.
2C01 Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo	Iniciativa implementada	unidade	Serviços	222.222	Esse valor representará a contratação de 2 (dois) estudos/pesquisas, celebração de 6 (seis) convênios, principalmente em função dos grandes eventos que serão recebidos, notadamente a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, e a efetiva participação deste departamento em 10 (dez) eventos, seminários, fóruns e conferências, nacionais e internacionais, divulgando o Brasil e as oportunidades de investimentos nos setores produtivos do turismo.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
4590 Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo	Pessoa qualificada	unidade	Serviços	1.617	<p><b>Qualificação</b></p> <p>1. Qualificação Profissional Realizar convênios com os Estados não contemplados em 2012- (Cuiabá, Curitiba, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo) . Custo médio aluno/hora/aula é de R\$ 9,50, tomando-se como referência o custo definido para o PRONATEC. Assim considerando 160 h por curso, estima-se um custo total médio por aluno de R\$ 1.520,00. A previsão de atendimento para as seis capitais é de 5.000 profissionais. Necessidade orçamentária R\$ 7.600.000,00</p> <p>Atender aos municípios do entorno e dos 17 destinos consolidados turisticamente, que representam 117 cidades. Custo médio aluno/hora/aula é de R\$ 9,50, tomando-se como referência o custo definido para o PRONATEC. Adicionando-se os demais custos financiáveis para projetos de qualificação, estima-se um custo total médio por aluno de R\$ 1.520,00. A estimativa de atendimento é de 9.539 profissionais. Necessidade orçamentária R\$ 14.500.000,00</p> <p>Aperfeiçoamento de recursos humanos empregados, através de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, para melhorar o desempenho e promover e desenvolvimento profissional nas 12 cidades sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Custo médio aluno/hora/aula é de R\$ 9,50, tomando-se como referência o custo definido para o PRONATEC. Assim considerando 160 h por curso, estima-se um custo total médio por aluno de R\$ 1.520,00. A previsão de atendimento é de 5.000 profissionais. Necessidade orçamentária R\$ 7.600.000,00</p> <p>2. Pesquisa de Demanda Realizar pesquisa das demandas do mercado para orientar a implementação dos programas de qualificação profissional. Necessidade de R\$ 800.000,00</p> <p>3. Certificação Promoção, difusão e incentivo à adoção de normas técnicas de certificação de empresas e pessoas. Necessidade de R\$ 300.000,00</p> <p><b>Produção Associada ao Turismo</b></p> <p>4. Apoio a Projetos para Integração dos Produtos Associados ao Destino Turístico Meta <input type="checkbox"/> Apoiar quatro projetos nas Capitais participantes da Copa do Mundo FIFA 2014 e cidades do entorno, com o objetivo de diversificar a oferta turística e o incremento do diferencial competitivo de destinos e roteiros turísticos, possibilitando um aumento significativo da permanência e dos gastos do turista contribuindo para a inclusão social com geração de emprego e renda. Importante registrar que um convênio pode financiar um ou mais projetos. Custo médio de cada projeto R\$ 800.000,00 Necessidade orçamentária R\$ 3.520.000,00</p> <p>5. Fomento a Projetos de Desenv. Turístico Local e de Inclusão Social Meta <input type="checkbox"/> Apoiar nove projetos nas Capitais participantes da Copa do Mundo FIFA 2014 e cidades do entorno, projetos estes focados na organização da oferta e de bens e serviços da cadeia produtiva do turismo, baseados nos princípios da economia solidária por meio da incubação de empreendimentos econômicos , acesso às finanças solidárias, comércio e formação de redes. Importante registrar que um convênio pode financiar um ou mais projetos. Custo médio de cada projeto R\$ 500.000,00 Necessidade orçamentária R\$ 4.500.000,00</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

---

**54201 EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20Y5 Promoção Turística do Brasil no Exterior	Divisa gerada	milhão de dólares norte-americanos	Serviços	15.241	<p>Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo passou a ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.</p> <p>Dentro desse contexto, foi desenvolvido o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, lançado em 2005, com o objetivo de ser uma matriz de planejamento e orientador dos programas e ações criadas pelo Instituto.</p> <p>Atualmente em sua terceira fase, o Plano Aquarela 2020, lançado em 2009, define as estratégias, metas e objetivos de marketing internacional do turismo brasileiro e as ações a serem realizadas nesta década, considerando especialmente que o Brasil sediará grandes eventos internacionais ao longo deste período, a exemplo da Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.</p> <p>Existem vários exemplos de como um país pode impulsionar sua economia, transformar cidades e mudar ou melhorar sua imagem como destino turístico a partir da imensa exposição obtida antes, durante e depois da realização de grandes eventos.</p> <p>Esses eventos são oportunidades únicas para o turismo de qualquer país que os recebe e o Brasil, que já é líder na América do Sul e um dos destinos turísticos emergentes no mundo, ganha condições de atingir um novo patamar na sua promoção como destino turístico global.</p> <p>O planejamento é de extrema importância para o sucesso das políticas públicas em todos os setores. Por isso tem que se valorizar o papel do Plano Aquarela na construção de uma nova imagem do Brasil para o mundo, que já vê hoje o País com outros olhos.</p> <p>O Plano Aquarela considera o posicionamento global do Brasil após a realização desses grandes eventos, quando tanto a imagem quanto a infraestrutura do País estarão em outro patamar, estipulando metas de entrada de visitantes estrangeiros e divisas internacionais até 2020.</p> <p>Neste contexto, o orçamento adotado para o exercício de 2013 está em consonância com os valores orçamentários disponibilizados para a EMBRATUR nos exercícios anteriores, sobretudo aquele atribuído para o ano de 2012. Para se chegar ao valor final de R\$ 147.359.570,00, utilizou-se a técnica de distribuição mínima de orçamento por turista projetado para o ano de 2013, através da base mínima de R\$ 10,30 por turista. Considerou-se um crescimento estimado de 6% a 7,1% no recebimento de turistas internacionais para os anos de 2012 e 2013, a partir do número alcançado de 5.433.354 turistas em 2011, projeção esta que também será definida como meta da Instituição.</p> <p>A partir desse valor mínimo de investimento por turista, ponderou-se cada mercado emissor por um índice que mede o nível de orçamento que se deseja utilizar para cada mercado, o qual leva em consideração a acessibilidade aérea do mercado; seu potencial de crescimento; o número de turistas atuais enviados ao Brasil; a receita gerada (gasto médio por viagem e número de turistas); a quota competitiva (turistas que vêm ao Brasil/ turistas que vão aos competidores diretos) e o investimento em marketing acumulado, realizado pela EMBRATUR neste mercado, nos últimos anos.</p> <p>Também se avaliou os valores utilizados pelas diretorias finalísticas da EMBRATUR neste exercício de 2012, através do sistema PCE (Portal Corporativo da EMBRATUR), que mede os valores empenhados pelas diretorias para as ações de promoção internacional do Brasil. Dessa forma, o valor orçamentário sugerido para o próximo exercício está em compatibilidade com o orçamento disponibilizado e efetivamente utilizado para o exercício atual, inclusive em sua distribuição por diretorias, pelas atividades planejadas e pelos mercados prioritários e complementares.</p> <p>Cabe ressaltar ainda que o Brasil passará, em 2013 e nos próximos anos, por um momento único em termos de divulgação internacional, tendo em vista a aproximação dos grandes eventos internacionais que acontecerão no país, em especial a Copa das Confederações FIFA™ 2013, a Jornada Mundial da Juventude Católica 2013, a Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e que, ainda assim, o orçamento disponibilizado para as atividades de promoção internacional para o ano de 2013 é apenas 3,55% superior ao disponibilizado para o exercício de</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>2012, desconsiderado o contingenciamento. Acontece que a base orçamentária da EMBRATUR sempre foi baixa, daí que a recomendação de investimentos nos países alvo prevista no Plano Aquarela, para cada exercício, nunca foi contemplada na sua totalidade nos limites disponibilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Este problema é minimizado, em parte, com a aprovação de créditos suplementares no decorrer do exercício. Porém, essa situação sempre traz consigo um quadro de precariedade orçamentária e de impossibilidade de se assumir compromissos de investimentos de médio prazo tão necessários numa atuação mundial em mercados que o país não tinha tradição de trabalhar.</p> <p>Para solucionar de vez o problema tem-se que aumentar o limite orçamentário do PLOA de forma que não seja necessária a aprovação de créditos suplementares. Ademais, deve-se considerar que, a partir deste ano, já se estará efetuando despesas para a promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Dessa forma, sugerimos a adição de R\$ 64.660.000,00 ao orçamento proposto para que se possam realizar as ações de promoção internacional, treinamento de operadores de turismo e agentes de viagem estrangeiros, publicidade, comunicação por meio digital, relações públicas e estudos e pesquisas exclusivos à divulgação país como destino turístico sede da Copa do Mundo FIFA™ 2014, valor este baseado na estimativa de custos das ações para o evento. O incremento da capacidade profissional no esforço de promover o Brasil como destino turístico no exterior já trouxe muitos resultados positivos. Entre 2003 e 2011 o ingresso de divisas proveniente dos turistas estrangeiros aumentou em 164,5% e a entrada de turistas estrangeiros no país aumentou 31,5%. O crescimento da oferta de produtos turísticos brasileiros no mercado internacional aumentou 120% e estamos há seis anos no ranking da ICCA - International Congress &amp; Convention Association como um dos 10 maiores realizadores de eventos internacionais no mundo, ocupando atualmente a 7ª posição.</p> <p>Assim, a EMBRATUR, ao esboçar sua pretensão orçamentária para o exercício de 2013, o faz a partir de suas responsabilidades institucionais derivadas dos compromissos com a continuidade, o desenvolvimento e a execução do Plano Aquarela sem considerar o incremento necessário que a incorporação de novos países e/ou de novas ferramentas de promoção nos é imposto pela realidade mundial e pela concorrência cada vez mais acirrada. Assim, a viabilização de novos estudos, pesquisas, aplicação em ações de promoções internacionais, assim como a execução de ações e programas acima expostos dependerá da disponibilidade de mais recursos orçamentários e financeiros postos a disposição da Autarquia.</p> <p>Importa ainda ressaltar que a indústria do turismo dos países líderes do mercado mundial tem gerado inúmeros benefícios aos seus povos. Entre nós, brasileiros, o Governo Federal ao propor as metas do Plano Nacional de Turismo, o fez reconhecendo o enorme potencial da cadeia produtiva do turismo para ser um importante vetor de desenvolvimento social e econômico. É nesse contexto que a EMBRATUR, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, por meio da execução do Plano Aquarela, insere-se como agente fundamental no esforço de alcançar as metas estabelecidas pelo mencionado Plano Nacional de Turismo.</p> <p>Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo passou a ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.</p> <p>Dentro desse contexto, foi desenvolvido o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, lançado em 2005, com o objetivo de ser uma matriz de planejamento e orientador dos programas e ações criadas pelo Instituto.</p> <p>Atualmente em sua terceira fase, o Plano Aquarela 2020, lançado em 2009, define as estratégias, metas e objetivos de marketing internacional do turismo brasileiro e as ações a serem realizadas nesta década, considerando especialmente que o Brasil sediará grandes eventos internacionais ao longo deste período, a exemplo da Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Existem vários exemplos de como um país pode impulsionar sua</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					<p>economia, transformar cidades e mudar ou melhorar sua imagem como destino turístico a partir da imensa exposição obtida antes, durante e depois da realização de grandes eventos.</p> <p>Esses eventos são oportunidades únicas para o turismo de qualquer país que os recebe e o Brasil, que já é líder na América do Sul e um dos destinos turísticos emergentes no mundo, ganha condições de atingir um novo patamar na sua promoção como destino turístico global.</p> <p>O planejamento é de extrema importância para o sucesso das políticas públicas em todos os setores. Por isso tem que se valorizar o papel do Plano Aquarela na construção de uma nova imagem do Brasil para o mundo, que já vê hoje o País com outros olhos.</p> <p>O Plano Aquarela considera o posicionamento global do Brasil após a realização desses grandes eventos, quando tanto a imagem quanto a infraestrutura do País estarão em outro patamar, estipulando metas de entrada de visitantes estrangeiros e divisas internacionais até 2020.</p> <p>Neste contexto, o orçamento adotado para o exercício de 2013 está em consonância com os valores orçamentários disponibilizados para a EMBRATUR nos exercícios anteriores, sobretudo aquele atribuído para o ano de 2012. Para se chegar ao valor final de R\$ 147.359.570,00, utilizou-se a técnica de distribuição mínima de orçamento por turista projetado para o ano de 2013, através da base mínima de R\$ 10,30 por turista. Considerou-se um crescimento estimado de 6% a 7,1% no recebimento de turistas internacionais para os anos de 2012 e 2013, a partir do número alcançado de 5.433.354 turistas em 2011, projeção esta que também será definida como meta da Instituição.</p> <p>A partir desse valor mínimo de investimento por turista, ponderou-se cada mercado emissor por um índice que mede o nível de orçamento que se deseja utilizar para cada mercado, o qual leva em consideração a acessibilidade aérea do mercado; seu potencial de crescimento; o número de turistas atuais enviados ao Brasil; a receita gerada (gasto médio por viagem e número de turistas); a quota competitiva (turistas que vêm ao Brasil/ turistas que vão aos competidores diretos) e o investimento em marketing acumulado, realizado pela EMBRATUR neste mercado, nos últimos anos.</p> <p>Também se avaliou os valores utilizados pelas diretorias finalísticas da EMBRATUR neste exercício de 2012, através do sistema PCE (Portal Corporativo da EMBRATUR), que mede os valores empenhados pelas diretorias para as ações de promoção internacional do Brasil. Dessa forma, o valor orçamentário sugerido para o próximo exercício está em compatibilidade com o orçamento disponibilizado e efetivamente utilizado para o exercício atual, inclusive em sua distribuição por diretorias, pelas atividades planejadas e pelos mercados prioritários e complementares. Cabe ressaltar ainda que o Brasil passará, em 2013 e nos próximos anos, por um momento único em termos de divulgação internacional, tendo em vista a aproximação dos grandes eventos internacionais que acontecerão no país, em especial a Copa das Confederações FIFA™ 2013, a Jornada Mundial da Juventude Católica 2013, a Copa do Mundo FIFA™ 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e que, ainda assim, o orçamento disponibilizado para as atividades de promoção internacional para o ano de 2013 é apenas 3,55% superior ao disponibilizado para o exercício de 2012, desconsiderado o contingenciamento.</p> <p>Acontece que a base orçamentária da EMBRATUR sempre foi baixa, daí que a recomendação de investimentos nos países alvo prevista no Plano Aquarela, para cada exercício, nunca foi contemplada na sua totalidade nos limites disponibilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA. Este problema é minimizado, em parte, com a aprovação de créditos suplementares no decorrer do exercício. Porém, essa situação sempre traz consigo um quadro de precariedade orçamentária e de impossibilidade de se assumir compromissos de investimentos de médio prazo tão necessários numa atuação mundial em mercados que o país não tinha tradição de trabalhar.</p> <p>Para solucionar de vez o problema tem-se que aumentar o limite orçamentário do PLOA de forma que não seja necessária a aprovação de créditos suplementares. Ademais, deve-se considerar que, a partir deste ano, já se estará efetuando despesas para a promoção da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil. Dessa forma, sugerimos a adição de R\$ 64.660.000,00 ao orçamento proposto para que se possam realizar as ações de promoção internacional, treinamento de operadores</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

de turismo e agentes de viagem estrangeiros, publicidade, comunicação por meio digital, relações públicas e estudos e pesquisas exclusivos à divulgação país como destino turístico sede da Copa do Mundo FIFA™ 2014, valor este baseado na estimativa de custos das ações para o evento. O incremento da capacidade profissional no esforço de promover o Brasil como destino turístico no exterior já trouxe muitos resultados positivos. Entre 2003 e 2011 o ingresso de divisas proveniente dos turistas estrangeiros aumentou em 164,5% e a entrada de turistas estrangeiros no país aumentou 31,5%. O crescimento da oferta de produtos turísticos brasileiros no mercado internacional aumentou 120% e estamos há seis anos no ranking da ICCA - International Congress & Convention Association como um dos 10 maiores realizadores de eventos internacionais no mundo, ocupando atualmente a 7ª posição. Assim, a EMBRATUR, ao esboçar sua pretensão orçamentária para o exercício de 2013, o faz a partir de suas responsabilidades institucionais derivadas dos compromissos com a continuidade, o desenvolvimento e a execução do Plano Aquarela sem considerar o incremento necessário que a incorporação de novos países e/ou de novas ferramentas de promoção nos é imposto pela realidade mundial e pela concorrência cada vez mais acirrada. Assim, a viabilização de novos estudos, pesquisas, aplicação em ações de promoções internacionais, assim como a execução de ações e programas acima expostos dependerá da disponibilidade de mais recursos orçamentários e financeiros postos a disposição da Autarquia. Importa ainda ressaltar que a indústria do turismo dos países líderes do mercado mundial tem gerado inúmeros benefícios aos seus povos. Entre nós, brasileiros, o Governo Federal ao propor as metas do Plano Nacional de Turismo, o fez reconhecendo o enorme potencial da cadeia produtiva do turismo para ser um importante vetor de desenvolvimento social e econômico. É nesse contexto que a EMBRATUR, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, por meio da execução do Plano Aquarela, insere-se como agente fundamental no esforço de alcançar as metas estabelecidas pelo mencionado Plano Nacional de Turismo.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

### 55101 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

11V1 Acesso à Água para o Consumo Humano na Zona Rural	Estrutura implantada	unidade	Serv. / Invest.	2.071	Custo médio de R\$ 2.000 tendo em vista a construção de cisternas com capacidade de 16.000 litros, bem como à capacitação de beneficiários para adequada utilização e manutenção da cisterna.
20GD Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares	Família atendida	unidade	Serviços	1.560	Transferência de recursos financeiros não reembolsáveis no valor de até R\$ 2.400 por família a ser distribuído em três parcelas anuais, com o objetivo de estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários, nos termos do Decreto nº 7.644/2011.
20GG Fomento, Capacitação Ocupacional, Intermediação e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores	Pessoa atendida	unidade	Serviços	817	Valor médio para qualificação profissional de trabalhadores em situação de pobreza extrema e microempreendedores individuais.
20TR Apoio à Manutenção da Educação Infantil (MDS)	Criança atendida	unidade	Serviços	93	Custo médio mensal para apoio financeiro suplementar à manutenção e desenvolvimento da educação infantil para atendimento em creches de crianças de zero a quarenta e oito meses cadastradas Censo Escolar de Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	Família beneficiada	unidade	Serviços	49	Custo médio de R\$ 49 por cesta (sete cestas anuais por família) para a aquisição e distribuição de alimentos para segmentos populacionais específicos.
2798 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Família agricultora beneficiada	unidade	Serviços	4.745	Aquisição de alimentos pela CONAB, Estados e Municípios, a fim de manter as ações de promoção do acesso à alimentação, com prioridade para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e fortalecer agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, promovendo a inclusão econômica e social no campo.
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	Família atendida	unidade	Serviços	129	Benefício médio de R\$ 129,00. O benefício básico fica em R\$ 70, o variável para cada um de no máximo 5 filhos de 0 a 15 anos, nutrizes e gestantes é R\$ 32 por pessoa até o limite de R\$ 160 para a família e mais R\$ 38 para cada um de no máximo 2 filhos de 16-17 anos, até o limite de R\$ 76 para a família.
8446 Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	9.044	O valor mensal a ser transferido ao município será obtido com base na multiplicação do resultado obtido do IGD-M alcançado pelo município, pelo valor de referência de R\$ 3,25 por cadastro válido de família inscrita na Base Nacional do Cadastro Único no mês anterior ao do mês de referência do cálculo, nos termos da Portaria nº 319, de 29 de novembro de 2011.
8929 Implantação e Qualificação de Equipamentos e Serviços Públicos de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos	Sistema apoiado	unidade	Serv. / Invest.	1.208.797	Custo médio de R\$ 1.200.000 para cada equipamento ou serviço público implantado, especialmente restaurantes populares, cozinhas populares e hortas comunitárias urbanas.
8948 Acesso à Água para a Produção de Alimentos	Tecnologia implantada	unidade	Serv. / Invest.	10.000	Custo médio para cada equipamento implantado, em especial, cisternas adaptadas para roça, tanques de pedra e barragens subterrâneas, além da capacitação.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>55901 Fundo Nacional de Assistência Social</b>					
2060 Proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil	Criança/adolescente atendida(o)	unidade	Serviços	60	Co-financiamento federal feito por meio do Piso Variável de Média Complexidade – PVMC na forma de repasse mensal de recursos aos municípios, realizado por meio de pisos baseados no número nos cadastrados no SisPETI. Os recursos desta ação destinam-se à manutenção e qualificação de serviço de proteção social, de forma descentralizada, para crianças e adolescentes, identificadas em situação de trabalho ou em risco iminente de trabalho infantil.
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	Benefício processado	unidade	Serviços	1	Dotação resultante do pagamento de R\$ 0,99 por benefício do BPC e RMV processado.
2A60 Serviços de Proteção Social Básica	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	32.187	Co-financiamento federal, que soma os valores de todos os serviços de proteção social básica em forma de Pisos: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para todas as faixas etárias e Serviços ofertados por Equipes Volantes, além da manutenção de Lanchas Sociais, que atendem a Amazônia e o Pantanal. ( Lei 12.435/2011)
2A65 Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	27.719	Co-financiamento federal calculado a partir do porte do Município com atendimento realizado nos CREAS. Está integrado aos serviços do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, dentre eles: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
2A69 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Ente federado apoiado	unidade	Serviços	41.187	Repasse mensal no âmbito do PBSM, abrange a habilitação e reabilitação de famílias em situação de extrema pobreza, atendendo pessoas com deficiência, abrigo para crianças, adolescentes, pessoas idosas e os Centros de Referências Especializados para a População de Rua - CREASPOP.
2B30 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Unidade atendida	unidade	Serv. / Invest.	354.676	Este montante viabilizará a construção de 243 CRAS, no valor unitário de R\$ 290.000,00, a aquisição de 5 embarcações, no valor de R\$ 3.000.000,00 cada, e a remuneração do contrato administrativo com a CEF.
2B31 Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial	Unidade atendida	unidade	Investimentos	338.250	Ação inserida no âmbito do PBSM a fim de aumentar e aprimorar as as unidades públicas que ofertam serviços às pessoas em situação de extrema pobreza.
8662 Concessão de Bolsa para famílias com crianças e adolescentes identificadas em Situação de Trabalho	Bolsa concedida	unidade	Serviços	36	Custo de R\$ 40,00 por mês por beneficiário para os municípios com mais de 250 mil habitantes, capitais e municípios de regiões metropolitanas; nos demais municípios e zona rural o valor é de R\$ 25,00 por mês por beneficiário.
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	Ente federativo apoiado	unidade	Serviços	1.267	Repasse mensal de recursos aos Municípios para apoiar a gestão do SUAS, com base no índice de gestão descentralizada - IGD-M, que é um instrumento de aferição da qualidade de gestão do SUAS no nível municipal (art. 12 da Lei 12.435/2011).

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 58000 Ministério da Pesca e Aquicultura

### 58101 Ministério da Pesca e Aquicultura

0080 Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997)	Óleo diesel subvencionado	litro	Serviços	1	A meta prevista é fornecer 35 milhões de litros, com uma previsão de gasto da ordem de R\$ 22.163.850,00. Portanto, o custo médio atinge R\$ 0,66 o litro.
14TI Implantação de Terminais Pesqueiros (TPP)	Terminal pesqueiro implantado	unidade	Serv. / Invest.	5.891.534	O custo da ação é justificado pela necessidade de consolidar rede ordenada e integrada de recepção, movimentação, armazenagem, beneficiamento, comercialização e escoamento de pescados e mercadorias. O custo da ação por gastos em investimento na implantação dos terminais pesqueiros localizados nas cidades do Rio de Janeiro e Belém, já custeio engloba a manutenção de terminais localizados em Santos, Camocim, Cabedelo, Vitória, Laguna e Angra dos Reis.
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	1.402	O custo é justificado pelo quantitativo de servidores e empregados que tem direito ao pagamento do benefício.
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	Criança atendida	unidade	Serviços	1.135	O custo é justificado pela necessidade de pagamento do benefício aos dependentes dos servidores e empregados existentes no ministério
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	2.171	O custo é justificado pela necessidade de pagamento do benefício aos dependentes dos servidores e empregados existentes no ministério
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	Pessoa beneficiada	unidade	Serviços	3.646	O custo é justificado pela necessidade de pagamento do benefício aos dependentes dos servidores e empregados existentes no ministério
20XZ Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola	Iniciativa realizada	unidade	Serv. / Invest.	5.350.000	O custo da ação é justificado pela realização de gastos com o controle da qualidade da produção pesqueira, capacitação de recursos humanos e na ampliação de laboratórios para diagnóstico e identificação molecular, com vistas à erradicação de doenças em animais aquáticos.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
20Y0 Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola	Iniciativa de fomento implementada	unidade	Serv. / Invest.	3.723	<p>Necessidade de apoiar o desenvolvimento, a validação e a difusão tecnológica de estudos e pesquisas em aquicultura e pesca; delimitar e definir potencialidades e vocações da aquicultura e pesca, e apoiar estudos diversos para a pesca e aquicultura. Promover o associativismo e cooperativismo em comunidades pesqueiras e aquícolas, facilitando a inserção dos atores no setor, fortalecendo a cadeia produtiva, promovendo alternativas à pesca artesanal, aquicultura familiar. Possibilitar o aumento do contingente de pessoal com conhecimento e domínio de tecnologias tradicionais e modernas, visando implantar, melhorar e/ou dar continuidade à</p> <p>pesca e à aquicultura de forma sustentável. Realização de estudos de viabilidade de pescarias alternativas, considerando variáveis ambientais, sociais e econômicas e fomentar a transferência tecnológica de informações, por meio da promoção de eventos com o setor produtivo de captura e de insumos para a pesca.</p> <p>Reestruturação e modernização de pequenos estaleiros e promoção da qualificação e requalificação dos profissionais das comunidades pesqueiras na realização de serviços de reparos e</p> <p>construção de embarcações e manutenção de motores e pequenos estaleiros.</p> <p>Necessidade de implantação de parques aquícolas e áreas de preferência, promovendo ocupação ordenada das águas públicas e viabilizar aos produtores a cessão do uso de água regularizada, propiciando acesso às políticas de fomento e de desenvolvimento. Realização de eventos de divulgação e promoção do consumo do pescado e, ainda, a realização estudos e prospecção de mercados tanto interno como externo</p>
20Y1 Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	Unidade da cadeia produtiva disponibilizada/mantida	unidade	Serv. / Invest.	728.530	<p>O custo é justificado pela necessidade de recuperação, ampliação e manutenção das cadeias produtivas da aquicultura e da pesca, envolvendo desde a captura e cultivo até o acondicionamento, processamento, beneficiamento e comercialização do pescado. Apoio a Centros Integrados da Pesca Artesanal, funcionamento das unidades de conservação com interesse na pesca, gestão e funcionamento de desembarque, beneficiamento, conservação e comercialização de pescados. Adequação de acessos aquaviários de pequeno vulto, por meio da dragagem de aprofundamento, sinalização e balizamento de forma a reduzir os custos das operações.</p>
20Y2 Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas	Iniciativa realizada	unidade	Serv. / Invest.	5.315.495	<p>Manutenção, operacionalização e investimento no Sistema de Registro Geral da Pesca. Tal sistema é responsável pela emissão de registros para os Agentes que atuam no setor produtivo da aquicultura e pesca. O custo é composto, ainda, por gasto com a realização de fiscalizações, como pagamento de diárias, passagens e material de expediente. Engloba, ainda, gastos com a implantação e manutenção do sistema integrado e participativo de coleta de dados e de informações da atividade pesqueira e aquícola com abrangência nacional, inclusive com dados de produção, sócio-econômicos, ambientais e culturais. Necessidade de desenvolver, ampliar e modernizar os sistemas informatizados de gestão da aquicultura e pesca em parcerias com outros órgãos da administração pública, propiciando melhoria na gestão dos recursos biológicos</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 61000 Secretaria de Assuntos Estratégicos

### 61201 Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

00M6 Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica	Bolsa concedida	unidade	Serviços	47.935	Custo anual, considerando um valor da Bolsa na média R\$ 4.000,00 por doze meses. Esta ação atende a estudantes de Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, possibilitando a qualificação de pessoas que deverão vir a contribuir para o desenvolvimento brasileiro.
4727 Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro	Estudo realizado	unidade	Serv. / Invest.	7.477.600	<p>Esta ação cobre as despesas de todos os Estudos e Pesquisas realizados pelo IPEA e disponibilizados aos Órgãos do Governo e da Sociedade Civil e Militar, para que utilizem na formulação de Políticas, Programas e Ações, que venham a possibilitar o Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil.</p> <p>Os recursos alocados no Plano Orçamentário 0003 - Administração da Unidade, na Ação 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro, que não tem produto e unidade de medida para aferição, destinam-se a cobertura de despesas contratadas com pagamentos mensais e seus respectivos valores que garantem o funcionamento regular da Instituição, bem como a aquisição de equipamentos e outros materiais permanentes.</p> <p>A Ação 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro que tem um Plano Orçamentário 0004 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro com a mesma identificação, tem um Produto Intermediário a ser acompanhado e cujo Custo Médio é de R\$ 713.800,00.</p> <p>A Ação 4727 - Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro, Plano Orçamentário - 0002 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa Econômica Aplicada, Políticas Públicas e Gestão Pública, tem um Produto Intermediário a ser acompanhado e cujo Custo Médio de R\$ 3.750,00.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>62000 Secretaria de Aviação Civil</b>					
<b>62201 Agência Nacional de Aviação Civil</b>					
20SW Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil	Profissional capacitado	unidade	Serviços	46.908	<p>Esta ação representa uma importante ferramenta para ampliação da capacitação de pessoal especializado, por meio da concessão de bolsas de estudos para formação de profissionais da aviação civil.</p> <p>O montante de R\$ 3.518.133,00, alocado para esta ação no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA 2013, refere-se ao credenciamento de Escolas de Aviação Civil para a formação de 75 Pilotos Comerciais - A, com habilitação por instrumentos -IFR, visando solucionar no médio e longo prazo o desafiador quadro de ausência de profissionais qualificados na área.</p>
2912 Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	Item fiscalizado	unidade	Serv. / Invest.	3.926	<p>Fiscalização das diversas atividades de competência da ANAC, seja no país ou no exterior, com a finalidade de garantir o funcionamento da aviação civil dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança. Trata-se de uma ação prioritária e fundamental para alcance dos objetivos finais da Aviação Civil.</p> <p>Para o orçamento de 2013, as ações 2880 – Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil, 2924 – Sistema de Informações para a Gestão da Aviação Civil e 2912 – Regulação e Fiscalização da Aviação Civil passarão a ser Planos Orçamentários da ação Regulação e Fiscalização. Justifica-se esta aglutinação, uma vez que os produtos intermediários destes POs contribuem para o alcance do produto final da Ação de Regulação e Fiscalização. Sendo assim, os custos destes POs serão computados no custo médio do produto final da referida ação.</p> <p>O valor alocado para esta ação de R\$ 76.554.412,00, sendo R\$ 12.319.000,00 para Investimento e R\$ 64.235.413,00 para Custeio, foi distribuído da seguinte forma:  R\$ 3.600.000,00 para o PO 0001 – Avaliação Médica para o Sistema de Aviação Civil – possibilitará a concessão e/ou renovação 60.000 certificados de capacidade psicofísica da habilitação de tripulantes  R\$ 40.534.315,00 para o PO 0002 – Manutenção do Sistema de Informações para a Gestão da Aviação Civil – este valor irá contribuir para a manutenção de sistemas essenciais à Agência, em especial aqueles voltados à gestão dos processos de aviação civil.  R\$ 32.420.097,00 para o PO 0003 – Regulação e Fiscalização da Aviação Civil – valor alocado para Diárias e Passagens e outros contratos que contribuem para a regulação e fiscalização da Agência.</p> <p>O Custo Médio de R\$ 3.925,87 representa o resultado da divisão do valor total da Ação (R\$ 76.554.412,00) pela Meta Física (19.500 itens fiscalizados).</p>
6640 Estudos para o Planejamento e Gestão do Transporte Aéreo	Estudo desenvolvido	unidade	Serviços	187.176	<p>Foi alocado para esta ação, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 - PLOA 2013, o montante de R\$ 187.176,00 para o desenvolvimento do Escritório de Projetos que coordenará a realização de estudos relativos ao meio ambiente, focando nos aspectos de controle de emissões e ruídos aeronáuticos, bem como, estudos voltados para modelos regulatórios aplicáveis à regulação econômica de infraestrutura aeroportuária e outros inerentes ao planejamento e gestão do transporte aéreo.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 62901 Fundo Nacional de Aviação Civil

14UB Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	Aeroporto adequado	unidade	Investimentos	9.928.571	<p>A estimativa de custos dos investimentos em infraestrutura aeroportuária dos aeroportos que compõem a rede da aviação regional foi feita a partir do histórico de custos realizados e das planilhas orçamentárias dos investimentos prestes a serem iniciados em obras com as mesmas características, tanto por parte dos Estados quanto no âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA desta Secretaria. Ainda, foram consideradas as tabelas oficiais de custos unitários da Caixa Econômica Federal (SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil) e do DNIT (SICRO - Sistema de Custos Rodoviários). Tal histórico permite que seja possível estimar os custos nas diferentes regiões do país, assim como dos diferentes portes de aeródromos.</p> <p>Registre-se que o custo médio das obras a serem executadas pode sofrer variações dependendo do porte do aeroporto ou aeródromo selecionado para atendimento baseado no Plano de Investimento definido pela SAC/PR e do grau de intervenção na infraestrutura selecionada.</p>
14UC Construção, Reforma e Reaparelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal	Aeroporto adequado	unidade	Serv. / Invest.	3.974.187	<p>A estimativa de custos dos investimentos em infraestrutura aeroportuária do Comando da Aeronáutica – COMAER foi feita a partir do histórico de custos realizados e das planilhas orçamentárias dos projetos já concluídos por aquele órgão, considerando-se as especificidades das obras realizadas pelo COMAER como características de cada região (principalmente a Região Amazônica), porte e tipo de uso dos aeródromos. Ainda, foram consideradas as tabelas oficiais de custos unitários da Caixa Econômica Federal (SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil) e do DNIT (SICRO - Sistema de Custos Rodoviários).</p> <p>Registre-se que o custo médio das obras a serem executadas pode sofrer variações dependendo do porte do aeroporto ou aeródromo selecionado para atendimento baseado no Plano de Investimento definido pelo COMAER/MD e aprovado pela SAC/PR.</p>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 63000 Advocacia Geral da União

### 63101 Advocacia-Geral da União

10TN Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	2.188.000	<p>Em relação à implantação da Advocacia Eletrônica, destaca-se que, com o advento da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, o Poder Judiciário iniciou o projeto de substituição do processo judicial com suporte em papel pelo processo judicial com suporte eletrônico. Tal mudança está em curso, e já se disseminou em quase todos os Juízos e Tribunais do país, que paulatinamente têm adotado a desejada substituição, de forma constante e inexorável.</p> <p>Consequência disso para a AGU é que o próprio instrumento de trabalho do Advogado Público mudou, afetando em grande medida a própria atividade-fim da Instituição. Com efeito, sem infraestrutura tecnológica, serviços e sistemas adequados, o Advogado Público sequer poderá ter acesso ao seu principal instrumento de trabalho – o processo judicial –, que vem passando de um suporte físico (papel) para um suporte eletrônico, tornando-se intangível.</p> <p>Logo, é de fundamental importância para a AGU acompanhar o processo de modernização pelo qual passa o Poder Judiciário, sob pena de não atender satisfatoriamente as demandas da União.</p> <p>O PLOA 2013 prevê um valor de R\$ 2.188.000,00 para esta ação, o que permitirá realizar investimentos como: a expansão do parque computacional, aquisição de softwares e manutenção da infraestrutura, objetivando a inter-operabilidade dos sistemas da AGU com os do Poder Judiciário.</p>
1156 Implantação de Unidades da Advocacia-Geral da União	Unidade instalada	unidade	Serv. / Invest.	1.000.000	<p>No que se refere às implantações das unidades da AGU, a expansão ocorrerá em virtude de implementações específicas a serem realizadas nas unidades da AGU nos Estados de Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará.</p> <p>O PLOA 2013 prevê valores de custeio e capital de 4 milhões e 1 milhão respectivamente, tais valores serão gastos basicamente com locações de novos imóveis para instalação dessas novas unidades e aquisição de mobiliário e equipamentos.</p>
2674 Representação Judicial e Extrajudicial da União	Processo judicial analisado	unidade	Serv. / Invest.	63	<p>A ação de Representação Judicial e Extrajudicial da União, tem por finalidade demonstrar o custo da atividade jurídica da União, possibilitando ao Estado saber quais os insumos necessários para manter uma Advocacia-Pública eficiente.</p> <p>A Proposta Orçamentária de 2013 inovou criando os Planos Orçamentários – PO, esta ação é composta por 06 Planos Orçamentários. Os Planos Orçamentários Administração da Unidade e Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo contemplam investimentos no valor de R\$ 1.050.000,00 e R\$ 50.000,00 respectivamente, que serão utilizados para aquisição de mobiliário, veículos, ampliação do acervo bibliográfico.</p> <p>Tais investimentos serão realizados para readequação de diversas unidades da Advocacia-Geral da União nos Estados do Acre, Rondônia, Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão e Pernambuco.</p>



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>64000 Secretaria de Direitos Humanos</b>					
<b>64101 Secretaria de Direitos Humanos</b>					
14UF Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes	Unidade apoiada	unidade	Serv. / Invest.	1.572.388	Previsão de 39 unidades apoiadas dentre as quais: 9 unidades de atendimento a adolescentes em conflito com a lei em conformidade com os parâmetros do SINASE (Lei nº 12.594/2012) e 30 conselhos tutelares.
20ZN Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	211.242	Essa ação financia uma grande diversidade de projetos: apoio a 10 centros de referência em direitos humanos; apoio a 2 projetos de produção e disseminação de conhecimentos sobre população em situação de rua; apoio a 10 projetos de educação em direitos humanos; realização de 5 buscas objetivando a promoção do direito à memória e à verdade; apoio a 7 iniciativas para o fornecimento de documentação civil básica; apoio a 5 projetos de combate à tortura; apoio a 5 projetos de combate ao trabalho escravo; apoio a 5 projetos em direitos humanos e segurança pública. A estimativa de custo médio dos projetos a serem apoiados tem por base projetos similares apoiados em exercícios anteriores.
210G Proteção a Pessoas Ameaçadas	Pessoa protegida	unidade	Serv. / Invest.	49.583	Proteção de testemunhas ameaçadas e seus familiares (300 pessoas protegidas), defensores de direitos humanos (120 defensores protegidos) e crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares (300 pessoas protegidas).
210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serviços	373.262	Os recursos desta ação financiam: Projetos de capacitação, publicidade, publicações, implementação de serviços de atendimento, apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos e articulação intra e intergovernamental; Apoio a 18 projetos que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Implantação de 1 Cadastro Nacional de Serviços de Acolhimento (Brasil Protege); Implantação de 9 Salas de Inquirição Especial (Brasil Protege); e a realização de 1 Mapeamento Anual e Repressão de Pontos Rodoviários (Brasil Protege). A estimativa do custo médio tem por base os projetos similares já financiados em exercícios anteriores.
210N Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	282.063	Os recursos desta ação financiam: implantação de 9 Centrais de Formação de Intérpretes de LIBRAS; implantação de 5 centros de treinamento de cães guia (Viver sem Limites); implantação e fortalecimento de 10 conselhos estaduais e municipais de promoção dos direitos das pessoas com deficiência; apoio a 7 projetos de produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência. O custo médio estimado tem por base projetos similares apoiados em exercícios anteriores.
4906 Disque Direitos Humanos	Denúncia encaminhada	unidade	Serviços	173	O Disque é operacionalizado por meio da contratação de uma empresa de Call Center e o custo médio por denúncia encaminhada é estimado tendo por base a execução desse serviço em exercícios anteriores. Cabe acrescentar que o público atendido pelo serviço vem sendo incrementado ano após ano de maneira que em 2013 todos os grupos vulneráveis atendidos pela SDH estão contemplados.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
8810 Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Projeto apoiado	unidade	Serviços	200.000	Os recursos desta ação financiam os seguintes projetos: realização de estudos e pesquisas que objetivem consolidar e divulgar informações e conhecimentos sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e sobre as formas de prevenção de violações, promoção e defesa de seus direitos; apoio a fóruns e órgãos colegiados; realização de encontros, seminários e eventos que discutam e disseminem a temática e a produção de publicações e materiais relacionados às questões de orientação sexual e identidade de gênero. O custo médio estimado tem por base o apoio a projetos similares em exercícios anteriores.
8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serviços	333.333	Os recursos desta ação financiam os seguintes projetos: produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os direitos da pessoa idosa; formação de profissionais para atuarem na garantia dos direitos da pessoa idosa, na prevenção e enfrentamento à violência contra o segmento; fortalecimento da rede nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema, de forma a oferecer subsídios para a construção de políticas públicas de atenção aos idosos e de defesa e proteção de seus direitos; elaboração e disseminação de publicações e outros materiais afetos à temática. O custo médio estimado tem por base projetos similares apoiados em exercícios anteriores.

### 64901 Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

210M Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	Projeto apoiado	unidade	Serv. / Invest.	521.006	Os recursos desta ação financiam: Projetos de capacitação, publicidade, publicações, implementação de serviços de atendimento, apoio a fóruns de participação e conselhos de direitos e articulação intra e intergovernamental; Apoio a projetos que visem a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo por base as diretrizes presentes na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3 e no Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A estimativa do custo médio tem por base os projetos similares já financiados em exercícios anteriores.
---	-----------------	---------	-----------------	---------	---

### 64902 Fundo Nacional do Idoso

8819 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Projeto apoiado	unidade	Serviços	338.462	Os recursos desta ação visam custear a realização de cursos de capacitação sobre direitos humanos dos idosos e prevenção da violência; a realização de estudos e pesquisas que produzam informações e monitorem a situação dos direitos do idoso no Brasil; a edição de publicações sobre a temática. O custo médio previsto tem por base o que já foi investido em projetos similares em anos anteriores.
---	-----------------	---------	----------	---------	--

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 65000 Secretaria de Políticas para as Mulheres

### 65101 Secretaria de Políticas para as Mulheres

210A Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	112.178	Apoio técnico e/ou financeiro para 105 iniciativas para a criação e/ou o fortalecimento de mecanismos institucionais de políticas e de conselhos de direitos das mulheres, bem como para a realização de fóruns; seminários; oficinas; diálogos; workshops; cursos; seminários; concursos; prêmios; publicações; produções culturais; estudos; diagnósticos; análises; formação de profissionais e outros eventos para a promoção da igualdade e dos direitos das mulheres, em especial no que se refere aos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM.
210B Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	Serviço apoiado	unidade	Serv. / Invest.	678.787	Assessoria técnica e financeira a estados e municípios em regime de contrapartida, por meio da criação, implementação e aperfeiçoamento de serviços especializados de atendimento à mulher e adequação dos serviços não especializados, envolvendo as ouvidorias e os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, de forma a assegurar um atendimento adequado, humanizado, integrado, multissetorial e em rede às mulheres em situação de violência. Realização de eventos para discussão desta temática junto aos profissionais dos serviços e à sociedade em geral e divulgação dos serviços para ampliar o conhecimento e o acesso da população.
8831 Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	Atendimento realizado	unidade	Serviços	8	Contratação de empresa especializada para realizar 851 mil atendimentos na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, de modo contínuo - 24 horas por dia e 7 dias na semana -, incluindo atendimento internacional, em especial às mulheres vítimas de violência, informando-as sobre os seus direitos, os encaminhamentos a serem adotados e os serviços disponíveis e adequados a cada caso de violência doméstica. Produção de informações e estudos sobre os atendimentos realizados como subsídio para o aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Realização de eventos para divulgação e qualificação do serviço.
8843 Incentivo a Políticas de Autonomia das Mulheres	Iniciativa apoiada	unidade	Serv. / Invest.	336.764	Apoio a 34 iniciativas de promoção da autonomia econômica das mulheres e da equidade de gênero e raça no mundo do trabalho, visando a modificação da divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 66000 Controladoria-Geral da União

### 66101 Controladoria-Geral da União

110C Reforma, Adaptação e Modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União	Sede reformada	unidade	Serv. / Invest.	86.538	Despesas com pequenas reformas e modernização das 26 unidades regionais da CGU.
13LM Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Acre	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	44.190	Finalização da construção do edifício-sede da CGU-R/AC, correspondente a 52% da obra total. Custo médio informado corresponde a 1% da obra
14UP Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Início da construção do edifício-sede da CGU-R/PE, com previsão de execução de 20% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra
14UQ Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	40.000	Início da construção do edifício-sede da CGU-R/MA, com previsão de execução de 20% da obra. Custo unitário corresponde a 1% da obra
14UR Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas	Edifício construído	percentual de execução física	Serv. / Invest.	8.000	Construção do edifício-sede da CGU-R/AM, com previsão de execução total da obra (será aproveitada estrutura predial existente no terreno). Custo unitário corresponde a 1% da obra
14US Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba	Edifício construído	percentual de execução física	Serviços	200.000	Contratação do Projeto Básico para construção do edifício-sede da CGU-R/PB.
14UT Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte	Edifício construído	percentual de execução física	Investimentos	50.000	Construção do edifício-sede da CGU-R/RN, com previsão de execução de 20 a 25% da obra. Custo médio corresponde a 1% da obra
14UU Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí	Edifício construído	percentual de execução física	Serviços	200.000	Contratação do Projeto Básico para construção do edifício-sede da CGU-R/PI.
2D58 Controle Interno, Prevenção à Corrupção, Ouvidoria e Correição	Ação realizada	unidade	Serv. / Invest.	1.041	As principais ações da CGU, e seus custos médios, estão divididas da seguinte forma: Ouvidoria Geral da União - 22 eventos realizados a um custo médio de R\$ 22.700,00 Corregedoria Geral da União - 1.500 ações de correição a um custo médio de R\$ 967,30 Fiscalização - 11.500 ações de controle a um custo médio de R\$ 1.041,60 Combate à Corrupção - 1.300 ações a um custo médio de R\$ 8.079,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 67000 Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

### 67101 Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

210H Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para a Promoção da Igualdade Racial	Iniciativa apoiada	unidade	Serviços	335.239	<p>A ação 210H tem como finalidade promover a criação e implementação de programas de enfrentamento às desigualdades raciais e de ações afirmativas, bem como fomentar a edição, publicação e distribuição de material bibliográfico e áudio-visual sobre Igualdade Racial.</p> <p>Os recursos dessa ação serão utilizados na formulação e implementação de políticas e/ou apoio a iniciativas governamentais e não-governamentais de formação e capacitação de agentes públicos e profissionais da iniciativa privada; no levantamento e construção de cadastro de programas de ações afirmativas; na promoção de eventos relacionados à Promoção da Igualdade Racial; na confecção e divulgação de conteúdos educativos e/ou de comunicação de promoção de ações afirmativas e na valorização da pluralidade etnicorracial.</p> <p>Serão destinados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- R\$ 473.477,00 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais) para convênios com Estados e R\$ 472.810,00 (quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e dez reais) para convênios com municípios, com a finalidade de fomentar ações afirmativas e outras iniciativas para a promoção da igualdade racial.</li> <li>- R\$ 419.000,00 (quatrocentos e dezenove mil reais) à promoção de eventos ligados ao tema.</li> <li>- R\$ 646.148,00 (seiscentos e quarenta e seis mil, cento e quarenta e oito reais) à gastos com passagens e diárias a servidores e colaboradores eventuais - participação em eventos relacionados à promoção da igualdade racial.</li> </ul>
6440 Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais	Comunidade atendida	unidade	Serviços	31.038	<p>A ação 6440 tem a finalidade de promover, de forma sustentável, o desenvolvimento das comunidades quilombolas e tradicionais a partir das especificidades de cada comunidade, bem como dotar as organizações representativas das comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais de conhecimento e instrumentos adequados para qualificar e otimizar sua interlocução junto às instâncias governamentais, facilitando o acesso aos espaços de gestão democrática.</p> <p>Com os recursos dessa ação são realizados estudos de viabilidade econômica, apoio técnico, capacitação de agentes de apoio e da comunidade local, apoio a projetos de fortalecimento institucional, envolvendo as organizações representativas das comunidades quilombolas e de outras comunidades tradicionais.</p> <p>Em 2013 serão destinados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- R\$ 1.087.207,00 (um milhão, oitenta e sete mil, duzentos e sete reais) para convênios com Estados e mais R\$ 1.087.207,00 (um milhão, oitenta e sete mil, duzentos e sete reais) para convênios com Municípios e R\$ 1.087.209,00 (um milhão, oitenta e sete mil, duzentos e nove reais) para convênios com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos.</li> <li>- R\$ 200.000,00 (quatrocentos e dezenove mil reais) relativos à promoção de eventos.</li> <li>- R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil reais) referentes a gastos com passagens e diárias a servidores e colaboradores eventuais para participação em eventos.</li> </ul>

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
<b>68000 Secretaria de Portos</b>					
<b>68101 Secretaria de Portos</b>					
11XL Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo (PB)	Dragagem realizada	mil metros cúbicos	Investimentos	15	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122A Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122B Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Rio Grande (RS)	Obra executada	percentual de execução física	Serviços	11	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122E Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Santos (SP)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	9	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122H Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Suape (PE)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	16	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122I Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória (ES)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	28	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122K Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Imbituba (SC)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	8	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122L Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	17	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122O Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Paranaguá (PR)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	10	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
122X Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	1.150.000	Necessidade de recursos para desenvolver e implantar os sistemas informatizados nos processos portuários (Porto sem Papel), que permitirá a integração dos órgãos governamentais fiscalizadores, propiciando o fornecimento das informações através de acesso único - Janela Única Portuária.
122Z Construção do Berço 108 no Porto de Itaqui (MA)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	700.000	Os principais serviços referentes aos custos desta ação são relativos a instalação e manutenção do canteiro das obras, execução de ponte de acesso, plataforma de transição, plataforma de operação, dolphins de amarração e de atracação e pier para rebocadores

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
128N Recuperação dos Molhes do Canal de Acesso ao Porto de Rio Grande (RS)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	800.000	Executar obras e serviços de proteção necessários para o restabelecimento da cota do leito marinho, de modo a garantir a estabilidade da estrutura existente.
12DG Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Canal das Flechas (RJ)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	32	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
12IV Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Barra do Riacho (ES)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
12JQ Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Recife (PE)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	257.000	Contempla serviços de adaptação do armazém 7 e construção de anexo; pavimentação e urbanização para implantação de estacionamento.
12K7 Alinhamento e Reforço do Berço 4 no Porto de Itajaí (SC)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	1.350.000	Obra de engenharia para alinhamento e reforço do berço 4, com comprimento de 250 m. Alinhar o berço 4, que ficará desalinhado da nova estrutura do cais que foi reconstruída após a enchente - ocorrida no mês de novembro de 2008 - que ocasionou sérios danos em parte do cais do Porto de Itajaí. O alinhamento do berço 4 servirá de reforço do mesmo. Reforçar o cais para adequá-lo à atracação de navios de grande porte.
12KP Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	1.750.000	Necessidade de recursos para implantação de modelo de parceria entre os setores público (interviente no processo portuário) e privado (operadores logísticos e embarcadores), com a finalidade de garantir o acesso às tecnologias selecionadas no projeto, bem como a troca de informações sobre o rastreamento e condições especiais na movimentação de cargas para as empresas que aderirem às recomendações.
12KQ Implantação do Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	2.950.000	Necessidade de recursos para desenvolver e implantar, nas Autoridades Portuárias, sistemas padronizados que darão apoio à execução, ao controle, à supervisão, ao acompanhamento e às tomadas de decisões dos dirigentes das Companhias Docas, nas ações de sua competência regimental, que dizem respeito às atividades da instituição.
12KR Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios	Sistema implantado	percentual de execução física	Investimentos	0	Necessidade de recursos para aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações nos portos brasileiros, em particular do Sistema de Monitoramento de Navios (Vessel Traffic Management Information System - VTMISS).
12KS Implantação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em Portos Marítimos	Sistema implantado	percentual de execução física	Serviços	600.000	Necessidade de recursos para levantamento de dados primários da geração e movimentação de resíduos/efluentes; execução de projetos para o tratamento, reuso, transporte e destinação adequada dessa geração/movimentação, baseados nos aspectos econômico, técnico e ambiental.
12Y0 Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Maceió (AL)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
12Y1 Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Areia Branca (RN)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
131L Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Luís Correia (PI)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	12	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
138S Construção de Cais e Terminal de Granéis Sólidos na Ilha de Cocaia no Porto de Suape (PE)	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	3.000.000	Construção de terminal e cais com capacidade para atracação de navio de grande porte para carga e descarga de grãos sólidos, bem como execução de respectiva dragagem de aprofundamento.
138T Estudos e Projetos para Implantação da Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas Companhias Docas	Estudo realizado	unidade	Serviços	2.000.000	Necessidade de recursos para análise de processos, integração de sistemas por meio de soluções do tipo ERP (Economic Resources Planning), tais como RH, Controladoria, Gestão de Contratos, Projetos e Obras, dentre outros, nas Companhias Docas vinculadas à SEP (CODESP, CDRJ, CODEBA, CODESA, CODERN, CDC e CDP).
138Y Implantação de Dispositivos de Controle de Saúde em Portos Organizados Marítimos	Sistema implantado	unidade	Serviços	200.000	Necessidade de recursos para implantação do programa de controle de pandemias e vetores nos Portos Organizados Marítimos e de infraestrutura complementar (obras, equipamentos e capacitação).
14UD Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Niterói (R.J).	Obra executada	percentual de execução física	Investimentos	13	Permitir o acesso de embarcações de maior porte, resultando: agilização das operações; maior eficiência operacional, redução dos custos operacionais, redução de custos de fretes/seguros; aumento da competitividade brasileira internacional.
20B9 Estudos para o Planejamento do Setor Portuário - PAC	Estudo realizado	unidade	Serviços	4.006.000	Necessidade de recursos para realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário nacional com vistas a orientar seu desenvolvimento.
210I Desenvolvimento do Setor Portuário	Estudo realizado	unidade	Serviços	1.600.000	Necessidade de recursos para promoção de medidas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos e para formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor de portos portuário.
7L25 Ampliação do Cais Público do Porto Novo do Porto de Rio Grande (RS)	Projeto executado	percentual de execução física	Investimentos	1.190.000	Construção de um cais sobre estacas avançando 10m à frente da estrutura do cais existente, dando a condição para instalar equipamentos modernos aptos a operar navios pós-panamax, e ao mesmo tempo, permitindo o aprofundamento de 30 para 40 pés, admitindo a operação de navios de maior calado. Modernizar e renovar o atual cais público no Porto Novo do Porto do Rio Grande oferecendo melhor utilização das suas instalações possibilitando um aprofundamento da bacia de evolução de 30 para 40 pés, tornando o porto público mais competitivo.

## 74000 Operações Oficiais de Crédito

### 74901 Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê - MAPA

0012 Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Financiamento concedido	unidade	Serviços	265.045	Concessão de financiamentos destinados ao agronegócio café, compreendendo o custeio, a colheita, a estocagem e a aquisição de café por terceiros, entre outros, a serem aprovados pelo poder público, em especial pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
0A27 Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992)	Instituição financeira remunerada	unidade	Serviços	95.333.333	Equalização de taxas de juros destinando recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira para a cobertura da diferença existente entre o custo de captação dos recursos mais o spread e o retorno pago pelos mutuários nas operações alongadas, bem como em relação aos financiamentos concedidos a partir de 2001.



II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados

## Esfera 30 - Orçamento de Investimento

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Recursos de todas as fontes	R\$ 1,00
					Justificativa	

### 25000 Ministério da Fazenda

#### 25202 Banco da Amazônia S.A. - BASA

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

Cód. Ação Descritor da Ação Unidade de medida Custo Unitário R\$ 1,00  
Bens e serviços - justificativas

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Und. 365.780,00

Os investimentos previstos visam criar infraestrutura adequada ao funcionamento do novo ponto de atendimento e equipá-lo com mobiliários, computadores, equipamentos de climatização, de comunicação e de segurança. Para isso serão adquiridos os seguintes itens:

Equipamentos de Refrigeração 45.000,00  
Mobiliários 186.880,00  
Equipamentos de Segurança 43.000,00  
Equipamentos de informática - computadores e servidores de dados 76.000,00  
Equipamento de Comunicação e outros itens 14.900,00

#### 25210 Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CÓDIGO SIGLA DA EMPRESA 25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S A					
DESCRIÇÃO DO ITEM DE DESPESA DE CAPITAL Cód. Ação Descritor da Ação Unidade de medida Custo Unitário R\$ 1,00 Bens e serviços - justificativas					
4106 MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ATENDIMENTO IMÓVEIS DE USO Reforma de prédio c/ melhoria de instalações físicas Ag 730.018 EQUIPAMENTOS DE USO Aquisição de móveis e equipamentos (44 unidades em 2012 e 38 unidades em Ag 130.008 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA NFORMAÇÃO Aquisição de desktops Ag					
68.293 Aquisição de microcomputadores servidores Ag 214 Aquisição de scanners Ag 4.000 Aquisição de terminais registradores de ponto Ag 1.627 SISTEMA DE SEGURANÇA Sistema de controle de acesso físico para as agências Ag 16.000 Sistema de áudio via DVR para as agências Ag 1.200 Modernização do sistema de CFTV para 17 agências Ag 10.000 Sistema de CFTV - realocização agências Ilhéus, São Luís Centro e Natal Centro Ag 10.000 DEMAIS INVESTIMENTOS Reforma de prédio alugado c/melhoria instalações físicas Ag 1.166.667					
4101 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS IMÓVEIS DE USO Reforma de prédios próprios c/melhoria de instalações físicas na Direção Geral Ag 5.800.000 DEMAIS INVESTIMENTOS Reforma de prédios alugados c/melhoria de instalações físicas na Direção Geral Ag 2.200.000					
102 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EQUIPAMENTOS DE USO Aquisição de móveis e equipamentos para órgãos da Direção Geral Ag 5.984.000 TRANSPORTE Aquisição de trator para manutenção de jardins Unid 50.000 SISTEMA DE SEGURANÇA Aquisição de dispositivos de segurança 200.000 Sistema CFTV- realocização Centro Cultural Fortaleza e Vitória da Conquista 10.000					
4103 MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Aquisição de microcomputadores para desenvolvimento de sistemas com garantia Unid 2.520 Aquisição de terminais registradores de ponto Unid 1.627 Concentradores de videoconferência Unid 100.000 Suporte equipamentos tipo biblioteca (tape drive IBM) Unid 2.500.000					

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

3252 INSTALACAO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCARIO  
EQUIPAMENTOS DE USO

- 0021 Móveis e Equipamentos para Agências - Maranhão Ag. 184.000
- 0022 Móveis e Equipamentos para Agências - Piauí Ag. 179.800
- 0023 Móveis e Equipamentos para Agências - Ceará Ag. 178.000
- 0024 Móveis e Equipamentos para Agências - Rio Grande do Norte Ag. 178.600
- 0025 Móveis e Equipamentos para Agências - Paraíba Ag. 179.800
- 0026 Móveis e Equipamentos para Agências - Pernambuco Ag. 179.760
- 0027 Móveis e Equipamentos para Agências - Alagoas Ag. 179.200
- 0029 Móveis e Equipamentos para Agências - Bahia Ag. 184.360
- 0031 Móveis e Equipamentos para Agências - Minas Gerais Ag. 179.800

SISTEMA DE SEGURANÇA

- 0021 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Maranhão Unid 6.000
- 0022 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Piauí Unid 6.000
- 0023 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Ceará Unid 6.000
- 0024 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Rio Grande do Norte Unid 6.000
- 0025 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Paraíba Unid 6.000
- 0026 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Pernambuco Unid 6.000
- 0027 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Alagoas Unid 6.000
- 0029 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Bahia Unid 6.000
- 0031 Gravador de Video Digital-DVR para Agências - Minas Gerais Unid 6.000

- 0021 Porta giratória com detector de metais para Agências - Maranhão Unid 15.000
- 0022 Porta giratória com detector de metais para Agências - Piauí Unid 15.000
- 0023 Porta giratória com detector de metais para Agências - Ceará Unid 15.000
- 0024 Porta giratória com detector de metais para Agências - Rio Grande do Norte Unid 15.000
- 0025 Porta giratória com detector de metais para Agências - Paraíba Unid 15.000
- 0026 Porta giratória com detector de metais para Agências - Pernambuco Unid 15.000
- 0027 Porta giratória com detector de metais para Agências - Alagoas Unid 15.000
- 0029 Porta giratória com detector de metais para Agências - Bahia Unid 15.000
- 0031 Porta giratória com detector de metais para Agências - Minas Gerais Unid 15.000

- 0021 Câmeras para Agências - Maranhão Unid 12.000
- 0022 Câmeras para Agências - Piauí Unid 12.000
- 0023 Câmeras para Agências - Ceará Unid 12.000
- 0024 Câmeras para Agências - Rio Grande do Norte Unid 12.000
- 0025 Câmeras para Agências - Paraíba Unid 12.000
- 0026 Câmeras para Agências - Pernambuco Unid 12.000
- 0027 Câmeras para Agências - Alagoas Unid 12.000
- 0029 Câmeras para Agências - Bahia Unid 12.000
- 0031 Câmeras para Agências - Minas Gerais Unid 12.000

DEMAIS INVESTIMENTOS

- 0021 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Maranhão Ag. 285.000

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

0022 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Piauí Ag. 264.000 0023 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Ceará Ag. 255.000  
0024 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Rio Grande do Norte Ag. 258.000  
0025 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Paraíba Ag. 264.000  
0026 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Pernambuco Ag. 263.800  
0027 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Alagoas Ag. 261.000  
0029 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Bahia Ag. 398.400  
0031 Reforma em prédio alugado c/melhoria instalações físicas - Minas Gerais Ag. 264.000

### 25211 Casa da Moeda do Brasil - CMB

3274 Adequação e Modernização do Parque Industrial

3274 - ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL 190.000.000 □% Real.Física 10  
SUB-TOTAL MANUTENÇÃO 90.000.000

SUB-TOTAL MODERNIZAÇÃO 190.000.000

TOTAL DE INVESTIMENTOS 280.000.000

OBS.:

OS INVESTIMENTOS SÃO R\$ 280.000.000 ( TODOS COM RECURSOS PRÓPRIOS)

INVESTIMENTO TOTAL / RECEITA = 10,2% DA RECEITA OPERACIONAL

### 25220 Caixa Econômica Federal - CAIXA

111U Instalação do Complexo Datacenter - Consórcio BB-CAIXA (DF)

R\$ 42.000 mil, no Distrito Federal, para ressarcimento da obra no DATACENTER;

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

01 30 25 220 23 694 0781 3252 Projeto: Instalação de Novas Agências - Investimento de R\$ 423.915.766,00 - 400 Agências; 72 Postos de Atendimento Bancário

Valor estimado em aquisição e construção de imóveis para a instalação de novas unidades 500 unid. 281.200.000

Valor estimado necessário para equipamentos de uso para novas unidades 500 unid. □116.550.000

Valor estimado necessário para aquisição de equipamentos de processamento de dados 500 unid.187.142.175

Valor estimado para aquisição de equipamentos de segurança 500 unid. □40.743.374

3286 Instalação de Bens Imóveis

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

01 30 25 220 23 694 0807 3286 □ Projeto: Instalação de Bens Imóveis  
R\$ 82.599.948

Investimento Total de

"Distrito Federal: R\$ 95.504.633:  
R\$ 53.505 mil, no Distrito Federal, para o Centro Tecnológico da CAIXA;  
Est. São Paulo:  
R\$ 29.095.315: "Modernização no site de Osasco, São Paulo.

#### **25234 Banco do Brasil S.A. - BB**

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

3252 Instalação de Pontos de Atendimento Ponto de atendimento □ 477.262,72  
Refere-se ao custo médio para instalar agências, postos ou espaços Estilo. Inclui gastos com reformas, aquisição de mobiliário, equipamentos de informática, etc.

3286 Instalação de Bens Imóveis

3286 Instalação de Bens Imóveis - Construção  
Refere-se à construção de Prédio em Palmas - Tocantins, para abrigar agência e órgãos regionais.

Percentual de Imobilização (56,5%) 2.600.000,00

#### **25277 ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros**

1208 Adequação e Melhoria de Bens Imóveis

25277 - Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros

Unidade de medida Custo Unitário R\$ 1,00

1208 Adequação e melhoria de bens imóveis □ 20.000,00

### **28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

#### **28234 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**

3286 Instalação de Bens Imóveis

3286 Instalação de bens imóveis  
Aquisição e construção de bens imóveis de uso próprio  
0033 Rio de Janeiro 1 3.500.000,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 32000 Ministério de Minas e Energia

### 32201 Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL

2745 Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos

Programa de P&D do Cepel Investimentos vinculados à infra-estrutura para realização de P&D, incluindo a aquisição de equipamentos de laboratório voltados a P&D. Os recursos provêm diretamente da receita de projetos e serviços tecnológicos, assim como de diversos convênios em P&D. Os destaques do Programa são relacionados a seguir:

- A) Infra-estrutura para realização de P&D, referente a ampliações ou aperfeiçoamentos tecnológicos de laboratórios;
- B) Infra-estrutura para realização de projetos de P&D em tecnologia de equipamentos.
- C) Infra-estrutura para realização de projetos de P&D para operação e planejamento de sistemas eletroenergéticos (Computadores e licenciamento de programas auxiliares ao desenvolvimento de modelos computacionais do Cepel).

Programa Operacional do Cepel Investimentos vinculados à infra-estrutura predial e de equipamentos de laboratórios em geral.

### 32204 Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR

5E88 Implantação da Usina Termonuclear de Angra III, com 1.309 MW (RJ)

Este projeto destina-se à construção da Usina Termonuclear de Angra 3, ampliando a geração de energia elétrica no país, em conformidade com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 do Ministério de Minas e Energia. A meta de execução física para o ano de 2013 é de 14%. O valor proposto para o ano de 2013 é de R\$ 2.796.078.437.

6508 Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

Esta ação visa contemplar os estudos preliminares e detalhados para escolha de sítios para novas usinas nucleares em todo território nacional, incluindo todos os estudos necessários para avaliação dos sítios, conforme os critérios técnicos, econômicos e sociais adequados. O valor proposto para o ano de 2013 é de R\$ 27.115.118

### 32223 Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

126T Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás)

126T Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrobrás) - obra executada: % execução R\$ 1.058.250

### 32224 Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE

111G Instalação de Edifício-Sede

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Esta ação tem como finalidade a aquisição de imóvel para instalação da sede própria da empresa.

14N8 Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica

A ampliação do sistema de geração elétrica visa a implantação de novas usinas hidrelétricas, a partir dos resultados dos Leilões promovidos pela ANEEL.

1891 Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (MA)

As obras de expansão do Sistema de Transmissão do Maranhão permitirão a ampliação da transmissão de energia elétrica para atender às cidades de Coelho Neto, Imperatriz, Porto Franco e Presidente Dutra, além de melhorar o controle de tensão na Capital do Estado - São Luis, com a implantação do Compensador Estático 230 kV (-100+150) MVAR na Subestação São Luis II. Esta ação também comporta as obras de substituição e modernização dos equipamentos, visando garantir o atendimento a condicionantes indispensáveis à manutenção dos padrões de qualidade e confiabilidade do Sistema.

1H18 Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW

Instalação da 4.<sup>a</sup> Unidade geradora da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una com capacidade mínima de 10 MW.

1H19 Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Casa de Força - de 78 MW para 182 MW

Esta ação tem como finalidade garantir o desenvolvimento sustentável do Amapá através da ampliação da capacidade de geração da UHE Coaracy Nunes, além de reduzir o consumo de combustível fóssil em Macapá.

3243 Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (AP)

Esta ação tem como finalidade ampliar o sistema de transmissão de energia elétrica, através da implantação de empreendimentos de linha de transmissão e subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos.

---

**32225 ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.**

10D6 Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos, com 48 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 40 km de Extensão (MS)

Esta usina encontra-se em fase final de implantação, a primeira unidade geradora está prevista para entrar em operação em 2012 e a segunda unidade geradora em 2013.

Assim, para o ano de 2013 estão previstas atividades relacionadas a montagem e comissionamento da unidade 2, desmobilização do consórcio construtor e emissão documentação final da obra: projeto como construído e data book.

10D7 Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,0 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de Extensão (SC)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Os projetos que compõem este empreendimento encontram-se em fase Consolidação do Projeto Básico, após reversão da decisão ANEEL, por meio do Despacho nº 1.957/2012, ratificando a outorga de concessão para construção das PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica. Está previsto para 2012/2013 a execução de estudos complementares para embasar a execução e elaboração do Projeto básico, com detalhamento, maior precisão e segurança das estruturas através do desenvolvimento das características técnicas do projeto, as especificações técnicas das obras civis e equipamentos eletromecânicos, bem como os projetos sócio-ambientais. Elaboração do projeto executivo através da elaboração dos desenhos de detalhamento das obras civis e equipamentos eletromecânicos, execução das obras e a montagem dos equipamentos, comissionamento e operação comercial do empreendimento.

128G Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, Composto por 4 PCH's, Totalizando 52 MW, Interligadas por Sistema de Transmissão em 138 kV com 36 km de Extensão (SC)

Em face do despacho ANEEL 1.387/2011 que indeferiu o pedido da empresa para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Malacara, São Mateus, Antoninha e Gamba, a ELETROSUL aguarda recurso sobre o pedido de reconsideração e revogação do indeferimento.

12DQ Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 kV, com 43 km de Extensão (SC)

As autorizações das PCHs Pinheiro e PCH Itararé, que compunham o Complexo São Bernardo, foram revogadas em definitivo pela ANEEL e não mais fazem parte do plano de negócios da Eletrosul. A empresa porém, dará prosseguimento a construção dos demais projetos:

1.: PCH Barra do Rio Chapéu

Esta usina encontra-se em fase final de implantação, as duas unidades geradoras estão previstas para entrar em operação em 2012.

Para 2013 estão previstas apenas atividades de desmobilização do consórcio construtor e emissão documentação final da obra, projeto como construído e data book.

2.: PCH João Borges

As unidades geradoras estão previstas para entrar em operação no primeiro semestre de 2013, sendo para este ano previstas as seguintes atividades: desmobilização, proteção de talude com grama, concretagem na casa de força, instalação de instrumentação, comissionamento e montagem das unidades geradoras.

13FD Implantação do Projeto Megawatt Solar, para Geração de Energia Elétrica (1 MWp), a partir de Painéis Fotovoltaicos e de LT Associada (200 m, em 13,8 kV) (SC)

Os dispêndios alocados para 2013 relacionados a esta ação se referem a:

- conclusão das montagens mecânicas e conexões elétricas (50% do serviço global realizado em 2013)
- comissionamento geral
- pagamento dos custos da engenharia do proprietário referente ao acompanhamento da obra e comissionamento

Com exceção do pagamento a engenharia do proprietário, o qual já possuía contrato registrado, os demais dispêndios tomaram como referência o orçamento da licitação do projeto de R\$ 9,45 milhões. A contratação do projeto, ocorrida em agosto/12, foi realizada com orçamento 15% inferior.

14N9 Aquisição de Imóvel - Regional de Santa Catarina (SC)

Aquisição de imóvel com localização e instalações adequadas, para atender as atividades da Regional de Santa Catarina (Sertão do Maruim), a ser adquirido na forma da legislação aplicável, Lei nº 8.666/93.

14NA Interligação Elétrica Brasil - Uruguai - (Atividades Eletrosul)



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

A Eletrobras foi autorizada pela ANEEL, através da REA 2280/2010 a importar e exportar energia mediante a intercâmbio elétrico entre Brasil e Uruguai. Assim, foi autorizada a implantar em solo brasileiro a subestação 525/230 kV de Candiota, a LT 505 kV SE Candiota - Fronteira com o Uruguai, LT 230 kV Candiota - P. Médici e seus respectivos terminais.

A Eletrosul e Eletrobras firmaram um termo de conversão 01/2011, onde a Eletrosul passou a ser responsável pela implantação das LT 525 kV Candiota - Fronteira do Uruguai e LT 230 kV Candiota - P. Médici.

1K88 Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá, com 361 MW, e de Sistemas de Transmissão Associados, em 230 kV, com 41 km e 110 km de Extensão (PR) (Imobilizações da Eletrosul)

Para 2013 estão previstas as atividades a seguir:

-Previsto para final de 2012 e início de 2013 o enchimento total do Reservatório da Usina. Entre os fatores que estão contribuindo para um atraso do fechamento do rio e conseqüentemente o enchimento do reservatório foram: a demora na emissão da LO ( em função de compensação de reserva legal e art. nº 17 da lei da mata atlântica); a demora na emissão da Autorização Ambiental para enchimento do reservatório;

-Além destes fatores acima, estamos considerando a substituição de uma das unidades geradoras da PCH Salto Mauá para a finalização de todas as atividades de construção do empreendimento da UHE Mauá, este projeto depende da aprovação da Klabin para ser executado e até o momento está em negociação.

-Estão previstas ainda, a execução de atividades de remanejamento e assistência social aos atingidos, bem como atendimento ao PBA em terras indígenas e agrícolas, atividades fundiárias e ambientais.

1O50 Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul

Os empreendimentos elencados neste projeto, propiciam o aumento da capacidade de transmissão e da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), elevando assim, a capacidade operativa ou provimento de potência ativa e reativa a patamares compatíveis com as necessidades do sistema. Contudo, visam atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos pelo SIN. Os empreendimentos previstos para 2013 são: Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A Palhoça na SE Garopaba Encantada, Seccionamento da LT 138kV Imbituba Palhoça na SE Palhoça Pinheira, Seccionamento da LT 230 kV Passo Fundo - Monte Claro na SE Nova Prata 2, Remanejamento da LT 230 kV Cascavel Oeste - Guaíra (Eletrosul) na SE Cascavel Oeste (COPEL), Ampliação "C" de Joinville Norte, Ampliação "F" da SE Nova Santa Rita, Ampliação "E" da SE Itajaí, SE Alegrete - Implantação do novo transformador 69/13,8-13,8 kV 17 MVA, SE Gravataí 3 - 2º Banco de Transformadores Monofásicos 230-69 kV - 165 MVA; SE Gravataí - 4º Banco de Autotransformadores Monofásicos 525/230kV 672 MVA (3x224MVA); SE Canoinhas - Banco de Capacitores 230 kV - 50 Mvar; SE Nova Santa Rita - Banco de Capacitor, 230 kV, 100 Mvar; SE Biguaçu - 4º Autotransformador 230/138 kV -150MVA, Recapacitação das LT's Blumenau - Joinville e Blumenau - Joinville Norte, estão em fase de consolidação pelo ONS/EPE/MME.

### **32226 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF**

11ZY Implantação das Subestações SUAPE II (500/230 kV - 600 MVA), com Seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA), com Seccionamento das LT's em 230 kV

Conclusão da implantação do empreendimento Suape. Previsão de conclusão de 1% restante da obra em 2013.

12OR Implantação do Parque de Geração de Energia Eólica Casa Nova (BA) - 180 MW

Implantação do parque eólico com 120 aerogeradores de 1,5 MW, totalizando 180 MW de potência nominal. Conclusão da implantação do empreendimento Eólica Casa Nova. Previsão de conclusão de 66% da obra em 2013.

146A Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Ampliação do sistema de geração de energia elétrica da empresa, através da implantação de parques eólicos na Região Nordeste, incluindo aerogeradores, sistemas de controle e demais itens acessórios, além de equipamentos de transmissão associados. Previsão de conclusão de 1% da obra em 2013.

14NB Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Implantação de novas hidrelétricas, incluindo unidades geradoras, obras, equipamentos hidromecânicos, sistemas auxiliares, sistemas de controle e demais itens acessórios, além de equipamentos de transmissão associados. Previsão de conclusão de 1% da usina em 2013.

14NC Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de Painéis Fotovoltáicos, e de LT associada

Implantação de empreendimento de geração fotovoltaica e termo-solar no Estado de Pernambuco, apto para operação comercial, incluindo obras, serviços, sistemas de controle e demais itens acessórios, além de equipamentos de transmissão associados. Previsão de conclusão de 65% da obra em 2013.

14ND Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidroelétrica Luiz Gonzaga (Itaparica) de 1.749 MW para 2.749 MW, no Estado da Bahia

Ampliação da capacidade instalada da UHE Itaparica, em 1000 MW, através de 4 unidades geradoras de 150 MW. Previsão de conclusão de 1% da obra em 2013.

1H05 Ampliação da Usina Termoeletrica Camaçari (BA), com Acréscimo de 200 MW, pela Implantação de Ciclo Combinado

Instalação de caldeiras de recuperação, dutos de vapor, torres de resfriamento, condensador, bombas de alimentação e de recalque, turbinas a vapor e equipamentos da subestação elevadora de tensão. Previsão de conclusão de 1% da obra em 2013.

3390 Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.590 ha, na Usina de Itaparica (BA e PE)

Com a construção da UHE Itaparica houve desapropriação de terras que seriam encobertas pelo reservatório, provocando a indenização das propriedades e o reassentamento involuntário dessas famílias e a celebração de acordos para a construção de projeto de irrigação. Previsão de 51 famílias atendidas em 2013.

5107 Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

Ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica, através da implantação de empreendimentos de linhas de transmissão e subestações, objetivando atender à demanda de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade e confiabilidades exigidos. Previsão de conclusão de 10% do sistema ampliado em 2013.

### **32228 FURNAS - Centrais Elétricas S.A.**

121X Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)

Obra inserida no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC com previsão de entrada em operação em 2013. Os valores referem-se à execução de obras civis, fornecimento, montagem eletromecânica e ações ambientais e fundiárias.

12DB Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linhares (230/138 kV)

Obra inserida no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC com previsão de entrada em operação em 2013. Os valores referem-se à execução de obras civis, fornecimento, montagem eletromecânica e ações ambientais e fundiárias.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14L2	Ampliação do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste				O valor referencial para possibilitar o início do processo de implantação de novos empreendimentos de Geração de Energia Elétrica, com base hidráulica.
14L3	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro Oeste				Nessa ação orçamentária está prevista a implantação da LT Xavantes-Pirineus e SE Zona Oeste. Os valores referem-se à execução de obras civis, montagem eletromecânica, fornecimento e ações ambientais e fundiárias para ambas. A previsão de energização desses empreendimentos é dezembro/2013 e janeiro/2014, respectivamente.
14L5	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica				O valor referencial para possibilitar o início do processo de implantação de novos empreendimentos de Geração de Energia Elétrica, com base eólica.
14L6	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa				O valor referencial para possibilitar o início do processo de implantação de novos empreendimentos de Geração de Energia Elétrica, com base térmica a biomassa.
14LE	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação				O valor referencial para possibilitar o início do processo para a implantação de obras de melhorias que visem o aumento da capacidade de geração de energia elétrica e usinas em operação.
1A01	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)				Valores para pagamentos pendentes que dependem da comprovação da execução de serviços pela empresa contratada, previstos inicialmente para 2012 e que foram transferidos para 2013.
1G96	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)				Obra do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC que possui previsão de entrada em operação em 2013. Os valores referem-se à execução de obras civis, montagem eletromecânica, ações ambientais e fundiárias.
1G97	Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)				Obra que possui previsão de entrada em operação em 2013, do 2º trecho. Os valores referem-se à execução de obras civis, montagem eletromecânica, ações ambientais e fundiárias.
1G98	Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)				Obra do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC de entrada em operação em 2013 da 3ª Unidade Geradora da UHE Simplício e duas da PCH Anta . Os valores referem-se à execução de obras civis, montagem eletromecânica, ações ambientais e fundiárias.
3292	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)				

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Modernização das Unidades Geradoras 01 e 02 com a realização de eventos relacionados a conclusão de fabricação, fornecimento, montagem, testes finais (comissionamento) e retorno a operação. Além de eventos relacionados a conclusão do projeto (documentação técnica): sistemas de turbinas, geradores e serviços auxiliares (combate a incêndio, tratamento de água, ventilação e ar condicionado).

3414 Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)

Considera valores para a realização do comissionamento e início da operação em ciclo combinado utilizando o gás natural como combustível.

7066 Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)

Valor para atender ao evento de aceitação definitiva da última Unidade Geradora Modernizada.

### **32230 Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS**

117R Implantação da Refinaria Premium I (MA)

Continuidade da execução do contrato de obras de terraplanagem; de obras civis; de compensação ambiental do empreendimento; de plano básico ambiental, monitoramento de indicadores sócio-econômicos, programas de comunicação social e ambiental, convênios, sistemas de interligação elétrica, programas de controle e monitoramento da fauna, flora, ruídos e do ar, necessários à implementação da Refinaria.

124V Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 mil t/ano de Uréia e 796 mil t/ano de Amônia

Gerenciamento - corresponde a gastos com pessoal, viagens nacionais e internacionais, serviços de fiscalização de contratos, diligenciamento de fabricação de equipamentos, licenciamento ambiental, vigilância.

Construção e Montagem - corresponde a gastos com elaboração de projeto executivo, montagem eletromecânica e obras civis das unidades de amônia, uréia e off site.

Suprimentos e Assistência Técnica - corresponde a gastos de aquisição de equipamentos e assistência técnica do licenciador de tecnologia para acompanhamento da fabricação de equipamentos.

125K Estudos para Implantação do Complexo de GNL

Gerenciamento - corresponde a gastos com pessoal, viagens, serviços de fiscalização de contratos e diligenciamento de fabricação de equipamentos.

Licenciamento ambiental - pagamento de valor equivalente a 0,5% do valor total do investimento correspondente à compensação ambiental.

Construção e Montagem - Corresponde a gastos com terraplanagem, projeto executivo e construção dos tanques de GNL, pier, quebra mar, unidade de regaseificação e gasoduto.

125M Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão (RN)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Elaboração de projetos básicos e executivos para aumentar a produção de QAV e GLP, bem como a diminuição de queima de hidrocarbonetos na tocha do Pólo Industrial de Guamaré. Além disso, realizar projeto executivo, obras civis e construção e montagem de tanque para armazenamento de resíduo atmosférico com objetivo de exportá-lo como Marine Fuel ou RATCRAQ. Conclusão das obras de construção e lançamento do duto submarino.

12NC Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (Período 2011-2017)

Gerenciamento - corresponde a gastos com pessoal, viagens nacionais e internacionais;  
 Licenças e autorizações - corresponde a gastos com licenciamento ambiental;  
 Estudos de mercado e logística - corresponde a gastos com atualizações de preços e demandas dos produtos;  
 Projeto básico - corresponde a gastos com elaboração de Projeto Básico e FEED das Unidades On-site, Off-site e Extramuros;  
 Licença da tecnologia - corresponde a gastos com pagamento de licenças para uso da tecnologia e transferência da tecnologia do ácido fórmico;  
 Infra-estrutura - corresponde a gastos com assessoria na gestão mineral e ambiental das jazidas para material de empréstimo e vigilância;  
 Assistência técnica licenciador de tecnologia - corresponde a gastos com treinamento.

12NF Implantação de Unidade de Produção de Amônia com Capacidade de Aproximadamente 520 mil t/ano

Gerenciamento - corresponde a gastos com pessoal, viagens nacionais e internacionais, serviços de fiscalização, diligenciamento e inspeção de suprimentos. Licenciamento ambiental.

Construção e Montagem - Corresponde a gastos com pagamento de mobilização, elaboração de projeto executivo, assistência técnica do licenciador de tecnologia, construção civil, montagem eletromecânica, suprimentos e comissionamento.

12O9 Implantação de Refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, com Capacidade Nominal de 150 mil bpd (RJ)

- Continuidade da implantação das unidades de refino;
- Continuidade da implantação da infraestrutura;
- Conclusão da Portaria Principal (Convento);
- Conclusão da Subestação Principal.

146C Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em Canoas (RS)

Estudos e projetos básicos para instalação de uma nova unidade de hidrotreatamento de Diesel. Elaboração dos projetos executivos, obras civis e de construção e montagem das seguintes Unidades/Obras: Unidade de Hidrotreatamento de Diesel para produção de diesel S10, incluindo unidade de geração e hidrogênio, sistemas e unidades auxiliares, bem como logística para entrega segregada de diesel S10. Conclusão das obras de construção e montagem da unidade de hidrodessulfurização de gasolina.

14KK Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), Fase II, para 28 MM m3/dia - Bacia de Santos

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

- UPGN de Cabiúnas Pré-Sal - Rota 2

Gerenciamento - corresponde a gastos com pessoal, viagens nacionais e internacionais, serviços de fiscalização de contratos, diligenciamento de fabricação de equipamentos, licenciamento ambiental, vigilância.

Construção e Montagem - corresponde a gastos com a construção civil e eletromecânica das unidades de gás natural e condensado e de suas utilidades.

Suprimentos e Assistência Técnica - corresponde a gastos com a aquisição, pela Petrobras, de 6 motocompressores, incluindo a assistência técnica dos fornecedores e as compras de equipamentos pela Contratada para as unidades de gás natural e condensado.

14LD Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (RJ)

Continuidade da implantação da infraestrutura para futura instalação das unidades petroquímicas para produção de 2ª Geração petroquímica como Polietilenos, Polipropilenos, etileno glicol, estireno e outros integrantes do COMPERJ; Conclusão da Portaria Principal (Convento).

1C59 Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP)

- Em andamento a Construção da Estação de bombeamento de São Bernardo do Campo;
- Obras de Construção de Dutos de Petróleo e GLP da Estação de bombeamento de São Bernardo do Campo até a RECAP;
- Obras de Construção de Duto para Nafta da RECAP até Suzano;
- Obras de adequações no Terminal de Guararema para otimização dos sistemas de bombeamento de QAV, Nafta, Diesel e Gasolina.

1C60 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - REMAN, em Manaus (AM)

Implantar a infra estrutura necessária para a Modernização da REMAN, remoção e adequação do parque de tanques da refinaria para propiciar o início das obras das novas unidades de processo, obras do novo Centro Integrado de Controle (CIC), implementação do sistema de necessário para suprimento de diesel S10 ao mercado de Manaus (Adequação Logística), conclusão das obras de instação dos novos compressor de gás e soprador de ar da REMAN.

3125 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, em Cubatão (SP)

Elaboração dos projetos executivos, obras civis e de construção e montagem de: Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Unidade de Geração de Hidrogênio, Unidade Fracionadora de Nafta Craqueada, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

3129 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - RLAM, em São Francisco do Conde (BA)

Elaboração dos projetos executivos, obras civis e de construção e montagem de/para: Ampliação da Unidade de tratamento de Lubrificantes U-18, duas unidades de Hidrodessulfurização de Gasolina, produção de asfalto na U-32 com a implantação de tancagem e plataforma de carga de caminhões, eliminação de gargalos logísticos com implantação de dois tanques de diesel e duas esferas de GLP, construção de sistemas de bombeio de diesel com teor de enxofre ultra baixo, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

3135 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Elaboração dos projetos básicos e executivos, obras civis e de construção e montagem de: uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel S10, REVAMP da U-2700 para adaptação à produção de diesel S10, adaptações de sistemas existentes para reduzir emissões e efluentes atendendo compromisso de TAC com o INEA, adaptações de tancagem e logística para escoamento de diesel S10 segregado e da produção do COMPERJ, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

3143 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - REGAP, em Betim (MG)

Elaboração dos projetos básicos e executivos, obras civis e de construção e montagem das seguintes Unidades/Obras: Unidades de Hidrotratamento de Diesel, adaptação da Unidade de Recuperação de Enxofre (URE) aumentando sua eficiência e construção de uma nova URE, REVAMP para adaptação da U-210 Hidrotratamento de Diesel para produção de diesel S10, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais. Conclusão das obras de construção e montagem das Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina e Cogeração.

3151 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP, em São José dos Campos (SP)

Elaboração dos projetos executivos, obras civis e de construção e montagem de: Sistemas de Recebimento e Expedição de GLP (contendo 5 Esferas de Armazenamento, Adequação no Sistema de Mistura, Expedição e Medição de GLP, Subestação Elétrica, Interligações e "On-site") ; de Sistemas de Recebimento e Processamento de C5+ (contendo 2 Novos Tanques de Armazenamento, Adequação de outros 2 Tanques, Unidade de Fracionamento, Adequação da Subestação Elétrica SE-2640, Interligações e "Off-sites") ; sistemas da REFINARIA para atendimento ao acordo firmado pelo Ministério Público Federal, PETROBRAS, ANP, Estados, IBAMA (Resolução CONAMA 315/2002), para recebimento, armazenamento e transferência de Diesel S-10, de forma segregada, para as distribuidoras (contendo 2 tanques de 5700 m3 , Instalação de 7 bombas nas áreas de TE e TEVAP ; tubulações de 12" e 16" segregadas para Diesel S10 nas áreas de TE e TEVAP).

3155 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - REPLAN, em Paulínia (SP)

Elaboração dos projetos executivos, obras civis e de construção e montagem de: uma Unidade de Hidrotratamento de Diesel, uma Unidade de Geração de Hidrogênio, uma unidade de Tratamento de águas ácidas, uma Unidade de Recuperação de Enxofre, uma Unidade de Reforma Catalítica, uma Unidade de Hidrotratamento de Nafta de Coque, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, Instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

3161 Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR)

Elaboração dos projetos básicos e executivos da Unidades de tratamento de lodo de efluentes. Conclusão das obras de construção e montagem das Unidade de Hidrotratamento de Diesel, Unidade de Tratamento de solventes leves, Unidade de Coqueamento Retardado, Hidrotratamento de Nafta de Coque, Unidade de Hidrodessulfurização de Gasolina, Unidade de Reforma Catalítica, além dos Sistemas e Unidades Auxiliares, instalações de Utilidades e Interligações necessários à implementação das unidades principais.

---

### 32267 Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE

105D Implantação da Subestação Taquari com 69/138 kV (AC)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Aumentar a Capacidade de transformação do sistema elétrico da área de Rio Branco;

Evitar o risco de racionamento de energia elétrica na região, pois as SE's Tangará e São Francisco já estão operando no limite de carregamento dos transformadores hoje instalados;

Retirada de carga do terciário do transformador 230/69KV de propriedade da Eletronorte.

11X8 Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AC)

Promover a universalização do acesso a energia as localidades isoladas do Estado do Acre, proporcionando o desenvolvimento sustentável.

14L1 Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AC)

Construção de Rede de Baixa Tensão para regularizar consumidores clandestinos, diminuindo as perdas.

Atender consumidores dos programas sociais.

Atender a demanda do mercado de energia.

### **32268 Companhia Energética de Alagoas - CEAL**

11XE Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz para Todos (AL)

Será aplicado em obras de eletrificação rural do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, objetivando atender as comunidades que compõem o território da Cidadania; o plano Brasil sem Miséria; indígenas, quilombolas e assentamentos; escolas; postos de saúde; e poços de água comunitários; propiciando a melhoria da qualidade de vida da população menos assistida.

3375 Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AL)

Será aplicado na construção e ampliação de subestações de 69/13,8kV, entre elas: Paripueira, Barra de São Miguel, Serraria, dentre outras; em linhas de distribuição de 69 kV, entre elas: Tabuleiro dos Martins/PKA, Marechal Deodoro/Barra de São Miguel, Rio Largo/Paripueira, Delmiro Gouveia/Olho D'água das Flores, dentre outras; e na construção e reabilitação de alimentadores em 13,8 kV, em diversos municípios do estado de Alagoas.

### **32269 Companhia Energética do Piauí - CEPISA**

11YL Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (PI)



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Atender 8.776 domicílios na área rural do Estado do Piauí

VALOR TOTAL EM R\$ 101.102.192 Unid. Consumidoras 11520,30

VALOR DO INVESTIMENTO: 320.837.630,5

14KY Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (PI)

Construções de Linhas de Transmissão e de Subestações para suprimento às Regiões Sul, Norte, Sudeste e a região dos Cerrados. Expansão de Redes de MT e BT para a regularização de consumidores. Construção de Alimentadores em 138 kV.

**32270 Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON**

11XI Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (RO)

A ação com o objetivo de atender o Programa Nacional de Eletrificação Rural, através de obras de construção de redes rurais, construção de subestações e implantação de sistema de fotovoltaicos.

14KZ Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (RO)

A ação tem o objetivo de dotar a empresa de condições de ampliar seu sistema de transmissão de energia elétrica em todo o estado de Rondônia, através de construção de linhas de transmissão e subestações.

**32271 Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG**

8020 Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil

Instalação de novos Pontos de Entrega / Estações de Medição de gás natural

Abrange o gerenciamento e a coordenação geral das atividades e recursos, a engenharia de projeto, o fornecimento dos equipamentos, instrumentos e materiais, o planejamento e controle, a supervisão de campo, a mão de obra de construção civil e de montagem eletromecânica, a pintura e o acabamento de todas as instalações, os materiais e produtos de consumo, o licenciamento e tudo o mais que for necessário para a instalação do Ponto de Entrega, Estação de Medição ou Estação de Compressão.

**32272 Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA**

10WO Ampliação do Sistema de Distribuição Rural de Energia Elétrica - Luz Para Todos (RR)

Promover a universalização do acesso a energia elétrica no Estado, proporcionando o desenvolvimento sustentável. Construir rede para atender 300 domicílios na área rural do Município de Boa Vista.

14L0 Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (RR)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Construção de Rede de Baixa Tensão para regularizar consumidores clandestinos, diminuindo as perdas.

Atender consumidores dos programas sociais e a demanda do mercado de energia.

Ampliar a Subestação Centro. Interligação da Subestação Floresta com a Subestação Distrito . Ampliando assim a capacidade de transformação das subestações com instalação de 26,6 MVA de transformação de potência na Subestação Centro, ou seja, saindo de 159,6 MVA para 186,2 MVA, visando atender o crescimento de mercado e garantir a confiabilidade e qualidade das subestações, executando as melhorias necessárias para acompanhar o crescimento da demanda de energia elétrica. 4 - R\$ 712.500 Expansão da Rede de Distribuição de Energia Elétrica em MT e BT, - 5. R\$ 483.750, Projeto de revitalização das redes MT/BT.

### **32273 Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE**

11XU Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AM)

Cumprir as metas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - Luz para Todos, com a utilização de novas tecnologias com menores custos de operação e manutenção, permitindo a concessionária atender as comunidades isoladas e remotas que ainda não dispõe do serviço público de energia elétrica no estado do Amazonas.

146L Implantação de Linha de Transmissão (230 kV - 15,5 km) e Subestações Associadas Mauá Três e Jorge Teixeira (AM)

O resultado esperado com o investimento é a estruturação da rede básica do Sistema Manaus para suportar a contingência de um dos circuitos em qualquer trecho da interligação a partir de Tucuruí, sem prejuízo para o desempenho do SIN, incluindo a região metropolitana de Manaus (AM).

14L7 Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - PPA 2012-2015 (AM)

Os investimentos a serem realizados em 2013 visam a execução das obras do sistema em 138 Kv e 69 Kv, no sistema de 138 Kv as melhorias serão para interligação com o SIN, possibilitando a substituição de 622MW de energia gerada a óleo pela energia comprada do Sistema Interligado, gerando economia de R\$ 765 milhões. As melhorias no sistema 69 Kv possibilitará aumento na qualidade do atendimento aos consumidores.

14MK Implantação da Usina Termelétrica MAUÁ 3, em Ciclo Combinado, com Capacidade de Geração de até 650 MW, em Manaus (AM)

Atender determinação da Presidência da República e MME, substituir usinas térmicas a óleo próprias por nova geração a gás natural sendo mais eficiente na geração, pois as atuais unidades apresentam um elevado custo de O&M e alto consumo específico, resultando em custos de geração superior a R\$ 500/MWh.

Melhorando a matriz energética e as condições técnica/econômicas no atendimento, considerando a interligação ao SIM.

Consumir o volume de gás natural já contratado de maneira mais eficiente, reduzindo os custos na geração e na emissão de poluentes.

3267 Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM)

Os investimentos serão voltados para manutenção do parque de geração térmica no interior do Estado do Amazonas.

### **32276 Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE**

3372 Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici, com 446 MW, em Candiota (RS)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

A ação prevê a realização de reforma e medidas que visam a criar uma nova vitalidade e dar um novo grau de eficiência a UPME para a Fase A (2x63 MW) e Fase B (2x160 MW). Incluem-se também neste projeto os melhoramentos a serem realizados nos equipamentos industriais, discriminados a seguir:

- a) Substituição e Descarte de Transformadores isolados/resfriados com ascarel R\$2.000.000,00
- b) Planta de Desmineralização R\$17.783.462,00
- c) Revitalização do Sistema de Manuseio de Carvão R\$ 15.000.000,00
- d) Turbinas e Geradores - Unidades 3 e 4 R\$17.802.795,00
- e) Encargos Financeiros ECF-2796/2009 R\$9.047.916,00
- f) Encargos Financeiros ECF-2913/2010 R\$3.250.489,00

3380 Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, fases A e B, em Candiota (RS)

A ação tem como objetivo adequar as unidades das Fases A e B da Usina Termelétrica Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), através da LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO nº 057/99, emitida em 22 de novembro de 1999. Em 13 de abril de 2011, a Eletrobras CGTEE firmou com o IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Advocacia Geral da União, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assumindo uma série de compromissos, visando, sobretudo, a adequação ambiental da UPME. A Eletrobras CGTEE deverá atender todas as exigências deliberadas, e principalmente instalar um sistema de abatimento e controle dos óxidos de enxofre e material particulados emitidos pela UPME, constituídos pelos seguintes itens:

- a) Implantação Sistema de dessulfurização e abatimento de material particulado R\$84.000.000,00
- b) Rede de monitoramento da qualidade do ar R\$70.000,00
- c) Instalação Central de armazenamento de resíduos industriais R\$150.000,00
- d) Compensação ambiental/estudo de saúde pública R\$1.050.000,00
- e) Monitoramento ambiental de águas superficiais, efluentes líquidos e análises R\$78.000,00
- f) Programa de comunicação social R\$1.400.000,00
- g) Projeto cultural Candiota I R\$5.700.000,00
- h) Revegetação de 240.000 mudas R\$2.215.000,00
- i) Recomposição de matas ciliares(Rio Jaguarão e Arroio Candiota) R\$1.107.000,00
- j) Monitoramento da Chaminé R\$230.000,00

### **32347 Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE**

128J Implantação da Subestação Coletora Porto Velho, 500/230 kV, e LT's Coletoras C1 e C2, em 230 kV (RO)

Etapa final da obra. Será feita a vistoria do "Como Construído".

### **32348 Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA**

12PJ Implantação da SE Foz do Chapecó (230/138 kV/100 MVA) - (RS)

Etapa final da Obra. Vistoria do "Como Construído".

12PK Implantação da Linha de Transmissão Monte Claro - Garibaldi (circuito simples/ 230kV - com aproximadamente 34 km) - (RS)

Etapa final da obra. Vistoria do "Como Construído".

14KG Ampliação da Capacidade da Subestação Lajeado Grande, em 230/138 kV (RS)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Etapa final da obra. Vistoria do "Como Construído".

14KH Implantação da Subestação Caxias 6, em 230/69 kV (RS)

Etapa final da obra. Vistoria do "Como Construído".

14KW Implantação da Subestação Ijuí - 2, em 230/69 kV (RS)

Etapa final da obra. Vistoria do "Como Cosntruído".

14KX Implantação da Subestação Nova Petrópolis 2, em 230/69 kV (RS)

Etapa final da obra. Vistoria do "Como Construído".

### **32354 Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE**

14MI Implantação da Estação Retificadora de Porto Velho (500 kV / CC / 3150 MW) (RO)

Esta ação tem a finalidade de integrar as Usinas de Jirau e Santo Antônio, localizadas no Rio Madeira, ao Sistema Interligado Nacional SIN. É constituída por dois bipolos de corrente contínua (2x3150 MW  $\pm$ 600 kV), entre as subestações Coletora Porto Velho (RO) e Araraquara 2 (SP), com uma extensão aproximada de 2375 km, dois back-to-back (2x400 MW), duas linhas de transmissão em 230 kV entre as Subestações Coletora Porto Velho e Porto Velho (existente) e a Subestação Araraquara 2 e suas interligações.

14MJ Implantação da Estação Inversora de Araraquara 2 (500 kV / CC / 2950 MW) (SP)

Esta ação tem a finalidade de integrar as Usinas de Jirau e Santo Antônio, localizadas no Rio Madeira, ao Sistema Interligado Nacional SIN. É constituída por dois bipolos de corrente contínua (2x3150 MW  $\pm$ 600 kV), entre as subestações Coletora Porto Velho (RO) e Araraquara 2 (SP), com uma extensão aproximada de 2375 km, dois back-to-back (2x400 MW), duas linhas de transmissão em 230 kV entre as Subestações Coletora Porto Velho e Porto Velho (existente) e a Subestação Araraquara 2 e suas interligações.

### **32355 Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE**

125W Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho - Rio Branco (487 km - 230 kV) (RO/AC)

Esta ação tem como finalidade implantar a linha de transmissão em 230 kV Porto Velho – Rio Branco C2, com 487 km, em circuito simples, seccionada na Subestação existente Abunã; integrante do LOTE D do Leilão 001/2009, que atenderá à expansão do sistema de transmissão doravante denominada LT 230 kV Porto Velho – Rio Branco C2, pertencente à Rede Básica do SIN Sistema Interligado Nacional.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 36000 Ministério da Saúde

### 36215 Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS

146V Aquisição de Equipamentos para o Desenvolvimento e Incorporação de Processos e Produtos Hemoderivados e Biotecnológicos

Esta ação envolve as despesas de investimento relacionadas com o desenvolvimento de novos produtos como Colírio de Plasma, Gel de Plaquetas e Bandagem Hemostática, bem como o fornecimento de medicamentos hemoderivados biotecnológicos (recombinantes), por meio de parcerias com universidades, instituições de pesquisas público-privada, laboratórios farmacêuticos e organizações de fomento para incorporações de novas tecnologias e produtos, viabilizando e ampliando o acesso dos usuários do SUS e fortalecimento do complexo produtivo da saúde.

O Ministério da Saúde, por meio da portaria nº 1.854 de julho de 2010, transferiu à HEMOBRÁS a responsabilidade pela gestão do fracionamento do plasma brasileiro no exterior e pela distribuição dos respectivos medicamentos no SUS. As etapas de produção executadas na França serão paulatinamente absorvidas pela HEMOBRÁS, culminando com a absorção total do processo produtivo em 2016. Inclui, portanto, o apoio de investimento às iniciativas de pesquisa e inovação (P&DI), transferência de tecnologia e outras iniciativas de interesse da HEMOBRÁS, corroborando a gradativa autossuficiência em insumos estratégicos da saúde como os hemoderivados e biotecnológicos.

As parcerias em pesquisas e demais estudos visam a incorporação de produtos (biosensores, recombinante Fator IX), em articulação com o Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia, as Universidades, Institutos de Pesquisa e órgãos de fomento etc. Portanto, esta ação tem como meta a viabilização de projetos: Recombinantés Fator VIII, Recombinante Fator VII, hemoderivados fracionados no exterior, cola de fibrina e NAT.

1H00 Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)

A ação de Implantação da Indústria de hemoderivados possui diversas etapas e componentes distintos, coordenados numa configuração espacial e cronológica bastante complexa. Envolve o processo de negociação internacional para a compra da tecnologia, elaboração, adequação e aprovação de projetos, construção civil, aquisição e validação de equipamentos, materiais e instalações, treinamento de pessoal, qualificação, aprovação, validação dos produtos e de sua produção, além da certificação de qualidade de todos os procedimentos. Sem contar ainda a elaboração e validação das utilidades necessárias e infraestrutura como gás, energia e acesso viário.

O valor do custo médio foi baseado numa estimativa de custo por metro quadrado da construção dos blocos produtivos, excluindo do cálculo os custos com o bloco administrativo.

3286 Instalação de Bens Imóveis

Despesas relacionadas com a finalização e aperfeiçoamento (mobiliários, ajustes e adequações físicas) das instalações da Sede em Brasília, da filial em Recife e da filial Importadora da HEMOBRÁS para dar suporte à área operacional e ao efetivo funcionamento da empresa.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 52000 Ministério da Defesa

### 52231 Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON

14JW Ampliação e Modernização da Fábrica Almirante Jurandir Costa Muller de Campos (RJ)

Custo R\$2.620.000,00

- prensa hidráulica vertical - furação
- prensa hidráulica vertical - estiramento
- prensa hidráulica horizontal squeeze
- sistema de movimentação de billet/forjado
- sistema de movimentação de billet/forjado

Custo R\$1.000.000,00

- forno de indução de billet

Custo R\$1.000.000,00

- galpão forjaria

Custo R\$1.000.000,00

- oficina de mont. de espoletas e lab. de fabricação de misturas pirotécnicas

Total do Custo: R\$5.620.000,00

14RN Implantação de Laboratório de Análise Química da Estabilidade de Pólvoras e Explosivos

Custo R\$1.700.000,00

- implementação de um Laboratório Químico de Análise da Estabilidade de Pólvoras e Explosivos (aquisição de equipamentos)

Custo R\$300.000,00

- implementação de um Laboratório Químico de Análise da Estabilidade de Pólvoras e Explosivos (construção das instalações)

Total do Custo: R\$2.000.000,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 62000 Secretaria de Aviação Civil

### 62213 Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

10Z9 Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus (AM)

10Z9 REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 1 DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MANAUS - EDUARDO GOMES (AM)

150.765.739,00

OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ATUAL TPS E LAJES VERTICAIS P/ ESTACIONAMENTO - SBEG

135.758.022,00

FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ATUAL TPS E LAJES VERTICAIS P/ ESTACIONAMENTO - SBEG

3.528.386,00

SUBESTAÇÃO GERAL DE 69 KVA

11.479.331,00

#### JUSTIFICATIVA:

##### Preço:

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

##### Empreendimento:

- As intervenções no SBEG tem como objetivo capacitar as instalações operacionais, administrativas e comerciais do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes, para atendimento ao expressivo aumento da demanda dos últimos anos e a estimada a médio prazo.

- A obra de reforma e ampliação do terminal de passageiros objetiva o aumento de área dos principais processadores operacionais -meio-fio, saguões de embarque e desembarque, check-in, balcões de vendas e informações etc. - refletindo na melhoria dos níveis de serviços oferecidos aos passageiros (operacionalidade, conforto e segurança, entre outros) e proporcionando a atualização dos equipamentos e sistemas.

- O empreendimento busca qualificar operacional e estruturalmente o Aeroporto para atendimento à Copa de 2014:

OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ATUAL TPS E LAJES VERTICAIS P/ ESTACIONAMENTO -

SBEG:

% 135.758.022,00

FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ATUAL TPS E LAJES VERTICAIS P/ ESTACIONAMENTO -

SBEG % 3.528.386,00

- SUBESTAÇÃO GERAL DE 69 KVA

% 11.479.331,00

10ZB Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
10ZB CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA - PINTO MARTINS (CE)		185.239.264,00			
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA, INCLUSIVE PARA A COPA 2014					
%		142.770.452,00			
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1 VISANDO AO ATENDIMENTO DA DEMANDA, INCLUSIVE PARA A COPA 2014		6.041.119,00			
SUBESTAÇÃO 69 KVA				8.074.982,00	
EQUIPAMENTOS ELETROMECANICOS DE SBFZ				10.702.753,00	
PONTES DE EMBARQUE DE SBFZ				7.199.958,00	
LINHA DE TRANSMISSÃO 69 KVA				450.000,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- A obra tem como premissa capacitar as instalações operacionais, administrativas e comerciais do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza para o atendimento ao expressivo aumento de capacidade dos últimos anos e a estimativa a médio prazo.
- Além disso, objetiva o aumento de área dos principais processadores operacionais -meio-fio, saguões de embarque e desembarque, check-in, balcões de vendas e informações etc. - refletindo na melhoria dos níveis de serviços oferecidos aos passageiros (operacionalidade, conforto e segurança, entre outros) e proporcionando a atualização dos equipamentos e sistemas.
- A intervenção prevista neste Aeroporto visa o atendimento da demanda operacional para o horizonte de 2018, tendo como marco intermediário a Copa de 2014.
- O empreendimento busca qualificar operacional e estruturalmente o Aeroporto para atendimento à Copa de 2014



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
12LF ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE - SALGADO FILHO (RS)				290.750.352,00	
PROJETO PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO TPS1, INCLUINDO INFRAESTRUTURA AUXILIAR.			1.532.617,00		
IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO LOGISTICO			66.172.021,00		
OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO SBPA			50.000.000,00		
FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO SBPA			3.000.000,00		
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1 VISANDO AO ATENDIMENTO DA DEMANDA, INCLUSIVE PARA A COPA-2014			158.339.796,00		
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO LOGÍSTICO			2.291.388,00		
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1			7.896.180,00		
FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1, INCLUINDO INFRAESTRUTURA AUXILIAR E DEMOLIÇÃO DA "ÁREA 15" - JARDIM FLORESTA			0,00		
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PARA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PPD DO SBPA			923.350,00		
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS E APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA ADEQUAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO PÁTIO DE AERONAVES LADO TERRA E LADO AR DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO SALGADO FILHO EM PORTO			13.000,00		

#### JUSTIFICATIVA:

##### Preço:

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

##### Empreendimento:

- Terminal de Passageiros: As obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros objetivam ampliar o terminal de passageiros 1 (TPS-1) para atender à demanda crescente de passageiros, com o horizonte de 2018, tendo como marco intermediário a Copa de 2014. A infraestrutura auxiliar do TPS-1 também será ampliada, abrangendo o pátio de aeronaves, pistas de taxi, área de equipamento de rampa, edificações de apoio, sistema viário e central de utilidades (CUT). Irá corrigir os fatores da atual solução arquitetônica do terminal de passageiros que geram problemas operacionais e/ou que não atendem à normatização aplicável, adaptando-o à Acessibilidade Universal. Garantirá as condições de conforto e segurança da edificação e infraestrutura auxiliar.
- Pista de Pouso: Consecução do prolongamento da pista de pouso e decolagem, pista de táxi "D" e da respectiva macrodrenagem, abrangendo critérios de segurança, conforto, economia aos usuários com preservação do meio-ambiente, com comprimento final de 3.200m que atenderá uma curva ótima de alcance e desempenho de aeronaves. Essa ampliação irá igualmente atender à crescente demanda de cargas e permitirá atingir os mercados da América do Norte, Leste Europeu etc.
- Novo complexo Logístico: a implantação do terminal logístico de cargas do Aeroporto visa atender à demanda crescente do modal de

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

cargas junto ao mercado local e nacional, e adaptar o modal de transporte com o TPS-1 e sua infraestrutura de apoio às necessidades e demandas do mercado.

10ZD Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto de Santarém - Maestro Wilson Fonseca (PA)

10ZD CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTARÉM - MAESTRO WILSON FONSECA (PA) 3.000.000,00  
 ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO TPS 3.000.000,00

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

O projeto executivo é a continuidade dos projetos básico já concluídos que objetivaram dimensionar o novo terminal de passageiros do Aeroporto de acordo com a demanda no horizonte de 2017 considerando os novos requisitos de projeto para atendimento aos órgãos públicos e dimensionamento estipulado pela IATA. Envolve os projetos do novo terminal de passageiro, nova seção contra incêndio, ampliação do pátio de aeronaves, sistema viário de acesso, estacionamento público e demais obras complementares do Aeroporto Maestro Wilson Fonseca - Santarém.

12LD Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães (BA)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
12LD ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - DEP. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (BA) 82.863.371,00					
CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE/DTCEA 11.236.911,00					
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PÁTIOS					
585.820,00					
OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PISTAS E PÁTIOS 10.428.787,00					
EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO TPS COM ADEQUAÇÃO DO CANAL DE INSPEÇÃO					
56.924.516,00					
FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO TPS COM A ADEQUAÇÃO DO CANAL DE					
INSPEÇÃO 2.970.000,00					
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA TORRE DE CONTROLE 717.337,00					

#### JUSTIFICATIVA:

##### Preço:

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

##### Empreendimento:

- As intervenções de modernização e adequação do terminal de passageiros envolvem adequações operacionais que objetivam sanar as não conformidades apontadas pelos clientes e usuários do Aeroporto, favorecendo a segurança operacional, refletindo na melhoria dos níveis de serviços oferecidos aos passageiros (operacionalidade, acessibilidade, conforto e segurança, entre outros) e proporcionando a atualização e compatibilização dos equipamentos e sistemas.
- As obras nos pátios consistem em: reforma parcial do Pátio 01 com substituição de pavimento flexível para rígido nas posições 12, 13 e 14, ampliação do Pátio 03, reforma do Pátio 04 com o objetivo de ampliar o acesso a este, revitalização da sinalização e adequação do sistema de drenagem de todos os pátios, de todos os pátios reformados, construção de cobertura de canaletas de drenagem consideradas obstáculo das pistas; instalação torres de iluminação nas áreas do pátio a serem ampliadas.
- A construção da nova TWR/DTCEA é necessária pois, com a ampliação do terminal de passageiros ocorrida em 2002, o campo de visão da atual torre de controle ficou parcialmente obstruído dificultando a visibilidade dos controladores de tráfego aéreo para a pista de pouso e decolagem 17x35 e das posições 6 a 11 e 12 a 14 do pátio de estacionamento de aeronaves. O DECEA instalou uma torre provisória sobre o reservatório de água do terminal de passageiros que resolveu em parte a visibilidade da pista. A implantação da nova Torre irá melhorar a visibilidade da cabeceira 28 da pista principal que é bastante afastada, bem como abrigar novos equipamentos para a modernização dos sistemas. O referido empreendimento é compromisso assumido pela INFRAERO junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, órgão central do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro subordinado ao Comando da Aeronáutica.
- Esses empreendimentos buscam qualificar operacional e estruturalmente o Aeroporto para atendimento à Copa de 2014.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
12LF ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE - SALGADO FILHO (RS)					
				290.750.352,00	
PROJETO PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO TPS1, INCLUINDO INFRAESTRUTURA AUXILIAR.				1.532.617,00	
IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO LOGISTICO				66.172.021,00	
OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO SBPA					50.000.000,00
FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO SBPA				3.000.000,00	
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1 VISANDO AO ATENDIMENTO DA DEMANDA, INCLUSIVE PARA A COPA-2014				158.339.796,00	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO LOGÍSTICO				2.291.388,00	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1					7.896.180,00
FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS 1, INCLUINDO INFRAESTRUTURA AUXILIAR				582.000,00	
SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO DA "ÁREA 15" - JARDIM FLORESTA				0,00	
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS PARA MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA PPD DO SBPA				923.350,00	
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE ESTUDOS GEOTÉCNICOS E APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA ADEQUAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO PÁTIO DE AERONAVES LADO TERRA E LADO AR DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO SALGADO FILHO EM PORTO				13.000,00	

#### JUSTIFICATIVA:

##### Preço:

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

##### Empreendimento:

- Terminal de Passageiros: As obras de reforma e ampliação do terminal de passageiros objetivam ampliar o terminal de passageiros 1 (TPS-1) para atender à demanda crescente de passageiros, com o horizonte de 2018, tendo como marco intermediário a Copa de 2014. A infraestrutura auxiliar do TPS-1 também será ampliada, abrangendo o pátio de aeronaves, pistas de taxi, área de equipamento de rampa, edificações de apoio, sistema viário e central de utilidades (CUT). Irá corrigir os fatores da atual solução arquitetônica do terminal de passageiros que geram problemas operacionais e/ou que não atendem à normatização aplicável, adaptando-o à Acessibilidade Universal. Garantirá as condições de conforto e segurança da edificação e infraestrutura auxiliar.
- Pista de Pouso: Consequência do prolongamento da pista de pouso e decolagem, pista de táxi "D" e da respectiva macrodrenagem, abrangendo critérios de segurança, conforto, economia aos usuários com preservação do meio-ambiente, com comprimento final de

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

3.200m que atenderá uma curva ótima de alcance e desempenho de aeronaves. Essa ampliação irá igualmente atender à crescente demanda de cargas e permitirá atingir os mercados da América do Norte, Leste Europeu etc.

- Novo complexo Logístico: a implantação do terminal logístico de cargas do Aeroporto visa atender à demanda crescente do modal de cargas junto ao mercado local e nacional, e adaptar o modal de transporte com o TPS-1 e sua infraestrutura de apoio às necessidades e demandas do mercado.

#### 1F52 Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)

1F52 ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DE GOIÂNIA (GO)	99.759.811,00
CONSTRUÇÃO DO NOVO TPS - FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS	7.734.000,00
CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS, PÁTIO DE ESTACIONAMENTO DE AERONAVES, PISTAS DE TAXIAMENTO, ESTACIONAMENTO PÚBLICO DE VEÍCULOS, ACESSO VIÁRIO, EDIFICAÇÕES DE APOIO E DEMAIS OBRAS COMPLEMENTARES	87.342.779,00
ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA O NOVO TPS	4.683.032,00

#### JUSTIFICATIVA:

##### Preço:

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

##### Empreendimento:

- Projetos: revisão e complementação de projetos executivos para a Infraestrutura para o horizonte de 2020, assim como a complementação e à atualização dos projetos executivos do Terminal de Passageiros e das suas interligações com as Redes Externas, visando aos horizontes de 2014 (1ª fase) e 2020 (2ª fase), bem como da elaboração do orçamento estimado para conclusão do empreendimento, visando a retomada das obras de ampliação do Aeroporto de Goiânia - Santa Genoveva.

- Obras: em 04 Julho de 2002, o Governo do Estado de Goiás e a INFRAERO formalizaram Termo de Convênio visando a conjugação de esforços para a realização de obras e serviços de engenharia, propiciando o desenvolvimento e modernização do Aeroporto, com a construção de novo terminal de passageiros, do pátio para estacionamento de aeronaves, das pistas de táxi, do estacionamento de veículos e obras complementares.

As obras de ampliação do SBGO foram suspensas em 2008 e aguardam decisão judicial para serem retomadas. O atual Terminal de Passageiros do Aeroporto de Goiânia tinha capacidade estimada de 600.000 pax/ano e no ano de 2009 movimentou aproximadamente 1,7 milhões de passageiros. Em 2011, a construção de Módulo Operacional objetivou implantar uma solução alternativa e provisória para melhorar as condições de conforto e segurança para o embarque doméstico de passageiros do Aeroporto de Goiânia - SBGO, até que seja possível a retomada das obras.

#### 1F53 Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1F53	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ - ALBERTO ALCOLUMBRE (AP)			56.474.574,00	
	FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS E DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO TPS E OBRAS COMPLEMENTARES			3.262.752,00	
	CONSTRUÇÃO DE NOVO TPS E OBRAS COMPLEMENTARES			51.784.216,00	
	PROJETOS (EP + PB + PE) DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E PÁTIO DAS AERONAVES - SBMQ.			1.427.606,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- Este empreendimento tem como objetivo a retomada das obras remanescentes do novo terminal de passageiros, sistema viário de acesso, pátio de aeronaves e obras complementares do Aeroporto Internacional de Macapá visando atender ao novo horizonte de projeto estabelecido (2020) e projeção de demanda de 1.132.688 pax/ano.

A obra foi paralisada por alguns anos e no momento de sua retomada foram estabelecidos novos horizontes para poder atender melhor a demanda do Aeroporto. Foram estabelecidos dois horizontes, o primeiro se refere ao ano de 2014, onde uma parte do Terminal de Passageiros será executada, utilizando e ampliando a estrutura que fora executada antes da paralisação da obra. Na segunda etapa da obra, com horizonte para o ano 2020, será realizada a demolição do TPS atual e a ampliação do novo terminal, assim como a ampliação do pátio de aeronaves e as obras complementares.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

1F55 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PISTA, PÁTIO E ACESSOS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)				48.500.730,00	
CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO A FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DE ORÇAMENTOS E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DE NATAL				1.859.483,00	
NOVO CONVÊNIO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DA GRANDE NATAL				46.641.247,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- O atual Aeroporto Internacional Augusto Severo foi construído como Base Aérea e com o desenvolvimento do treinamento de pilotos da Força Aérea Brasileira, tornou-se nesse aspecto um dos principais do país. A medida que se ampliou as operações militares no aeroporto, diminuiu a possibilidade de ampliar a infraestrutura da aviação civil. A escolha do novo sítio em São Gonçalo do Amarante para construção de um aeroporto destinado à aviação civil deu-se em área adequada e suficientes para implantação de toda infraestrutura aeroportuária, possibilitando a futura implantação de duas pistas paralelas com operação simultâneas.
- Obras/serviços de engenharia a cargo da INFRAERO: desmatamento, terraplanagem, implantação de pista de pouso e decolagem, pistas de taxi, pátio de aeronaves, drenagem lado ar e lado terra, infraestrutura de balizamento e navegação aérea e pavimento rodoviário do acesso principal interno.
- Obras/serviços de engenharia a cargo da Concessão: Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de acesso e obras complementares.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

1F55 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PISTA, PÁTIO E ACESSOS DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE (RN)				48.500.730,00	
CONSULTORIA TÉCNICA E APOIO A FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DE ORÇAMENTOS E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DE NATAL				1.859.483,00	
NOVO CONVÊNIO PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A IMPLANTAÇÃO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO DA GRANDE NATAL				46.641.247,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- O atual Aeroporto Internacional Augusto Severo foi construído como Base Aérea e com o desenvolvimento do treinamento de pilotos da Força Aérea Brasileira, tornou-se nesse aspecto um dos principais do país. A medida que se ampliou as operações militares no aeroporto, diminuiu a possibilidade de ampliar a infraestrutura da aviação civil. A escolha do novo sítio em São Gonçalo do Amarante para construção de um aeroporto destinado à aviação civil deu-se em área adequada e suficientes para implantação de toda infraestrutura aeroportuária, possibilitando a futura implantação de duas pistas paralelas com operação simultâneas.
- Obras/serviços de engenharia a cargo da INFRAERO: desmatamento, terraplanagem, implantação de pista de pouso e decolagem, pistas de taxi, pátio de aeronaves, drenagem lado ar e lado terra, infraestrutura de balizamento e navegação aérea e pavimento rodoviário do acesso principal interno.
- Obras/serviços de engenharia a cargo da Concessão: Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de acesso e obras complementares.



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1F56 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS/HERCILIO LUZ (SC)				207.340.816,00	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO TPS				5.734.449,00	
CONSTRUÇÃO DA NOVA ÁREA TERMINAL DE PASSAGEIROS - INFRAESTRUTURA DE PÁTIOS, PISTAS DE TÁXI, ACESSO VIÁRIO E ESTACIONAMENTO DE VEICULOS					91.354.035,00
CONSTRUÇÃO DA NOVA ÁREA TERMINAL DE PASSAGEIROS - OBRAS DO TPS E EDIFICAÇÕES DE APOIO				100.252.332,00	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS PARA O NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO SBFL				10.000.000,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

As obras objetivam:

- Propiciar modernização nas operações no atendimento aos usuários através da construção de novo Terminal de Passageiros que atenda a crescente demanda por transporte aéreo em Florianópolis, refletindo em impacto positivo na dinamização do turismo para o Estado de Santa Catarina;
- Ampliar a infraestrutura aeroportuária para atender com conforto, qualidade e segurança os usuários e funcionários, dentro de um horizonte de projeto de 20 anos;
- Atender ao disposto no Acordo de Cooperação Técnica nº. 003/2010/0001 firmado entre a INFRAERO, Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC e Governo Estadual de Santa Catarina, referente às responsabilidades da INFRAERO quanto a construção do Novo Complexo Aeroportuário de Florianópolis/SC.

Embora Florianópolis não faça parte das cidades-sede da COPA FIFA 2014, o Aeroporto Internacional de Florianópolis é uma alternativa para as duas cidades sedes de jogos: Porto Alegre/RS e Curitiba/PR.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1J93 ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - AFONSO PENA (PR)				31.183.726,00	
	OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS			27.422.736,00	
	FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS			1.297.500,00	
	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE CONSTRULÃO DA 3º PPD			2.250.000,00	
	FISCALIZACAO DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DA 3º PPD			213.490,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- Terminal de Passageiros: As intervenções no terminal de passageiros do SBCT tem como objetivo capacitar as instalações operacionais, administrativas e comerciais do Aeroporto Internacional Afonso Pena para atendimento ao expressivo aumento da demanda dos últimos anos e a estimada a médio prazo. A obra de reforma e ampliação do terminal de passageiros objetiva o aumento de área dos principais processadores operacionais refletindo na melhoria dos níveis de serviços oferecidos aos passageiros (operacionalidade, conforto e segurança, entre outros) e proporcionando a atualização dos equipamentos e sistemas.
- 3ª Pista de pouso: A elaboração dos projetos de engenharia para a construção da 3ª Pista de Pouso e Decolagem e sistema de taxiways do SBCT, tem como objetivo permitir a futura implantação de uma nova Pista de Pouso e Decolagem, novas taxiways, RESAS, Blast Pad e obras complementares, em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica nº 001/SBCT/2010, celebrado entre a Infraero e o Governo do Paraná e assinado em 05/02/2010, referente à realização de estudos, planos, projetos e empreendimentos visando ao desenvolvimento do Aeroporto Internacional Afonso Pena/Curitiba-PR- SBCT, com horizonte de projeto para o ano de 2029. O Decreto de Utilidade Pública nº 3.409 que delimita áreas para desapropriação para construção da nova PPD. A nova pista alterará a classificação de operação no SBCT, referente às PPDs, visando o aumento do processamento de voos da aviação de passageiros e de carga.
- O empreendimento busca qualificar operacional e estruturalmente o Aeroporto para atendimento à Copa de 2014

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1J95 ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VITÓRIA - EURICO DE AGUIAR SALLES (ES)				101.548.838,00	
SERVIÇOS DE APOIO A FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DE ORÇAMENTOS E DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA A CARGO DA GERÊNCIA DE EMPREENDIMENTOS DO AEROPORTO DE VITÓRIA-ES				4.440.000,00	
CONSTRUÇÃO DOS NOVOS TPS, TWR, CUT E SISTEMA DE PISTA 01-19				86.522.117,00	
PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DO NOVO TECA				1.907.705,00	
OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO NOVO TECA				8.679.016,00	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- O novo Aeroporto de Vitória é considerado obra estratégica para o desenvolvimento da Região Sudeste e principalmente para o estado do Espírito Santo. Atualmente opera muito acima da sua capacidade projetada.
- Baseado no crescente desenvolvimento de setores da economia capixaba, tais como: Petroquímica, Eletroeletrônicos, Confecções, Agroindústrias e Alimentícia, Construção civil, Metalmecânica, Turismo de negócios e ecológico; e, em outros fatores como: grande incômodo causado à população das áreas próximas à atual, limitações operacionais da atual pista de pouso e decolagem, melhoramento na qualidade dos serviços oferecidos através de uma nova ótica de concepção aeroportuária; a ampliação do Aeroporto de Vitória reforçará significativamente a infraestrutura de transportes de que tanto o Estado do Espírito Santo necessita.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1J98 ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUIABÁ - MARECHAL (MT)				74.349.272,00	
CONCLUSÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS				71.328.000	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TPS				3.021.272	

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- O empreendimento no Aeroporto Internacional de Cuiabá envolve a demolição dos edifícios de Cias Aéreas; reforma e ampliação do Terminal de Passageiros (Setores A, B e C) incluindo instalação de pontes de embarque; reforma e adequação da via de serviço; nova sinalização horizontal do pátio de aeronaves; reforma, adequação e ampliação do sistema viário de acesso; reforma, adequação e ampliação do estacionamento de veículos do Terminal de Passageiros; construção do novo edifício administrativo e seu estacionamento de veículos; e obras complementares
- A obra de reforma e ampliação do terminal de passageiros objetiva o aumento de área dos principais processadores operacionais refletindo na melhoria dos níveis de serviços oferecidos aos passageiros (operacionalidade, conforto e segurança, entre outros) e proporcionando a atualização dos equipamentos e sistemas.
- O empreendimento busca qualificar operacional e estruturalmente o do Aeroporto para atendimento à Copa de 2014

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
1M31 ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO DO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS - GOVERNADOR ANDRÉ FRANCO MONTORO (SP)				9.500.000,00	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO TPS-3, PÁTIO DE AERONAVES E EDIFÍCIO GARAGEM DO SBGR				500.000,00	
CONSTRUÇÃO DO TPS-3, PÁTIO DE AERONAVES, EDIFÍCIO GARAGEM E ACESSO VIÁRIO DO TPS - SOMENTE TERRAPLENAGEM				9.000.000,00	1ª ETAPA

**JUSTIFICATIVA:**

**Preço:**

A metodologia adotada pela Infraero para composição de custo global de obras e serviços de engenharia é a obtenção deste valor referencial a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais, ou menores que a mediana de seus componentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nos casos de obras e serviços rodoviários, ou em que o SINAPI não ofereça os custos unitários de insumos ou serviços, são adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública federal, por exemplo: SICRO divulgado pelo DNIT, incorporando-se às composições de custos destas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI. Em caso que não seja possível a obtenção deste custo por nenhuma das formas citadas anteriormente recorre-se a referências disponíveis em revistas técnicas especializadas ou no mínimo três propostas de mercado para o fornecimento do insumo ou serviço especificado.

**Empreendimento:**

- Obras/serviços de engenharia a cargo da INFRAERO: conclusão da área de tráfego do futuro terminal de passageiros 3, 1A e 1B - Área de depuração de solo e preparação de terraplenagem.
- Obras/serviços de engenharia a cargo da Concessão: Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de acesso e obras complementares.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
7J01 ADEQUAÇÃO DO AEROPORTO RIO DE JANEIRO/GALEÃO - ANTÔNIO CARLOS JOBIM (RJ)				276.009.545,00	
OBRAS DE REFORMA GERAL DO TECA-1 (EXPORTAÇÃO)				453.712,00	
OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TPS 1				114.240.444,00	
CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DESMONTAGEM E TRANSPORTE DE 46 ESCADAS ROLANTES EXISTENTES E FORNECIMENTO, TRANSPORTE E INSTALAÇÃO DE 58 ESCADAS ROLANTES NO TPS 1 E 2 DO SBGL, INCLUÍDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS SOBRESSALENTES E MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DE G				5.787.330,00	
2º ETAPA: CONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DA COMPLEMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E VENTILAÇÃO MECÂNICA DO TPS 2 DO SBGL				6.077.466,00	
3ª ETAPA: COMPLEMENTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE TI E O FORNECIMENTO DE ESTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA E AUTOMAÇÃO PREDIAL				29.639.997,00	
4ª ETAPA: CONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE SISTEMA DE TRANSPORTE DE BAGAGENS DO TPS 2 DO SBGL				21.470.904,00	
5º ETAPA: REFORMA DAS DEMAIS ÁREAS DO TERMINAL DE PASSAGEIROS Nº 2				3.000.000,00	
6º ETAPA: CONTRATAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VISUAL DO TPS 2 DO SBGL				1.257.000,00	
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PARA ALARGAMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS FILLETS NA PISTA 10/28: RECUPERAÇÃO DAS PLACAS DE CONCRETO ARMADO, PLACAS DE CONCRETO PROTENDIDO E DAS JUNTAS METÁLICAS DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS NO SBGL				33.228.120,00	
FISCALIZAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E DAS OBRAS DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TPS 1 DO SBGL				3.887.417,00	
COMPLEMENTAÇÃO DS OBRAS CIVIS, INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS E SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO NAS ÁREAS DESPROVIDAS DE INSTALAÇÕES E ACABAMENTOS E EM PARTE DA ÁREA DE OPERAÇÃO DO TPS				8.565.000,00	
2					
COMPLEMENTAÇÃO DE ELEVADORES PARA O TERMINAL DE PASSAGEIROS Nº 2.				5.890.490,00	
EXECUÇÃO DE FORRO METÁLICO COM ILUMINAÇÃO NO TERMINAL DE PASSAGEIROS Nº2.				27.289.233,00	
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS PARA REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS Nº1.				393.759,00	
FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA ALARGAMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS FILLETS NA PISTA 10/28: RECUPERAÇÃO DAS PLACAS DE CONCRETO ARMADO, PLACAS DE CONCRETO PROTENDIDO E DAS JUNTAS METÁLICAS DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS NO SBGL				2.359.737,00	
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO METÁLICO, LUMINÁRIAS, GRAVATAS E DEFENSAS DOS PILARES E ESQUADRIAS DA CALÇADA NA ÁREA DE CALÇADA, TRATAMENTO DE TETO DE CONCRETO APARENTE, PINTURA DAS TUBULAÇÕES, VEDAÇÃO SUPERIOR DAS ESQUADRIAS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				2.182.140,00	
ASSESSORAMENTO E APOIO TÉCNICO A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E COMPLEMENTAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2				2.305.296,00	
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2				7.981.500,00	

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

## 68000 Secretaria Especial de Portos

### 68205 Companhia Docas do Ceará - CDC

12LM Construção de Terminal de Containeres, no Porto de Fortaleza (CE)

12LM Construção do Terminal de Containeres no Porto de Fortaleza: % de execução física R\$ 19.100.000

Justificativa: Dotar o Porto de Fortaleza de um terminal que atenda a crescente demanda de navios, adequando a infraestrutura ao aumento dos serviços portuários e carga containerizada.

12LO Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Fortaleza (CE)

Dotar o Porto de Fortaleza de um terminal marítimo de passageiros, infraestrutura de acesso e atracação de navios, para atender a demanda do turismo marítimo no embarque e desembarque de passageiros e tripulantes.

142Z Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Fortaleza (CE)

Adequar as instalações de acostagem e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.

143A Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Fortaleza (CE)

Adequar as instalações gerais e de suprimentos do porto.

147D Adequação de Instalações de Circulação do Porto de Fortaleza (CE)

Adequar as instalações de circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto.

147E Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Fortaleza (CE)

Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e sinalização náutica.

14KJ Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios

Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.

14KL Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária

Otimizar o fluxo de informações indispensáveis à gestão da infraestrutura portuária de todas as unidades portuárias.

14KM Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.

Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico da cadeia produtiva.

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

14RC Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos

Elaborar projetos executivos e executar obras para a implantação de dispositivos necessários para o gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos na área portuária.

20HL Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária

Realizar estudos e projetos para a melhoria da infraestrutura portuária, bem como, elaborar estudos de viabilidade econômica e para atendimento das exigências estabelecidas em lei.

20HM Estudos para o Planejamento do Setor Portuário

Realizar estudos para o planejamento do setor portuário, com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.

### **68206 Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA**

12LJ Estudos e Projetos para Implantação do Porto de Águas Profundas (ES)

Estudos de localização, Estudos Ambientais e Projeto Básico de um novo complexo portuário na Costa do Espírito Santo. Projeto para o Porto em águas profundas, com profundidade de -18,00m.

143B Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Vitória (ES)

Construção de pátio de estocagem no local denominado Laje do Armazém Frigorífico no Cais de Capuaba; Execução das obras de reforma e alargamento dos berços 103 e 104 do Cais Comercial de Vitória; Ampliação da Bacia de Evolução em 40 metros em direção a Av. Beira Mar, possibilitando o aprofundamento da bacia de evolução com a estabilização do talude (contenção a 14,00mts.) e Execução das novas subestações de Capuaba.

143D Construção de Cais na Região dos Dolphins do Atalaia, no Porto de Vitória (ES)

Construção de Cais contínuo com 270m e área primária de 10.000 m<sup>2</sup>, para atracação de navios para movimentação de cargas gerais na região denominada como DOLFINS DO ATALAIÁ.

143F Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Vitória (ES)

Redimensionamento da plataforma operacional dos berços 201 e 202, das vias de acesso interno à retro área; infraestrutura para pátios do Cais de Capuaba e Adequação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba.

143G Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vitória (ES)

Recuperação de prédios administrativos.  
 Recuperação de instalações de segurança.  
 Recuperação de instalações de água, esgoto, energia elétrica e etc.  
 Adequar as instalações gerais do porto.  
 Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.)

14KJ Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Sistema de gerenciamento e monitoramento do tráfego marítimo, evitando com isso possíveis colisões; buscas e salvamento; detecção de vazamento de óleo e proteção ao meio ambiente.

14KL Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária

Sistema auxiliar para monitoramento e gerenciamento da infraestrutura do Porto de Vitória.

14KM Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.

Sistema para modernizar a relação logística do Porto as atividades portuárias, visando otimizar o controle e monitoramento de cargas do Porto de Vitória.

14RC Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos

Elaboração de projetos executivos e execução de obras para implantação de dispositivos necessários para o gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos na área portuária.

14RG Readequação do Pátio de Estocagem para Carga Pesada no Cais Comercial (ES)

Será executada a construção do pátio de estocagem para carga pesada no Cais Comercial do Porto de Vitória, abrangendo a área localizada entre a Portaria de pedestre no Cais Comercial, a expansão do berço 101 e a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes e realocação da nova sede administrativa da CODESA.

14RJ Construção de Dolphins de Atracação no Porto de Barra do Riacho - Molhe Sul

Projeto de construção de um Terminal de Granéis Líquidos dentro da área do Porto Organizado de Barra do Riacho, para movimentar soda cáustica, combustíveis derivados de petróleo, etanol e outros produtos químicos.

20HL Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária

Diversos projetos, tais como: Projeto de Ampliação da Avenida Beira Mar; Projeto de Ampliações e Construções de Cais; Projeto de Construções de Pátios para Estocagem de Cargas; Projeto de Dragagem; Projeto de Melhorias nos Acessos do Porto e etc.

3E79 Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES)

Obra em andamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2013.

---

### **68207 Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA**

12LK Ampliação do Quebramar, no Porto de Salvador (BA)

Viabilizar futuramente, a a implantação de um novo Terminal para Containeres, junto ao Cais de Água de Meninos, possibilitando a ampliação do atendimento à crescente demanda de movimentação de carga containerizada.

12LL Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Salvador (BA)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

O investimento objetiva garantir leitos em navios para a COPA 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de infraestruturas de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado ao embarque e desembarque de passageiros e tripulantes e atracação de navios.

143I Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Salvador (BA)

Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolphins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.

143J Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto de Aratu (BA)

Adequar as instalações de acostagem (Cais, píeres, dársenas, dolphins, dentre outras) e as instalações de movimentação e armazenagem de cargas (guindastes, esteiras, dutos, silos, armazéns, retroáreas, etc) de modo a tornar a infraestrutura portuária mais eficiente.

143L Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Aratu (BA)

Adequar as Instalações de Circulação Rodoviária e Ferroviária do Porto. Ampliar a largura dos acessos para 6m, mais acostamento.

143O Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Salvador (BA)

Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e substituição de todas as bóias por outras articuladas, visando atender às novas profundidades do canal e bacias de manobra.

143Q Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Aratu (BA)

Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e substituição de todas as bóias por outras articuladas, visando atender às novas profundidades do canal e bacias de manobra.

143R Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Ilhéus (BA)

Adequar as instalações de proteção à atracação e operação de navios através da execução de obras de abrigo portuário, instalação de defensas e substituição de todas as bóias por outras articuladas, visando atender às novas profundidades do canal e bacias de manobra.

143S Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Salvador (BA)

Adequar as instalações de suprimento (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.), melhorando o sistema elétrico e iluminação do porto, combater o risco de entrada e a dissiminação do vírus da influenza aviária ou de eventual novo subtipo viral responsável por uma pandemia de influenza no Território Nacional.

143V Melhorias na sinalização visual planejada no Porto de Aratu (BA)

REALIZAR MELHORIAS NO SISTEMA EXISTENTE.

14KJ Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Monitorar o tráfego das embarcações nos portos brasileiros, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos.

14KL Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária

Otimizar o fluxo de informações indispensável à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.

14KM Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.

Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.

14RC Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos

Elaboração de projetos executivos e execução de obras para implantação de dispositivos necessários para o gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos na área portuária.

20HL Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária

Realizar estudos e projetos para melhoria da infraestrutura portuária, bem como, elaborar estudos de viabilidade econômica e para atendimento das exigências estabelecidas por lei.

20HM Estudos para o Planejamento do Setor Portuário

Realizar estudos para o planejamento do Setor Portuário com vistas a orientar seu desenvolvimento no âmbito ambiental, sistemas de informação, logística, segurança, operação e expansão de área portuária.

---

### **68208 Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP**

122T Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP)

Elaborar estudos para implantação de novo acesso rodoviário ao Porto de Santos, considerando as interfaces com os novos terminais em instalação na região da Alamoia/Saboó (BTP e Teval) - Mergulhão, segregando os modais rodoviário e ferroviário, no maior conflito existente no Porto de Santos.

12LQ Reforço de Cais para Aprofundamento dos Berços entre os Armazéns 12 e 23, no Porto de Santos (SP)

Dotar os cais existentes de infraestrutura adequada a receber navio de maior calado, propiciando maior movimentação de carga e ganho de escala.

12LR Adequação do Cais para Terminal de Passageiros, no Porto de Santos (SP)

Garantir leitos em navios de cruzeiro para a Copa 2014 e, como legado, atender à demanda do turismo marítimo, por meio do aumento da infraestrutura de atracação de navios para passageiros.

12LS Construção de Pier com 2 Berços de Atracação e de Ponte de Acesso no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Melhorar o atendimento a navios de granel líquido e ampliar a capacidade do porto, pelo aumento da oferta de possibilidade de atracação de navios. Tal projeto se torna necessário face às elevadas taxas de ocupação atuais (85%). Objetiva também atender demanda de cais detectada pelo BID em seu estudo de expansão e desenvolvimento do porto.

12NJ Reforço do Píer de Acostagem no Terminal da Alamoia, no Porto de Santos (SP)

Reforçar e recuperar a ponte de acesso e píeres de acostagem do Terminal de Granéis Líquidos da Alamoia, para viabilizar o projeto de aprofundamento do canal de acesso aquaviário ao Porto de Santos, bem como recuperação da infraestrutura de cais e segurança na acostagem de navios para granel líquido. A instalação atende também à Transpetro.

12NK Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé, no Porto de Santos (SP)

Recuperação e ampliação das estruturas existentes e reforço para aprofundamento do cais de 10m para 15m.

143Y Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santos (SP)

Adequar as instalações gerais do Porto (segurança) e suprimentos (água, energia elétrica, esgoto, combate a incêndio, etc.)

14KL Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária

Otimizar o fluxo de informações, indispensável a gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.

OBS.: No cadastramento do SIOP, essa ação foi inserida com o código 14U4.

14KM Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.

Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.

14RC Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos

Elaboração de projetos executivos e execução de obras para implantação de dispositivos necessários para o gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos na área portuária.

14U5 Construção da Passagem Inferior do Valongo (Mergulhão)

Melhorar o acesso rodoferroviário do Saboó/Valongo, eliminando os cruzamentos dos modais em nível, contribuindo com maior fluidez e segurança às cargas, e reordenando os acessos aos terminais da região.

14U6 Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios (SP)

Monitorar o tráfego das embarcações no Porto de Santos, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios no acesso portuário.

1C66 Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Melhorar o acesso aos terminais da margem esquerda do Porto de Santos, pela implantação de vias de acesso ao Porto, eliminando interferências com o trânsito urbano e evitando formação de filas, propiciando totais condições de ligação da avenida perimetral com a Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

1C67 Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)

Implantar melhorias na principal via de acesso ao Porto, eliminando interferências com o trânsito portuário local e evitando formação de filas, aperfeiçoamento a logística local, segregando os modais rodoviários e ferroviários, adequando-o ao novo perfil dos terminais, possibilitando melhoria no acesso aos terminais da margem direita do Porto de Santos.

3E66 Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e junto ao Cais no Porto de Santos (SP)

Elevar a profundidade do acesso a novos berços a -15m, o que possibilitará ao Porto de Santos ser incluído nas grandes rotas internacionais.

### 68210 Companhia Docas do Pará - CDP

11WH Estudos e Projetos para Construção do Terminal de Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde (PA)

Realização de estudos visando a implantação de terminais de múltiplo uso no Porto de Vila do Conde, de forma a integrar uma logística de transporte aquaviário com a consolidação do eixo Marabá/Tucuruí/Vila do Conde combinando os projetos da Usina Siderúrgica de Marabá, a transposição pela eclusa do Tucuruí, o beneficiamento da hidrovía do Tocantins, para importação e exportação de cargas.

11X0 Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso, no Porto de Vila do Conde (PA)

Construir píer, alargar berços existentes e duplicar a ponte de acesso de forma a facilitar e aumentar a capacidade operacional do Porto de Vila do Conde. Atender a demanda de navios ao Porto em virtude de congestionamentos dos berços de atracação o que provoca demurrage em virtude do tempo de espera para atracação.

12L7 Ampliação do Terminal de Múltiplo Uso 1, no Porto de Santarém (PA)

Atender o PDZ e o programa de arrendamento do porto, estruturando instalações compatíveis com um terminal de contêineres visando atendimento das cargas oriundas do corredor da BR 163 e cargas escoadas pela hidrovía do Madeira e futura hidrovía do Tapajós.

12L8 Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2, no Porto de Santarém (PA)

12L8 Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Santarém  
Atender o transporte regular interestadual e internacional (40 transatlânticos na alta estação) de passageiros sem ocasionar interrupção na operação de cargas, permitindo prioridade aos passageiros, conforme estabelecido na legislação internacional.

Terminal de cargas gerais e granéis. A nova portaria permitirá o controle e acesso de pessoas, de, veículos e cargas no Porto Público. Percentual 2.333.280

144A Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Terminal de Miramar (PA)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
144A	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Terminal de Miramar				Percentual
	Ampliação e Modernização do conjunto de tubulações de transportes de combustíveis, recuperação dos píeres 100 e 200, aquisição e instalação de defensas portuárias			61.000	
144E Adequação da Instalações de Circulação no Terminal de Miramar (PA)					
144E	Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação Cargas, no Terminal de Miramar				Armazenagem de
	Duplicação de via de acesso à retroárea do Terminal Petroquímico de Miramar, de formar a propiciar trânsito de veículos conduzindo produtos inflamáveis de forma mais segura. Percentual 40.000				
144J Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Belém (PA)					
144J	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação de Navios no Porto de Belém				Balizamento,
	Sinalização e AIS			Percentual 25.000	
144K Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Vila do Conde (PA)					
144K	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação de Navios no Porto de Vila do Conde				
	Balizamento, Sinalização e VTMS, Recuperação do talude da retroárea			Percentual 72.000	
144L Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Terminal de Outeiro (PA)					
144L	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação de Navios no Terminal de Outeiro				
	Instalação de defensas portuárias, construção de rampa rodofluvial			Percentual 105.000	
144R Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Belém (PA)					
144R	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Belém				
	Reestruturação do sistema elétrico do Porto de Belém, implantação do sistema de drenagem pluvial, coleta e tratamento de esgoto sanitário, recuperação de muralha				
	Adequação de armazém para implantação do terminal de passageiros e instalações dos órgãos intervenientes do Porto de Belém			Percentual 195.000	
144T Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Miramar (PA)					
144T	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Terminal de Miramar				
	Ampliação e modernização do sistema de combate a incêndio, ampliação e modernização da infraestrutura de energia elétrica, construção de centro administrativo e construção de sistema de esgotamento sanitário no terminal de miramar			Percentual 35.000	
144U Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Santarém (PA)					

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
					Reestruturação e ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água e do sistema de combate a incêndio e controle de pânico do porto de Santarém, resgate de sítio arqueológico.lf
144V	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Vila do Conde (PA)				144V Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de V.do Conde Construção de centro administrativo, Portaria 2 (TMU2), edificações operacionais e complementares, reestruturação e ampliação do sistema elétrico, iluminação, terramento, SPDA, dados e CFTV do Porto de Vila do Conde Percentual 480.000
144W	Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal de Outeiro (PA)				144W Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Terminal de Outeiro Construção de sistema de captação e distribuição de água e esgotamento sanitário implantação do sistema de combate a incêndio no Terminal de Outeiro Percentual 60.000
14KL	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária				14KL Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária Percentual 148.000
14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos				Programa tem como objetivo dar condições para que os portos administrados pela CDP possam se adequar às exigências ambientais e da vigilância sanitária e agropecuária relacionadas ao gerenciamento dos resíduos e efluentes. O programa irá atuar nas áreas dos resíduos sólidos, dos efluentes líquidos e na fauna sinantrópica nociva.lf
14RF	Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios, no Porto de Itaituba (PA)				Recuperação através da instalação de estruturas e geometrias de taludes adequados à situação crítica e o melhoramento das áreas no entorno das encostas do porto, em extensão aproximada de 1,5 km, que apresentaram deslizamentos devida às fortes chuvas ocorridas na região e devido ao excesso de cargas causado pela ocupação desordenada das áreas adjacentes, inclusive com risco de morte dos moradores e usuários do porto.lf
20HL	Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária				Estudos e projetos para o desenvolvimento da infraestrutura portuária.lf
20HM	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário				Desenvolvimento de estudos visando o planejamento do setor portuário.lf
3286	Instalação de Bens Imóveis				3286 Instalação de Bens Imóveis Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis, bem como com a aquisição de novos bens Percentua 57.000

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

**68211 Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ**

12LG Reforço Estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Serviços preliminares:					
	Projetos			vb 4.950.000,00	
	Gerenciamento técnico			mês 395.000,00	
	Topografia			mês 16.000,00	
	Controle tecnológico			mês 50.000,00	
	Monitoração da estrutura existente			mês 250.000,00	
	Administração local			mês 600.000,00	
Instal. de canteiro e mob. e desm. de equip. da obra					
Instalação e mobilização					
Instalação de canteiro:					
				vb 5.500.000,00	
	Mobilização de equipamentos			vb 1.375.000,00	
	Mobilização de mão de obra			vb 1.375.000,00	
	Desmobilização e limpeza final				
	Desmobilização de equipamentos			vb 1.375.000,00	
	Desmobilização de mão de obra			vb 1.375.000,00	
	Limpeza final da obra			vb 1.100.000,00	
Reforço do Cais:					
	Remoção de enrocamento na frente do cais				
	Limpeza para remoção de enrocamento			m3 800,00	
Estacas:					
	Fornec. das estacas pranchas AZ - BOX PILE			tf 7.142,86	
	Cravação das estacas pranchas			tf 5.000,00	
	Perfuração em solo			m 950,00	
	Perfuração em solo muito compacto e alteração de rocha			m6.500,00	
	Perfuração em rocha muito alterada a sã			m 7.500,00	
	Fornecimento e colocação do concreto submerso			m3 1.800,00	
	Fornecimento e colocação da armação			kg 12,00	
	Fornecimento e colocação da argamassa de preenchimento			m3 650,00	
	Arrasamento			unid 2.100,00	
	Jet Grouting				
	Manobra na água			m 90,00	
	Perfuração e injeção no muro existente ou enrocamento			m 1.900,00	
	Perfuração e injeção no solo			m 690,00	
	Retirada de amostras das colunas para análise			unid 2.500,00	
	Estaca raiz ou tirantes				
	Perfuração no muro existente ou enrocamento			m 1.900,00	
	Perfuração em solo			m 600,00	
	Perfuração em alteração de rocha			m 1.500,00	
	Perfuração em rocha muito alterada a sã			m 1.900,00	
	Provas de carga estáticas			unid 250.000,00	

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Concreto armado:

Preparo e demolição do topo do muro		m3		470,00	
Fornecimento e lançamento do concreto fck>40,00Mpa, in loco		m3		730,00	
Fornecimento e colocação das formas para concreto in loco		m2		640,00	
Fornecimento, corte, dobra e colocação das armaduras, in loco		kg		11,00	
Fornecimento e lançamento do concreto fck>40,00Mpa, pré moldado		m3		540,00	
Fornecimento e colocação das formas para concreto, pré moldado		m2		75,00	
Fornecimento, corte, dobra e colocação das armaduras, pré moldado		kg		10,00	
Defensa para impacto de 120,00tf					
Fornecimento e instalação		un		230.000,00	
Cabeços de amarração para 100 t					
Fornecimento e instalação		un		50.000,00	

Dragagem:

Solo		m3		30,00	
Rocha		m		3450,00	
Bota fora para material dragado, solo		m3		200,00	
Bota fora para material dragado, rocha		m3		250,00	

12LI Implantação de Píeres de Atracação para Terminais de Passageiros, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

#### CANTEIRO E ACAMPAMENTO

Instalação do canteiro de obras, licenças e ART	und	7.541.642,47
Operação, manutenção e administração da obra	mês	611.896,58

#### MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

Mobilização e desmobilização	und	9.049.970,96
------------------------------	-----	--------------

#### INFRA-ESTRUTURA

ESTACAS DE CONCRETO ARMADO D=80cm COM UTILIZAÇÃO DE CAMISA METÁLICA: 10mm Manuseio e cravação da camisa m 1.122,83

Concreto fck 40 Mpa submerso	m3	1.633,73
------------------------------	----	----------

Fornecimento de camisa	m	2.136,80
------------------------	---	----------

Armação CA-50 p/ estacas	kg	15,69
--------------------------	----	-------

Arrasamento de camisa e preparação do topo da estaca	und	2.864,81
--	-----	----------

Perfuração de estaca incluindo: limpeza do fuste, escavação em solo, em rocha alterada e em até 5m de rocha sã und 122.861,20

Contraventamento - fabricação (para 4 reaproveitamentos)	kg	12,65
--	----	-------

Contraventamento - montagem	kg	23,53
-----------------------------	----	-------

Prova de carga	und	233.957,88
----------------	-----	------------

#### ESTACAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

Fabricação/Fornecimento de estaca pré-moldada diâmetro 80cm, espessura da parede de 15cm, inclusive cura térmica à vapor m 1.758,00

Cravação das estacas	m	1.753,00
----------------------	---	----------

Contraventamento - fabricação (para 4 reaproveitamentos)	kg	12,65
--	----	-------

Contraventamento - montagem	kg	23,53
-----------------------------	----	-------

Emenda de estacas pré-moldadas	und	17.555,01
--------------------------------	-----	-----------

Arrasamento da cabeça da estaca	und	2.864,81
---------------------------------	-----	----------

Prova de carga	und	233.957,88
----------------	-----	------------

#### SUPEESTRUTURA

##### PRÉ-MOLDADOS

Formas para peças pré-moldadas	m²	64,71
--------------------------------	----	-------

Armação CA-50 para peças pré-moldadas	kg	9,46
---------------------------------------	----	------

Concreto fck 40 Mpa para peças pré-moldadas, inclusive cura térmica à vapor	m³	683,67
---	----	--------

##### ESTRUTURAS "IN-LOCO"

Formas para peças "in-loco"	m²	169,68
-----------------------------	----	--------

Armação CA-50 "in-loco"	kg	9,46
-------------------------	----	------

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
	Concreto fck 40 Mpa "in-loco"	m³		661,02	
	MOVIMENTAÇÃO NO CANTEIRO E CURA				
	Movimentação no canteiro e cura	m³		146,81	
	MONTAGEM DE PRÉ-MOLDADOS				
	Montagem de pré-moldados	m³		528,24	
	ACESSÓRIOS				
	Defensas BRIDGESTONE SUC 1250-rh ou similar	und		140.700,00	
	Cabeços de amarração 130Tf	und		30.114,36	
	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
	Serviços de mergulhadores	mês		246.913,76	
	Dragagem	m³		123,80	
	SERVIÇOS TÉCNICOS				
	Projetos Executivos	und		6.033.313,98	
	Sondagens geotécnicas	m		904,88	
	Controle tecnológico	mês		31.342,59	
	Serviços topográficos	mês		39.978,66	
	Batimetria	und		22.512,00	

144X Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Corte das Plataformas Internas dos Armazéns do Porto do Rio de Janeiro (RJ)

#### SERVIÇOS PRELIMINARES

Placa de Obra	unid.	1.666,60
Instalação de Canteiro de Obras, Licenças e ART	vb	33.333,00
Mobilização de equipamentos e pessoal	mês	45.000,00
Ensaio Geotécnicos	vb	13.333,00

#### DEMOLIÇÃO DAS PLATAFORMAS

Estudo das plataformas para demolição	vb	30.000,00
Corte das plataformas por armazém, incluindo carga e descarga do material	m³	200,00

#### PAVIMENTAÇÃO

Aterro compactado	m³	72,00
Escavação mecânica	m³	1,28
Escavação Manual	m³	31,90
Carga mecânica	ton	1,33
Carga Manual	ton	23,19
Transporte	tkm	,92
Base de brita graduada. Fornecimento e aplicação	m³	100,00
Pó de Pedra. Fornecimento e aplicação	m³	100,00
Base de pedra de mão (RACHÃO)	m³	120,00
Fornecimento de Binder, 6cm	ton	328,30
Fornecimento e aplicação de CBUQ c/ asfalto borracha. NORMA DER	ton	335,00
Transporte da massa asfáltica	tkm	,92
Fornecimento/ aplicação de Microvestimento asfáltico	m²	33,70
Fornecimento e assentamento de meio-fio pré-moldado de concreto	ml	40,70

#### DRENAGEM

Assentamento e fornecimento de tubulações	m	172,60
Reaterro com pó de pedra	m³	88,30
Sarjeta	ml	240,00
P.V. Em alvenaria d= 1,2m	und	3.792,70
Tampão ff 175kg	und	392,70
Sinalização horizontal e vertical das vias	vb	50.000,00

#### FINALIZAÇÃO

Limpeza Geral	vb	17.000,00
Desmobilização de canteiro	vb	40.000,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Recuperação da Pavimentação das Vias Internas do Porto do Rio de Janeiro

ADMINISTRAÇÃO DA OBRA:

Manutenção de canteiro / Administração	Mês	21.313,84
Placa da Obra	M²	280,14
ARTs e licenças de obra	VB	791,00
Projeto executivo e desenhos as built	VB	17.311,04

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS:

Aluguel de Container -Almoxarifado - 1 TEU	Mês	556,00
Aluguel de Container- Administração - 1 TEU	Mês	556,00
Instalação de Barracão	M²	289,44
Aluguel de container - Instalação de sanitarias	Mês	834,00

PREPARAÇÃO DO TERRENO:

Demolição de estruturas de existentes	M³	32,25
Limpeza do Terreno	M²	2,41

DRENAGEM:

Escavação de Vala com Retro-Escavadeira	M³	5,78
Base de pó-de-pedra comp. (10cm) para o assentamento de tubos de drenagem	M³	73,49
Fornecimento e Assentamento de Tubos de Concreto- Classe ca-2 D=0,50m		156,42
Poço de Visitas em Concreto Armado - 1,00x1,00x1,20 m	Unit.	1.437,15
Reaterro com material da própria escavação	M³	6,41
Caixas Coletoras com Boca de Lobo	Unit.	846,72
Limpeza e Desobstrução	H	22,53
Instalação de guia sarjeta	M	37,42

PAVIMENTAÇÃO:

Contra-Fortes	M³	1.445,77
Sub-Base de Bica-Corrida (e= 6 cm)	M³	108,51
Blocos Intertravados (h=10 cm) assentados sobre colchão de areia	M²	58,80
Controle Tecnológico	Unit.	63,44
Bota-Fora	M³	81,75

SINALIZAÇÃO:

Sinalização Horizontal	M²	11,27
Sinalização Vertical	Unit.	113,51
Sinalização Provisória Diurna	VB	375,90

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

DESMOBILIZAÇÃO:

Desmobilização  
Limpeza Final da Obra

VB 1.921,56  
M² 1,26

144Z Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Implantação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Itaguaí (RJ):

Limpeza do terreno m2 0,96  
 Locação da obra m2 1,70

Torre de andaime com 7,00m de altura com conjunto de rodízios, JAHU ou equivalente, inclusive plataformas de madeira, montagem, desmontagem, movimentação e transporte. Um 412,50

Aluguel e instalação de 530m2 de andaime tubular fachadeiro da JAHU ou equivalente, inclusive plataformas de madeira, montagem, desmontagem, movimentação e transporte. Mês 5.509,35

Barracão de obra com parede de madeira tipo Madeirit resinado com 10mm de espessura, pintadas internas e externamente com tinta PVA latex, piso em concreto simples revestido com cimentado, estrutura de pinho de 3ª, cobertura de telhas onduladas de fibras vegetais e minerais com 3mm de espessura, inclusive instalações, esquadrias e ferragens, torre de maçanduba com caixa d' água em polietileno, capacidade de 500L, com utilização de 3 vezes, inclusive ligações provisórias água/esgoto/elétrica. M2 249,15

Placa de identificação de obra, inclusive pintura e suporte. M2 305,25

Tapume de vedação ou proteção, executado com chapas de compensado, tipo Madeirit resinado ou similar, com 6mm de espessura, estruturado por pontaletes e caibros de Pinho de 1ª, inclusive pintura nas duas faces. M2 52,80

#### ADMINISTRAÇÃO DA OBRA/ SERVIÇOS COMPLEMENTARES:

Administração local da obra , inclusive despesas com contratação de engenheiro e técnico permanentes, despesas gerais de consumo, segurança do trabalho, cópias e reproduções diversas e aparelhos de informática. mês 12.368,40

Relatório mensal fotográfico da obra. Um 2,97

Projeto executivo de arquitetura e complementares vb 66.000,00  
 Aprovação dos projetos na prefeitura e nas concerssionárias. Vb 8.250,00  
 As Built. Vb 8.250,00

#### TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA:

Transporte de carga em caminhão basculante, à óleo diesel, com capacidade útil de 8 t. Vb 19800,00  
 Transporte horizontal de material a granel em carrinho de mão, inclusive carga a pá. Vb 3300,00  
 Carga manual e descarga mecânica de material a granel. Vb 9900,00  
 Transporte de carga de qualquer natureza. t.km 0,73

#### MOVIMENTAÇÃO DE TERRA:

Escavação manual de valas e reaterro para ligações de água potável. m 3,99  
 Escavação manual de valas e reaterro para ligações de esgoto sanitário. M 19,65

Escavação mecanica em material de 1ª categoria, à céu aberto, para profundidades maiores que 0,50m, com remoção até 10m. m3 5,05



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Escavação mecânica em material de 1ª categoria, à céu aberto, para profundidades maiores que 0,50m, com remoção até 10m. M3 5,05

Escavação mecânica em material de 1ª categoria (areia, argila ou piçarra), utilizando escavadeira hidráulica. M3 2,13

Escavação mecânica em material de 1ª categoria com trator tipo D6R, transporte até 20m m3 0,46

Aterro com material de 1ª categoria, espalhado com retro-escavadeira, em camadas de 20cm, utilizando rolo compactador, com intervenção de 2 serventes, inclusive rega. M3 2,48

Compactação de material de 1ª categoria, em camadas de 20cm. M3 19,97

Preparo de solo até 30cm de profundidade, compreendendo escavação e acerto manuais e compactação mecânica com remoção até 20m para área de grama. M2 9,93

Preparo de solo até 30cm de profundidade, compreendendo escavação e acerto manuais e compactação mecânica com remoção até 20m, para área de aterro. M2 9,93

#### DEMOLIÇÕES, RETIRADAS E REMANEJAMENTOS:

Demolições diversas um 49.500,00  
Remanejamento de caixa de esgoto um 495,00  
Retirada de meio fio existente m 8,79  
Demolição de pavimentação em asfalto, inclusive retirada da base. M3 13,70  
Limpeza contínua da obra, inclusive limpeza do canteiro. Mês 1.756,92

#### PAREDES E PAINÉIS:

Alvenaria de tijolos cerâmicos de (10x20x20)cm de furos redondos ou de (10x20x30)cm de furos quadrados, assentes com argamassa pré-dosada tipo Qualimassa ou Quartzolit, em parede de 10cm de espessura, inclusive execução de vãos, arestas e vergas de concreto sobre vãos. M2 27,39

Alvenaria de tijolos cerâmicos de (10x20x20)cm de furos redondos ou de (10x20x30)cm de furos quadrados, assentes com argamassa pré-dosada tipo Qualimassa ou Quartzolit, em parede de 20cm de espessura, inclusive execução de vãos, arestas e vergas de concreto sobre vãos. M2 53,51

Fornecimento e instalação de divisória para box de sanitários, em painéis de granito cinza andorinha com 3cm de espessura, acabamento polido em todas as faces, engastados na parede e no piso. M2 487,41

#### COBERTURA:

Fornecimento e colocação de estrutura em madeira para cobertura de telhas metálicas. M2 17,33

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Fornecimento e colocação de telhas metálicas duplas trapezoidais em sanduíche, com isolamento termo-acústico, com pintura eletrotática na cor branca, colocadas sobre estrutura de madeira, em uma água, inclusive elementos de fixação, cumeeiras e fechamento nas bordas. M2 145,20

Fornecimento e colocação de rufo/chapim metálico sobre juntas de dilatação no telhado. m 42,90

Fornecimento e colocação de cobertura em lona tensionadas, inclusive projeto, estrutura metálica, montagem e acessórios. Vb 131.775,60

Estrutura espacial em alumínio natural vb 202.677,75

#### ESQUADRIAS DE MADEIRA:

Fornecimento e colocação de portas de madeira maciça cedro ou canela espessura 3,5cm, inclusive batentes, superfície própria para pintura esmalte, nas seguintes dimensões:

P - 0.70x2.10m e 0.80x2.10m - abrindo em charneira. Um 305,51  
P - 0.90x2.10m, abrindo em charneira. Um 313,50  
P - 1.20x2.10m - duas folhas abrindo em charneira. Um 497,23

Fornecimento e colocação de portas de compensado, colocação e acabamento liso à prova d` água, para banheiro e vestiário, inclusive batentes em perfil de alumínio, nas seguintes dimensões:

PD1 - 0.60x2.10m um 19,80

#### DE ALUMÍNIO/VIDRO:

Fornecimento e colocação de esquadria de alumínio anodizado com pintura eletrostática na cor branca e fechamento em vidro incolor de 6mm, em painéis, inclusive todas as ferragens: □

E - painéis fixos e portas de correr m2 495,00  
E - painéis fixos e portas duplas m2 462,00  
E - maxim-ar m2 372,90  
E - tipo veneziana m2 450,45

Fornecimento e colocação de porta de vidro incolor de 10mm, inclusive ferragens tipo Dorma, fechadura de cilindro completa, puxadores, trinco de piso e mola hidráulica de piso:

E - painéis e portas m2 1.119,69

Fornecimento e colocação de vidro cristal comum liso, e=6mm, colocado em caixilho com ou sem baguetes, com gaxeta de neoprene m2 129,46

Fornecimento e colocação de porta de vidro incolor de 10mm, inclusive ferragens tipo Dorma, fechadura de cilindro completa, puxadores, trinco de piso e mola hidráulica de piso:

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

- Porta de vidro temperado de 1.20x2.10m - com 02 folhas cj. 3.762,00

#### DE FERRO

Grade de fechamento do terreno, inclusive portões, ferragens, fundações. m2 255,26  
 Esquadrias de ferro diversas vb 24.750,00

#### FERRAGENS:

Fornecimento e instalação de ferragens fabricação LA FONTE conforme a seguir:

Dobradiças para portas internas, ref.: 1410ZP, 3x3", acabamento zincado preto LA FONTE. Um 13,86

Conjunto completo de fechadura ref. 512E, composto de maçaneta ref. 512AL, roseta ref. 303AL e cilindro, linha Classic Alumínio, acabamento PPF (pintado preto fosco epóxi) da LA FONTE. Um 323,40

Fecho 400 CRA de 20cm x 3/4" para portas duplas de abrir LA FONTE. Um 86,63

Ferragens para porta de box de sanitarios, composto de cantoneiras, porcas e parafusos de alumínio. Cj 82,50

Conjunto completo de ferragens, para portas de box de sanitários, composto de 01 fecho de sobrepor livre-ocupado e 03 dobradiças de 3"x2.1/2" com pino, bolas e mola interna, acabamento cromado. Cj 66,00

#### TRATAMENTOS E IMPERMEABILIZAÇÕES:

Impermeabilização de laje de piso com emulsão asfáltica, aplicado a frio em 6 demãos estruturada com véu de poliéster de gramatura mínima de 40g/m2, moldada no local. M2 37,95

Regularização de superfície de piso com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 com adição de impermeabilizante SIKA 1, esp. 2cm, com caimento de 1 a 2 % para o ralo. M2 19,80

Impermeabilização composta de argamassa de regularização de cim. e areia traço 1:3, esp=4cm; aplicação de primer de aderência e hiperanta asfáltica esp.=4mm aderida a base, da "TORODIM" ou equivalente; chapisco de cimento e areia no traço 1:3 entre a manta e o plaqueado. M2 102,30

Impermeabilização composta de argamassa de regularização de cim. e areia traço 1:3, esp=4cm; aplicação de primer de aderência e manta asfáltica esp.=4mm aderida a base, da "TORODIM" ou equivalente; argamassa de cim. e areia traço 1:4 para proteção mecânica esp.=2cm. M2 102,30

Impermeabilização composta chapisco de cimento e areia no traço 1:3, argamassa de regularização de cim. e areia traço 1:3, esp=4cm; aplicação de primer de aderência e manta asfáltica esp.=4mm aderida a base, da "TORODIM" ou equivalente; chapisco de argamassa de cimento e areia no traço 1:4 e proteção mecânica em argamassa de cim. e areia traço 1:4 esp.=2cm. M2 102,30

Plaqueamento de proteção de impermeabilização em argamassa de cimento e areia no traço 1:3, formando placas de (60x60x4)cm, com juntas preenchidas por mistura de cimento, areia e mastique. M2 82,50

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

#### REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOS:

Revestimento interno sobre paredes novas, composto de chapisco de cimento e areia traço 1:3, emboço em argamassa pré-dosada tipo Quartzolit, acabamento liso para receber pintura com massa. M2 21,15

Revestimento interno em teto, composto de chapisco de cimento e areia traço 1:3, emboço em argamassa pré-dosada tipo Quartzolit, acabamento liso para receber pintura com massa PVA. M2 21,15

Revestimento interno sobre paredes novas, composto de chapisco de cimento e areia traço 1:3, emboço em argamassa pré-dosada tipo Quartzolit, acabamento liso para receber revestimento tipo pastilha. M2 28,68

Revestimento interno sobre paredes novas, composto de chapisco de cimento e areia traço 1:3, emboço de cimento saibro e areia, no traço 1:2:2 com impermeabilizante Vedacit, acabamento desempenado, para receber revestimento cerâmico. M 223,93

Fornecimento e colocação de revestimento em cerâmica 15x15cm marca "CECRISA", cor branca, assentes com argamassa pré-dosada tipo cimentcola da Quartzolit ou similar. As juntas deverão ter 2 mm e serão rejuntadas com "SIKA- Rejunte" na cor branca. M2 74,25

Revestimento externo com pastilha do tipo JATOBÁ, assentes com argamassa pré-dosada tipo Quartzolit e rejuntadas com rejunte apropriado. M2 95,70

Revestimento externo em tijolinho aparente m2 69,30

#### FORROS:

Forro suspenso em placas de gesso acartonado, estruturado por perfis metálicos, sustentado por tirantes fixados na laje com chumbadores. M 27,75

#### PINTURA:

Pintura em tinta acrílica semi-brilho, equivalente a "SUVINIL", acabamento de 1ª qualidade, sobre paredes, composta de raspagem, emassamento com massa PVA, lixamento, limpeza, demão de selador PVA e 2 demãos de acabamento na cor branca. M2 27,47

Pintura em tinta acrílica semi-brilho, equivalente a "SUVINIL", acabamento de 1ª qualidade, sobre paredes, composta de raspagem, lixamento, limpeza, demão de pintura impermeável a base de emulsão acrílica tipo VEDAPREN parede cor branca, e 2 demãos de acabamento na cor branca. M2 38,28

Pintura em tinta acrílica semi-brilho, equivalente a "SUVINIL", acabamento de 1ª qualidade, em teto, composta de raspagem, emassamento com massa PVA, lixamento, limpeza, demão de selador PVA e 2 demãos de acabamento na cor branca. M2 27,47

Proteção à base de resina acrílica impermeável, aplicadas sobre superfície externa de concreto, equivalente a "VEDACIL MAX" da OTTO

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
	BAUMGART, composta de raspagem, lixamento, limpeza, demão seladora VEDAFIX MAX e 2 demãos de acabamento.	M2		15,96	
	Pintura em tinta esmalte sintético acetinado da "SUVINIL", acabamento de 1ª- qualidade, sobre ferro, inclusive preparo com lixamento, limpeza, demão de tinta anti-oxidante e duas demãos de acabamento.	M2		17,16	
	Pintura em tinta esmalte sintético acetinado da "SUVINIL", acabamento de 1ª- qualidade, sobre madeira, inclusive preparo com lixamento, limpeza, demão de massa a óleo e tinta de fundo e duas demãos de acabamento.	M2		19,97	
<b>SOLEIRAS, TABEIRAS, PEITORIS E RODAPÉS:</b>					
	Fornecimento e instalação de soleiras de portas internas em granito cinza Andorinha, acabamento polido e=2cm, largura de 15cm, assentes com argamassa pré-dosada tipo Quartzolit.	m		41,00	
	Fornecimento e instalação de soleiras em granito cinza Andorinha, acabamento polido e=2cm, largura de 25cm, assentes com argamassa pré-dosada tipo Quartzolit.	M		90,75	
	Fornecimento e instalação de peitoris em mármore branco especial, acabamento polido e cantos boleados, e=2cm, assentes com argamassa pré-dosada tipo Quartzolit.	M		46,20	
	Fornecimento e instalação de rodapé monolítico Korodur acabamento polido, com 10cm de altura, 1cm de espessura, terminando em canto reto junto ao piso e canto arredondado junto à parede, feito com cimento Portland e grana nº 1, inclusive com polimentos mecânicos.	M		20,21	
	Fornecimento e instalação de rodapé em granito cinza acabamento polido e cantos boleados, e=2cm e h=7cm, assentes com argamassa de cimento e saibro traço 1:4 ou pré-dosada tipo Quartzolit.	M		26,14	
	Rodapé negativo em cantoneira de alumínio anodizado na cor chumbo, espessura de 1/8", com 5cm de altura, fixados com parafusos, para arremates entre carpete e painel de madeira.	M		41,25	
	Chapim em peças de marmore branco, com 3cm de espessura e 28cm de largura, com balanço de 1.5cm para cada lado, assentes com argamassa.	M		52,80	
	Chapim em peças pré-moldadas de concreto, com balanço de 1.5cm para cada lado, inclusive estruturação da peça em aço CA-25.	M		26,40	
	Tento de granito cinza andorinha acabamento polido e tendo as arestas visíveis com acabamento boleado.	m		26,14	
<b>PISOS</b>					
	Regularização de base em argamassa de cimento e areia no traço 1:4, com e=3,5cm, para piso de madeira.	M2		25,74	
	Regularização de base em argamassa de cimento e areia no traço 1:4, com e=3,5cm, para piso cerâmico em áreas não molhadas.	M2		25,74	

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Fornecimento e assentamento de piso cerâmico, PEI 5, linha Laser cinza marca PORTOBELLO ou similar, assentes com argamassa pré dosada tipo cimentcola da Quartzolit ou similar. M2 85,80

Revestimento de piso em argamassa granítica tipo Korodur-PL, com espessura de 0,8cm, inclusive base suporte em argamassa de cimento e areia no traço 1:3 e soleiras/arremates com o mesmo material, espessura de 2,2cm e polimentos mecânica.  
M2 69,30

Fornecimento e colocação piso em tábua corrida em madeira Ipê, em peças de (15x3)cm com junta macho e fêmea calafetada, com tratamento anticupim e acabamento encerado, fixadas no piso através de tarugo de madeira embutidos no piso.  
M2 123,75

Fornecimento e assentamento de piso porcelanato. Assentes com argamassa de assentamento apropriada.m2 115,50

#### BASES E PAVIMENTAÇÕES:

Regularização de sub leito m2 0,76

Sub base de pó de pedra, fornecimento dos materiais, medida após a compactação, com e= 17cm m3 52,68

Revestimento de concreto betuminoso usinado a quente, com 13,5cm de espessura, executado em 02 camadas, sendo a inferior de ligação camada intermediária (binder faixa "B") - e=8,5cm e a superior com 5cm de espessura de rolamento.  
M2 59,40

Fornecimento e colocação de meio-fio com sarjeta em concreto usinado 15x30cm, sendo 15cm de meio fio e 30cm de sarjeta, com fornecimento de todos os materiais, inclusive escavação e reaterro. M 24,09

Fornecimento e colocação de tento em concreto simples, medindo (10x5)cm, revestido com granito cinza apicoado, moldado no local, inclusive forma e desforma. M 13,86

Fornecimento e colocação de cordões de concreto simples, com secção de 10x25cm, moldado no local, inclusive escavação e reaterro. M 25,74

Execução de plaqueado de concreto de cimento e areia no traço 1:4, espessura 5cm, acabamento acetinado, formando placas com juntas de PVC, sobre solo compactado.  
M2 39,60

#### APARELHOS SANITÁRIOS:

Fornecimento e assentamento de bancas de granito cinza andorinha, inclusive frontispício e saia do mesmo material: m 156,75

Vaso sanitário com caixa acoplada linha AZALEA, na cor branca um 547,47

Mictório coletivo em aço inox m 693,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Cuba de louça de embutir 510x380mm um 159,39  
Cuba universal de aço inox 560x 430mm um 247,50  
Chuveiro cromado un176,55  
Lavatório de louça un181,50

#### METAIS e COMPLEMENTOS SANITÁRIOS:

Fornecimento e instalação de metais sanitários fabricação "DECA" ou similar, acabamento cromado:

Torneira de fechamento automático de mesa, para lavatórios, linha Decamatic. Um 426,20  
Torneira de pia de cozinha bica móvel, de mesa, linha Targa. Um 225,23  
Válvula de descarga de parede para mictório - Deca. Um 339,57  
Válvula de escoamento para lavatório ref:1600 - Deca. Um 34,65  
Válvula de escoamento tipo americana para pia e tanque - Deca. Um 34,65  
Sifão metálico para lavatórios, ref:1680 (com tubos de saída) - Deca. un86,63  
Sifão metálico para pia de cozinha, ref:1680 (com tubos de saída) - Deca. Um 86,63  
Ligação flexível ref: 4606 com 40cm p/ lavatório - Deca. Um 24,26  
Ligação flexível ref: 4606 com 40cm p/ vaso com cx acoplada - Deca. Um 24,26  
Tubo de ligação cromado , com anel expansor para vaso. un90,09  
Ducha manual" ACTIVA" ref: 1984 - registro com derivação, acabamento Targa - Deca. un242,55

#### ACESSÓRIOS E COMPLEMENTOS SANITÁRIOS (Fornecimento e instalação):

Porta papel higiênico (papeleira) com protetor cromado. un103,95

Fornecimento e colocação de espelho em cristal lapidado de 4 mm, com moldura fosco natura na cor preto devidamente estruturado feltro. M2 181,50 de alumínio anodizado sobre compensado e colado em

Assento para sanitário na cor branca. un91,82  
Alça de apoio de 75cm, Deca Hotel ou similar. un142,07  
Alça de apoio de 45cm, Deca Hotel ou similar. un142,07  
Porta toalha de papel (toalheiro) em aço pintado. un142,07  
Porta sabão líquido (saboneteira). un103,95

#### DIVERSOS:

Execução de balcão das cabines. Vb 3.300,00  
Execução de balcão da lanchonete vb 8.250,00  
Execução de balcão do controle de acesso vb 2.475,00  
Bancas da cozinha em aço inox m646,80  
Bancas da lanchonete em aço inox m646,80  
Prateleiras dos sanitários m 156,75  
Prateleiras diversas vb2.475,00  
Execução de armário de compensado cedro espes. 20mm, revestido externamente com laminado melamínico na cor igual ao padrão das divisórias, composto de prateleiras internas com portas de abrir e ferragens. Vb 8.250,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Fornecimento e colocação de cancela de abertura automática, inclusive sistema de motorização, acionamento e todos os acessórios necessários ao funcionamento. un6.930,00

Junta de dilatação e vedação tipo junta JEENE, inclusive lábios poliméricos, formas e concretagem dos berços m 200,51

#### CONTROLE DE ACESSO:

Conjunto de catraca, ref. BAS8226 RS485, coletor e bloqueio DIMEP. Cj 5.964,83  
Interface RS485 DIMEP cj 742,50  
Controlador de entrada para porta, ref DMP Cop DIMEP cj1.155,00  
Controlador de saída para porta, ref DMP Cop DIMEP cj495,00  
Relê externo para comunicação com a fechadura und1.419,00  
Software de controle do sistema de acesso und 5.610,00  
Cabo KMP, modelo AFS 2x20 AWG (AL) m 4,13  
Treinamento (8h) ministrado por técnico da DIMEP vb 1.237,50  
Taxa de fixação e orientação vb1.485,00

#### PAISAGISMO E DRENAGEM:

Fornecimento e plantio de árvore de grande porte, de 2,00m de altura, inclusive escavação, em terra adubada, tutor de madeira e transporte un198,00

Fornecimento e plantio de árvore de médio porte, inclusive escavação, terra adubada, tutor de madeira e transporte. un49,50

Fornecimento e plantio de árvore de pequeno porte, inclusive escavação, terra adubada, tutor de madeira e transporte. un33,00

Fornecimento e plantio de grama do tipo Batatais (Paspalum Notattum) ou similar na área do truck center. M2 8,91

Fornecimento e plantio de grama do tipo Batatais (Paspalum Notattum) ou similar nos canteiros. M2 8,91

Canaleta de em bloco de concreto prensado (10x20x40)cm, com 50cm de largura e profundidade variável, revestido internamente com argamassa de cimento e areia traço 1:3 e fundo em concreto armado, inclusive escavação e reaterro. 247,50

#### DESPESAS FINAIS

Limpeza geral no final da obra, remoção de entulhos e sobra de agregados. vb 9.900,00

#### INSTALAÇÕES DIVERSAS

Instalações: Elétrica, Lógica, Telefone, Hidráulica e Esgoto, incêndio.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA - Iluminação e Tomadas un5.371,58

INSTALAÇÃO ELÉTRICA - Dutos de distribuição un35.331,22



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
	INSTALAÇÃO ELÉTRICA - ESTABILIZADA			un67.320,00	
	INSTALAÇÃO ELÉTRICA - Tomadas Normais e Estabilizadas			un6.151,58	
	INSTALAÇÃO LÓGICA E TELEFÔNICA			un33.060,82	
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS			un6.648,84	
	INSTALAÇÃO DE ESGOTO			un17.456,72	
	INSTALAÇÃO DE INCÊNDIO			un2.850,95	
	INSTALAÇÃO DE AR COMPRIMIDO			un2.227,50	
	ILUMINAÇÃO EXTERNA				
	LUMINÁRIAS, PROJETOES E EQUIPAMENTOS			un2.463,45	
	FUNDAÇÃO DOS POSTES			un452,10	
	POSTES DE CONCRETO E AÇO			un7.453,05	
	CAIXA DE PASSAGEM			un558,53	
	DUTOS, FIOS E/OU CABOS			un25.381,13	
	INSTALAÇÕES DE CFTV			un24.927,01	
	Ar Condicionado				
	EQUIPAMENTOS - FORNECER E INSTALAR			cj9.570,00	
	HIDRÁULICA - FORNECER E INSTALAR			vb24.255,00	
	ELÉTRICA - FORNECER E INSTALAR			vb6.930,00	
	DIVERSOS - FORNECER E INSTALAR			vb16.335,00	
	ESTRUTURAS				
	ESPECIFICAÇÕES E LISTAS DE MATERIAL				
	FUNDAÇÕES/ESTRUTURAS - RESTAURANTE/ABRIGO				
	Concreto fck > 30 MPa.			M3 346,50	
	Formas Madeirit 12 mm.			m239,90	
	Armadura Aço CA-50A (incluídas perdas de aço).			Kg 7,26	
	Estaca pré-moldada para 35 t - ø 23 (comprimento aproximado = 15m).			m132,00	
	Escavações.			M3 18,15	
	FUNDAÇÕES/ESTRUTURAS - ÁREA DE DESCARGA □				
	Concreto fck > 30 MPa.			M3 346,50	
	Formas Madeirit 12 mm.			M2 39,90	
	Armadura Aço CA-50A (incluídas perdas de aço).			kg7,26	
	Estaca pré-moldada para 35 t - ø 23 (comprimento aproximado = 15m).			m132,00	
	Escavações.			M3 18,15	
	FUNDAÇÕES/ESTRUTURAS - POSTO DA GUARDA 01				

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Concreto fck > 30 Mpa			m3 46,50		
Formas Madeirit 12 mm.			M2 39,90		
Armadura Aço CA-50A (incluídas perdas de aço).			Kg 7,26		
Estaca pré-moldada para 35 t - ø 23 (comprimento aproximado = 15m).				m132,00	
Escavações.			m318,15		

#### FUNDAÇÕES/ESTRUTURAS - POSTO DA GUARDA 02

Concreto fck > 30 MPa.			M3 346,50		
Formas Madeirit 12 mm.			M2 39,90		
Armadura Aço CA-50A (incluídas perdas de aço).			Kg 7,26		
Estaca pré-moldada para 35 t - ø 23 (comprimento aproximado = 15m).				m132,00	
Escavações.			M3 18,15		

#### FUNDAÇÕES/ESTRUTURAS - CASTELO D'ÁGUA

Concreto fck > 30 MPa.			M3 346,50		
Formas Madeirit 12 mm.			M2 39,90		
Armadura Aço CA-50A (incluídas perdas de aço).			Kg 7,26		
Estaca pré-moldada para 35 t - ø 23 (comprimento aproximado = 15m).				M 132,00	
Escavações.			M3 18,15		

#### ESTRUTURA METÁLICA

Estrutura metálica			kg 14,16		
--------------------	--	--	----------	--	--

#### CONTROLE TECNOLÓGICO

Controle tecnológico de obras de concreto armado, considerando-se apenas o controle do concreto e constando de coleta, moldagem e capeamento de corpos de prova (CP de 15x30cm), transporte até 50km, ensaios de resistência a compressão aos 28 dias e "Slump test", medido por m3 de concreto colocado nas formas. m3 20,56

Recuperação do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí

#### SERVIÇOS PRELIMINARES

Mobilização de equipamentos e pessoal			vb 15.000,00		
Desmobilização e desenhos "as built"			vb 5.000,00		
Manutenção de canteiro/administração			mês 4.000,00		
Placa da obra			un 800,00		
Controle tecnológico			vb 500,00		

#### PAVIMENTAÇÃO

Demolição de pavimentação asfáltico			m³ 80,00		
Escavação com retroescavadeira			m³ 11,50		

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
	Fornecimento de pedra de mão - rachão		m <sup>3</sup>	40,00	
	Sub-base de pó de pedra		m <sup>3</sup>	42,00	
	Brita graduada, fornecimento, espalhamento e compactação mecânica		m <sup>3</sup>	42,00	
	Fresagem até 5cm		m <sup>2</sup>	14,00	
	Imprimação		m <sup>2</sup>	4,00	
	Concreto asfáltico (CBUQ)		ton	195,00	
	Micro revestimento asfáltico		m <sup>2</sup>	20,00	
	Carga, transporte e bota-fora de material inservível DMT=15Km		m <sup>3</sup>	18,00	
	Sinalização horizontal		m <sup>2</sup>	25,00	
SINALIZAÇÃO					
	Sinalização provisória diuturna		mês	1.500,00	

145B Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Rede de cabeamento para o sistema de supervisão e monitoramento das subestações elétricas do Porto do Rio de Janeiro

Serviços Preliminares:

Instalação de canteiro de Obras Vb 1.140,00  
 Elaboração de projetos □ Vb 5.970,00

Caixas Subterrâneas Tipo R2

Fornecimento e instalação de caixa subterrânea em concreto armado Pç 1147,50  
 Fornecimento e instalação de barras AC Pç 64,20  
 Fornecimento e instalação de tampão em ferro fundido pesado(estrutura nodular) articulado com trava Pç 1387,50

Construção de canalização subterrânea

Demolição de sub-bases em concreto m<sup>2</sup> 18,15  
 Escavação em solo normal m<sup>3</sup>63,00  
 Fornecimento e instalação feixe de dutos de 04 Pead 26 x 32 m 36,45  
 Envolvimento de dutos com concreto simples 18,0 Mpa m<sup>3</sup> 622,50  
 Reaterro compactado m<sup>2</sup> 97,20  
 Reposição de pavimento em concreto simples 18,0 Mpa e= 8 cm m<sup>2</sup> 56,55

Serviços Gerais

Remoção de material excedente de escavação m<sup>3</sup> 47,25  
 As built Vb 3270,00

Construção de rede subterrânea de alta tensão no trecho compreendido entre a SUB 17/18 e SE-CS

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS / CANTEIRO DE OBRAS

Mobilização vb 750,00  
 Elaboração de Projeto civil vb 8.500,00  
 Instalação de Canteiro de obras mês 1.050,00  
 Administração mês 7.800,00  
 Ferramental vb 750,00  
 Desmobilização do Canteiro de Obra vb 750,00

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO 1000 METROS DE LINHA DE DUTOS DE 3L x 3D(100 mm de diâmetro) EM CONCRETO ARMADO

Demolição de sub-bases de concreto m<sup>3</sup> 462,32  
 Remoção de pavimento paralelepipedo m<sup>2</sup> 6,83

MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

Escavação mecanica m<sup>3</sup> 8,16

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

Escavação manual m3 52,94  
 Reaterro com pó de pedral m3 109,00  
 Retirada de material excedente m3 75,91

#### CONCRETAGEM DA LINHA DE DUTOS

Concreto 18 MPA m3 423,12  
 Forma m2 44,98  
 Aço ca 50 kg 9,03  
 Tubos 100mm m 27,98  
 Pintura da superficie m2 7,50

#### CONSTRUÇÃO DE 16 CAIXAS DE PASSAGEM DE 2,00x2,00x2,00 metros, EM CONCRETO ARMADO

Concreto 18 MPA m³ 423,12  
 Forma m2 68,17  
 Aço ca 50 kg 9,03  
 Tampões de ff 80 cm pç 650,00

#### RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

Recomposição de concreto 30 MPA m3 446,80  
 Recomposição de paralelepipedo m2 13,02  
 Sikadur kg 67,50

145D Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Itaguaí (RJ)

Fornecimento e Instalações de cercas para proteção de áreas para o Porto de Itaguaí - RJ

Mobilização de Equipamento e Pessoa Vb □ 5.720,00  
 Administração da Obra, inclusive transportes mês □ 3.575,00  
 Limpeza do Terreno (capina) e escavação manual das bases e retirada das cercas danificadas ml 7,79

Fornecimento e instalação de cerca, incluindo: tubos de aço galvanizado de 2" (medida interna), soldas, telas em aço galvanizado revestidas com PVC, arame farpado galvanizado, arame galvanizado para a costura, concretagem de fixação, grampos e pinturas. ml 306,02

Recuperação de portões com estrutura de ferro tubular, incluindo fornecimento de telas onduladas galvanizadas bitola 10, cantoneiras, soldas, cadeados, primer para galvanizados e pintura de acabamento com tinta esmalte sintéticos na cor azul. M2 271,70

Construção de 2 (dois) pilares de fixação do portão em concreto armado (0,30X0,30X2,50m) sapatas 0,80X0,80X0,20m a 1,00 abaixo do nível do piso, em substituição aos pilares existentes. m3 1.766,05

Desmobilização e limpeza geral da obra, incluindo retirada de todo o entulho proveniente da obra. U N 2.145,00

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
14KJ	Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios				Monitorar o tráfego das embarcações, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência do fluxo de navios nos acessos portuários.
14KL	Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária				Otimizar o fluxo de informações indispensáveis à gestão da infraestrutura portuária e a uniformização de todas as unidades portuárias.
14KM	Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística.				Compartilhar informações e promover a integração institucional, com vistas a obter maior eficiência na cadeia logística portuária, de modo a minimizar as interrupções do fluxo físico ao longo da cadeia produtiva.
14RC	Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos				Elaboração de projetos executivos e execução de obras para implantação de dispositivos necessários para o gerenciamento de resíduos e efluentes líquidos na área portuária.
20HM	Estudos para o Planejamento do Setor Portuário				<p>Consultoria com foco na Análise e Desenvolvimento de Projetos Básicos e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de empreendimentos portuários R\$ 1.528.000 / unidade</p> <p>Desenvolvimento de EVTE - TGSIII R\$ 366.960 / unidade</p>
7376	Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ)				

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
Mobilização de embarcações, equipamentos de sondagem (plataformas, campândulas, etc...), equipe de mergulho e equipamentos de sondagem mista.		Vb 154.000,00			
Desmobilização de embarcações, equipamentos de sondagem (plataformas, campândulas, etc...), equipe de mergulho e equipamentos de sondagem mista.		Vb 65.000,00			
Deslocamento e instalação de sonda medido por furo, inclusive o primeiro UN		114.000,00			
Locação dos furos no mar			UM 13.500,00		
Sondagem mista em solo com medida de SPT a cada metro perfurado - NBR6484/2001				M 7.980,00	
Sondagem mista em rocha de qualquer natureza, sã ou alterada				M 57.000,00	
Relatório final, em duas vias e CD, incluindo boletins definitivos dos furos, classificação da qualidade da rocha, planilhas de ensaios em laboratório e planta de locação das sondagens.				Vb 6.900,00	
Ensaio de compressão simples			UM 7.650,00		

7390 Implantação de Sistema de Sinalização Náutica, no Porto de Itaguaí (RJ)

Fornecimento de 01 (uma) bóia, encarnada, modelo TIDELAND, SB2200P, lanterna SOLAMAX 140/155 SB encarnada, com suporte para antena GPS, painéis solares, bateria 12V/60ª, incluindo: Fornecimento de sistema de fundeio e lançamento na posição.

UN 185.156,67

Serviços de reposicionamento com ajuste do filame de fundeio e limpeza das bóias nº 13, nº 20 e Preferencial

BE

UN 21.000,00

Fornecimento e operação de equipamento para lançamento das bóias e sistemas de fundeios, que poderá ser caminhão MUNCH ou guindaste com capacidade compatível com os pesos envolvidos e comprimento de lança suficiente para o lançamento na embarcação de apoio

UN 7.100,00

Fornecimento e operação de cábrea para içamento/lançamento de sinais e rebocador, ou embarcação equipada com pau de carga, de porte e estabilidade condizentes com os pesos envolvidos.

UM 33.600,00

**68212 Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN**

10IO Construção da Nova Sede Administrativa do Porto de Natal - (RN)

26.784.2074.10IO.0024 - Construção da Nova Sede Administrativa do Porto de Natal - (RN) Unidade de medida Bens e serviços

Custo Unitário R\$ 1,00

1 - Construção da nova sede administrativa do Porto de Natal Unid. 4.500.000 TOTAL: 4.500.000

12LN Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN)

Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

26.784.2074.12LN.0024 - Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN) Unidade de medida Custo Unitário R\$ 1,00 Bens e serviços

1 - Construção do berço nº 04 do Porto de Natal Unid: 47.000.000 TOTAL: 47.000.000

12LP Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN)

26.784.2074.12LP.0024 - Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal (RN) Unidade de medida Custo unitário R\$ 1,00 Bens e serviços

1 - Implantação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal Unid. Custo unitário 12.000.000 TOTAL 12.000.000.

145H Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN)

26.784.2074.145H.0024 - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN) Unidade de medida Custo unitário R\$ 1,00 Bens e serviços

1-Recuperação das defensas e dos cabeços de atracação Unid. 227.500; 2-Aquisição de cabeços de atracação Unid. 325.000; Recuperação dos blocos de concreto nos berços 1, 2 e 3 do Porto de Natal Unid. 3.621.890,00; 4-Recuperação dos armazéns advindos da RFFSA Unid. 1.300.000; 5-Adequação e modernização do sistema de ISPS \_ CODE no Porto de Natal Unid. 313.918; 6-Ampliação do sistema ISPS CODE no Ampliação do sistema ISPS CODE no Porto de Natal Unid.109.636; 7-Obras de instalação de posteamento e iluminação dos pátios internos do Porto de Natal Unid. 318.000; 8-Manutenção, controle e modernização das subestações SE 01, SE02 e SE03 Unid. 50.000; 9-Serviços elétricos para o pleno monitoramento de plugagem e desplugagem das tomadas dos containers reefer's Unid. 600.000; 10-Aquisição de materiais e serviços para atendimento de emergências Unid. 50.000; 11-Aquisição de materiais e serviços para monitoramento ambiental Unid. 100.000; 12-Aquisição de bóias e acessórios para o Sistema de balizamento Unid. 100.000; 13-Aquisição de 03 geradores de 1000KVA, 01 trafo de 1000 KVA e 01 trafo de 700KVA e sistemas correpondentes, com construção de estrutura civil para abrigar estes equipamentos Unid. 2.600.000; 14- Aquisição de hardware e software para a implantação de sistemas operacionais e de controle da CODERN Unid. 800.000. TOTAL 10.515.944.

145U Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)



Ação	Produto	Un. Medida	Serv/Invest	Custo Médio (R\$ 1,00)	Justificativa
------	---------	------------	-------------	------------------------	---------------

26.784.2074.145U.0024-Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN Unidade de medida Custo unitário R\$ 1,00 Bens e serviços  
1-Aquisição de correias transportadoras Unid. 150.000; 2-Aquisição de motores elétricos Unid. 130.000; 3-Confeção de moegas Unid. 50.000; 4-Confeção de 02 grabs por ano Unid. 172.500; 5-Confeção de 02 trucks para os DBs Unid. 86.250; 6-Substituição dos trilhos e recuperação geral das vigas de suporte dos trilhos do cais de barcaças antigo Unid.120.000; 7-Substituição das defensas em madeira e borracha por defensas cilíndricas no cais de barcaças antigoUnid. 248.750; 8-Aquisição de pranchas de madeira para manutenção do cais de barcaças Unid. 182.500; 9-Perfuração e manutenção de poço tubular Unid. 3.542.389; 10-Aquisição de roletes novos para o novo sistema dos TR5 Unid. 200.000; 11-Confeção de rodas para os trucks e para trolley Unid. 122.500; 12-Confeção de engrenagens (coroa e pinhão) Unid. 143.750; 13-Aquisição de peças e serviços de recuperação de outros equipamentos e instalações com inclusão do DB-04 Unid. 917.276; 14-Recuperação estrutural do muro da plataforma de armazenamento de sal na ILHA antiga Unid. 150.000; 15-Adequação e modernização do sistema de ISPS CODE implantado no TERSAB Unid. 161.757; 16-Ampliação do sistema ISPS CODE no Terminal Salineiro de Areia Branca Unid. 438.544; 17-Revisão geral e renovação da proteção catódica na ILHA antiga Unid. 100.000; 18-Serviço de seccionamento dos barramentos dos quadros de comandos e suprimentos elétricos da Usina de Geração do Terminal Salineiro de Areia Branca Unid. 565.000; 19-Aquisição de grupos geradores e painéis no TERSAB Unid. 2.190.000; 20-Recuperação com modernização do sistema eletromecânico do Descarregador de Barcaças nº03 (DB-3) Unid. 619.320; 21-Aquisição de bóias e acessórios para o sistema de balizamento Unid. 180.000; 22-Manutenção estrutural da ponte do TR5 Unid. 450.000; 23-Construção de subestação elétrica para iluminação dos pátios - em terra Unid. 162.500; 24-Aquisição de materiais e serviços para atendimento de emergências Unid. 200.000; 25-Aquisição de materiais e serviços para monitoramento ambiental Unid. 250.000. TOTAL 11.533.037.

20HL Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária

26.784.2074.20HL.0001- Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária Unidade de medida Custo unitário R\$ 1,00 Bens e serviços.  
1-Estudos e projetos para racionalização da operação portuária no Porto de Natal Unid. 95.000; 2-Estudos e projetos para o pleno monitoramento de plugagem e desplugagem das tomadas dos contêineres reefer's de forma a contribuir para uma melhor operacionalidade do Porto de Natal Unid. 60.000; 3-Estudos e projetos para racionalização da operação portuária no TERSAB Unid. 165.000. TOTAL 320.000.

20HM Estudos para o Planejamento do Setor Portuário

26.784.2074.20HM.0001 ESTUDOS E PROJETOS PARA O PLANEJAMENTO DO SETOR PORTUÁRIO

Unidade de medida Custo Unitário R\$ 1,00

Bens e serviços - Elaboração de Estudos e projetos ambientais para controle ambiental da operação do Porto de Natal: Unid. 117.000,00

2 Estudos e projetos logísticos relativos as vias de acesso ao Porto de Natal, com sugestões de melhorias de forma a facilitar a chegada/saída das cargas movimentadas Unid. 20.000,00

3 Elaboração de estudos e projetos ambientais controle ambiental da operação do TERSAB Unid.:135.500,00

TOTAL: 272.500,00

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2013  
III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

## OPERAÇÕES ESPECIAIS / EMPRÉSTIMOS

R\$ 1,00

### 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

#### **38901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.11.334.0902.0158.0001	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES - Nacional	459066	16.838.481.472

### 53000 - Ministério da Integração Nacional

#### **74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - Min Integração Nacional**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0353.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	1.397.512.880

### 53000 - Ministério da Integração Nacional

#### **74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - Min Integração Nacional**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0355.0001	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001) - Nacional	459066	2.022.481.635

### 53000 - Ministério da Integração Nacional

#### **74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - Min Integração Nacional**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.2029.0E83.0050	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) - Na Região Centro-Oeste	459066	1.434.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2012.0A81.0001	Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) - Nacional	459066	350.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0A84.0001	Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	459066	1.500.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.693.2024.0267.0001	Equalização de Juros para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	339045	1.060.847.000

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2013  
III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

## OPERAÇÕES ESPECIAIS / EMPRÉSTIMOS

R\$ 1,00

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0343.0001	Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES (MP nº 2.192, de 2001) - Nacional	459066	113.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.122.2110.0021.0001	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	459066	170.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP- Ministério da Fazenda

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.04.125.2110.0461.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização - Nacional	459066	3.611.999

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS - Ministério da Saúde

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
20.10.125.2115.0354.0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000) - Nacional	459066	20.600.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA - Min. do Desenv. Agrário

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0427.0001	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - Nacional	459066	946.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.05.482.0902.00GY.0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha - Nacional	459066	184.328.345

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.05.482.0902.00JE.0001	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica - Nacional	459066	1.500.000

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2013  
III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

## OPERAÇÕES ESPECIAIS / EMPRÉSTIMOS

R\$ 1,00

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0012.0001	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	459066	3.180.538.242

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.20.608.2014.0A27.0001	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional	339045	143.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIEES - Min. da Educação**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.12.694.0902.001G.0001	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES - Nacional	459066	1.644.604.823

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.26.661.2055.0118.0001	Financiamentos à Marinha Mercante e a Indústria de Construção e Reparação Naval - Nacional	459066	4.176.389.664

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74905 - Recursos sob Supervisão do Fundo para o Desenv. Tecnol. das Telecomunicações/FUNTTEL - Min das Comunicações**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.24.572.2025.0505.0001	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações - Nacional	459066	200.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - Min. do Desenv. Agrário**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.21.631.2066.0061.0001	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras - Nacional	459066	300.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### **74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo**

Esf.Fç.Sbfç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.23.695.2076.0454.0001	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional - Nacional	459066	33.201.924

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2013  
III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

## OPERAÇÕES ESPECIAIS / EMPRÉSTIMOS

R\$ 1,00

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74910 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico/FNDCT - Min Ciência e Tecnologia

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.19.572.0902.0A37.0001	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas - Nacional	459066	1.058.938.848

### 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

#### 24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.19.572.2021.0A29.0001	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) - Nacional	336045	350.039.279

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.006C.0001	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	459066	140.000.000

### 42000 - Ministério da Cultura

#### 42902 - Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.005Z.0001	Equalização de Encargos Financeiros Incidentes nas Operações de Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - Nacional	339045	1.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.13.392.2027.0B85.0001	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991) - Nacional	459066	15.000.000

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0534.0010	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte - Na Região Norte	459066	2.062.864.832

### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

#### 74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0029.0050	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste - Na Região Centro-Oeste	459066	2.062.864.832

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso III do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2013  
III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, destacando os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

### OPERAÇÕES ESPECIAIS / EMPRÉSTIMOS

R\$ 1,00

#### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

##### 74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0030.0020	Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.094.297.231

#### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

##### 74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.28.846.0902.0031.0020	Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste - Na Região Nordeste	459066	3.094.297.231

#### 74000 - Operações Oficiais de Crédito

##### 74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNMC - Ministério do Meio Ambiente

Esf.Fç.Sbç.Prog.Ação.Locg	Descrição	Natureza	Valor
10.18.541.2050.00J4.0001	Financiamento de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - Nacional	459066	360.000.000

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados.



**REGIONALIZAÇÃO**

R\$ 1,00

Região / Estado	Assistência Social	Desporto	Educação	Habitação	Irrigação	Saneamento	Saúde	Transportes	Total
<b>Região Norte</b>	<b>2.746.824.666</b>	-	<b>1.566.229.277</b>	<b>31.996.000</b>	<b>33.600.000</b>	<b>135.147.321</b>	<b>3.127.323.245</b>	<b>2.376.900.000</b>	<b>10.018.020.509</b>
Acre	4.958.407	-	107.758.171	-	-	-	177.506.784	101.500.000	391.723.362
Amapá	2.925.032	-	89.248.166	-	-	-	156.539.199	110.700.000	359.412.397
Amazonas	15.816.048	-	326.201.636	-	-	-	741.044.203	190.500.000	1.273.561.887
Pará	40.833.913	-	673.410.237	-	-	-	1.191.621.858	741.100.000	2.646.966.008
Região Norte	2.660.040.000	-	-	31.996.000	-	135.147.321	13.300.000	28.500.000	2.868.983.321
Rondônia	7.461.430	-	127.400.919	-	-	-	348.880.035	535.700.000	1.019.442.384
Roraima	3.956.810	-	93.913.837	-	8.000.000	-	106.679.266	140.000.000	352.549.913
Tocantins	10.833.026	-	148.296.311	-	25.600.000	-	391.751.900	528.900.000	1.105.381.237
<b>Região Nordeste</b>	<b>11.539.098.479</b>	-	<b>4.291.451.535</b>	<b>87.284.000</b>	<b>400.697.825</b>	<b>904.509.556</b>	<b>12.818.107.059</b>	<b>4.472.525.000</b>	<b>34.513.673.454</b>
Alagoas	19.771.323	-	253.878.900	-	5.851.200	-	769.783.208	471.250.000	1.520.534.631
Bahia	91.720.303	-	775.468.851	-	146.871.320	-	3.291.380.500	1.730.325.000	6.035.765.974
Ceará	52.133.413	-	629.367.213	-	49.018.921	-	1.872.244.929	274.000.000	2.876.764.477
Maranhão	54.805.281	-	448.372.587	-	7.600.000	-	1.625.499.909	376.910.000	2.513.187.776
Paraíba	35.733.641	-	442.035.828	-	3.900.000	-	982.394.488	292.200.000	1.756.263.957
Pernambuco	60.207.230	-	738.138.036	-	53.352.280	-	2.094.529.512	484.440.000	3.430.667.058
Piauí	29.333.025	-	304.699.527	-	59.800.000	-	871.645.636	207.500.000	1.472.978.188
Região Nordeste	11.152.450.000	-	-	87.284.000	22.964.024	904.509.556	-	90.100.000	12.257.307.580
Rio Grande do Norte	28.358.081	-	478.258.503	-	37.610.000	-	765.946.323	230.900.000	1.541.072.907
Sergipe	14.586.182	-	221.232.090	-	13.730.080	-	544.682.554	314.900.000	1.109.130.906
<b>Região Sudeste</b>	<b>5.310.897.671</b>	-	<b>5.190.176.419</b>	<b>97.992.000</b>	<b>7.700.000</b>	<b>1.228.194.080</b>	<b>20.169.220.531</b>	<b>2.988.777.921</b>	<b>34.992.958.622</b>
Espírito Santo	17.473.552	-	337.704.877	-	-	-	819.993.273	256.389.061	1.431.560.763
Minas Gerais	108.414.215	-	2.159.213.140	-	7.700.000	-	4.911.443.067	1.465.350.000	8.652.120.422
Região Sudeste	4.989.990.000	-	-	97.992.000	-	1.228.194.080	-	100.000.000	6.416.176.080
Rio de Janeiro	62.993.601	-	1.519.136.687	-	-	-	5.036.112.203	319.337.660	6.937.580.151
São Paulo	132.026.303	-	1.174.121.715	-	-	-	9.401.671.988	847.701.200	11.555.521.206
<b>Região Sul</b>	<b>1.692.067.031</b>	-	<b>2.650.564.174</b>	<b>58.878.000</b>	<b>23.772.200</b>	<b>219.141.852</b>	<b>6.879.424.887</b>	<b>3.231.900.000</b>	<b>14.755.748.144</b>
Paraná	59.269.309	-	794.975.473	-	-	-	2.639.511.882	610.250.000	4.104.006.664
Região Sul	1.549.730.000	-	-	58.878.000	-	219.141.852	-	-	1.827.749.852
Rio Grande do Sul	51.815.399	-	1.214.221.017	-	23.772.200	-	2.679.866.475	1.341.650.000	5.311.325.091
Santa Catarina	31.252.323	-	641.367.684	-	-	-	1.560.046.530	1.280.000.000	3.512.666.537
<b>Centro-Oeste</b>	<b>1.168.572.655</b>	-	<b>2.314.137.241</b>	<b>26.228.000</b>	<b>154.593.936</b>	<b>130.286.304</b>	<b>3.297.975.730</b>	<b>2.104.392.367</b>	<b>9.196.186.233</b>
Distrito Federal	6.750.302	-	1.271.476.105	-	-	-	525.184.192	51.000.000	1.854.410.599
Goiás	40.809.384	-	414.465.313	-	90.843.256	-	1.420.315.620	1.028.042.367	2.994.475.940
Mato Grosso	20.025.911	-	330.850.399	-	39.076.492	-	696.083.371	680.900.000	1.766.936.173
Mato Grosso do Sul	18.537.058	-	297.345.424	-	24.174.188	-	656.392.547	303.450.000	1.299.899.217
Região Centro-Oeste	1.082.450.000	-	-	26.228.000	500.000	130.286.304	-	41.000.000	1.280.464.304
<b>Nacional</b>	<b>38.953.701.501</b>	<b>1.758.126.898</b>	<b>34.733.969.453</b>	<b>199.022.000</b>	<b>152.452.371</b>	<b>721.036.958</b>	<b>33.050.292.834</b>	<b>7.475.050.846</b>	<b>117.043.652.861</b>
<b>Total</b>	<b>61.411.162.003</b>	<b>1.758.126.898</b>	<b>50.746.528.099</b>	<b>501.400.000</b>	<b>772.816.332</b>	<b>3.338.316.071</b>	<b>79.342.344.286</b>	<b>22.649.546.134</b>	<b>220.520.239.823</b>

**Critérios:**

Grupos de Despesa 3,4 e 5, exclusive esfera orçamentária 30.

Assistência Social: Função 08; Desporto: Função 27; Educação: Função 12; Habitação: Função 16; Irrigação: Subfunção 607; Saneamento: Função 17; Saúde: Função 10; Transportes: Função 26.

Conforme informações dos órgãos setoriais, com indicação dos critérios utilizados.

Lei nº 12.708, de 17.08.2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 - LDO 2013, inciso IV do Anexo III das Informações Complementares.

### **CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA REGIONALIZAÇÃO DOS GASTOS**

"IV - gastos, por unidade da Federação, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, com indicação dos critérios utilizados;"

---

**Área/Órgão/**

**Abrangência Geográfica**

**Critérios adotados para regionalização**

---

***Assistência social***

**55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Alagoas	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Pará	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Amazonas	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Amapá	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Acre	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Rio Grande do Norte	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Piauí	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Pernambuco	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Rondônia	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Ceará	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Maranhão	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Sergipe	<p>1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</p> <p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº 666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p> <p>2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social</p> <p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p> <p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p> <p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais.</p> <p>Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Nacional	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Distrito Federal	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Mato Grosso do Sul	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Goiás	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Rio Grande do Sul	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Tocantins	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Paraíba	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Mato Grosso	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Espírito Santo	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Minas Gerais	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Rio de Janeiro	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
São Paulo	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Santa Catarina	<p>1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes</p> <p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p> <p>2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social</p> <p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p> <p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p> <p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais.</p> <p>Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Paraná	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Bahia	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Roraima	1) Programa 2062 Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	<p>Ação 2060 e 8662 Crianças e Adolescentes identificadas em situação de trabalho PETI Os recursos do PETI são regionalizados seguindo os critérios da incidência do trabalho infantil identificada pelos gestores municipais de assistência social e inserida no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, conforme Portarias MDS nº.666/2005, 431/2008, 730/2010, 123/2012 e, ainda, considerando a Lei nº 12.435/2011.</p>
	2) Programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social	<p>Ação 2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade A regionalização do serviço de média complexidade obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº 843/2010 alterada pela Portaria MDS nº 139/2012, como também, demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, além de outros normativos legais. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A69 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Especial obedece aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005, Portaria MDS nº. 440/2005, e Portaria MDS nº.460/2007, Portaria nº 431/2008, Portaria MDS nº 392/2010, Portaria MDS nº 752/2010, Portaria MDS nº 140/2012, como também demais critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Caso seja pertinente, o CNAS poderá deliberar outros critérios que se fizerem necessários à complementação dos processos anuais de partilha de recursos do FNAS.</p>
		<p>Ação 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica A regionalização dos recursos do Programa Proteção Social Básica é realizada em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93); com critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS Nº 130/2005; com critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite CIT e aprovados no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS; além de outros normativos legais. Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social SUAS O IGDSUAS aferi os resultados da gestão descentralizada do SUAS, considerando a atuação da gestão na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e pelas Portarias n.º 337/2011 e n.º 07/2012.</p> <p>Os recursos destinados ao apoio à gestão descentralizada são repassados mensalmente aos municípios, estados e DF que alcançam os índices mínimos e que estão habilitados ao Sistema a título de remuneração pelo desempenho obtido na gestão do SUAS. Anualmente esse recurso é corrigido em conformidade com o valor previsto para o cofinanciamento federal para os serviços socioassistenciais. O valor a ser destinado ao IGD SUAS em cada exercício corresponderá em até 10% do total de recursos destinados aos serviços socioassistenciais.</p>

### **Desporto**

#### **51000 Ministério do Esporte**

Nacional

Não há critério referente à regionalização dos gastos.

### **Educação**

#### **26000 Ministério da Educação**

Nacional

Todos os programas do Ministério da Educação possuem abrangência nacional, no entanto, algumas ações apresentam particularidades na sua implementação, podendo ser definidos os seguintes critérios:

- 1) Ações implementadas direta e/ou descentralizadamente pela administração direta e as unidades orçamentárias do Ministério, que, respeitadas as especificidades, geralmente são promovidas em todas as regiões e estados do País, nos diversos níveis e modalidades de ensino;
- 2) Ações implementadas direta e/ou descentralizadamente pela administração direta e as unidades orçamentárias do Ministério, cuja motivação legal define a metodologia de cálculo e/ou a distribuição geográfica; e,
- 3) Ações implementadas por meio de transferências obrigatórias ou não, promovidas em parceria com a própria União, Estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos, para o fim a que se destinam.

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
<b>Irrigação</b>		
<b>53000 Ministério da Integração Nacional</b>		
Ceará	<p>PROGRAMA AGRICULTURA IRRIGADA: Região Nordeste - O principal critério adotado para a regionalização de gastos no DNOCS é o cumprimento da Lei nº 10.204/2001 que no § 3º do Art. 2º, define como área de atuação "região abrangida pelos Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, à zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "Polígono das Secas" e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos Estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente."</p>	
Mato Grosso	<p>PROGRAMA PESCA E AQUICULTURA: Região Nordeste - Estrutura existente e demanda por fomento para a criação de peixes em tanques-rede e para a prática de piscicultura em espelhos d'água, na área de atuação do DNOCS (Art. 2º, § 3º da Lei 10.204/2001).</p> <p>Programação 20.607.2013.10BC - Implantação de Projetos de Irrigação: A reinclusão desta funcional programática visa atender o Dispositivo Constitucional que determina a aplicação de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro Oeste, objetivando a elaboração de estudos e projetos de irrigação e implantação de obras de pequeno vulto.</p> <p>Atuação nas seguintes unidades federativas: DF, GO, MT e MS.</p>	
Minas Gerais	<p>A Codevasf possui no Programa 2013 e 2052 com diversas ações nos estados que estão incorporados em sua área de abrangência (Região Nordeste e Sudeste) em decorrência da área de atuação da Codevasf abranger as regiões Nordeste e Sudeste (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010).</p>	
Pernambuco	<p>A Codevasf possui no Programa 2013 e 2052 com diversas ações nos estados que estão incorporados em sua área de abrangência (Região Nordeste e Sudeste) em decorrência da área de atuação da Codevasf abranger as regiões Nordeste e Sudeste (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010).</p>	

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
-------------	------------------------	--

## *Saneamento*

### **53000 Ministério da Integração Nacional**

Pernambuco

Em decorrência da área de atuação da Codevasf abranger as regiões Nordeste e Sudeste (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010), a Codevasf possui para 2013 uma ação, 141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba. A identificação da U.F. ocorre na execução, por meio dos Planos Internos do PAC.

Minas Gerais

Em decorrência da área de atuação da Codevasf abranger as regiões Nordeste e Sudeste (vide leis nº 6.088, de 16 de junho de 1974 - criação da CODEVASF, alterada pela lei nº 9.954 de 06 de janeiro de 2000, Lei nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e Lei nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010), a Codevasf possui para 2013 uma ação, 141J - Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba. A identificação da U.F. ocorre na execução, por meio dos Planos Internos do PAC.

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
<b>Saúde</b>		
<b>36000 Ministério da Saúde</b>		
	Nacional	A ação 20YK Incentivo Financeiro aos Entes Federados para a Vigilância em Saúde é aberta nos PO 0001 Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios Para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e Outras doenças Sexualmente Transmissíveis e PO 0002 – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde. São fundamentadas pelas Portarias GM/MS nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009 que aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências e nº 1.106, de 12 de maio de 2010, que atualiza a regulamentação das transferências de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância em Saúde, destinados à execução das ações de Vigilância Sanitária. Ressalte-se que a principal alteração que a Portaria apresenta é quanto a periodicidade do repasse que passa a ser feito quadrimestralmente, nos meses de janeiro, maio e setembro.
	Nacional	A ação 20YO Promoção da Assistência Farmacêutica do SUS é aberta nos PO's 0001 Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e 0002 Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde. A legislação da ação são as Portarias GM/MS nº 4.217, de 28 de dezembro de 2010 que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e a nº 2.981, de 26 de novembro de 2009 que aprova o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.
	Nacional	A Ação "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Execução de Ações de Vigilância Sanitária", concentra a regionalização dos recursos destinados à vigilância sanitária, com base na seguinte Legislação Básica: Portaria GM/MS 1.106/2010. Esta Portaria atualiza a regulamentação das transferências de recursos financeiros federais do Componente de Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, destinados à execução das ações de Vigilância Sanitária, substituindo a Portaria GM/MS 1.998, de 21 de agosto de 2007. Ressalta-se que a principal alteração que a Portaria apresenta é a periodicidade do repasse que passa a ser feito quadrimestralmente, nos meses de janeiro, maio e setembro.

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Nacional	QualiSUS-Rede (Projeto externo)	<p>O Projeto de Formação e Melhoria da Qualidade da Rede de Saúde QualiSUS-Rede é uma proposta de intervenção para apoio à organização de redes regionalizadas de atenção à saúde no Brasil. Trata-se de projeto de cooperação entre o Banco Mundial (BIRD) e o Ministério da Saúde (MS), que visa somar-se aos esforços permanentes de consolidação do Sistema Único da Saúde (SUS).</p> <p>O Projeto QualiSUS-Rede, destina-se à implantação de 15 (quinze) experiências de redes de atenção à saúde nos vários estados brasileiros, sendo 10 (dez) em regiões metropolitanas e 5 (cinco) em regiões não metropolitanas, envolvendo o desenvolvimento e a implementação de acordos regionais e organizados para assistência coordenada ou integrada em Redes de Atenção de Assistência à Saúde (RAS).</p> <p>Uma estruturação das RAS eficientes e efetivas, que considerem a integralidade na atenção à saúde e ao mesmo tempo respeitem a lógica de economia de escala na produção de serviços especializados, deve ser perseguida na construção de sistemas com base territorial definida e com objetivo de promover a integração sistêmica, de ações e serviços de saúde com provisão de atenção contínua, integral, de qualidade, e humanizada.</p> <p>Nesta perspectiva é necessário considerar, pela sua magnitude, a diversidade da realidade social, política e administrativa do país e sua extensa área territorial, na qual são expressivas as diferenças locais e a diversidade organizacional e operativa da rede de serviços de saúde. A constatação de territórios com vazios assistenciais”, que paradoxalmente convivem com o excesso de serviços em outras localidades, por vezes circunvizinhas, reafirma a desigualdade de oferta e de utilização nos acessos a insumos e bens de serviços de saúde.</p> <p>Neste cenário, ao ter como propósito contribuir para a qualificação da atenção e da gestão em saúde no âmbito do SUS por meio da conformação de redes de atenção à saúde, o Projeto QualiSUS-Rede representa um importante instrumento para a consolidação desse sistema.</p> <p>Assim, a Portaria Ministerial GM nº 396, de 04 de março de 2011 institui o QualiSUS-Rede, seus objetivos, suas estratégias, bem como institui o Comitê Gestor de Implementação do QualiSUS-Rede (CGI) e a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), subordinada à Secretaria Executiva. As competências da UGP estão definidas na portaria da SE nº601, 24 de maio de 2011.</p> <p>O Projeto é financiado parcialmente com recursos do Contrato de Empréstimo 7632-BR firmado com o BIRD e utiliza: o Programa de Trabalho 10.122.2015.7666.0001 com a Fonte 0148001510 e o IDOC 2823 para a execução.</p> <p>A UGP gerenciará a aplicação dos recursos financeiros da Fonte 148 do Projeto QualiSUS-Rede, referentes ao Componente 1, necessários à implementação dos 15 Subprojetos Regionais, que estão divididos em dois blocos: um de Execução Federal e outro de Execução Estadual. A UGP também irá gerenciar os recursos do Componente 2 do Projeto QualiSUS-Rede, destinado à implantação de uma série de Intervenções Sistêmicas de apoio ao fortalecimento das Redes de Atenção à Saúde, que incluem, entre outras iniciativas, estudos nacionais sobre temas relativos à organização de redes, iniciativas na área do transporte sanitário, cursos de formação para profissionais de saúde em distintas áreas para apoiar a organização de redes (regulação, padrões construtivos de equipamentos de saúde, gestão de</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
	Nacional	<p>redes), aquisição de equipamentos para conectividade, desenvolvimento de software para gestão do acesso e gestão das informações em saúde.</p> <p>A ação 8577 Piso da Atenção Básica Fixo tem como critério de distribuição a densidade demográfica do Estado (per capita), bem como repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, sob bases populacionais e critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pactuados com os demais gestores e aprovados nas instâncias colegiadas.</p> <p>A legislação da ação é a Portaria GM/MS Nº 953, de 15 de maio de 2012, que define o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica (PAB), para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal, e divulga os valores anuais e mensais da parte fixa do PAB.</p>

---

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
-------------	------------------------	--

---

***Transportes***

**39000 Ministério dos Transportes**



Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Nacional		<p>Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2013 recursos destinados a importantes investimentos de âmbito nacional e inseridos nos seguintes programas:</p> <p>Rodoviário: É de suma importância indicar que foi priorizada a aplicação de recursos na segurança das rodovias federais, de forma a propiciar a segurança pública nas rodovias de responsabilidade do Ministério dos Transportes, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e redução dos acidentes de trânsito, principalmente, no tocante ao controle de velocidade (equipamentos) e peso (implantação de balanças e operação de pátios de pesagem) nas vias federais, fundamentais para o prolongamento da vida útil do pavimento e redução dos custos de manutenção. Portanto, de forma alguma se pode deixar ou diminuir a aplicação de recursos na segurança dos usuários nas rodovias federais, pois com o crescimento da população, do fluxo de veículos e das relações comerciais, existe um ambiente ideal para o desenvolvimento de conflitos de tráfego, que, muitas vezes, proporcionam cenários lamentáveis de acidentes com perdas irreparáveis tanto materiais como humanas.</p> <p>Desenvolvimento Produtivo: Consta do Projeto de Lei Orçamentária para 2013 recursos para modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior, buscando fomentar a construção de estaleiros com recursos do Fundo da Marinha Mercante FMM, que tem a finalidade fomentar a indústria naval, por meio de financiamentos, basicamente, com recursos do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante ARFMM e de retorno de financiamentos, abrangendo a construção, modernização e recuperação naval em embarcações destinadas às atividades de transporte marítimo internacional e nacional, transporte de passageiro e carga na navegação interior, de apoio marítimo e portuário, construção de novas unidades industriais para construção de embarcações, além de outras unidades industriais como plataformas de petróleo, diques flutuantes, dragas, entre outras. O financiamento se estende à produção de embarcações destinadas à exportação e aos projetos de modernização de estaleiros nacionais. Assim sendo, a programação constante do PLOA 2013 busca garantir o cumprimento de metas governamentais relativas à indústria naval brasileira, de forma a atender compromissos assumidos e a demanda de novas contratações para o próximo exercício financeiro, principalmente, encomendas relacionadas à exploração do pré-sal.</p> <p>Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes: Foram alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2013 recursos essenciais para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, da inventariança da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, pagamento de sentença, tribunal arbitral, para recomposição de equilíbrio econômico do contrato da concessão da ponte São Borja/Santo Tomé (Brasil/Argentina), atender os programas de fiscalizações a cargo das Agências Nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e de Transportes Aquaviários (ANTAQ), gastos fundamentais das manutenções hidroviárias a cargo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNIT, atender despesas no âmbito da Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento PAC de diversas Unidades deste Ministério, as quais são de suma importância para o acompanhamento e desenvolvimento dos empreendimentos do PAC. Nesta esteira de importância foram alocados recursos para a realização de estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes, na maioria direcionados ao PAC, bem como gastos administrativos prioritários para o funcionamento e manutenção das Unidades jurisdicionadas a esta Pasta, de forma a</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
		<p>permitir a implementação e gestão de seus programas finalísticos. Cabendo acrescentar, ainda, os recursos destinados ao ressarcimento às empresas brasileiras de Navegação de responsabilidade do FMM. Por fim, é necessário assinalar que não foram enumerados diversos gastos existentes no âmbito deste Programa, mas que são representativos e prioritários para as Unidades Orçamentárias deste Ministério.</p>
	Região Centro-Oeste	<p>Os recursos para investimentos alocados no Projeto de Lei Orçamentária para 2013, destinados à Região Centro-Oeste, tem a finalidade de financiar as obras do complexo rodoviário federal, que representa uma sólida alternativa para o escoamento da produção da nova fronteira de expansão agrícola, onde foi observado na sua área de influência um crescimento substancial na capacidade produtiva, induzido, em parte, pela implantação da infraestrutura de transporte. Portanto, e de forma a não prejudicar a instalação de pólos produtivos na região, demandou-se a priorização de recursos na recuperação e manutenção da malha rodoviária existente, a continuidade na execução de obras em andamento e a implantação de novos empreendimentos, de forma a evitar a demora na consolidação desses empreendimentos produtivos, razão pela qual essa região foi atendida no Projeto de Lei Orçamentária para 2012 com recursos do PAC e de Demais Investimentos, cabendo enumerar algumas obras do PAC que, claramente, envolvem a eficiência e a efetividade dos fluxos de transportes na região. Assim, pode-se citar a adequação da BR-163/MT Rondonópolis Cuiabá Posto Gil, da BR-060/GO Goiânia Jataí, a construção da BR-070/163/364/MT - Contorno de Cuiabá, BR-153/GO - Contorno de Anápolis, BR-158/MT (Divisa PA/MT Ribeirão Cascalheira), BR-242/MT (Sorriso Ribeirão Cascalheira), BR-080/GO Uruaçu Div. GO/MT. Cabe assinalar que essas obras, dentre outras, visam minimizar os custos no transporte de bens e pessoas, refletindo, principalmente, no transporte de safras agrícolas. Pode-se citar, também, as obras destinadas a fomentar o transporte ferroviário de cargas. Cabendo destacar a continuidade da construção da Ferrovia Norte/Sul, que se constitui em alternativa ferroviária que permitirá redução significativa de custos na cadeia logística de transportes, tanto para exportação e quanto para importação de produtos, portanto, os investimentos previstos para região Centro-Oeste estão direcionados à conclusão do trecho entre Anápolis Uruaçu, e prosseguimento do segmento Ouroverde de Goiás até São Simão, ambos em território Goiano, bem como a realização dos estudos ambientais (EVTEA, EIA/RIMA, Licenças, entre outras) e conclusão do projeto básico e executivo da FICO - Ferrovia de Integração Centro-Oeste.</p>

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Região Nordeste	<p>A região Nordeste tem uma alta densidade populacional instalada na faixa litorânea e contempla uma área de forte apelo turístico, que está em pleno desenvolvimento, além de possuir uma localização estratégica para integração com mercados externos, acrescentando que a área de cerrado, especialmente na Bahia, já se consolidou como zona de expansão da fronteira de produção de grãos, e ao longo do Rio São Francisco estão instalados pólos de produção e processamento frutícola. Ademais as produções de cana-de-açúcar e de cacau retornaram e disputam áreas com o plantio de soja, sendo que a indústria de transformação se concentra basicamente em Camaçari/BA, portanto, o maior desafio é promover a recuperação e expansão de linhas de escoamento e eliminar gargalos. Por essas considerações e de outras reconhecidamente relevantes é que foram alocados recursos no Projeto de Lei Orçamentária para 2013, de modo a garantir os meios de acessos às localidades identificadas, assim como adequar e recuperar as vias que atendem aos corredores de transportes localizados na área de influência da região. Pode-se citar neste contexto a adequação da BR-101/BA/PB/SE/PE/AL/RN, BR-104/PE Entroncamento PE 149 (km 19,8 ao 71,2), BR-135/MA Estiva Bacabeira - Miranda Norte, BR-415/BA Ilhéus Itabuna, BR-110/RN Areia Branca Div. RN/PB, BR-408/PE Carpina Entr. BR-232, BR-407/BA Travessia Urbana de Juazeiro, construção da BR-135/PI - Jerumenha Bertolínea Eliseu Martins, BR-135/BA São Desidério Div. BA/MG, Acesso ao Porto de Salvador/BA, BR-427/RN Contorno de Caicó . Essas obras, dentre outras igualmente prioritárias, são de grande representatividade para a economia das Unidades da Federação, inseridas na região em comento, bem como a manutenção de suas malhas, uma vez que fomentam significativamente o turismo em grande escala, com o fluxo favorável de divisas, permitem o escoamento dos produtos da atividade de industrialização da cana-de-açúcar, uma das principais geradoras de riquezas do Nordeste, assinalando novamente que a BR-101 se constitui em um dos principais corredores de ligação das regiões litorâneas do País, com movimentação maciça de diversos produtos e pessoas. Portanto, é de fundamental importância à alocação de recursos, de PAC e Demais Investimentos, para essas obras, bem como o restabelecimento das condições originais das rodovias federais localizadas nesta região, de modo a minimizar os custos e proporcionar segurança aos usuários dessas vias. Além dos empreendimentos elencados, foram alocados recursos para a ampliação do sistema ferroviário nacional, bem como para a movimentação de cargas regionais, destinados à construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Ilhéus Barreiras), no Estado da Bahia, empreendimento que visa consolidar o desenvolvimento das atividades agrícolas já instaladas na área de influência da ferrovia, bem como acelerar o crescimento de atividades minerárias da rica região da Serra do Espinhaço, além de ser uma via econômica com a possibilidade de integração com outros modais de transporte. É importante assinalar que esse empreendimento induz a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando barateamento no custo do frete. Foram alocados, também, recursos direcionados ao ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, Construção de Variante Ferroviária em Camaçari/BA, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e diminuir os impactos socioambientais. Vale mencionar, na oportunidade, a colocação de recursos para a Ferrovia Transnordestina (Participação da União).</p>	

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Região Sul	<p>Consta no Projeto de Lei Orçamentária para 2013 recursos destinados a promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte na Região Sul. Esses recursos visam, principalmente, atender a adequação da BR-101/SC/RS, corredor turístico e comercial de fundamental importância para a economia do sul do País, bem como para as relações comerciais do Mercosul, além de permitir a mobilidade aos fluxos de longo curso na ligação entre o Norte e o Sul do País, da BR-290/RS (Entroncamento BR-116 Entroncamento BR-471 (Pântano Grande), BR-392/RS- Rio Grande Pelotas, BR-280/SC S. Francisco do Sul Jaraguá do Sul, BR-163/PR Cascavel Guaíra, BR-116/RS Porto Alegre - Pelotas, BR-470/SC Navegantes Rio Sul, a construção da BR-487/PR Porto Camargo Campo Mourão, BR-158/PR Campo Mourão Palmital, BR-277/PR Construção da 2ª Ponte s/ o Rio Paraná (Binacional), BR-158/RS Travessia Urbana de Santa Maria, da BR-448/RS (Porto Alegre Esteio Sapucaia), obra essencial para aumentar a capacidade do tráfego e desafogar os segmentos rodoviários saturados na região metropolitana de Porto Alegre/RS, a adequação do acesso ao Porto de Itajaí em Santa Catarina, fundamental para não prejudicar a movimentação de cargas para exportação e as importadas advindas do porto. Atualmente, o acesso representa um gargalo na operação da unidade portuária, com retenção no fluxo de veículos de cargas que proporciona demora e custos aos usuários, pois o fluxo é realizado através de vias urbanas da cidade de Itajaí, com grandes conflitos para o trânsito e a população local. Adicionalmente, cabe mencionar que são fundamentais os recursos alocados para a manutenção da malha rodoviária localizada na Região, de forma a restabelecer as condições originais dos segmentos rodoviários, que por sua vez irão gerar segurança, redução de custos, encurtamento dos tempos de viagem, diminuição dos índices de acidentes e outros benefícios. Foram alocados, também, recursos direcionados ao ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, direcionados para a construção do Contorno Ferroviário de Joinville/SC, Contorno Ferroviário de São Francisco do Sul/SC, Passagem Inferior de Paverama/RS, dentre outros, de forma a permitir a redução dos riscos de acidentes, bem como melhorar a operação ferroviária e diminuir os impactos socioambientais.</p>	

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Região Norte	<p>A região Norte é constituída por uma área de forte proteção e conservação ambiental e por uma fronteira de ocupação recente, que deverá concentrar futuramente em uma das mais altas densidades populacional, pressionando, desde já, a criação de uma infraestrutura capaz de comportar a expansão acelerada, principalmente, do agronegócio, que envolve o escoamento de safras, além da adequação e expansão dos meios viários para o atendimento do novo cenário que se vislumbra, assim sendo, foi priorizada uma programação criteriosa de gastos inseridos no Projeto de Lei Orçamentária para 2013, que tem como objetivo principal promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transporte, cabendo destacar, além de outras, as obras rodoviárias constantes do Programa de Aceleração do Crescimento PAC, selecionando a construção e pavimentação da BR-230/PA Divisa PA/TO - Altamira Rurópolis, BR-163/PA - Divisa MT/PA Santarém, BR-242/TO Peixe Paranã Taguatinga, BR-432/RR Cantá Novo Paraíso, BR-156/AP Ferreira Gomes Oiapoque (fronteira c/ a Guiana Francesa), BR-319/RO Construção de Ponte sobre o Rio Madeira em Porto Velho, BR-317/AM Boca do Acre Divisa AM/AC, BR-153/TO - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá e, essencialmente, a manutenção dos segmentos já prontos dessas BR's e das demais rodovias localizadas na região, as quais têm características fundamentais para a integração regional, escoamento de produtos e intercâmbio com os países limítrofes. Adicionalmente foram alocados recursos essenciais para finalizar as obras remanescentes no trecho de Aguiarnópolis Palmas/TO da Ferrovia Norte/Sul, possibilitando concluir em definitivo esse segmento. É importante destacar que foram inseridos recursos no Projeto de Lei Orçamentário para 2013 com a finalidade de fortalecer os corredores hidroviários, garantindo condições de navegabilidade com intervenções de eliminação de pontos críticos e manutenção em hidrovias, bem como aumentar a integração hidroviária, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento. Então, é necessário desenvolver o transporte aquaviário misto na Região Norte, compreendendo uma rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de passageiros e cargas, considerando a integração multimodal com intervenções de construção, adequação e manutenção de instalações portuárias públicas. Neste contexto, cabe destacar a continuidade da construção de portos fluviais na região amazônica com a finalidade de dotar a região de uma infraestrutura portuária capaz de propiciar maior segurança nas operações de embarque e desembarque de passageiros e cargas. Esses empreendimentos se baseiam, fundamentalmente, numa visão política de forte cunho social, além de fomentar o desenvolvimento e a integração em uma região onde predomina a escassez de alternativas diferentes de transporte para o atendimento das finalidades básicas daquelas localidades, onde o modal rodoviário se constitui em uma variável complementar, em virtude das dificuldades na sua utilização, principalmente, nos períodos chuvosos. Portanto, essas unidades portuárias são fundamentais para as populações ribeirinhas, para as atividades comerciais locais, para o escoamento de produtos, para o abastecimento e, principalmente, para incrementar as relações sociais na Região. Portanto, é necessário estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas. Cabe assinalar a alocação de recursos para melhoramentos nas hidrovias da região, ainda, os recursos direcionados para a manutenção e operação de terminais fluviais e eclusas.</p>	

Área/Órgão/	Abrangência Geográfica	Critérios adotados para regionalização
Região Sudeste	<p>A região Sudeste tem a área mais densamente povoada do território nacional, no entanto, ampliará sua posição estratégica na estrutura produtiva brasileira, em razão do potencial do mercado interno, capacidade de transformação, disponibilidade de centros de pesquisas, capital humano, capacidade de poupança e infraestrutura, incluindo importantes instalações para exportação. Portanto, dado o potencial de desenvolvimento a infraestrutura de transportes não pode apresentar estrangulamentos na sua utilização, uma vez que está majoritariamente, envolvida com atividades especializadas de industrialização, comércio, serviços, com forte tendência de crescimento da indústria de transformação, com exportações fortemente impulsionadas. Sendo assim, este cenário enseja expansão acelerada de linhas de escoamento, principalmente rodoviária, de forma a absorver maior fluxo de transportes e propiciar a redução de gargalos de infraestrutura existentes no setor, bem como a recuperação dos níveis de serviços da malha existente. Neste contexto, os recursos constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2013, para esta Região, destinam-se a promover a eficiência e a efetividade nos fluxos de transportes, em destaque, garantir a adequação da BR-365/MG (Entroncamento da BR-050 - Entroncamento com a BR-153), da BR-493/RJ (Manilha Santa Guilhermina), BR-381/MG Governador Valadares Entr. MG-020, BR-262/MG Nova Serrana Uberaba, BR-101/SP Divisa RJ/SP Praia Grande, BR-262/ES BR-101(Km 15,5) Divisa ES/MG (Km 195,9), bem como apoiar a construção do Rodoanel da cidade de São Paulo (trecho norte), obra fundamental para o ordenamento do tráfego urbano, uma vez que o intenso tráfego interestadual será deslocado para essa alternativa rodoviária, proporcionando ganhos consideráveis na segurança do tráfego e da população que convive diariamente com os conflitos provocados pelo fluxo de veículos de outras localidades. Estas são exemplo de obras representativas na economia estadual e nacional, cuja capacidade já apresenta deficiência e estão localizadas em regiões desenvolvidas, ocasionando perdas da sua eficiência produtiva, pode-se citar, ainda, a construção do contorno rodoviário na BR-493/RJ (Entroncamento BR-040 Entroncamento BR-116 Entroncamento BR-101 - Porto de Sepetiba), obra fundamental para o ordenamento do tráfego na localidade, uma vez que integra o arco rodoviário do Rio de Janeiro. É importante assinalar à alocação de recursos para a manutenção da malha rodoviária da citada Região, destinada a recuperar os níveis adequados de conservação e manutenção, recuperar as condições operacionais das rodovias, de forma a reduzir o número de acidentes e diminuir as perdas econômicas. Além dos investimentos mencionados, integram o PLOA/2013 recursos para a continuidade das obras do trecho sul da Ferrovia Norte/Sul, especificamente, para os segmentos de Santa Vitória Iturama, em Minas Gerais, e Ouroeste Estrela D'Oeste, em São Paulo, além de destinar recursos para o Apoio à Implantação do Trem de Alta Velocidade TAV (Rio de Janeiro São Paulo Campinas) e para Participação da União no Capital da Concessionária do TAV, e para obras de ordenamento do tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades Divinópolis/MG, Ourinhos/SP, São Carlos/SP, Barra Mansa/RJ, dentre outros. Cabe, ainda, acrescentar a alocação de recursos essenciais para o Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP, de forma a fortalecer o corredor hidroviário, garantindo condições adequadas de navegabilidade, incluindo obras de construção de eclusas, barragens, terminais intermodais, entre outras.</p>	

<b>Área/Órgão/</b>	<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Critérios adotados para regionalização</b>
<b>53000 Ministério da Integração Nacional</b>	Minas Gerais	A Codevasf possui nessa área de atuação a ação 2869 "Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias". Tal ação visa prover a população de transporte fluvial (balsas) em diversos municípios no Estado de Minas Gerais localizados na borda do lago, sendo essa a única atuação de responsabilidade da Codevasf no âmbito da área de Transporte.
<b>62000 Secretaria de Aviação Civil</b>	Nacional	<p>PROGRAMA 2017 - AVIAÇÃO CIVIL</p> <p>A alocação de recursos nas ações orçamentárias 14UB Construção, Reforma e Reparcelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional e 14UC Construção, Reforma e Reparcelhamento das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal, ambas do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, foi realizada por abrangência geográfica NACIONAL, uma vez que os recursos serão aplicados no atendimento aos Planos de Investimento da Secretaria de Aviação Civil/PR para 2013, a serem elaborados pela SAC/PR e COMAER/MD, e aprovados pela SAC/PR, não havendo neste momento a possibilidade técnica de previsão de quais Unidades da Federação serão selecionadas para receber esses recursos.</p>

<b>Área/Órgão/</b>	<b>Abrangência Geográfica</b>	<b>Critérios adotados para regionalização</b>
<b>68000 Secretaria de Portos</b>		
	Ceará	Participação da União no Capital da Companhia Docas do Ceará.
	Rio Grande do Norte	Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio Grande do Norte.
	Rio de Janeiro	Participação da União no Capital da Companhia Docas do Rio de Janeiro.
	Região Nordeste	Atendimento aos Portos Marítimos do Nordeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento-GPAC/Unidade.
	Região Norte	Atendimento aos Portos Marítimos do Norte do Brasil por decisão do Grupo técnico do Programa de Aceleração do Crescimento-GPAC/Unidade.
	Pará	Participação da União no Capital da Companhia Docas do Pará.
	Espírito Santo	Participação da União no Capital da Companhia Docas do Espírito Santo.
	Região Sudeste	Atendimento aos portos marítimos do Sudeste do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento-GPAC/Unidade.
	São Paulo	Participação da União no Capital da Companhia Docas de São Paulo.
	Região Sul	Atendimento aos Portos Marítimos do Sul do Brasil por decisão do Grupo Técnico do Programa de Aceleração do Crescimento-GPAC/Unidade.
	Bahia	Participação da União no Capital da Companhia Docas da Bahia.



## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2010 e 2011, a execução provável em 2012 e o programado para 2013, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na LRF, demonstrando a memória de cálculo.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013, LDO-2013, inciso V do Anexo III - Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2013:

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2010 e 2011, a execução provável em 2012 e o programado para 2013, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na LRF, demonstrando a memória de cálculo;

### EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER / ÓRGÃO	R\$ Mil (Preços Correntes)							
	2 0 1 0		2 0 1 1		2 0 1 2		2 0 1 3	
	EXECUÇÃO SIAFI	% RCL	EXECUÇÃO SIAFI	% RCL	EXECUÇÃO PROVÁVEL	% RCL	PROJETO DE LEI	% RCL
<b>EXECUTIVO</b>	<b>143.323.191</b>	<b>28,67</b>	<b>155.398.913</b>	<b>27,81</b>	<b>159.347.790</b>	<b>25,28</b>	<b>180.129.774</b>	<b>26,75</b>
Advocacia-Geral da União	2.052.749		2.124.343		2.155.718		2.177.927	
Agricultura	4.363.981		4.884.979		5.018.304		5.068.236	
Cidades	380.777		460.086		461.869		450.516	
Ciência e Tecnologia	1.684.570		1.753.156		1.887.014		1.895.923	
Comunicações	1.220.999		1.275.725		1.298.446		1.300.855	
Controladoria-Geral da União	586.960		600.186		601.072		601.224	
Cultura	369.766		407.519		467.390		437.092	
Defesa	43.650.383		46.522.015		46.685.411		46.331.415	
Desenvolvimento Agrário	874.908		868.645		885.404		895.278	
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45.528		45.833		45.690		44.810	
Educação	24.933.927		27.909.498		29.904.764		30.147.863	
Encargos Financeiros da União	3.621.805		5.144.281		4.058.732		4.578.671	
Esporte	23.436		31.086		62.679		105.625	
Fazenda	14.218.582		15.291.712		15.705.311		15.733.190	
Indústria e Comércio	477.609		488.557		514.395		518.929	
Integração Nacional	900.663		968.087		971.652		972.409	
Justiça	6.382.888		6.656.932		6.660.087		6.682.083	
Meio Ambiente	1.189.709		1.261.716		1.258.657		1.259.962	
Minas e Energia	770.269		875.315		925.015		925.482	
Pesca e Aquicultura	27.203		31.996		31.559		32.683	
Planejamento	2.890.923		3.064.100		3.903.147		12.719.894	
Presidência da República	919.529		870.991		912.115		903.118	
Previdência Social	10.363.795		10.299.264		10.191.050		10.360.525	
Relações Exteriores	1.007.398		1.137.786		1.203.265		1.205.542	
Reserva de Contingência							11.131.238	
Saúde	12.846.522		14.445.670		15.241.021		15.298.194	
Secretaria de Assuntos Estratégicos	238.418		245.801		248.068		256.654	
Secretaria de Aviação Civil	210.932		160.712		234.018		264.248	
Sec. Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	4.715		4.852		4.929		5.044	
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	4.821		4.745		5.158		5.277	
Secretaria Especial de Portos	6.673		17.116		17.467		17.670	
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	14.984		15.987		16.050		16.069	
Trabalho e Emprego	2.334.635		2.465.109		2.507.529		2.510.067	
Transf. - Min. Fazenda (exceto Roraima e Amapá)	1.491.450		1.500.765		1.494.888		1.494.766	
Transportes	3.150.598		3.504.116		3.702.463		3.684.156	
Turismo	57.399		56.369		63.581		66.199	
Vice-Presidência	3.687		3.863		3.872		3.940	
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>6.588.216</b>	<b>1,32</b>	<b>7.335.982</b>	<b>1,31</b>	<b>7.441.886</b>	<b>1,18</b>	<b>7.938.913</b>	<b>1,18</b>
Câmara dos Deputados	2.893.064		3.343.641		3.440.425		3.908.583	
Senado Federal	2.543.832		2.827.547		2.825.524		2.860.913	
Tribunal de Contas da União	1.151.320		1.164.794		1.175.937		1.169.417	
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>20.809.841</b>	<b>4,16</b>	<b>21.027.407</b>	<b>3,76</b>	<b>22.014.070</b>	<b>3,49</b>	<b>22.436.200</b>	<b>3,33</b>
Conselho Nacional de Justiça	18.813		19.522		31.891		41.408	
Justiça do Trabalho	10.719.093		11.060.168		11.478.812		11.838.431	
Justiça Eleitoral	3.354.569		3.095.667		3.476.043		3.240.954	
Justiça Federal	5.411.456		5.538.298		5.711.105		5.970.999	
Justiça Militar	295.827		302.611		331.247		346.772	
Superior Tribunal de Justiça	694.438		717.461		695.767		700.025	
Supremo Tribunal Federal	315.645		293.680		289.205		297.611	
<b>MPU e CNMP</b>	<b>2.484.037</b>	<b>0,50</b>	<b>2.531.201</b>	<b>0,45</b>	<b>2.643.035</b>	<b>0,42</b>	<b>2.832.176</b>	<b>0,42</b>
Conselho Nacional do Ministério Público	16.075		20.238		33.907		34.211	
Ministério Público da União (Exceto MPDF)	2.467.962		2.510.963		2.609.128		2.797.965	
<b>DEMAIS (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19)</b>	<b>10.072.867</b>	<b>2,02</b>	<b>11.187.983</b>	<b>2,00</b>	<b>12.027.793</b>	<b>1,91</b>	<b>12.645.998</b>	<b>1,88</b>
Justiça do DF e Territórios	1.329.052		1.407.498		1.430.115		1.449.750	
MPDF-Ministério Público do DF e Territórios	386.827		367.603		381.731		360.525	
Transferências - Min. Fazenda (Roraima e Amapá)	1.322.120		1.408.576		1.400.423		1.379.348	
Transferências - FCDF	7.034.868		8.004.306		8.815.524		9.456.375	
<b>Total Geral</b>	<b>183.278.152</b>	<b>36,67</b>	<b>197.481.486</b>	<b>35,35</b>	<b>203.474.574</b>	<b>32,29</b>	<b>225.983.061</b>	<b>33,56</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>499.866.613</b>		<b>558.706.387</b>		<b>630.221.175</b>		<b>673.387.570</b>	

Obs: Os valores apresentados correspondem à despesa total, sem as exclusões previstas no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2010 e 2011, e a execução provável em 2012, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso VI do anexo III - Informações Complementares ao PLOA-2013.

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2010 e 2011, e a execução provável em 2012, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;

### REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 1,00

Ação	2010		2011		2012	2013
	Liquidado	Pago	Liquidado	Pago	Provável	Programado
0005 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado (Precatorios) devida pela Uniao, Aut. e Fund. Pub.	3.455.619.052	3.455.619.052	2.908.199.800	2.908.199.800	2.729.799.124	2.855.264.046
0482 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado de Pequeno Valor oriunda da Justica Comum Estadual	70.000.000	59.754.340	119.456.638	95.082.894	60.000.000	100.000.000
0486 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado (Precatorios) oriunda da Justica Comum Estadual	630.085.373	578.223.377	625.778.704	502.164.814	590.000.000	650.000.000
0625 Cumpr. de Sent. Jud. Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela Uniao, Aut. e Fund. Pub.	3.184.793.050	3.079.512.799	3.590.704.786	3.587.729.029	2.935.488.223	2.935.488.223
009W Compensacao Previdenciaria	1.303.469.944	1.197.238.791	1.392.870.827	1.392.870.827	1.268.400.000	1.484.945.000
0E82 Benefícios Previdenciários Rurais	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	65.245.102.265	75.837.045.895
					Elem. Despesa (*)	Elem. Despesa (*)
001O Pagamento de Aposentadorias - Area Rural	38.376.518.457	36.358.486.275	42.670.832.132	41.832.573.218	53 47.067.081.121	53 54.707.989.829
001Q Pagamento de Pensoes - Area Rural	13.919.664.621	13.188.086.545	15.455.530.528	14.849.524.787	55 16.610.254.118	55 19.306.776.450
001P Pagamento de Auxilio-Doenca Previdenciario, Auxilio-Doenca Acidentario e Auxilio-Reclusao - Area Rural	1.145.876.619	1.065.731.872	1.378.889.484	1.252.361.734	57 1.567.767.026	57 1.822.279.616
001R Pagamento de Salario-Maternidade - Area Rural	642.130.844	594.772.227	718.528.372	600.176.660		
0E81 Benefícios Previdenciários Urbanos	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	235.576.740.378	264.427.737.959
					Elem. Despesa (*)	Elem. Despesa (*)
0132 Pagamento de Aposentadorias - Area Urbana	118.262.835.388	112.252.647.376	130.342.820.534	125.298.793.378	54 155.648.420.772	54 174.710.626.166
0134 Pagamento de Pensoes - Area Urbana	47.668.703.110	45.196.648.076	53.701.965.871	49.987.856.541	56 58.377.239.735	56 65.526.679.020
0136 Pagamento de Auxilio Doenca Previdenciario, Auxilio Doenca Acidentario e Auxilio Reclusao - Area Urbana	18.274.827.945	17.125.353.749	20.637.934.154	18.602.605.783		
0141 Pagamento de Salario-Maternidade - Area Urbana	670.554.526	627.030.081	902.178.737	755.916.287	58 21.551.079.871	58 24.190.432.773
0117 Pagamento de Salario-Familia	48.100.261	43.841.308	54.172.634	45.299.947		
0133 Pagamento de Aposentadorias Especiais	7.162.527.210	6.796.296.125	7.965.008.429	7.422.250.661		
0137 Pagamento de Abono de Permanencia em Servico	4.154.505	3.066.124	3.200.000	2.746.953		
<b>Total</b>	<b>254.819.860.904</b>	<b>241.622.308.117</b>	<b>282.468.071.630</b>	<b>269.136.153.312</b>	<b>308.405.529.990</b>	<b>348.290.481.123</b>

Fonte: Siafi Gerencial Web e Projeções SOF/SEAFI; (\*) Elementos de Despesa: 53 - Aposentadorias do RGPS - Área Rural, 54 - Aposentadorias do RGPS - Área Urbana, 55 - Pensões do RGPS - Área Rural, 56 - Pensões do RGPS - Área Urbana, 57 - Outros Benefícios do RGPS - Área Rural, 58 - Outros Benefícios do RGPS - Área Urbana.

## **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2013**

### **ANEXO III RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2013**

VII - memória de cálculo das estimativas para 2013:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;
2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
3. Renda Mensal Vitalícia;
4. Seguro-Desemprego; e
5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

## VII - memória de cálculo das estimativas para 2013- continuação

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários e não orçamentários, primários e financeiros;
2. valores realizados em 2010 e 2011;
3. valores estimados para 2012 e 2013, acompanhados de suas memórias de cálculo; e
4. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.

Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, inciso VII, do Anexo III das Informações Complementares ao PLOA-2013.

"VII - memória de cálculo das estimativas para 2013:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e os demais;"

### BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 1,00

Mês	Benefícios Normais	Passivos art 29 II Lei 8.213-91	Sentenças Judiciais	Comprev	Total
jan/13	24.456.883.336	-	545.062.689	123.745.417	<b>25.125.691.442</b>
fev/13	26.006.526.753	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>26.734.344.859</b>
mar/13	26.075.201.340	688.626.302	545.062.689	123.745.417	<b>27.432.635.747</b>
abr/13	26.144.057.301	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>26.871.875.406</b>
mai/13	26.213.478.266	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>26.941.296.371</b>
jun/13	26.282.315.264	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.010.133.370</b>
jul/13	26.351.718.228	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.079.536.333</b>
ago/13	26.421.304.490	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.149.122.595</b>
set/13	26.491.074.534	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.218.892.640</b>
out/13	26.561.028.846	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.288.846.952</b>
nov/13	26.631.167.913	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>27.358.986.018</b>
dez/13	51.351.301.283	59.010.000	545.062.689	123.745.417	<b>52.079.119.389</b>
<b>Total</b>	<b>338.986.057.552</b>	<b>1.278.726.302</b>	<b>6.540.752.269</b>	<b>1.484.945.000</b>	<b>348.290.481.123</b>

Descrição	PLOA 2013
<b>Benefícios</b>	<b>348.290</b>
Benefícios normais	341.750
Precatórios e sentenças	6.541
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	10,87%
Reajuste do salário-mínimo (%)	7,87%
Valor do salário-mínimo (R\$)	670,95
Reajuste dos demais benefícios (%)	5,00%
Crescimento vegetativo dos benefícios (%)	3,22%

2. Benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

**BENEFÍCIOS DA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS**

R\$ 1,00

Mês	Beneficiários [A]		Sm vigente [B]	Benefícios de BPC - LOAS [C] = A x B			Sentenças [D]	TOTAL [E] = C + D
	Idosos	Deficientes		Idosos	Deficientes	Total		
jan/13	1.748.072	2.032.779	670,95	1.172.868.960	1.363.892.745	2.536.761.704	32.470.024	2.569.231.728
fev/13	1.753.030	2.043.350	670,95	1.176.195.314	1.370.985.769	2.547.181.083	32.470.024	2.579.651.106
mar/13	1.757.995	2.054.040	670,95	1.179.526.768	1.378.158.018	2.557.684.786	32.470.024	2.590.154.810
abr/13	1.763.125	2.065.075	670,95	1.182.968.787	1.385.562.374	2.568.531.160	32.470.024	2.601.001.184
mai/13	1.768.164	2.076.177	670,95	1.186.349.593	1.393.011.150	2.579.360.742	32.470.024	2.611.830.766
jun/13	1.773.265	2.087.327	670,95	1.189.771.877	1.400.492.370	2.590.264.247	32.470.024	2.622.734.270
jul/13	1.778.358	2.098.509	670,95	1.193.189.230	1.407.994.626	2.601.183.855	32.470.024	2.633.653.879
ago/13	1.783.466	2.109.766	670,95	1.196.616.486	1.415.547.384	2.612.163.870	32.470.024	2.644.633.894
set/13	1.788.592	2.121.103	670,95	1.200.055.557	1.423.154.023	2.623.209.580	32.470.024	2.655.679.603
out/13	1.793.738	2.132.542	670,95	1.203.508.310	1.430.829.371	2.634.337.681	32.470.024	2.666.807.704
nov/13	1.798.914	2.144.099	670,95	1.206.981.605	1.438.583.087	2.645.564.692	32.470.024	2.678.034.716
dez/13	1.804.132	2.155.783	670,95	1.210.482.136	1.446.422.450	2.656.904.586	32.470.024	2.689.374.609
<b>TOTAL</b>				<b>14.298.514.620</b>	<b>16.854.633.366</b>	<b>31.153.147.986</b>	<b>389.640.284</b>	<b>31.542.788.270</b>



3. Renda Mensal Vitalícia;"

**RENDA MENSAL VITALÍCIA - MEMÓRIA DE CÁLCULO 2013**

RS 1,00

Mês	Benefícios			Redução *		SM	TOTAL DESPESA
	Idoso [a]	Deficiente [b]	Total [c] = a + b	Idoso (=2012)	Deficiente (=2012)		
jan/13	50.198	178.094	228.293	0,9881	0,9937	670,95	<b>153.173.020</b>
fev/13	49.603	176.976	226.579	0,9882	0,9937	670,95	<b>152.023.060</b>
mar/13	49.016	175.866	224.881	0,9881	0,9937	670,95	<b>150.884.156</b>
abr/13	48.432	174.761	223.193	0,9884	0,9939	670,95	<b>149.751.373</b>
mai/13	47.870	173.695	221.565	0,9886	0,9940	670,95	<b>148.659.046</b>
jun/13	47.324	172.651	219.975	0,9888	0,9941	670,95	<b>147.592.234</b>
jul/13	46.792	171.629	218.421	0,9889	0,9942	670,95	<b>146.549.749</b>
ago/13	46.273	170.628	216.901	0,9891	0,9942	670,95	<b>145.529.847</b>
set/13	45.768	169.645	215.413	0,9892	0,9943	670,95	<b>144.531.058</b>
out/13	45.275	168.682	213.956	0,9894	0,9944	670,95	<b>143.553.842</b>
nov/13	44.793	167.735	212.528	0,9895	0,9945	670,95	<b>142.595.677</b>
dez/13	44.322	166.807	211.128	0,9895	0,9945	670,95	<b>141.656.633</b>
<b>TOTAL DESPESA</b>							<b>1.766.499.696</b>

\* Aplicou-se a taxa de redução apurada no mesmo mês do exercício anterior.

4. Seguro-Desemprego; e  
5. Abono Salarial;"

**ABONO SALARIAL E DO SEGURO-DESEMPREGO**

RS 1,00

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Seguro-Desemprego Formal (*)	1.875.463.791	1.739.802.423	2.213.100.827	1.955.593.092	2.116.381.497	2.004.728.122	1.928.410.875	2.003.191.202	1.797.731.969	1.614.315.487	1.973.771.815	1.839.074.836	<b>23.061.565.936</b>
Seguro-Desemprego Pescador Artesanal	239.647.158	273.562.174	327.374.272	192.813.253	41.728.482	15.596.574	10.098.789	37.640.102	54.253.643	122.707.841	327.062.715	303.345.815	<b>1.945.830.817</b>
Seguro-Desemprego Bolsa Qualificação	5.570.534	2.023.142	897.503	6.209.816	3.627.616	445.085	22.890	7.630	27.977	1.292.018	277.224	6.233.732	<b>26.635.165</b>
Seguro-Desemprego Empregado Doméstico	3.230.747	2.544.264	3.090.191	2.678.709	3.043.339	2.794.014	2.804.347	2.932.474	2.756.815	1.928.117	2.628.687	2.525.358	<b>32.957.064</b>
Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado	158.312	271.391	638.901	579.534	172.447	840.320	1.766.679	441.670	516.237	450.274	91.776	433.066	<b>6.360.606</b>
Abono Salarial (*)	100.590.325	50.262.312	45.036.597	33.629.983	374.645.081	94.535.051	5.728.044.948	2.970.979.050	1.724.418.958	1.695.777.636	1.823.754.416	330.912.453	<b>14.972.586.810</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.224.660.866</b>	<b>2.068.465.706</b>	<b>2.590.138.290</b>	<b>2.191.504.386</b>	<b>2.539.598.462</b>	<b>2.118.939.165</b>	<b>7.671.148.528</b>	<b>5.015.192.128</b>	<b>3.579.705.599</b>	<b>3.436.471.373</b>	<b>4.127.586.634</b>	<b>2.482.525.260</b>	<b>40.045.936.398</b>

**Hipóteses adotadas**

Ação	Quantidades de beneficiários		Quantidade de cheques		Valor Médio do cheque	Valor SM	BENEFÍCIO EMITIDO	TOTAL
	Requerentes (Identificados)	Segurados (Pagos)	Emitido	Média Seg.	Salário Mínimo	R\$ 1,00		
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c) / (b)	(e)	(g)	(h) = (c) x (e) x (g)	
Seguro-Desemprego Formal (*)	7.575.984	6.974.132	26.644.583	3,82	1,29	670,95	23.061.565.936	<b>23.061.565.936</b>
Seguro-Desemprego Pescador Artesanal	700.673	670.614	2.900.113	4,32	1	670,95	1.945.830.817	<b>1.945.830.817</b>
Seguro-Desemprego Bolsa Qualificação	9.374	8.814	24.525	2,78	1,62	670,95	26.635.165	<b>26.635.165</b>
Seguro-Desemprego Empregado Doméstico	16.955	15.987	49.120	3,07	1	670,95	32.957.064	<b>32.957.064</b>
Seguro-Desemprego Trabalhador Resgatado	2.822	2.822	9.480	3,36	1	670,95	6.360.606	<b>6.360.606</b>
Abono Salarial (*)	23.060.715	23.060.715	23.060.715	1,00	0,97	670,95	14.972.586.810	<b>14.972.586.810</b>
<b>TOTAL</b>								<b>40.045.936.398</b>

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

### Quadro I - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO TOTAL COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES	
							ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>7.726.350</b>			<b>118.425</b>		<b>94.138</b>		<b>7.938.913</b>
Câmara dos Deputados	3.809.180			48.746		50.657		3.908.583
Senado Federal	2.764.833			62.328		33.752		2.860.913
Tribunal de Contas da União	1.152.337			7.351		9.729		1.169.417
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>21.952.453</b>			<b>581.282</b>		<b>307.410</b>	<b>1.044.805</b>	<b>23.885.950</b>
Conselho Nacional de Justiça	23.612			14.789		3.007		41.408
Justiça do DF e Territórios	1.329.893			77.459		34.266	8.132	1.449.750
Justiça do Trabalho	10.532.366			318.966		133.397	853.702	11.838.431
Justiça Eleitoral	3.131.025			8.161		34.661	67.107	3.240.954
Justiça Federal	5.665.698			151.533		92.159	61.609	5.970.999
Justiça Militar	290.235			658		1.624	54.255	346.772
Superior Tribunal de Justiça	690.321			5.889		3.815		700.025
Supremo Tribunal Federal	289.303			3.827		4.481		297.611
<b>MPU</b>	<b>2.838.340</b>			<b>136.460</b>		<b>111.319</b>	<b>106.582</b>	<b>3.192.701</b>
Conselho Nacional do Ministério Público	25.732			8.479				34.211
Ministério Público da União	2.812.608			127.981		111.319	106.582	3.158.490
<b>EXECUTIVO</b>	<b>166.604.494</b>	<b>5.627.501</b>	<b>2.018.729</b>	<b>2.257.327</b>	<b>275.585</b>	<b>2.336.007</b>	<b>714.616</b>	<b>179.834.259</b>
Advocacia-Geral da União	2.162.764			15.163				2.177.927
Agricultura	5.049.736	18.500						5.068.236
Cidades	426.516	24.000						450.516
Ciência e Tecnologia	1.794.944	36.892		64.087				1.895.923
Comunicações	1.296.410			4.445				1.300.855
Controladoria-Geral da União	601.224							601.224
Cultura	424.668	4.500		7.924				437.092
Defesa	46.330.914	501						46.331.415
Desenvolvimento Agrário	842.678	43.403		9.197				895.278
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	44.810							44.810
Educação	28.973.483	278.746		895.634				30.147.863
Encargos Financeiros da União		4.578.671						4.578.671
Esporte	105.625							105.625
Fazenda	15.703.897	11.273		18.020				15.733.190

R\$ MIL

R\$ MIL

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATORIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES  ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
Indústria e Comércio	509.291	656		8.982				518.929
Integração Nacional	940.562	28.412		3.435				972.409
Justiça	6.676.297	4.713		1.073				6.682.083
Meio Ambiente	1.236.569	18.539		4.854				1.259.962
Minas e Energia	926.691	3.004		22.787				952.482
Pesca e Aquicultura	32.683							32.683
Planejamento	6.684.130	186.909	1.545.003	977.644	275.585	2.336.007	714.616	12.719.894
Presidência da República	895.576	2.000		5.542				903.118
Previdência Social	9.890.153	311.014		159.358				10.360.525
Relações Exteriores	1.205.542							1.205.542
Saúde	14.729.161	63.269	473.726	32.038				15.298.194
Secretaria de Assuntos Estratégicos	256.654							256.654
Secretaria de Aviação Civil	241.123			23.125				264.248
Sec. Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	5.044							5.044
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	5.277							5.277
Secretaria Especial de Portos	17.670							17.670
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	16.069							16.069
Trabalho e Emprego	2.505.378	670		4.019				2.510.067
Transferências - Min. Fazenda	2.874.114							2.874.114
Transferências - FCDF	9.456.375							9.456.375
Transportes	3.676.371	7.785						3.684.156
Turismo	62.155	4.044						66.199
Vice-Presidência	3.940							3.940
<b>TOTAL UNIÃO</b>	<b>199.121.637</b>	<b>5.627.501</b>	<b>2.018.729</b>	<b>3.093.494</b>	<b>275.585</b>	<b>2.848.874</b>	<b>1.866.003</b>	<b>214.851.823</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					<b>11.025.880</b>	<b>105.358</b>		<b>11.131.238</b>

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

## Quadro II - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - DESPESAS PRIMÁRIAS

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES	
							ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>7.175.652</b>			<b>112.769</b>		<b>90.210</b>		<b>7.378.631</b>
Câmara dos Deputados	3.583.814			46.450		48.409		3.678.673
Senado Federal	2.552.834			59.573		32.632		2.645.039
Tribunal de Contas da União	1.039.004			6.746		9.169		1.054.919
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>19.280.360</b>			<b>538.214</b>		<b>286.001</b>	<b>1.007.536</b>	<b>21.112.111</b>
Conselho Nacional de Justiça	21.879			12.122		2.637		36.638
Justiça do DF e Territórios	1.153.162			72.072		33.081	8.096	1.266.411
Justiça do Trabalho	9.280.943			295.986		124.331	818.934	10.520.194
Justiça Eleitoral	2.781.750			7.455		30.696	67.087	2.886.988
Justiça Federal	4.896.367			141.257		86.096	59.164	5.182.884
Justiça Militar	268.235			636		1.534	54.255	324.660
Superior Tribunal de Justiça	616.721			5.318		3.440		625.479
Supremo Tribunal Federal	261.303			3.368		4.186		268.857
<b>MPU</b>	<b>2.457.399</b>			<b>114.647</b>		<b>101.553</b>	<b>103.534</b>	<b>2.777.133</b>
Conselho Nacional do Ministério Público	22.532			7.449				29.981
Ministério Público da União	2.434.867			107.198		101.553	103.534	2.747.152
<b>EXECUTIVO</b>	<b>155.087.086</b>	<b>5.098.139</b>	<b>1.763.068</b>	<b>1.608.710</b>	<b>225.889</b>	<b>2.046.696</b>	<b>714.616</b>	<b>166.544.204</b>
Advocacia-Geral da União	1.792.098			14.401				1.806.499
Agricultura	4.800.003	18.500						4.818.503
Cidades	421.716	24.000						445.716
Ciência e Tecnologia	1.623.571	35.347		55.446				1.714.364
Comunicações	1.247.610			3.930				1.251.540
Controladoria-Geral da União	506.558							506.558
Cultura	375.668	4.054		7.006				386.728
Defesa	46.055.701	501						46.056.202
Desenvolvimento Agrário	767.478	39.102		7.621				814.201
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	42.810							42.810
Educação	25.620.295	251.962		781.340				26.653.597
Encargos Financeiros da União		4.125.424						4.125.424
Esporte	103.892							103.892
Fazenda	14.280.967	10.156		14.837				14.305.960

R\$ MIL

R\$ MIL

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATORIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES  ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
Indústria e Comércio	442.181	591		7.953				450.725
Integração Nacional	898.815	25.894		2.875				927.584
Justiça	5.967.992	4.246		940				5.973.178
Meio Ambiente	1.081.236	16.702		4.152				1.102.090
Minas e Energia	850.025	2.974		21.085				874.084
Pesca e Aquicultura	31.616							31.616
Planejamento	5.131.273	185.186	1.398.675	492.890	225.889	2.046.696	714.616	10.195.225
Presidência da República	842.094	2.000		5.094				849.188
Previdência Social	9.086.751	280.193		138.357				9.505.301
Relações Exteriores	1.085.476							1.085.476
Saúde	13.469.031	59.695	364.393	26.268				13.919.387
Secretaria de Assuntos Estratégicos	234.654							234.654
Secretaria de Aviação Civil	205.710			21.221				226.931
Sec. Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	4.975							4.975
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	5.217							5.217
Secretaria Especial de Portos	17.670							17.670
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	15.669							15.669
Trabalho e Emprego	2.281.245	604		3.294				2.285.143
Transferências - Min. Fazenda	2.713.381							2.713.381
Transferências - FCDF	9.456.375							9.456.375
Transportes	3.564.905	7.365						3.572.270
Turismo	58.488	3.643						62.131
Vice-Presidência	3.940							3.940
<b>TOTAL UNIÃO</b>	<b>184.000.497</b>	<b>5.098.139</b>	<b>1.763.068</b>	<b>2.374.340</b>	<b>225.889</b>	<b>2.524.460</b>	<b>1.825.686</b>	<b>197.812.079</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					<b>10.090.000</b>	<b>97.921</b>		<b>10.187.921</b>

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando as hipóteses e os valores correspondentes quanto ao crescimento vegetativo, aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos e demais despesas relevantes;

**Quadro III - MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO GASTO COM A CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO (CPSS)**

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL CPSS
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES	
							ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>550.698</b>			<b>5.656</b>		<b>3.928</b>		<b>560.282</b>
Câmara dos Deputados	225.366			2.296		2.248		229.910
Senado Federal	211.999			2.755		1.120		215.874
Tribunal de Contas da União	113.333			605		560		114.498
<b>JUDICIÁRIO</b>	<b>2.672.093</b>			<b>43.068</b>		<b>21.409</b>	<b>37.269</b>	<b>2.773.839</b>
Conselho Nacional de Justiça	1.733			2.667		370		4.770
Justiça do DF e Territórios	176.731			5.387		1.185	36	183.339
Justiça do Trabalho	1.251.423			22.980		9.066	34.768	1.318.237
Justiça Eleitoral	349.275			706		3.965	20	353.966
Justiça Federal	769.331			10.276		6.063	2.445	788.115
Justiça Militar	22.000			22		90		22.112
Superior Tribunal de Justiça	73.600			571		375		74.546
Supremo Tribunal Federal	28.000			459		295		28.754
<b>MPU</b>	<b>380.941</b>			<b>21.813</b>		<b>9.766</b>	<b>3.048</b>	<b>415.568</b>
Conselho Nacional do Ministério Público	3.200			1.030				4.230
Ministério Público da União	377.741			20.783		9.766	3.048	411.338
<b>EXECUTIVO</b>	<b>11.517.408</b>	<b>529.362</b>	<b>255.661</b>	<b>648.617</b>	<b>49.696</b>	<b>289.311</b>		<b>13.290.055</b>
Advocacia-Geral da União	370.666			762				371.428
Agricultura	249.733							249.733
Cidades	4.800							4.800
Ciência e Tecnologia	171.373	1.545		8.641				181.559
Comunicações	48.800			515				49.315
Controladoria-Geral da União	94.666							94.666
Cultura	49.000	446		918				50.364
Defesa	275.213							275.213
Desenvolvimento Agrário	75.200	4.301		1.576				81.077
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.000							2.000
Educação	3.353.188	26.784		114.294				3.494.266
Encargos Financeiros da União		453.247						453.247
Esporte	1.733							1.733

R\$ MIL

RS MIL

PODER/ÓRGÃO	FOLHA BASE ART. 70 - LDO- 2013	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS	IMPACTOS ADICIONAIS 2012		IMPACTOS ADICIONAIS 2013			TOTAL CPSS
			REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	REESTRUT. DE CARREIRAS	CONCURSOS E CARGOS	PASSIVOS JUDICIÁRIO E MPU, ELEIÇÕES  ADICIONAIS DE EMPRESAS ESTATAIS	
Fazenda	1.422.930	1.117		3.183				1.427.230
Indústria e Comércio	67.110	65		1.029				68.204
Integração Nacional	41.747	2.518		560				44.825
Justiça	708.305	467		133				708.905
Meio Ambiente	155.333	1.837		702				157.872
Minas e Energia	76.666	30		1.702				78.398
Pesca e Aquicultura	1.067							1.067
Planejamento	1.552.857	1.723	146.328	484.754	49.696	289.311		2.524.669
Presidência da República	53.482			448				53.930
Previdência Social	803.402	30.821		21.001				855.224
Relações Exteriores	120.066							120.066
Saúde	1.260.130	3.574	109.333	5.770				1.378.807
Secretaria de Assuntos Estratégicos	22.000							22.000
Secretaria de Aviação Civil	35.413			1.904				37.317
Sec. Esp. de Pol. de Prom. da Igualdade Racial	69							69
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	60							60
Secretaria Especial de Portos								
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	400							400
Trabalho e Emprego	224.133	66		725				224.924
Transferências - Min. Fazenda	160.733							160.733
Transferências - FCDF								
Transportes	111.466	420						111.886
Turismo	3.667	401						4.068
Vice-Presidência								
<b>TOTAL UNIÃO</b>	<b>15.121.140</b>	<b>529.362</b>	<b>255.661</b>	<b>719.154</b>	<b>49.696</b>	<b>324.414</b>	<b>40.317</b>	<b>17.039.744</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>					<b>935.880</b>	<b>7.437</b>		<b>943.317</b>



c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

### Memória de Cálculo da Estimativa da Reserva de Contingência

R\$ Milhões	
ESPECIFICAÇÃO	Projeto de Lei 2013
<b>I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.276.697</b>
<b>I.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>416.107</b>
I.1.1 - IMPOSTOS	406.385
I.1.2 - TAXAS	9.722
<b>I.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>667.536</b>
I.2.1 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	657.894
I.2.2 - CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	9.643
<b>I.3 - RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>87.003</b>
<b>I.4 - RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>24</b>
<b>I.5 - RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>1.054</b>
<b>I.6 - RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>49.105</b>
<b>I.7 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>996</b>
<b>I.8 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>54.871</b>
<b>II - TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>603.310</b>
II.1 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	220.823
II.2 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	382.487
<b>III - TOTAL RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>673.388</b>
<b>IV - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>13.468</b>
IV.1 - FINANCEIRA (1% RCL)	6.734
IV.2 - PRIMÁRIA (1% RCL)	6.734

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;"

### Transferências por Repartição de Receita - PLOA-2013

Descrição	R\$ milhões
<b>A. CONSTITUCIONAIS</b>	
<b>I. Imposto de Renda, líquido de incentivos fiscais e PIN/PROTERRA</b>	<b>281.952,3</b>
<b><u>Transferência do IR</u></b>	<b><u>126.878,5</u></b>
I.a. FPE [(21,5% * I) - (21,5% * 20% * I)]	48.495,8
I.b. FPM [(23,5% * I) - (23,5% * 20% * I)]	53.570,9
I.c. Fundeb [(20% * I.a) + (20% * I.b)]	24.811,8
<b>II. Imposto sobre Produtos Industrializados</b>	<b>61.858,5</b>
<b><u>Transferência do IPI</u></b>	<b><u>34.022,2</u></b>
II.a. FPE [(21,5% * II) - (21,5% * 20% * II)]	10.639,7
II.b. FPM [(23,5% * II) - (23,5% * 20% * II)]	11.753,1
II.c. Estados Exportadores [(10% * II) - (10% * 20% * II)]	4.948,7
II.d. Fundeb [(20% * II.a) + (20% * II.b) + (20% * II.c)]	6.680,7
<b>III. IOF incidente sobre o Ouro</b>	<b>7,7</b>
<b><u>Transferência do IOF-Ouro (100% * III)</u></b>	<b><u>7,7</u></b>
<b>IV. Imposto Territorial Rural</b>	<b>724,5</b>
IV.1. Municípios Conveniados	568,0
IV.2. Municípios Não Conveniados	156,5
<b><u>Transferência do ITR</u></b>	<b><u>646,2</u></b>
IV.a. Transferência ITR - Municípios Conveniados [(100% * IV.1) - (100% * 20% * IV.1)]	454,4
IV.b. Transferência ITR - Municípios Não Conveniados [(50% * IV.2) - (50% * 20% * IV.2)]	62,6
IV.c. Fundeb [(20% * IV.1) + (20% * 50% * IV.2)]	129,2
<b>V. CIDE combustíveis</b>	
<b><u>Transferência da CIDE combustíveis (29% * 80% * V)</u></b>	
<b>B. LEGAIS</b>	
<b>VI. Concursos de Prognóstico (apenas receitas transferíveis)</b>	<b>3.640,2</b>
VI.1. Loterias Esportivas	54,2
VI.2. Loterias de Números	3.560,3
VI.3. Loterias de Futebol	25,8
<b><u>Transferência de Concursos de Prognóstico</u></b>	<b><u>123,6</u></b>
VI.a. Transferências de Loterias Esportivas (80% * 4,62% * VI.1)	2,0
VI.b. Transferências de Loterias de Números (80% * 4,12334% * VI.2)	117,4
VI.c. Transferências de Loterias de Futebol (24% * (2/3) * VI.3)	4,1
<b>VII. Cota-Parte de Compensações Financeiras</b>	<b>45.105,3</b>
VII.1. Royalties de Itaipu	452,8
VII.2. Recursos Hídricos	1.989,6
VII.3. Recursos Minerais	1.853,1
VII.4. Royalties Petróleo - Até 5% - em terra	964,5
VII.5. Royalties Petróleo - Até 5% - em plataforma	9.645,3
VII.6. Royalties Petróleo - Excedentes - em terra	836,4
VII.7. Royalties Petróleo - Excedentes - em plataforma	7.023,9
VII.8. Participação Especial	22.339,7
<b><u>Transferência da Cota-Parte de Compensações Financeiras</u></b>	<b><u>28.322,2</u></b>
VII.a. Tratado de Itaipu (90% * VII.1)	407,5
VII.b. Recursos Hídricos [(90% * 6 * (VII.2/6,75)]	1.591,7
VII. c. Recursos Minerais (88% * VII.3)	1.630,7
VII.d. Royalties Petróleo / Gás Natural [(100% * VII.4) + (80% * VII.5) + (75% * VII.6) + (60% * VII.7) + (50% * VII.8)]	24.692,2
<b>VIII. Salário-Educação</b>	<b>16.324,3</b>
<b><u>Transferência do Salário-Educação (90% * 2/3 * VIII)</u></b>	<b><u>9.794,6</u></b>
<b>IX. Concessões de Florestas Nacionais</b>	<b>1,8</b>
<b><u>Transferência de Concessões de Florestas Nacionais (40% * IX)</u></b>	<b><u>0,7</u></b>
<b>TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS PRIMÁRIAS</b>	
	<b>199.795,7</b>
<b>X. Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b>	<b>10.314,3</b>
<b><u>FNO [(0,6% * I) + (0,6% * II)]</u></b>	<b><u>2.062,9</u></b>
<b><u>FCO [(0,6% * I) + (0,6% * II)]</u></b>	<b><u>2.062,9</u></b>
<b><u>FCO [(1,8% * I) + (1,8% * II)]</u></b>	<b><u>6.188,6</u></b>

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

**I - Cálculo da Complementação ao FUNDEB 2013 conforme art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**

	<b>R\$ Milhares</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Total da Receita (a)</b>	<b>Parcela do FUNDEB (b = 20% * a)</b>
<b>I - Receitas Federais</b>	<b>158.108.814,5</b>	<b>31.621.762,9</b>
FPM	77.357.430,7	15.471.486,1
FPE	73.919.322,7	14.783.864,5
IPI - EXP	6.185.850,2	1.237.170,0
LC 87		
ITR	646.210,8	129.242,2
<b>II - Receitas Estaduais</b>	<b>377.896.851,9</b>	<b>75.579.370,4</b>
IPVA	28.281.094,7	5.656.218,9
ITCD	3.439.598,8	687.919,8
ICMS	346.176.158,4	69.235.231,7
<b>III - TOTAL (I + II)</b>		<b>107.201.133,3</b>
<b>IV - Complementação Total da União (III * 10%)</b>		<b>10.720.113,3</b>
<b>V - Complementação da União a ser repassada em 2013 <sup>(1)</sup> [IV * 85% + (Complementação de 2012)<sup>(2)</sup> * 15%]</b>		<b>10.712.739,4</b>

<sup>(1)</sup> Conforme § 1º do art. 6º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

## II - Valor Mínimo Nacional por Aluno

R\$ 1,00

Etapa/Modalidade/Tipo de Estabelecimento		Coefficientes <sup>(1)</sup>	Valor Mínimo Nacional por Aluno
<b>Educação Infantil</b>	Creche Integral	1,30	2.966,94
	Pré-Escola Integral	1,30	2.966,94
	Creche Parcial	0,80	1.825,81
	Pré-Escola Parcial	1,00	2.282,26
<b>Educação Fundamental</b>	Séries Iniciais Urbano	1,00	2.282,26
	Séries Iniciais Rural	1,15	2.624,60
	Séries Finais Urbano	1,10	2.510,48
	Séries Finais Rural	1,20	2.738,71
	Tempo integral	1,30	2.966,94
<b>Ensino Médio</b>	Urbano	1,20	2.738,71
	Rural	1,30	2.966,94
	Tempo integral	1,30	2.966,94
	Integrado à Educação Profissional	1,30	2.966,94
<b>Educação Especial</b>		1,20	2.738,71
<b>Educação Indígena/Quilombola</b>		1,20	2.738,71
<b>EJA</b>	Avaliação no processo	0,80	1.825,81
	Integrado à Educação Profissional de Nível Médio	1,20	2.738,71
<b>Conveniadas</b>	Creche Integral	1,10	2.510,48
	Creche Parcial	0,80	1.825,81
	Pré-Escola Integral	1,30	2.966,94
	Pré Escola Parcial	1,00	2.282,26
	Educação Especial	1,20	2.738,71

<sup>(1)</sup> Conforme a Resolução MEC nº 8, de 25 de julho de 2012.

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

III - Censo Escolar 2011 - Matrículas da Educação Básica

UF	EDUCAÇÃO INFANTIL				EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO				EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO INDÍGENA/ QUILOMBOLA	EJA		Conveniadas					Total
	Creche Integral	Pré-Escola Integral	Creche Parcial	Pré-Escola Parcial	Séries Iniciais Urbano	Séries Iniciais Rural	Séries Finais Urbano	Séries Finais Rural	Tempo integral	Urbano	Rural	Tempo integral	Integrado à Educação Profissional			Avaliação no processo	Integrada à Educ. Profissional Nível Médio	Creche Integral	Creche Parcial	Pré-Escola Integral	Pré-Escola Parcial	Educação Especial	
AC	1.341	-	2.783	20.007	48.732	32.579	42.081	15.576	9.918	29.760	4.657	1.792	77	6.843	6.789	22.483	-	56	2	-	-	62	245.538
AL	7.774	1.819	6.326	61.385	161.531	96.033	203.961	41.832	21.785	99.345	4.639	434	5.960	13.058	8.516	105.363	9	324	288	-	-	217	840.599
AM	1.465	857	10.375	85.359	249.537	92.061	204.024	47.214	72.950	128.646	19.507	7.944	-	6.978	51.987	74.191	-	-	110	-	-	404	1.053.609
AP	341	-	1.116	14.971	51.134	14.566	44.577	7.569	9.126	29.828	3.061	191	1.523	3.722	5.291	22.864	-	18	28	-	-	116	210.042
BA	50.318	-	27.146	249.637	622.796	439.221	694.290	222.042	72.296	481.428	15.910	857	37.899	44.251	62.851	418.625	6.507	7.617	1.725	-	-	2.350	3.457.766
CE	14.726	-	77.306	172.482	356.200	183.435	359.363	127.078	127.143	322.977	7.055	5.838	25.994	31.513	8.216	126.832	-	290	2.866	-	-	1.456	1.950.770
DF	619	22	1.827	31.829	150.453	8.780	128.614	4.990	13.252	78.440	1.556	285	424	18.158	-	51.078	-	3.960	485	-	-	639	495.411
ES	16.356	-	36.561	74.803	200.352	36.841	184.934	16.090	24.991	103.686	2.808	213	5.885	15.709	2.204	59.224	-	942	304	-	-	-	781.903
GO	26.341	-	7.596	66.908	335.362	24.869	317.589	14.572	52.631	218.510	2.796	1.077	-	21.201	1.992	65.476	-	7.260	492	-	-	939	1.165.611
MA	5.977	-	38.501	214.848	334.491	294.334	322.220	180.678	40.533	232.406	37.834	1.410	2.410	23.723	58.573	172.205	259	2.778	7.396	-	-	1.810	1.972.386
MG	73.174	-	28.144	289.922	1.048.558	166.536	1.082.889	70.458	212.174	704.885	13.987	2.592	26.109	59.072	14.806	237.655	12.495	37.661	4.765	-	-	29.537	4.115.419
MS	25.168	-	4.822	34.637	165.424	17.156	143.689	12.679	22.691	78.145	4.816	1.236	2.362	13.756	18.842	44.833	55	3.784	277	-	-	4.237	598.609
MT	22.154	-	8.326	62.837	168.412	30.685	152.079	26.445	35.897	115.474	13.382	1.091	7.628	9.414	26.170	98.410	450	2.645	762	-	-	3.403	785.664
PA	6.389	-	25.145	188.414	457.822	352.230	363.017	157.131	54.110	286.888	28.055	708	2.443	24.659	36.334	238.613	674	249	141	-	-	101	2.223.123
PB	13.465	-	5.738	60.175	185.173	88.217	207.582	22.910	25.366	106.053	1.341	315	6.840	14.667	8.084	129.686	-	325	116	-	-	435	876.479
PE	14.465	-	20.715	142.425	368.249	183.246	453.105	81.372	82.918	242.641	18.006	64.263	25.622	25.119	19.638	223.750	-	1.686	760	-	-	1.122	1.969.102
PI	250	-	27.415	79.966	155.505	115.174	148.345	55.284	17.182	119.628	6.341	3.032	9.276	11.558	4.871	77.755	608	262	558	-	-	207	833.217
PR	87.606	41.814	7.723	96.707	552.716	62.326	636.793	43.900	80.050	350.171	16.076	455	50.037	50.881	4.399	136.752	1.459	15.289	1.752	-	-	11.345	2.248.251
RJ	70.054	27.494	16.181	168.756	663.966	71.897	672.306	34.122	216.258	418.392	9.148	8.550	33.780	39.315	7.244	235.847	29	24.198	1.651	-	-	3.061	2.722.249
RN	3.955	-	30.392	61.797	132.299	65.244	135.253	23.289	68.331	116.465	2.209	2.517	1.839	11.447	3.027	83.320	93	79	474	-	-	29	742.059
RO	3.725	-	3.921	30.230	97.222	36.231	91.805	25.965	11.371	54.027	2.875	1.508	55	7.903	3.781	49.781	-	311	414	-	-	1.695	422.820
RR	695	-	1.444	10.723	30.612	6.725	30.828	4.690	2.894	13.228	2.927	39	1.054	1.724	13.333	10.433	-	17	222	-	-	-	131.588
RS	54.368	27.523	8.139	84.112	549.276	82.101	539.390	66.255	71.979	324.150	9.624	1.494	11.897	59.572	11.482	107.837	-	17.374	1.560	-	-	10.808	2.038.941
SC	74.051	33.790	16.229	94.433	344.718	46.721	310.095	24.128	38.784	191.659	5.377	426	12.424	20.814	2.901	62.173	-	8.614	1.616	-	-	850	1.293.803
SE	4.073	-	3.669	44.020	99.154	61.151	107.043	29.494	7.623	59.176	2.901	1.709	2.970	5.558	3.925	52.908	-	461	175	-	-	578	486.588
SP	265.736	72.103	103.722	718.233	2.180.948	59.644	2.324.038	37.894	238.050	1.566.079	20.440	821	3.590	139.541	1.806	413.573	55	166.468	10.471	-	-	36.349	8.359.561
TO	6.768	1.292	4.991	27.559	88.919	19.757	91.428	11.366	24.686	60.867	2.374	288	1.506	11.560	6.181	17.908	95	467	363	-	-	69	378.444
<b>Total</b>	<b>851.345</b>	<b>206.714</b>	<b>526.253</b>	<b>3.187.175</b>	<b>9.799.561</b>	<b>2.687.760</b>	<b>9.991.338</b>	<b>1.405.023</b>	<b>1.654.989</b>	<b>6.532.954</b>	<b>259.702</b>	<b>111.085</b>	<b>279.604</b>	<b>691.716</b>	<b>393.243</b>	<b>3.343.575</b>	<b>22.788</b>	<b>303.135</b>	<b>39.773</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.819</b>	<b>42.399.552</b>

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, discriminando os recursos por unidade da Federação;

#### IV - Distribuição da Complementação da União ao FUNDEB 2013

R\$ 1,00

UF	Total de Receitas do Fundo <sup>(1)</sup> (A)	Valor Mínimo <sup>(2)</sup> (B)	Diferença (C = B - A)	Complementação (D) (se C > 0, então D = C)
AC	728.342.696	608.738.622	(119.604.074)	-
AL	1.528.401.861	2.050.279.758	521.877.897	521.877.897
AM	2.042.422.185	2.621.739.633	579.317.448	579.317.448
AP	699.473.552	514.563.863	(184.909.689)	-
BA	6.067.770.918	8.493.219.436	2.425.448.518	2.425.448.518
CE	3.582.175.681	4.850.539.337	1.268.363.656	1.268.363.656
DF	1.463.159.426	1.197.273.097	(265.886.329)	-
ES	2.585.015.719	1.892.933.804	(692.081.915)	-
GO	3.421.009.795	2.883.427.235	(537.582.560)	-
MA	2.571.463.141	4.864.301.240	2.292.838.099	2.292.838.099
MG	10.343.885.655	10.213.112.197	(130.773.458)	-
MS	1.779.624.857	1.479.743.171	(299.881.686)	-
MT	2.087.673.644	1.927.495.637	(160.178.007)	-
PA	3.228.527.877	5.450.427.818	2.221.899.941	2.221.899.941
PB	1.894.355.284	2.117.979.980	223.624.695	223.624.695
PE	4.177.486.446	4.857.977.330	680.490.884	680.490.884
PI	1.561.822.855	2.039.114.837	477.291.982	477.291.982
PR	5.705.706.203	5.634.450.631	(71.255.571)	-
RJ	7.124.002.834	6.759.971.015	(364.031.819)	-
RN	1.790.152.243	1.819.112.452	28.960.209	28.960.209
RO	1.164.297.575	1.029.703.425	(134.594.150)	-
RR	514.294.226	324.398.238	(189.895.989)	-
RS	6.441.524.427	5.091.590.761	(1.349.933.666)	-
SC	3.961.943.764	3.225.753.866	(736.189.898)	-
SE	1.342.145.626	1.188.348.212	(153.797.413)	-
SP	28.208.832.602	20.651.176.997	(7.557.655.605)	-
TO	1.185.622.195	947.243.155	(238.379.040)	-
<b>Total</b>	<b>107.201.133.288</b>	<b>104.734.615.747</b>	<b>(2.466.517.541)</b>	<b>10.720.113.329</b>
<b>I - Complementação Total da União (A * 10%)</b>				<b>10.720.113.329</b>
<b>II - Complementação da União a ser repassada em 2013<sup>(1)</sup> [I * 85% + (Complementação de 2012)<sup>(2)</sup> * 15%]</b>				<b>10.712.739.355</b>

<sup>(1)</sup> Receitas da União compatíveis com as projeções constantes do PLOA 2013; para as receitas estaduais, projeção com dados realizados do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ até maio de 2012 e parâmetros utilizados no referido PLOA.

<sup>(2)</sup> Valor mínimo por estado resulta do produto entre o valor mínimo por aluno para cada segmento da educação básica e o respectivo número de alunos constante do Censo.

e) do montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

**MDE - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO**

R\$ 1,00

<b>Período</b>	<b>PROJETO LEI (A)</b>	<b>TRANSF. CONST. (B)</b>	<b>BASE CÁLCULO (C =A-B)</b>	<b>MANUTENÇÃO (D * 18%)</b>	<b>TOTAL E=D+Rest.</b>
<b>IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO</b>	<b>33.718.988.724</b>	<b>0</b>	<b>33.718.988.724</b>	<b>6.069.417.968</b>	<b>6.069.417.968</b>
Principal	33.586.418.811	-	33.586.418.811	6.045.555.387	6.045.555.387
Dívida Ativa	8.103.222	-	8.103.222	1.458.579	1.458.579
Multas e Juros de Mora	124.466.691	-	124.466.691	22.404.002	22.404.002
<b>IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO</b>	<b>49.539.688</b>	<b>0</b>	<b>49.539.688</b>	<b>8.917.147</b>	<b>8.917.147</b>
Principal	48.162.468	-	48.162.468	8.669.244	8.669.244
Dívida Ativa	430.433	-	430.433	77.480	77.480
Multas e Juros de Mora	946.787	-	946.787	170.423	170.423
<b>IMPOSTO SOBRE A RENDA</b>	<b>281.952.300.832</b>	<b>126.878.535.374</b>	<b>155.073.765.458</b>	<b>27.913.277.783</b>	<b>27.913.277.783</b>
Principal	276.630.571.374	124.483.757.118	152.146.814.256	27.386.426.563	27.386.426.563
Dívida Ativa	736.252.983	331.313.842	404.939.141	72.889.049	72.889.049
Multas e Juros de Mora	4.585.476.475	2.063.464.414	2.522.012.061	453.962.171	453.962.171
<b>IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIAIS</b>	<b>61.858.502.452</b>	<b>34.022.176.349</b>	<b>27.836.326.103</b>	<b>5.010.538.702</b>	<b>5.010.538.702</b>
Principal	61.252.512.977	33.688.882.137	27.563.630.840	4.961.453.551	4.961.453.551
Dívida Ativa	112.360.910	61.798.501	50.562.410	9.101.235	9.101.235
Multas e Juros de Mora	493.628.565	271.495.711	222.132.854	39.983.916	39.983.916
<b>IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>34.342.629.150</b>	<b>7.703.482</b>	<b>34.334.925.668</b>	<b>6.180.286.617</b>	<b>6.180.286.617</b>
Principal (Demais Operações)	34.224.743.433	-	34.224.743.433	6.160.453.816	6.160.453.816
Dívida Ativa	1.054.108	-	1.054.108	189.740	189.740
Multas e Juros de Mora	109.128.127	-	109.128.127	19.643.061	19.643.061
OURO	7.703.482	7.703.482	0	-	-
<b>IMPOSTO TERRITORIAL RURAL</b>	<b>724.469.117</b>	<b>646.210.800</b>	<b>78.258.317</b>	<b>14.086.500</b>	<b>14.086.500</b>
Principal (Mun. NÃO Conveniados)	137.070.330	68.535.165	68.535.165	12.336.330	12.336.330
Principal (Mun. Conveniados)	497.387.656	497.387.656	0	-	-
Dívida Ativa	25.113.101	22.400.345	2.712.756	488.297	488.297
Multas e Juros de Mora	64.898.030	57.887.634	7.010.396	1.261.873	1.261.873
<b>RESTITUIÇÕES</b>	<b>23.868.327</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>23.868.327</b>
Restituições Convênios	23.868.327	0	0	0	23.868.327
<b>TOTAL</b>	<b>412.670.298.290</b>	<b>161.554.626.005</b>	<b>251.091.803.958</b>	<b>45.196.524.717</b>	<b>45.220.393.044</b>

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

### Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2010

	R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nacional	Total
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>							
AGF e Estoques Estratégicos						1.115.619	1.115.619
Garantia e Sustentação de Preços						1.359.018	1.359.018
Custeio Agropecuário						488.840	488.840
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial						(339)	(339)
Empréstimos do Governo Federal - EGF						88.683	88.683
PRONAF/PGPAF							
Equalização						323.856	323.856
Financiamento						(268.166)	(268.166)
Securitização Agrícola						-	-
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP							
Equalização (Investimento)						10.112	10.112
Financiamento						297.581	297.581
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA							
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	882	9.799	34.744	31.980	120.873		198.278
Fundo de Defesa da Economia Cafeteira - FUNCAFÉ							
Equalização	143	1.605	442	79.173	1.353		82.715
Financiamento	571	6.400	1.761	315.763	5.395		329.891
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana							
Equalização						-	-
Financiamento		826					826
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>							
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND						812	812
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.245.326	3.832.272	1.115.310				6.192.908
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)						-	-
Fundo da Marinha Mercante - FMM	(9)	(901)		(4.164)	(69)		(5.143)
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER						(347.763)	(347.763)
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC						6.884	6.884
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				779.263			779.263
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza						-	-
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX							
Equalização			33.938	143.284	54.508		231.731
Financiamento	(4.030)	(5.173)		(135.200)	(192.366)		(336.769)
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		117.955					117.955
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	39.884						39.884
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.429	22.085	1.481	91.693	51.496		169.184
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>							
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD		1.942	391	6.968			9.300
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.299.062	1.765.175	704.705	4.822.771	1.657.547		10.249.260
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	777.333	1.058.487	698.216	2.932.299	1.031.396		6.497.732
Subsídio Habitacional - PSH						-	-
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS						-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	17.661	109.251	67.863	27.074	97.843		319.692
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	83.131	242.923	117.416	353.298	189.410		986.179
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002						-	-
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	87.073	1.046.992	84.708	319.590	136.455		1.674.817
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	3.614	1.880	98	3.944	10.252		19.787
<b>TOTAL</b>	<b>1.446.863</b>	<b>5.191.382</b>	<b>7.416.966</b>	<b>1.463.718</b>	<b>283.581</b>	<b>3.075.136</b>	<b>18.877.646</b>



f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

### Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2011

	R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nacional	Total
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>							
AGF e Estoques Estratégicos						-440.928	(440.928)
Garantia e Sustentação de Preços						829.374	829.374
Custeio Agropecuário						917.361	917.361
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial						23.595	23.595
Empréstimos do Governo Federal - EGF						76.716	76.716
PRONAF/PGPAF							
Equalização						2.199.812	2.199.812
Financiamento						112.728	112.728
Securitização Agrícola							
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP							
Equalização (Investimento)							
Financiamento						5.792	5.792
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA						652.626	652.626
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	800	7.490	42.730	46.794	155.638		253.452
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ							
Equalização	93	241	592	61.803	2.877		65.606
Financiamento	429	1.110	2.727	284.743	13.254		302.262
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana							
Equalização		142					142
Financiamento		819					819
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>							
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND							
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.533.035	4.599.105	1.533.035				7.665.176
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)							
Fundo da Marinha Mercante - FMM	22.036	109.156		1.141.695	353.938		1.626.825
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER		(154.727)		(122.066)			(276.793)
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC							
Fundo de Garantia à Exportação - FGE				823.067			823.067
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza						25.695	25.695
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX							
Equalização				343.489	61.459		404.948
Financiamento	(2.213)	(1.060)	(126)	(40.294)	(35.746)		(79.439)
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE		525.487					525.487
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	89.412						89.412
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	8.245	27.407		162.624	127.143		325.419
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>							
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD				8.755			8.755
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.196.981	1.626.467	649.329	4.443.795	1.527.296		9.443.869
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	119.709	1.541.437	306.040	2.450.118	1.109.345		5.526.649
Subsídio Habitacional - PSH							
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS							
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	15.216	56.787	72.912	35.152	137.684		317.750
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	43.579	263.679	138.158	477.244	235.399		1.158.060
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002							
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	52.910	841.028	46.858	209.482	115.344		1.265.622
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997							
	952	1.315		4.815	10.222		17.303
<b>TOTAL</b>	<b>3.081.185</b>	<b>9.445.882</b>	<b>2.792.255</b>	<b>10.331.217</b>	<b>3.813.852</b>	<b>4.402.770</b>	<b>33.867.161</b>

Elaboração: MF/SPE

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

### Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2012

	R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nacional	Total
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>							
AGF e Estoques Estratégicos						117.040	117.040
Garantia e Sustentação de Preços						962.299	962.299
Custeio Agropecuário						2.277.446	2.277.446
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial						581.870	581.870
Empréstimos do Governo Federal - EGF						273.100	273.100
PRONAF/PGPAF							
Equalização						2.767.739	2.767.739
Financiamento						91.689	91.689
Securitização Agrícola							
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP							
Equalização (Investimento)						2,079	2,079
Financiamento						428.856	428.856
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA							
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	865	8.097	46.194	50.588	168.256		274.000
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ	-	-	-	-	-		
Equalização	184	477	1.173	122.465	5.700		130.000
Financiamento	690	1.786	4.388	458.222	21.329		486.415
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	-	-	-	-	-		
Equalização	-	705	-	-	-		705
Financiamento	-	250	-	-	-		250
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>							
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	-	-	-	-	-		
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.369.792	4.109.377	1.369.792	-	-		6.848.962
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	-	-	-	-	-		
Fundo da Marinha Mercante - FMM	22.880	113.336	-	1.185.408	367.489		1.689.113
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	-	-	-	-	-	1.029.169	1.029.169
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	-	-	-	-	-	(33.568)	(33.568)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	663.506	-		663.506
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	-	-	-	-	-	64.515	64.515
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	-	-	-	-	-		
Equalização	-	-	-	784.544	140.375		924.919
Financiamento	1.921	921	109	34.991	31.042		68.984
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	-	531.682	-	-	-		531.682
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	165.069	-	-	-	-		165.069
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	11.549	38.390	-	227.789	178.090		455.818
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>							
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-	-	-	7.127	-		7.127
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	720.946	979.627	391.093	2.676.515	919.896		5.688.077
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	208.914	2.690.085	534.095	4.275.898	1.936.007		9.645.000
Subsídio Habitacional - PSH	-	-	-	-	-		-
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS	-	-	-	-	-		-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	11.618	43.358	55.671	26.840	105.126		242.613
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	36.248	219.320	114.916	396.956	195.797		963.236
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	-	-	-	-	-		-
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	62.596	994.981	55.435	247.829	136.458		1.497.299
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	1.247	1.722	-	6.306	13.388		22.664
<b>TOTAL</b>	<b>2.614.520</b>	<b>9.734.115</b>	<b>2.572.866</b>	<b>11.164.985</b>	<b>4.218.956</b>	<b>8.562.232</b>	<b>38.867.672</b>

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

### Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2013

	R\$ mil						
DISCRIMINAÇÃO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nacional	Total
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>							
AGF e Estoques Estratégicos						480.000	480.000
Garantia e Sustentação de Preços						1.850.000	1.850.000
Custeio Agropecuário						1.574.605	1.574.605
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial						1.710.623	1.710.623
Empréstimos do Governo Federal - EGF						227.960	227.960
PRONAF/PGPAF							
Equalização						3.345.379	3.345.379
Financiamento						50.000	50.000
Securitização Agrícola							
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP							
Equalização (Investimento)							
Financiamento						950	950
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA						822.502	822.502
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	1.262	11.821	67.436	73.851	245.630		400.000
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE	-	-	-	-	-		
Equalização	203	525	1.290	134.712	6.270		143.000
Financiamento	344	890	2.186	228.264	10.625		242.308
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana							
Equalização		7.392					7.392
Financiamento		193					193
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>							
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND							
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.422.982	4.268.947	1.422.982	-	-		7.114.912
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	-	-	-	-	-		
Fundo da Marinha Mercante - FMM	16.095	79.728	-	833.898	258.517		1.188.238
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER						(41.543)	(41.543)
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC						(43.985)	(43.985)
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-	-	-	559.090	-		559.090
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza						32.643	32.643
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX							
Equalização	-	-	-	899.842	161.005		1.060.847
Financiamento	9.273	4.443	527	168.854	149.798		332.896
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	-	799.543	-	-	-		799.543
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	207.761	-	-	-	-		207.761
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	16.471	54.750	-	324.866	253.987		650.073
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>							
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	-	-	-	7.127	-		7.127
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	809.540	1.100.009	439.153	3.005.420	1.032.938		6.387.060
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	274.004	3.528.210	700.498	5.608.098	2.539.191		12.650.000
Subsídio Habitacional - PSH							-
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS							-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	9.043	33.748	43.331	20.891	81.824		188.836
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	29.264	177.064	92.775	320.476	158.074		777.653
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002						0,5	0,5
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	67.675	1.075.721	59.933	267.939	147.531		1.618.800,5
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	1.219	1.684	-	6.167	13.093		22.164
<b>TOTAL</b>	<b>2.865.136</b>	<b>11.144.668</b>	<b>2.830.112</b>	<b>12.459.495</b>	<b>5.058.483</b>	<b>10.009.135</b>	<b>44.367.029</b>

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

**Demonstrativo da Variação nos Benefícios Financeiros e Creditícios -2012 e 2013 (Estimativa), dada uma variação positiva de 1 ponto percentual no custo de oportunidade do**

R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	P/F*	O/NO**	Ação	2012	Alternativa 2012	Variação no Valor do Subsídio 2012	2013	Alternativa 2013	Variação no Valor do Subsídio 2013
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>									
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ Financiamento	F	O	0012	486.415	512.929	26.514	242.308	267.505	25.197
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana Financiamento		NO	NÃO APLICA SE	250	489	239	193	415	222
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>									
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	F	O	0029 / 0030 / 0031 / 0534	6.848.962	7.550.447	701.485	7.114.912	7.910.822	795.910
Fundo da Marinha Mercante - FMM	F	O	0118 / 0569 / 09HX	1.689.113	1.837.795	148.682	1.188.238	1.358.414	170.176
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	F	O	0343	1.029.169	1.618.135	588.967	(41.543)	513.673	555.216
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC		NO	NÃO APLICA SE	(33.568)	(28.986)	(4.582)	(43.985)	(33.622)	(10.363)
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	F	O	0355	531.682	571.234	39.552	799.543	859.293	59.750
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	F	O	0353	165.069	187.488	22.419	207.761	240.362	32.601
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	F	O	0A29 / 007Z / 0741	455.818	474.125	18.307	650.073	677.245	27.171
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>									
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD		NO	NÃO APLICA SE	7.127	8.462	1.335	7.127	7.748	621
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	F	O	0158	5.688.077	7.560.923	1.872.846	6.387.060	8.383.350	1.996.290
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	F	O	0061	242.613	317.750	75.137	188.836	242.613	53.777
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	F	O	0579	963.236	1.045.060	81.823	777.653	862.842	85.189
<b>TOTAL</b>				<b>18.073.964</b>	<b>21.655.852</b>	<b>3.572.725</b>	<b>17.478.177</b>	<b>21.290.661</b>	<b>3.791.758</b>

\* P é primário e F é financeiro

\*\* O é orçamentário e NO é não orçamentário

fi dos subsídios financeiros e créditos concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

**Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios - 2013**  
**Legislação autorizativa**

DISCRIMINAÇÃO	NORMA
<b>AGROPECUÁRIOS</b>	
AGF e Estoques Estratégicos	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
AGF e Estoques Estratégicos - Agricultura Familiar	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Garantia e Sistematização de Preços	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Garantia e Sistematização de Preços - Agricultura Familiar	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Custeio Agropecuário	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Emprestimos do Governo Federal - EGF	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
PRONAF	Leis nº 8.427, de 27 de maio de 1992 e nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001
Securitização Agrícola <sup>2</sup>	Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	Lei nº 9.866, de 9 de novembro de 1999
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP	Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003
Fundo de Defesa da Economia Cafeteira - FUNCAFÉ	Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992
Programa de Recuperação da Lavoura Cacueira Baiana	Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995 e nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001
Equalização de Juros em Financiamentos destinados à Liquidação de Dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas	Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007
<b>SETOR PRODUTIVO</b>	
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989
Fundo da Marinha Mercante - FMM	Decreto-Lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	Medida Provisória nº 1.179, de 3 de novembro de 1995
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	Lei nº 9.531 de 10 de dezembro de 1997
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	Lei nº 9.818 de 23 de agosto de 1999
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	Lei nº 11.786, de 25 de setembro de 2008
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX	Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001
Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA e FDNE)	Lei Complementar nº 124 e 125, de 03 de janeiro de 2007
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005
Financiamentos destinados à Estocagem de Alcool Etílico Combustível	Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009
Operações de Financiamento destinadas à Aquisição e Produção de Bens de Capital e à Inovação Tecnológica	Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009
Microcrédito	Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005
<b>PROGRAMAS SOCIAIS</b>	
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988; Lei nº 7.682, de 2 de dezembro de 1988; e Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000
Subsídio Habitacional - PSH	Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS	Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001
Operações de Financiamento para Infraestrutura em Projetos de Habitação Popular - PMCMV	Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997

f) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, o banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6o, da Constituição, considerando:

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Órgão - cálculo do subsídio</b>	<b>Tipo de Subsídio</b>
<b><u>AGROPECUÁRIOS</u></b>		
AGF e Estoques Estratégicos	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Garantia e Sustentação de Preços	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Custeio Agropecuário	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Empréstimos do Governo Federal - EGF	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
<b><u>PRONAF/PGPAF</u></b>		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Securitização Agrícola	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP		
Equalização (Investimento)	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito e Implícito
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	MAPA/Secretaria de Política Agrícola - SPA	Explícito
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
<b><u>SETOR PRODUTIVO</u></b>		
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Investimentos na Região Centro-Oeste	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Fundo da Marinha Mercante - FMM	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa de Financiamento às Exportações - PROEX		
Equalização	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Financiamento	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Implícito
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
<b><u>PROGRAMAS SOCIAIS</u></b>		
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Subsídio Habitacional - PSH	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	MF/Secretaria de Política Econômica - SPE	Implícito
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	MF/Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Explícito
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Explícito e Implícito
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	MPA/ Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca - SEPOP	Explícito

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.”

### MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS COM JUROS NOMINAIS

Os juros nominais, que integram as necessidades de financiamento, são apropriados sobre os passivos e ativos incluídos na Dívida Líquida do Governo Central e observam o critério de competência.

A projeção dos juros nominais depende das hipóteses formuladas sobre a estrutura do endividamento líquido no tocante à participação dos diversos indexadores; do comportamento esperado dos índices de preços, taxas de câmbio e taxas de juros no período considerado; das taxas de juros praticadas sobre os papéis emitidos, inclusive aquelas adotadas nos períodos anteriores, cujos títulos ainda não foram resgatados e que tendem a carregar o custo de captação até o vencimento dos títulos; do prazo de vencimento da dívida emitida; e do resultado primário esperado, com reflexo sobre a trajetória dos diversos componentes da dívida líquida.

Levando-se em consideração os procedimentos acima e os parâmetros fornecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão relativos à taxa de crescimento do PIB, índices de preços, taxas de juros e de câmbio, o consolidado das estimativas de juros nominais apropriados, relativos aos estoques do endividamento líquido segundo os diversos indexadores, apresenta a seguinte distribuição:

#### GOVERNO CENTRAL - JUROS NOMINAIS POR INDEXADOR

R\$ milhões

Período	Indexador												Total
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Pré-fixado	Outros	
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total						
2011	-1279	-1690	-2969	8.979	-51743	57.144	14.381	122.131	-61	-25.199	72.975	-705	180.553
2012	-574	-7908	-8.482	10.227	-53.474	61.165	17.918	91011	1993	-27.240	76.616	-479	151336
2013	-386	-12075	-12.461	11487	-49.897	63.729	25.319	73.841	3.622	-29.202	79.179	0	140.297

#### GOVERNO CENTRAL - DÍVIDA LÍQUIDA

R\$ milhões

Período	Indexador												Total	
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Sem remuneração	Pré-fixado		Outros
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total							
2012 - Jun	-45.409	-673.862	-719.271	72.078	-461571	561.441	171948	993.613	64.939	-474.806	182.952	771.450	8	990.833
2012 - Dez	-45.134	-686.860	-731.994	77.407	-468.587	591522	200.343	979.704	67.423	-516.409	194.629	826.869	9	1020.574
2013	-44.031	-702.566	-746.597	89.074	-475.197	654.161	268.037	916.788	72.399	-555.532	213.954	901.430	9	1070.489

g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.”

### GOVERNO CENTRAL - JUROS NOMINAIS POR INDEXADOR

R\$ milhões

Período	Indexador												Total
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Pré-fixado	Outros	
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total						
2011	-1279	-1690	-2969	8 979	-51 743	57 144	14 381	122 131	- 61	-25 199	72 975	-705	180 553
2012	- 574	-7908	-8 482	10 227	-53 474	61 165	17 918	91 011	1 993	-27 240	76 616	- 479	151 336
2013	- 386	-12075	-12 461	11 487	-49 897	63 729	25 319	73 841	3 622	-29 202	79 179	0	140 297



g) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo.”

### GOVERNO CENTRAL - DÍVIDA LÍQUIDA

R\$ milhões

Período	Indexador												Total	
	Cambial			Índices de preços				Selic	TR	TJLP	Sem remuneração	Pré-fixado		Outros
	Interna	Externa	Total	IGP-M	IGP-DI	IPCA	Total							
2012 - Jun	-45.409	-673.862	-719.271	72.078	-461.571	561.441	171.948	993.613	64.939	-474.806	182.952	771.450	8	990.833
2012 - Dez	-45.134	-686.860	-731.994	77.407	-468.587	591.522	200.343	979.704	67.423	-516.409	194.629	826.869	9	1.020.574
2013	-44.031	-702.566	-746.597	89.074	-475.197	654.161	268.037	916.788	72.399	-555.532	213.954	901.430	9	1.070.489